

Prospectiva (Frutal).

Juventude nas sociedades em crise.

Augusto Caccia-Bava y Mirlene Simões Severo.

Cita:

Augusto Caccia-Bava y Mirlene Simões Severo (2016). *Juventude nas sociedades em crise*. Frutal: Prospectiva.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/repositorio.digital.uemg.frutal/71>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pZsz/o5Y>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

**Augusto Caccia-Bava
Mirlene Simões Severo
(Orgs.)**



Juventude nas sociedades em crise

Augusto Caccia-Bava
Mirlene Simões Severo
(Orgs.)

Juventude nas sociedades em crise

Frutal-MG
Editora Prospectiva
2016

Copyright 2016 by Augusto Caccia-Bava e Mirlene Simões Severo (Orgs.)

Capa: Editora Prospectiva

Foto de capa: Otávio Luiz Machado

Revisão: Os autores

Edição: Editora Prospectiva

Editor: Otávio Luiz Machado

Conselho Editorial: Antenor Rodrigues Barbosa Jr, Otávio Luiz Machado e Rodrigo Portari.

Contato da editora: editorapropectiva@gmail.com

Página: <https://www.facebook.com/editorapropectiva/>

Telefone: (34) 99777-3102

Correspondência: Caixa Postal 25 – 38200-000 Frutal-MG

Juventude nas sociedades em crise / organizadores Augusto Caccia-Bava, Mirlene Simões Severo. – Frutal: Prospectiva, 2016.
504 p.

ISBN: 978-85-5864-072-5

1. Juventudes - aspectos sociais. 2. Juventude rural – Brasil. 3. Juventude indígena. 4. Identidade juvenil. 5. Cultura, participação política e trabalho. 6. Cibercultura.

I. Caccia-Bava, Augusto Severo; II. Mirlene Simões. III. do Grupo de Trabalho “Sociologia e Juventude: Questões e estudos contemporâneos” da Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS, 2015.

SUMÁRIO

Nota do Editor

Otávio Luiz Machado.....8

Apresentação

Até onde chegam os jovens nas sociedades brasileira e latino-americanas?

Augusto Caccia-Bava.....9

1. Juventude rural e juventude indígena transformações no trabalho e na formação escolar.....14

A juventude e as transformações no mundo rural: um estudo de caso do oeste catarinense

Clovis Dorigon e Arlene Renk.....15

A juventude Waiwai estudantil da Casa de Transição: aventuras, liberdade, estudo e ritual de passagem na cidade.

Fernanda Lobo dos Santos.....50

2. *Identidade, grupos e tribos urbanas*.....78

Os jovens e os Bondes de Porto Alegre: sociabilidades entre a periferia e o conflito

Fátima Sabrina Rosa.....79

Heterogeneidad juvenil en Cuba: propuesta de reflexión desde una pesquisa con jóvenes estudiantes de la universidad de la Habana

Yeisa Beatriz Sarduy Herrera.....107

Juventudes e projetos de vida: identificações, inquietações e perspectivas de futuro

Adeline Araújo Carneiro Farias e Jocelaine Oliveira dos Santos.....138

3. *Cultura, participação política e trabalho*.....171

Ritmistas e batuqueiros: performances culturais, memória e pertencimento

Geovana Tabachi Silva.....172

Juventude e corpo: sociabilidade, linguagem corporal, arte e protestos

Celecina de Maria Veras Sales.....204

Entre o "movimento" e a "calmaria": a sociabilidade dos jovens em contexto de "intermitência urbana"	
Flávia Alves de Sousa.....	231
Errear para ter identidade: os jovens e dinâmicas reflexivas na prática do <i>breaking</i>	
Leandro R. Pinheiro.....	258
As dimensões da participação política da juventude no programa Estação Juventude.	
Joana Tereza Vaz de Moura e Maria Divaneide Basílio.....	291
Participação social, violação de direitos e Conselhos Tutelares	
Márcia Cristina Lazzari.....	321
A juventude brasileira e o trabalho precário: itinerários de “periferização” de jovens no e pelo mundo do trabalho.	
Maria Isabel Silva Bezerra Linhares.....	344
4. Conectividade.....	376
Entre <i>tablets</i> e <i>scanners</i> automotivos: jovens e empreendedorismo nos casos dos mecânicos e dos profissionais de tecnologia da informação	
Laura Senna Ferreira e Maria Soledad Etcheverry.....	377

A juventude em tempos de cibercultura: fios que se conectam com suas experiências de vida Jaiane Araujo de Oliveira e Rosemary de Oliveira Almeida.....	413
Fronteiras da cidade, favela em rede? Processos de socialização e individuação juvenis em territórios <i>on</i> e <i>offline</i> Juliana Batista dos Reis.....	441
5. Pesquisa com jovens e sobre jovens.....	469
Reflexões sobre aprendizagens recíprocas na pesquisa com jovens Giuseppa Maria Daniel Spenillo.....	470
<i>Epílogo</i> Jovens de ontem, jovens de hoje: perspectivas de futuro. Mirlene Simões Severo.....	500

Nota do Editor

É com grande satisfação que a Editora Prospectiva publica a coletânea **Juventude nas sociedades em crise**, que foi organizado pelos colegas docentes Augusto Caccia-Bava e Mirlene Simões Severo.

Pela contribuição a ser dada no campo dos estudos relacionados às juventudes, a obra engloba um conjunto de textos tratando dos mais diversos aspectos e questões sobre uma temática tão fundamental para o entendimento da nossa sociedade.

Grato aos organizadores e autores pela oportunidade dada à Prospectiva para publicar um trabalho muito importante. Os leitores possuem agora um trabalho importante a ser apreciado. Boa leitura!

Professor Otávio Luiz Machado
Editor da Editora Prospectiva

Apresentação

Até onde chegam os jovens nas sociedades brasileira e latino-americanas?

Augusto Caccia-Bava¹

Com essa questão apresentamos os ensaios que cientistas sociais expuseram no Grupo de Estudos de Juventude, no congresso nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia, ocorrido em 2015, na cidade de Porto Alegre.

Sem oferecer ordem ou hierarquias, os cientistas trataram de projetos de vida, inquietações, perspectivas de futuro, linguagem corporal, arte, protestos, ou impactos das transformações no mundo rural; também as aventuras, a liberdade e rituais de passagem nas cidades, a sociabilidade na denominada intermitência urbana, as performances culturais, a memória o pertencimento. Esses aspectos acompanhados por exposições sobre aprendizagens recíprocas, os tempos de cibercultura, as mediações presentes nos usos dos *tablets* e *scanners*, junto a mecânicos e profissionais da informação. Mas também, participação social, violação de direitos,

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Docente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Campus Araraquara. Contato: augusto@fclar.unesp.br

conselhos tutelares, para também acompanharmos discussões sobre participação política da juventude em programas governamentais e as metodologias de pesquisa sobre juventude.

Cada cientistas expositor apresentou uma dimensão das jovens e dos jovens. E encontrando dificuldade de sínteses, recorreram aos plurais: juventudes, identidades, diversidades, culturas, entre outros. E o tempo dimensionado fora sempre subjetivo, o que também é possível na análise dos grupos e comportamentos e movimentos juvenis. Maior dificuldade encontraram ao exporem perspectivas de intervenção nos processos presentes e na definição de futuro. Essa última já reconhecida como o aspecto mais desafiador na experiência juvenil, ou experiências juvenis, nas sociedades ocidentais.

Para visualizar um futuro universo de pesquisas sobre juventude talvez pudéssemos definir limites para o trabalho de todos, inclusive os nossos. Um primeiro poderia ser o limite territorial do continente americano, indagando quantos cientistas interlocutoras e interlocutores poderíamos reunir, para refletirmos sobre perspectivas do presente e futuro da juventude. Sabendo que os limites territoriais são urbanos e rurais, étnicos e civilizatórios, pois em nosso continente encontramos sociedades civis organizadas, também dentro de nações multiétnicas, por vezes reconhecidas nas constituições dos Estados nações. Nessa reflexão sobre o futuro

encontraríamos, ou poderíamos encontrar mediações como povos, etnias, movimentos sociais em defesa de direitos de gênero, tanto hetero, como homo, quanto trans; movimentos estudantis, movimentos ambientalistas, de enfrentamento de formas de exploração de jovens, tanto no trabalho penoso, até escravo, quanto na prostituição e abuso sexual.

Quantas mediações, quantos aspectos a serem pesquisados do ponto de vista metódico!

E ao perguntarmos *até onde chegam os jovens na sociedade brasileira e latino-americanas?* queremos trazer um desafio, a nós, cientistas de todos os países do continente americano, para que, em grupo, ou em instituições já especializadas nesses estudos, indiquem aos demais pesquisadores, formadores de opinião e autoridades públicas o que podemos esperar da participação juvenil na transformação das sociedades americana e latino-americanas, na construção de trilhas, caminhos, vias mesmos de superação de contextos de guerras, discriminações, exacerbação de racismo, sexismo e fanatismos religiosos.

E será que os jovens e as jovens reunirão forças para projetarem formas democráticas de intervenção nos processos políticos, públicos por excelência, na perspectiva de ampliarem a consciência sobre alternativas concretas para a superação das formas materiais, orgânicas de exploração do trabalho, seja ele assalariado ou doméstico, ou ainda comunitário?

E será que as juventudes de cada país reunirão forças para o enfrentamento da indigência que recobre a infância em seus países, para erradicar, abolir, a presença de crianças nas ruas, nas praças, nos bordéis, sendo oferecidas pelos adultos, muitos deles mulheres, a outros adultos, com vistas a exploração exótica e excêntrica da vida?

E será possível às juventudes visualizarem outros horizontes, alternativos por certo, ao individualismo, ao carreirismo instituído, à capacitação mercantilista para o trabalho; outro horizonte ao analfabetismo político e funcional, a um só tempo?

E quem se dispõe a se somar às organizações juvenis, aos grupos comunitários de jovens, aos movimentos juvenis organizados, para que esses se constituam em práticas democráticas exemplares, com vistas a bloquear formas de retrocessos políticos, nos países da América, para que fiquem cada vez mais longe, as experiências de formação de juventudes nazistas e fascistas?

E quando será possível pensar a juventude se envolvendo num processo de capacitação pessoal, subjetivo e mesmo institucional, para o exercício da maternidade e da paternidade, hoje concebida, em todas as instituições públicas estatais do continente, apenas como experiência adulta?

Com essa manifestação, quase manifesto, queremos estimular as leitoras e leitores desse livro a refletirem, como também a transmitirem as inquietações que aparecem em suas

páginas às novas gerações, que ainda se encontram nos bancos escolares, nas linhas de produção, nas lojas de atendimento de público consumidor, aos seus familiares, para superarmos as surpresas que nos chegam de pesquisas sobre mortes de jovens, no trânsito e pela violência armada individual, nos desastre previsíveis em decorrência da dissociação presente entre responsabilidade pública e privada na gestão de negócios e patrimônios.

1. Juventude rural e juventude indígena transformações no trabalho e na formação escolar

A JUVENTUDE E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO RURAL: UM ESTUDO DE CASO DO OESTE CATARINENSE

Clovis DORIGON²
Arlene RENK³

1. Introdução

Este texto resulta da pesquisa realizada entre os anos de 2010 a 2012, em quatorze municípios da região oeste de Santa Catarina, os quais compõem a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Maravilha. Os procedimentos metodológicos basearam-se em entrevistas, na observação e em pesquisa documental. Foram realizadas trinta entrevistas semiestruturadas. Entrevistou-se a gerente da Secretaria do Desenvolvimento Regional de Maravilha, técnicos do serviço de extensão da Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), secretários municipais e técnicos das secretarias municipais de

² Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI. Contato: cdorigon@epagri.sc.gov.br

³ Doutora em Antropologia pelo Museu Nacional. Docente na Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UnoChapecó. Contato: renk@unochapeco.edu.br

agricultura, técnicos da Associação dos Municípios de Entre Rios (Amerios), presidentes e diretores de sindicatos de trabalhadores rurais, representantes e técnicos de ONGs, presidentes de cooperativas de agroindústrias familiares rurais e agricultores familiares (pais, filhas e filhos) que possuem agroindústrias familiares rurais.

Discute-se juventude e a ruptura intergeracional da categoria “trabalho”, com importantes impactos no que diz respeito à sucessão familiar nos estabelecimentos rurais. O material obtido da pesquisa de campo foi analisado à luz da literatura do campesinato europeu, que passou por situação similar, ou seja, dos impasses dos jovens mediante ruptura com a ética camponesa e a remuneração individual. Constatase, igualmente, que similarmente a outros contextos, a economia feminina de outrora transforma-se em *commodity* e passa por masculinização. Neste desinteresse dos jovens pelas atividades agrícolas tradicionais, qual seja, a produção de matérias primas para as indústrias agroalimentares, analisa-se o esforço de parcela deles na busca da reconversão produtiva rumo a produtos de qualidade diferenciada via inserção autônoma aos mercados.

Para tal aborda-se o contexto tradicional da agricultura local, dos padrões de herança estabelecidos e da migração dos jovens a outros centros, como opção à recusa à condição de agricultor. Conhecer novas situações, centros maiores, saber enfrentar os obstáculos urbanos, exercer atividades

diferenciadas daquelas que faziam na agricultura são atitudes incorporadas como capitais a jovens agricultores. Fração destes retorna e investe capital financeiro e capital social, adquiridos na experiência externa, em atividades do mundo rural que não exatamente às agrícolas.

2. Juventude rural e ressemantizações da categoria trabalho

Nas pequenas propriedades rurais, dentre outras, duas categorias são merecedoras de estudo e atenção, pela profunda transformação que ocorreram nos últimos anos: a da juventude e a do trabalho na agricultura. Estas são constitutivas do mundo rural, uma por significar a continuidade de gerações e outra por ser de ordem moral, por carregar a representação e concretude da reprodução social desse grupo. Ambas se inter cruzam e se afastam, conforme a circunstância. Veem-se de frente e afastam-se de costas. Qual Jano, são o passado e o futuro da mesma realidade.

No sul do Brasil (SEYFERTH, 1992) e tal como nos campesinatos europeus (FEL; HOFER, 1969; GALESKI, 1972) outrora as aldeias, no caso europeu e as colônias (propriedades rurais e núcleo do povoamento rural) em nosso caso tinham os limites bem demarcados entre o urbano e rural. O que se observa hoje, no caso em estudo, os limites entre a cidade e o rural são tênues e frouxos, para não dizer que a

cidade entrou no espaço rural. A inserção dos jovens rurais em atividades laborativas no espaço urbano, como se verá abaixo, deixará evidente essa "contaminação".

A categoria juventude rural pode ter diferentes definições, no entanto, é estrutural o caráter da liminaridade no ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico (FORTES, 1974, WOORTMANN, 1990). Autores, como Tepicht (1975) abordam-na como integrante da condição de menoridade social na propriedade rural. Não é a faixa etária, tampouco critérios biológicos, que demarcarão o que e no que consiste a juventude. Trata-se de construção social, em caminho de mão dupla, a comunidade e os jovens que a elaboram, semantizam e ressemantizam, e é plenamente manipulável, dado o aspecto da situacionalidade em que se encontra. Para algumas circunstâncias o mesmo indivíduo pode ser considerado jovem, no sentido de não ter a maturidade para assumir e gerenciar determinadas tarefas. Isto é, remetido à condição de menoridade ou, ao contrário, pode ser incorporado provisoriamente à condição de adulto não pleno. Na vida rural, ao contrário das políticas públicas, como aquelas da Política de Juventude, do Programa Pro-jovem atende ao público de 18 a 24 anos e do PRONAF Jovem que contempla candidatos de 16 a 25 anos, não há faixas delimitadoras, mas acordo interno nos grupos familiares. São as delegações de responsabilidades pelos que demarcam a entrada e retirada da condição de jovem.

Juventude é um espaço de liminaridade. Outrora, no conjunto familiar, a ordem estava determinada. O padrão era a ultimogenitura, sendo destinado a este a herança da propriedade, como dádiva pela responsabilização ao cuidador dos pais. Aquela herança representava o deserdamento dos demais, principalmente das mulheres que nunca seriam herdeiras, em especial entre as de origem italiana. Os integrantes masculinos do grupo doméstico poderiam ser compensados com terras fora da propriedade ou com recursos financeiros, de acordo com o grau de capitalização familiar. O mercado de terras altamente concorrido elevava o preço e inviabilizava a muitos agricultores o acesso (RENK, 2000). Alguns destes ingressaram no Movimento dos Sem Terra, nos anos oitenta, acamparam e foram assentados.

A liminaridade da categoria juventude pressupõe que se emancipará da autoridade paterna e passará ao *status* de adulto. Para isso necessita de ter assegurado seu sustento. Caso tenha em mente um casamento, deve-se levar em conta a variável da escassez de mulheres no circuito do mercado matrimonial para os homens rurais. A busca de ruptura dessa liminaridade, foi intensa a partir da década de noventa a migração em busca do assalariamento no sudeste do país e outras capitais de jovens para trabalhar em restaurantes, recusando o trabalho na agricultura e visando acumular recurso pecuniário para atividade rentável rural ou não. Outra possibilidade é recorrer a trabalho assalariado, desvinculando-

se totalmente da propriedade ou permanecendo nela somente em regime parcial, na chamada pluriatividade. Há ainda a possibilidade de permanecer celibatário na propriedade, provavelmente, sob a autoridade paterna.

O cerne do trabalho familiar era ancorado na concepção de trabalho como labuta, penosidade, amparado na autoexploração e na intensividade do trabalho, no espírito de frugalidade, de investimento, de poupança da "necessidade feito virtude" (BOURDIEU, 1979). Esses valores eram avaliados positivamente e lidos como se os camponeses fossem os únicos a trabalhar (RENK, 2000; RENK; DORIGON, 2014). Enfim, o trabalho agrícola, avaliado positivamente, era a tarefa de sol a sol, todos os dias, com raros momentos de descanso aos domingos, mesmo assim com parcela deste destinado ao cuidado dos animais. A internalização desses valores levava-os a considerar e construir favoravelmente a identidade de agricultor, não obstante a subalternidade inerente à essa condição (GRIGNON, 1975; BOURDIEU, 1977). Daí o estigma em relação às atividades assalariadas, seja no mundo rural, seja no mundo urbano. Os assalariados deviam ir "no mando" de outros, ao contrário da autonomia camponesa (SEYFERTH, 1992). O assalariamento solaparia a liberdade do pequeno agricultor. Sem dúvida, liberdade é um conceito eminentemente etnocêntrico.

Mudanças estruturais ocorrem no meio rural mais acentuadamente a partir dos anos setenta. De um lado, a fronteira agrícola desloca-se ao centro oeste do país, com o encarecimento das terras, o que inviabilizava a reprodução social camponesa do modelo anterior, de migração e deserdamento das terras (WOORTMANN, 1995). De outro lado, empresas agroindustriais são implantadas na região, introduzindo a integração vertical na criação de aves e suínos, em substituição ao modelo antigo. A tecnologização é implantada nos aviários, nas pocilgas, nas salas de ordenha e no maquinário utilizado para a lavoura. Há novas formas de criar e de produzir, diferenciando-se das anteriores. Atividades agrícolas que eram de cunho feminino, tais como a venda de ovos, do leite, do queijo, deixam de sê-lo. O leite, com a ampliação do rebanho nas propriedades, passou a ser, na maior parte delas, a fonte mensal de renda. Neste caso, tornou-se tarefa masculina e o mesmo seja dito a respeito do gerenciamento.

Outra mudança constatada foram os movimentos sociais que rebateram nas unidades rurais, principalmente na questão de gênero. Há reivindicação para que constasse a profissão de agricultora na documentação, ao invés de prendas domésticas, como era o usual. Na conquista dos direitos sociais, perante o Ministério da Previdência Social, foram realizadas mobilizações para o acesso à aposentadoria e Auxílio Maternidade à mulher rural. Em paralelo, em âmbito

local, mulheres agricultoras candidatam-se às diretorias dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, a vereadoras, prefeitas e deputadas. A experiência vivenciada nos anos oitenta rebaterá na geração seguinte.

Mudanças externas, tais como os meios de comunicação e transporte interferiram na morfologia rural. O anterior transporte de carroça ou a cavalo é substituído pelo transporte coletivo que atravessa as linhas coloniais, em determinados horários e trajetos, facilitando o deslocamento e encurtando o espaço. Conforme o poder aquisitivo, são comprados carros e aqueles de menor poder aquisitivo vale-se de motocicletas, que lhes dá autonomia de trajeto e horário. Os meios de comunicação, em especial o sinal da televisão, concorrem com as ondas curtas e longas do rádio. Se a preferência de uma faixa geracional mantém-se em fidelidade vai em direção ao rádio, os jovens devotam especial apreço a programas de tevê, fonte de inspiração para a vestes e *hexis corporal*, que os torna indistinguível dos urbanos.

Talvez a mudança mais sensível foi a escolarização obrigatória e a interiorização, isto é, na sede urbana dos pequenos municípios, do ensino além da educação básica. Muitos pais puderam considerá-la como contrapartida à herança familiar, não obstante ser pública e o transporte também. Entenda-se que o tempo dispensado da lavoura contaria como contrapartida para frequentar a escola e depois a Universidade, embora esta nem sempre era gratuita. Havia

sempre a oportunidade de obter uma profissão, na agricultura ou fora da agricultura.

À medida que se amplia a escolarização, a concepção positiva da vida de trabalho penosidade não encontra ressonância entre a maioria dos jovens. Diga-se também a fração feminina da geração anterior, isto é, das mães estimulam as filhas a não permanecer na agricultura, pela condição degradada, como consideram a profissão. As moças, com o apoio das mães, sentem-se mais estimuladas em procurar ofícios mais atrativos que a agricultura.

É nesse contexto de ressemantização do trabalho rural, avaliado comparativamente ao urbano, sem entrada em caixa mensalmente (exceto que trabalhar com bovinocultura de leite), visto como pesado, sem férias, sem folga semanal, jornada além das oito horas diárias, que surgem tensões entre o desejo de retirada dos jovens e a necessidade de sua permanência, reclamada pelos pais. A carência de mão de obra na área rural leva ao desespero de pai propor assalariamento ao filho, no intento de não se retirar da propriedade. Para quem administrou a propriedade na lógica do caixa único, a proposição do assalariamento de um dos integrantes, representa a subversão da ordem (WOORTMANN, 1900). A retirada da mão de obra da propriedade rural, em muitos casos, leva ao redimensionamento das atividades ali exercidas.

Já afirmávamos em trabalho anterior (RENK; DORIGON, 2014) que as mulheres conseguiram romper com mais facilidade a liminaridade, retirando-se das propriedades para estudar ou trabalhar. Movimento similar é recorrente entre pesquisadores, como MENDRAS (1984) e BOURDIEU (1962, 1993), seja, na região oeste catarinense, nos relatados por RENK (2000) e RENK; CABRAL (2002), STROPASOLAS (2004) aponta também para as especificidades da atividade agrícola.

Enfim, há vários aspectos que rebatem no mundo rural, alterando substrato morfológico. Neste caso, coincide a condição camponesa que era a única condição e passa a ser apenas uma condição no leque de outras inseridas. A juventude rural ressemantiza o papel do trabalho. Recusa a concepção na qual foi socializada. Em sua pauta incluem o trabalho com folga semanal remunerada, com férias anuais, com jornada de oito horas, criticam a excessiva autoexploração familiar que não corresponde monetariamente ao rendimento obtido. Ao contrário da geração paterna passam a avaliar favoravelmente o assalariamento que, ao contrário da safra, garante renda mensal, independente de condições climáticas.

A implantação de agroindústrias é um aceno à mão de obra assalariada, deixando a agricultura. O *habitus* rural transfere-se ao empreendimento industrial. Em muitos casos, a razão desse assalariamento não estaria na necessidade da

retirada da propriedade, mas na incompatibilidade do modelo de convivência com o pai administrador e com a mudança da concepção de trabalho.

Apontamos acima que o trabalho realizado na propriedade rural é concebido como economia corporada em caixa único, administrada pela autoridade paterna. Esse modelo persistiu até recentemente, quando passou a haver uma ressemantização geracional da categorial trabalho. Essa concepção de trabalho como penosidade era avaliada positivamente e, paradoxalmente, eles agricultores seriam os únicos com liberdade (FEL; HEFER, 1969 e SEYFERTH, 1992). No contexto atual, verifica-se a possibilidade de permanência no meio rural e exercer atividades não agrícolas. Uma dessas é a do assalariamento em contexto rural e urbano, permanecendo com moradia no perímetro rural, com deslocamento diário de um espaço a outro. Inverte-se neste caso os sinais negativos apontados por grupos camponeses na literatura, a exemplo daqueles estudados por Seyferth (1992) e Fel e Hoffer (1969) atribuídos ao assalariamento. A pluriatividade e a rubrica de "ir no mando dos outros" passam a ser lidas favoravelmente, por ser menos pesada que as lides da agricultura. Apresentam-se como condição inexorável. Assim, as fronteiras rural e urbano não são demarcadas. Há a introdução de novos equipamentos no mundo rural. Encontramos juventude rural *high tech* com celular e internet e tentando romper as dificuldades de locomoção com uso de

motocicletas. Estas são bastante popularizadas e as condições de mercado permitem as condições de financiamento. Outra possibilidade que desponta no meio rural são os empreendimentos de agroindústrias familiares, nas quais os jovens assumem o gerenciamento da atividade, possibilidade analisada a seguir.

3. Juventude rural e inovações organizacionais

É neste contexto de transformações no mundo rural que o mercado de produtos coloniais surge como opção para parcela de famílias de agricultores e seus filhos. Entende-se por produtos coloniais os alimentos processados em pequenos estabelecimentos agrícolas familiares, de forma artesanal, com base em tradições e origens étnicas relacionadas aos agricultores descendentes de imigrantes predominantemente de origem italiana e alemã (os colonos), tendo como matéria-prima preferencial produtos agrícolas vegetais e animais desses mesmos estabelecimentos.

Em torno dos mercados de produtos coloniais está em formação uma importante rede de pequenas cooperativas. Uma pesquisa realizada em 2010 pela Epagri identificou no estado catarinense 140 cooperativas e 263 associações, que envolviam 21 mil associados. Estas cooperativas e associações dão suporte técnico e organizacional a 1.894 agroindústrias familiares rurais, das quais 836 estavam

localizadas na região oeste de Santa Catarina (MARCONDES *et al.*, 2012), que buscam manter as vantagens do agricultor individual (direito à previdência), ao mesmo tempo que permite o acesso à ao mercado formal e facilita a comercialização (WILKINSON, 2014).

Como se pode observar na tabela 1, do total das 1.891 agroindústrias familiares rurais, 1.647 (87,1%) são de propriedade individual, envolvem 4.333 pessoas e 244 agroindústrias são grupais (12,9%), envolvendo 2.768 pessoas. A maioria destes proprietários são os mesmos que trabalham nas agroindústrias e 80% da mão de obra provém das famílias proprietárias.

Tabela 1. Número de proprietários e sócios/cooperados das agroindústrias – 2009.

Agroindústria	Número de agroindústrias	(%)	Nº de pessoas (1)	(%)
Individual	1.647	87,1	4.333	61,0
Grupal	244	12,9	2.768	39,0
Total (2)	1.891	100	7.101	100

(1) Número de associados ou cooperados para as agroindústrias grupais ou de familiares para as individuais.

(2) Não se obteve esta informação de três das 1.894 agroindústrias.

Fonte: Marcondes, *et al.*, (2012).

É relevante observar também que os proprietários das agroindústrias são mais jovens que os proprietários dos estabelecimentos rurais tradicionais e que 25% das agroindústrias estão sob a responsabilidade de mulheres, enquanto que para o caso dos demais estabelecimentos rurais esta percentagem é de apenas 7,5%. Ou seja, o processamento de produtos coloniais atrai mais o interesse da população jovem e das mulheres do que a produção de matérias primas para as indústrias agroalimentares de grande escala (produção de suínos, aves, leite, grãos e fumo).

Em relação às agroindústrias organizadas por grupos de famílias de agricultores, 81% delas têm no máximo nove sócios, sendo que 51,6% têm entre três a cinco sócios. Outro aspecto a se ressaltar é que, embora 87,1% destas agroindústrias sejam individuais, 595 (36,1%) delas participam de alguma forma de organização, como cooperativa ou associação. Cabe ressaltar a importante participação de jovens e de mulheres também nestas redes de cooperação: 19% destas organizações são dirigidas por mulheres e metade destas cooperativas e associações são dirigidas por pessoas com até 45 anos (MARCONDES *et al.*, 2012). Assim a presença feminina e de jovens é maior tanto nas agroindústrias familiares rurais como nas redes de cooperativas criadas para lhes dar suporte quando comparadas às atividades agrícola ligadas à produção de *commodities*.

Destaca-se aqui, portanto, o estímulo que os mercados dos produtos coloniais dão à organização dos agricultores, em especial, a formação de redes de cooperação. Conforme analisado por Dorigon & Cerdan (2010), este modelo de pequenas cooperativas, mais flexíveis e descentralizadas, possuem um importante potencial, não somente econômico, mas também para romper o isolamento e revitalizar o tecido social das comunidades rurais e das pequenas vilas e cidades da região. O que não significa que as cooperativas tradicionais têm sua importância econômica e social reduzida. Mas estas formas descentralizadas de organização de produção incorporam aquelas famílias de agricultores que não possuem contratos de integração com as grandes empresas ou com as grandes cooperativas. No tópico seguinte analisa-se mais detidamente o que diferenciam estes jovens, que optam permanecer no meio rural e trabalhar nestas agroindústrias familiares rurais, dos demais.

4. Juventude e novos mercados

No início da década de 2000 migrar para trabalhar nos restaurantes dos grandes centros urbanos deixou de ser atrativo aos jovens agricultores. Muitos deles voltam para a região e investem nos estabelecimentos rurais de seus pais as economias acumuladas durante o período de trabalho na cidade. Assim, embora ainda não dimensionada em termos

numéricos, a região presencia atualmente também um processo de retorno de parcela desses jovens (DORIGON; RENK, 2014; DORIGON *et. al.*; MARCONDES *et. al.*, 2012).

Observou-se também que parte desses jovens, ao retornar, passa a desenvolver outras atividades, não se limitando à produção de matérias primas para as indústrias. Dentre estas novas opções, a mais relevante está o processamento de alimentos em agroindústrias familiares rurais (DORIGON, 2008; DORIGON; RENK, 2014). Assim, analisar o que diferencia estes jovens que trabalham nas agroindústrias familiares rurais dos demais possui relevância acadêmica e pode subsidiar a elaboração de políticas públicas.

Inicialmente, recorre-se aos trabalhos de Garcia-Parpet (GARCIA-PARPET, 1986, 2002; 2003), quando esta autora descreve e analisa as propriedades sociais (BOURDIEU, 1984) dos agricultores em pequena cidade na França que aceitaram aderir a um projeto de mercado computadorizado de moranguinhos e daqueles viticultores mais exitosos no mercado de vinhos na França (GARCIA-PARPET, 2000; 2009). Embora trate-se de contextos bastante diversos, as análises desenvolvidas por Garcia-Parpet oferecem importantes pistas para a compreensão da problemática analisada neste texto.

Em seu clássico estudo sobre o funcionamento do mercado de morangos de Fontaines-en-sologne (França),

Garcia-Parpet (1986; 2003) busca determinar as condições sociais de realização e funcionamento de um projeto de comercialização da fruta via organização de um mercado computadorizado para venda da produção por leilões.

Ao analisar quais foram os produtores que aderiram ao projeto, Garcia-Parpet (2003) constata que apenas um pequeno grupo aderiu. Além de possuírem as maiores áreas cultivadas com agricultura e recorrerem mais frequentemente à mão de obra assalariada, também se diferenciavam dos demais pela maior adoção de tecnologias modernas para a produção de morangos e nas demais lavouras. Possuíam maior grau de escolaridade que os demais agricultores da região e tinham filhos com possibilidade de assumir a sucessão da propriedade. Assim, estes agricultores com sucessores viam no projeto uma oportunidade para assegurar a viabilidade econômica do projeto, que passava não apenas por questões técnicas com produtividade e qualidade da produção, mas também circuitos comerciais mais eficazes.

Outra característica importante desses agricultores tidos como inovadores, segundo Garcia-Parpet (2003) era seu contato social com o mundo exterior à propriedade. O que mais distingue estes agricultores dos demais são as intensas relações sociais que mantêm com o mundo exterior, não apenas à sua propriedade, mas com outras regiões por meio da participação de organizações sociais e pelos contatos regulares com cultivadores com outras áreas produtoras de

morango. Além disso, ocupavam postos de liderança local, legitimada pelo destaque em termos de êxito profissional. Atuavam em associações, sindicatos e participavam de eventos como exposições e feiras. Vários deles também possuíam atuação na política local.

Garcia-Parpet (2000; 2009) descreve também vários casos de viticultores franceses, analisando as trajetórias dos diferentes membros das famílias e suas disposições econômicas e as condições de herança. Ou, ao contrário, em relação àqueles que não herdaram o empreendimento familiar e que se dedicaram a outras atividades fora do meio vinícola até acumular capital e competências para, posteriormente, retornar à atividade, estabelecendo-se como viticultores.

Nos vários casos de viticultores analisados por Garcia-Parpet (2000; 2009), a autora constata que, diferentemente do que se poderia supor, uma longa tradição na produção de vinhos em muitos casos pode tornar-se uma armadilha, pois dificulta a inserção dos viticultores em mercados mais dinâmicos e mais valorativos. Isto porque, embora dominem as técnicas e os métodos tradicionais de produção, tais produtores, justamente por se apegarem à tradição, resistem a se adaptar às transformações que o mercado do vinho vem passando nos últimos anos. Já aqueles produtores que se instalam como viticultores posteriormente e haviam trabalhado em atividades urbanas são os que têm melhor desempenho econômico porque captam melhor as

mudanças de preferências dos consumidores, comparativamente aos produtores tradicionais que permanecem em suas regiões e propriedades rurais.

No caso aqui analisado, constata-se que os jovens que estão à frente das agroindústrias familiares rurais são, basicamente, os que foram para as grandes capitais trabalhar em restaurantes e churrascarias; os que foram trabalhar na Serra Gaúcha com viticultura, olericultura e tiveram contato com um meio rural muito mais diversificado do que o de sua origem; os que participam de movimentos sociais, sindical ou ONGs; os que saíram para estudar e retornaram posteriormente para investir em agroindústrias familiares rurais (DORIGON, 2008; RENK; DORIGON, 2014). Para melhor compreender quem são estes jovens a frente destas atividades inovadoras para o meio rural descreve-se a seguir alguns desses casos.

Até fins da década de 2000, parcela significativa dos jovens que deixaram o campo o fizeram para trabalhar em redes de churrascarias e restaurantes de São Paulo e Rio de Janeiro (SILVESTRO *et al.*, 2001). Em algumas cidades da região havia até agências especializadas em intermediar a ida de jovens para trabalhar de garçons nesses estabelecimentos comerciais. Entretanto, a partir de 2000 as perspectivas de migração para os grandes centros tornaram-se menos atraentes devido à redução dos salários e à precariedade das condições de trabalho e moradia.

Embora não se disponha de dados quantitativos, por ocasião da realização desta pesquisa verificou-se que não apenas esse processo de migração para churrascarias havia diminuído como havia também um movimento inverso, ou seja, de jovens que estavam retornando para seu local de origem. Muitos desses jovens retornaram e investiram na propriedade paterna as economias acumuladas durante o período que trabalharam como garçons. Investiam, sobretudo, na atividade leiteira, “a tábua de salvação” da agricultura familiar da região. Outros ainda passaram a se dedicar à produção de produtos coloniais em agroindústrias familiares rurais.

Um dos casos analisados é a de um jovem filho de agricultor que aos 18 anos saiu para trabalhar de garçom durante três anos nas cidades de Curitiba e São Paulo. No primeiro ano que trabalhou fora, enviava dinheiro para ajudar seu pai a pagar o empréstimo bancário que havia contraído para adquirir vacas leiteiras, atividade que passou a ser a principal fonte de renda do pequeno estabelecimento rural de sua família. Ao todo trabalhou durante três anos como garçom em restaurantes em Curitiba e São Paulo. Em 2002 retornou para a propriedade dos pais, pois as condições de trabalho em restaurantes não mais compensava.

Ao retornar, sua intenção inicial era trabalhar como operário em frigorífico instalado em Maravilha, cidade próxima à propriedade rural de seus pais. Entretanto, neste

ínterim um grupo de agricultores de seu município havia se reunido para a criação de uma pequena cooperativa cujo objetivo era viabilizar a construção uma agroindústria de derivados de leite, da qual seu pai era sócio. Devido à sua experiência e conhecimentos adquiridos no período que trabalhou fora da propriedade, o jovem foi contratado pelo grupo para ser o administrador da cooperativa. Já à frente do empreendimento coletivo, voltou a estudar, concluiu o segundo grau e fez o curso de nível superior de Tecnologia em Laticínio em universidade da região. A conclusão do curso permitiu também que assinasse como responsável técnico do laticínio.

O acesso a estes diversos conhecimentos e a visão de mercados que adquiriu enquanto trabalhava nas churrascarias em Curitiba e em São Paulo lhe deu segurança também para adquirir uma pequena queijaria que produzia queijo colonial. Além de continuar a produção do queijo colonial, seu principal produto, investiu também na produzir iogurte, bebida láctea, creme de leite e ricota. Por ocasião da entrevista, o jovem tinha a intenção de deixar o emprego na cooperativa para se dedicar integralmente à queijaria artesanal.

O período que trabalhou nas churrascarias em Curitiba e São Paulo lhe permitiu que captasse a visão dos consumidores, entender seus hábitos alimentares, gostos,

preferências e valores, de fundamental importância para as atividades que passou a desenvolver ao retornar:

Você muda o teu meio de convivência com o pessoal. Então, a ideia de mercado, por exemplo. A ideia, a visão até de, eu até diria, de um negócio, de empreendedorismo. A tua visão antes [de sair do meio rural] e tua visão depois. [Eu] morava na propriedade. Se ia para o centro, para Maravilha, isso o que, uma vez a cada sessenta dias... [...] Então você fica isolado do mundo. A tua visão de mundo é a propriedade. [...] Então, quando você sai, você vai trabalhar numa cidade grande. Que, obviamente, a tua própria cultura, do pessoal que mora entra em choque com a tua. Então você começa a ter uma visão diferente do mundo do que você tinha antes. Isso pra mim, eu acredito que foi essencial. (Entrevista com jovem agricultor. Arquivo dos autores).

Um segundo jovem entrevistado possuía 21 anos, filho mais jovem de um casal de agricultores de pouco mais de 50 anos, o qual trabalhava na agroindústria familiar com seus pais, instalada numa propriedade rural de sete hectares,

localizada a mil metros de pequena cidade do oeste catarinense.

A família de agricultores é conhecida regionalmente pela qualidade de seus derivados da cana-de-açúcar, especialmente o melado batido, comercializado diretamente na propriedade e nos supermercados das pequenas cidades próximas. Além da venda de melado e açúcar mascavo, a propriedade havia iniciado também o trabalho com turismo rural, fazendo parte da rota turística construída no entorno da pequena central hidroelétrica (PCH) instalada no município. Antes da produção de melado e açúcar mascavo a propriedade tinha como fonte principal de renda a produção de leite.

Assim como quase todas as agroindústrias rurais construídas pelos agricultores familiares na região (DORIGON, 2008, 2009; DORIGON; RENK, 2014), a família iniciou a comercialização dos derivados de melado e açúcar mascavo no mercado informal, produzindo pequenas quantidades. Somente após haver estabelecido uma clientela é que fizeram os investimentos necessários para aumentar a escala de produção e se formalizar.

Entretanto, antes de iniciar o empreendimento com seus pais, o jovem concluiu o segundo grau e fez um curso complementar de Técnico em Agropecuária. Mas os conhecimentos mais importantes para a gestão do empreendimento familiar foram adquiridos em um estágio de quatro meses em turismo rural, jardinagem e paisagismo em

Nova Petrópolis (RS), numa grande empresa do setor. Nessa mesma empresa trabalhou também com vendas, adquirindo habilidades em relação ao mercado.

Ainda por ocasião de sua saída para fazer o estágio, o jovem já tinha a intenção de retornar para trabalhar na propriedade dos pais. Ao voltar, assumiu a responsabilidade pela comercialização de açúcar e melado e pela gestão do negócio, enquanto seus pais se encarregavam da produção. O jovem ocupava também um cargo de diretor de turismo meio período na prefeitura municipal de sua pequena cidade e trabalhava juntamente com a equipe técnica da Epagri para consolidar a rota turística do circuito do entorno da PCH, rota da qual sua propriedade fazia parte.

Ao ser questionado sobre as razões que o levaram a retornar ao seu município e a trabalhar com seus pais na propriedade rural, o jovem apontou para as vantagens de trabalhar em seu próprio negócio, de gostar de viver no meio rural e de achar a propriedade de seus pais bonita. Além disso, sua propriedade ficava próxima à cidade e suas atribuições estavam relacionadas a atividades que não envolviam trabalho braçal. Possuía também outra fonte de renda complementar, advinda de seu cargo de diretor de turismo, mesmo que a remuneração fosse de meio período. A propriedade recebia também a visita de turistas, população urbana das cidades vizinhas e visitas de estudantes organizadas pelas escolas da cidade, mediante o pagamento de uma taxa por aluno.

O trabalho livre aos fins de semana foi uma preocupação levantada pelo jovem para que os jovens filhos de agricultores permaneçam no meio rural: “Primeira coisa, para os jovens ficar na agricultura: eles vão ficar, mas não vão querer trabalhar no sábado de noite até segunda de manhã”.

Assim, dado o arranjo familiar, o jovem conseguia conciliar sua atividade de meio expediente na prefeitura municipal de diretor de turismo rural com a venda dos produtos e a gestão da agroindústria, enquanto seus pais se encarregavam das atividades produtivas.

Outro caso analisado e a de uma jovem de 20 anos, filha de agricultores de uma comunidade rural de município próximo à cidade de Maravilha. O pai, com 55 anos, e a mãe, com 50 anos, possuíam uma agroindústria de derivados de carne suína. Iniciaram a atividade na informalidade e a produção foi ampliada de acordo com a demanda até obterem escala suficiente para que viabilizasse a construção das instalações necessárias para a obtenção do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), passando assim para o mercado formal.

A jovem fazia engenharia de alimentos na universidade pública estadual em cidade próxima e aos fins de semana, entre sexta e segunda-feira, permanecia na casa dos pais e os ajudava na agroindústria da família. Ao ser questionada se o fato de seus pais possuírem uma agroindústria influenciou na sua decisão da escolha do curso,

a jovem respondeu que em parte sim, pois já detinha algum conhecimento em alimentos. Mas outros fatores influenciaram na escolha, como a universidade ser pública e localizada em cidade próxima.

Embora gostasse das atividades desenvolvidas na agroindústria da família, a jovem apontou como limitações a distância da propriedade à cidade e a dificuldade para se deslocar, já que a estrada era de chão batido. Assim, a jovem ainda não havia decidido se, após a conclusão do curso, trabalharia na agroindústria da família ou exerceria sua profissão na cidade.

Outro caso analisado é o de um presidente e administrador de cooperativa de agroindústrias familiares rurais, localizada em pequeno município, distante 15 km da cidade de Maravilha. Embora o presidente da cooperativa tivesse 38 anos, pela sua trajetória profissional e pelo papel que desempenhava na organização da rede de pequenas agroindústrias familiares rurais, optou-se por descrever e analisar sua trajetória profissional.

A cooperativa foi fundada por 20 agricultores para dar destino à produção de uvas para suco. O plantio das videiras foi incentivado por uma indústria de sucos que se instalou na região mas que após três anos de operação fechou as portas, deixando os agricultores sem opção de mercado para produção de seus vinhedos. A partir da assessoria dos técnicos da Epagri, a cooperativa decidiu ampliar sua atuação e filiar

sócios de outros municípios vizinhos. Assim, a partir desta cooperativa criou-se uma rede de pequenas agroindústrias. Quando da realização da pesquisa, a cooperativa contava com nove agroindústrias familiares rurais filiadas, localizadas em 12 municípios próximos.

Antes de retornar ao município de origem, o presidente da cooperativa havia estudado em Passo Fundo, onde foi seminarista, cursou Filosofia e Teologia e fez curso pós-graduação em Psicopedagogia. Retomou também a graduação em Direito que havia interrompido antes de assumir a função de presidente da cooperativa. Logo que retornou para seu município natal trabalhou durante três anos na secretaria de educação, mas fazia três anos que havia deixado aquele trabalho para administrar a pequena cooperativa. Parte de sua remuneração era paga pela cooperativa, na qual trabalhava em tempo parcial, parte era oriunda de convênios que havia assinado com duas prefeituras da região para auxiliar na organização e assessoria às pequenas agroindústrias daqueles municípios, além da renda que obtinha da unidade de produção de sucos de uva da cooperativa. Os conhecimentos adquiridos em sua formação acadêmica e experiência profissional mostraram-se grande relevância em seu trabalho de organização e gestão da cooperativa.

5. Conclusão

A agricultura familiar do oeste catarinense passa por um momento de forte êxodo rural e regional, sobretudo de sua população mais jovem, que se recusa a seguir trabalhando nas atividades tradicionalmente desenvolvidas por seus pais. Dentre as várias causas está ruptura intergeracional do *ethos* trabalho. A concepção da categoria trabalho sofreu modificações. Na geração anterior era entendida como penosidade e avaliada positivamente. Daí que só os agricultores *trabalhavam*, no sentido estrito de termo, análogo à diferenciação entre *ergon* e *ponos* (ARENDDT, 2005). A ampliação dos horizontes aos filhos de agricultores permitiu a avaliação do ofício e dentre eles não torná-lo mais uma condição. O assalariamento que outrora recebia críticas e era tido como o inverso da condição camponesa, neste caso passa a ser incentivado, principalmente, à camada feminina. A opção pelo assalariamento passa pela avaliação da renda mensal, remuneração de férias e folga semanal contam favoravelmente, em oposição à safra anual na lavoura. O cálculo paterno, nesses casos, leva ao cômputo do declínio da condição camponesa dos duros afazeres da lide rural, em oposição a outras atividades consideradas melhor remuneradas.

O esgarçamento das fronteiras entre rural e urbano permitem que a *hexis* corporal não seja distinguida tão

frequentemente, como outrora, permite, igualmente, uma padronização de vestuário, contribuindo para a indistinção. A escolarização joga para a ruptura intergeracional. O espalhamento e interiorização do ensino de primeiro a terceiro graus, mesmo que o último nem sempre seja gratuito, acessá-lo equivale a obter a sua fração de herança, como asseguram os pais. E, por parte da nova geração, a escolarização permite acesso a mercado de trabalho, seja permanecendo no meio rural, seja em espaços urbanos. O que diferencia é a possibilidade da escolha da ocupação.

Quanto ao esvaziamento rural, se ainda é um fenômeno em curso, novas perspectivas começam a surgir na região. Assim como ocorre em países da Europa, observa-se que também no oeste de Santa Catarina “agricultura” e “meio rural” não mais são sinônimos. Embora a produção de matérias-primas para as grandes indústrias agroalimentares (suínos, aves, grãos, fumo e, sobretudo, o leite), ainda é a principal fonte de renda para a população rural, outras opções encontram-se em plena expansão. Dentre as quais se destaca a produção de alimentos de qualidade diferenciada (produtos coloniais, orgânicos, crioulos, dentre outros), muitas vezes associada ao turismo rural.

A pluriatividade também ganha destaque, com famílias com um ou mais componentes com trabalho assalariado, mas com residência no meio rural. Além dessas transformações no mundo do trabalho, percebe-se uma aproximação progressiva

entre as condições de vida dos que vivem nas cidades e as dos que vivem no meio rural. Morar no meio rural, mesmo que a opção seja por não viver da agricultura, passa a ser uma possibilidade. Contribuem para isso a melhoria da infraestrutura, como estradas, meios de transportes baratos (motos) – que facilitam a mobilidade – e o acesso à telefonia e à internet, associados ao acesso mais fácil ao conhecimento, inclusive de nível superior, propiciado pela expansão de universidades e faculdades na região.

Observa-se também que muito dos agricultores à frente de agroindústrias ou de pequenas cooperativas é de população jovem, que tiveram contato com o mundo urbano, quer via trabalho ou estudo. Ou então são lideranças sindicais, com participação de movimentos sociais e ONGs ou com atuação política partidária. São indivíduos que desenvolvem a capacidade de construir pontes valorativas entre o mundo urbano e o mundo rural, percebendo as opções de mercado para a produção de produtos alimentares de qualidade diferenciada ou para o turismo rural.

Referências

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. Espace social et g nese de « classes ». Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n. 52-53, p. 3-15, jun. 1984.

_____. La Distinction. Critique sociale du jugement. Paris: M nuit, 1979

_____. Une classe object. Actes de la Recherche em Sciences Sociales, n. 17/18, 1977.

DORIGON, C.; RENK, A. Juventude rural e reconvers o produtiva rumo a produtos de qualidade diferenciada. In: RENK, A.; DORIGON, C. (Orgs.). Juventude rural, cultura e mudança social. Chapecó: Argos, 2014. p. 35-76.

DORIGON, C.; RENK, A. Técnicas e métodos tradicionais de processamento de produtos coloniais: de “miudezas de colonos pobres” aos mercados de qualidade diferenciada. In: Revista de Economia Agrícola. S o Paulo: Instituto de Economia Agrícola. v. 58, n. 1, p. 101-113, jan./jun. 2011. P. 101-113.

DORIGON, C. & CERDAN, C. (2010) - La valorisation des Savoir Faire au service d un territoire : les produits coloniaux de la région

Ouets de l etat de Santa Catarina - Brésil. In: *Séminaire International EAAE-SYAL - Dynamique Spatiale dans les Systèmes Agroalimentaires, 2010*, Parma. Séminaire International EAAE-SYAL - Dynamique Spatiale dans les Systèmes Agroalimentaires.

DORIGON, C. O Mercado Informal dos Produtos Coloniais da Região Oeste de Santa Catarina. In: Encontro Nacional de Estudos do Consumo. I Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo. Anais eletrônicos..., Rio de Janeiro, 2010.

_____. Produtos Coloniais e a Extensão de Redes Rumo Mercados extra-Regionais. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia Anais eletrônicos. Rio de Janeiro, 2009.

_____. Mercados de produtos coloniais da Região Oeste de Santa Catarina: em construção. 2008. 437 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Programa de Engenharia de Produção, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. 437 p.

FEL, E.; HOFER, T. Proper peasant. Traditional life in a hungarian village. Chicago: Aldine Publishing Company, 1969

FORTES, M., *O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico*. Brasília, Editora da UnB, 1974.

GALESKI, Basic concepts of rural sociology. Manchester: Manchester University Press, 1972.

GARCIA-PARPET, M. F. La construcion sociale d'un marche parfait. Actes de la Récherche em sciences sociales. Paris: EHESS, n. 65, p. 2-13, nov. 1986.

_____. Dispositions économiques et stratégies de reconversion: L'exemple de la nouvelle viticulture. Ruralia. Paris: Revue de l'association ds ruraristes français, n. 7, p. 129-157, 2000.

_____. Representações científicas e práticas mercantis camponesas. Raízes. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, v. 21, n. 02, p. 196-211, jun./dez. de 2002.

_____. A construção social de um mercado perfeito: o caso de Fontaines-en Sologne. Estudos, Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 20, p. 4-44, abril, 2003.

_____. *Le marché de l'exellence: les grands crus à l'épreuve de la mondialisation*. Paris:Seuil. 2009. 272 p.

GRIGNON, Claude. "Le Paysan Inclassable". In Actes de la Recherche en Sciences Sociales, nº4, juillet 1975, p.82-87.

MARCONDES, T.; MIOR, L. C.; REITER, J. M. W.; MONDARDO, M. - Os empreendimentos de agregação de valor e as redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina. Florianópolis: Epagri, 2012. 34p. Disponível em: http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/Agregacao_valor.pdf. Acesso em 19 de nov. 2014.

MENDRAS, H. La fin des paysans – suivi d’une reflexion sur la fin des paysans, vingt ans après. France: Actes Sud/H. Nyssen, 1984.

RENK, A.; DORIGON, C. Trabalho, juventude rural e mudança social. In: RENK, A.; DORIGON, C. (Orgs.). Juventude rural, cultura e mudança social. Chapecó: Argos, 2014. p. 15-34.

RENK, A. Sociodicéia às avessas. Chapecó: Grifos, 2000.

_____. CABRAL Jr. Vilson. Campesinidade e imigração internacional: novas estratégias dos jovens rurais do Oeste Catarinense. Esboços Revista do Programa de Pós-Graduação em História UFSC, vol. 10. N. 10, 2002.

SEYFERTH, Giralda. “As contradições da liberdade: análise de representações sobre identidade camponesa”. RBCS. (8), 1992.

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar. Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 102 p.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Visões de Mundo Rural dos Jovens: da invisibilidade social à busca da cidadania. In: AUED, Bernardete W.; PAULILO, Maria Ignez S. (Orgs.). Agricultura Familiar. Florianópolis: Insullar, 2004. p. 153-170.

TEPPICH, J. Marxisme et agriculture. Paris: Armand Colin, 1975.

WOORTMANN, E. Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: UNB, 1995.

WOORTMANN, K. "Cum parente não se neguceia". Brasília: Anuário Antropológico. 1990.

**A JUVENTUDE WAIWAI ESTUDANTIL
DA CASA DE TRANSIÇÃO:
AVENTURAS, LIBERDADE, ESTUDO E
RITUAL DE PASSAGEM NA CIDADE.**

Fernanda Lobo dos SANTOS⁴

1. Apresentação

Este artigo tem o propósito de analisar a apropriação indígena - pela juventude Waiwai estudantil, moradora da Casa de Transição - do núcleo urbano do município de Oriximiná, no estado do Pará, Baixo Amazonas. É a rotina escolar, o ponto de partida de suas experiências, contudo, estas vão além dos muros das instituições de ensino e se estendem aos múltiplos espaços, atores, tempos e valores citadinos, que são determinantes como um estoque cultural de conhecimento acumulado na tentativa de neutralizar a dominação e tornar menos assimétricas as relações com o estado e com outros agentes e agências sociais. Logo, a busca pela liberdade do momento presente não diverge do projeto por uma autonomia (individual e coletiva) porvir. E assim

⁴ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense. Docente na rede Pública de Ensino do Estado do Rio de Janeiro. Contato: fernanda_lobo_s@yahoo.com.br

fazem mais como atores sociais de um processo ritual que cria empoderamento, do que como vítimas passivas de um processo inexorável de assimilação. Para analisar o modo como esses jovens vivenciam a juventude no universo urbano por meio da imersão e experimentalismo nas aventuras, performances, transgressões, diferenças e hostilidades utilizou-se o referencial da sociologia da juventude, das teorias antropológicas sobre etnicidade e sobre os rituais de passagem.

2. O trabalho de campo e a juventude Waiwai estudantil masculina⁵:

Ao longo de sua história, a hostilidade e o isolamento nunca foram as bases pelas quais os Waiwai mantiveram suas fronteiras étnicas.⁶ Sua unidade têm sido construída de forma descontínua por meio da mobilidade numa extensa rede de

⁵ Este artigo é parte do último capítulo de minha dissertação de mestrado intitulada: “Juventude Waiwai: experiências urbanas e rito de passagem” (UFF, 2014), orientada pelo Prof. Dr. Sidnei Peres.

⁶ O etnônimo Waiwai “não corresponde a uma única unidade étnica substancial (...), mas a uma invenção motivada (...) por projetos políticos (...). Muitos índios que vivem atualmente nas comunidades Waiwai se reconhecem e são reconhecidos por denominações menos englobantes como é o caso dos Hixkaryana, Mawayana, Karapawyana, Katuenayana e Xerewyana, entre outros.” (Zea, 2006).

relações e interações sociais, e descentralização e centralização territoriais.

Os Waiwai se encontram dispersos nos territórios de Guiana e Brasil, os Waiwai apresentados nesse trabalho ocupam as terras indígenas Trombetas-Mapuera e Nhamundá-Mapuera, que abrangem territórios no estado do Pará, Amazonas e Roraima. Os índios, aqui referidos, são sujeitos históricos e concretos: são evangélicos, muitos falam o idioma nacional, se vestem como nós, utilizam celulares e relógios, ouvem música regional, alguns tocam violão, baixo ou teclado, cursam e querem cursar a universidade. De modo algum, se assemelham ao ideal estético e moral do homem “natural” dominado pela mentalidade pueril do “bom selvagem” rousseauiano⁷.

⁷ No artigo “Os grupos étnicos e suas fronteiras” publicado em 1969, o antropólogo norueguês, Fredrik Barth se apoia da formulação de uma teoria sobre a etnicidade, em que os grupos étnicos não são classificados pela aptidão de se manterem intactos apesar do contato, mas pela capacidade efetiva de se organizarem socialmente, frente ao Estado e a sociedade, forjarem identidades, fazerem escolhas, criarem estratégias e novos arranjos, de acordo com as demandas e desafios advindos das situações de contato. Sobre esse aspecto, Barth (2000, p. 26) analisa que a persistência dos limites entre os grupos étnicos não está relacionada ao isolacionismo geográfico, e a despeito das fronteiras serem atravessadas, os limites persistem. Pois, os processos de exclusão e incorporação, são as formas como as distinções são mantidas. Portanto, a interação dentro desses sistemas não leva a destruição pela mudança ou aculturação.

Em 2009, durante o primeiro trabalho de campo, a juventude Waiwai estudantil masculina emergiu, entre a juventude Waiwai estudantil da cidade, como o segmento mais numeroso de moradores indígenas do meio urbano do município de Oriximiná. Oitenta por cento dos alunos Waiwai matriculados em escolas da cidade de Oriximiná eram rapazes, cursando o ensino fundamental e médio em instituições de ensino público, numa faixa etária entre 15 e 27 anos. Eles seguiam regime de permanência variado: alguns se encontravam estabelecidos em casas alugadas com famílias ou parentes, outros alugavam pequenas casebres, nos bairros afastados próximos à zona rural, e por último, o segmento que mais nos interessa: a juventude residente da Casa de Transição⁸.

Na rotina urbana era comum que, os rapazes moradores da Casa de Transição, pelas mãos dos Waiwai que chegavam à cidade e partiam para a aldeia, recebessem e enviassem encomendas, presentes e cartas a suas famílias.

⁸ A Casa de Transição é uma moradia indígena coletiva na cidade. Foi construída em 2008, resultado de negociações diretas de lideranças indígenas com o governo estadual. A CT possui a mesma estrutura circular de uma umana, entretanto, sua composição é de alvenaria e telhas. A umana é uma casa cerimonial, onde na aldeia se comemora conjuntamente todo tipo de festividades e realizam reuniões de interesse a toda a comunidade.

Nos períodos de recesso escolar, retornavam a suas aldeias de origem, para desfrutarem um tempo junto á família e festejarem o Natal, chamado de Kresmus. Festa da qual se orgulham profundamente, e na qual são entoados cantos, realizado rituais de pintura e dança utilizados adereços especiais, numa teatralização dos animais da fauna local.

Grosso (2000) destaca que a juventude é uma categoria social que não pode ser reduzida à questão biológica da faixa etária (uma classe de idade), mas tão pouco deve ser minimalizada a mistificações ideológicas. O autor argumenta que não se trata de negar seu domínio universal, mas que este deve ser relacionada a outras categorias sociais (fatores históricos, étnicos, sociais e culturais) que fazem da juventude um grupo fundamentalmente heterogêneo. Tendo como base essa premissa, as categorias relacionais, que na presente pesquisa foram empregadas no diálogo com a categoria de juventude são as de etnia e gênero.

3. “Aprender português”: uma estratégia para evitar o trabalho na roça

Durante o trabalho de campo e a observação participante, a utilização indígena da categoria “aprender português”, revelou ser, do ponto de vista nativo, a principal motivação para o deslocamento até a cidade, seguida das referências ás festas e a categoria “curtir”. Enquanto a

“cachaça” e a “briga” foram citadas como os maiores fatores de incômodo e risco. A seguir, o depoimento do professor Esaú Waiwai reitera a apropriação indígena da língua portuguesa como artifício de um projeto de autonomia:

Eu vou falar do meu estudo, *aprender português pra nosso futuro*. Primeiramente, eu estudava em 2008 no ensino Médio, em 2012 entrava na faculdade, *oportunidade de acrescentar*. Hoje, *aprendi mais conhecimento nossa vida*. Assisti um filme sobre a história da educação do Brasil. Muitos tempos, 1920, todos nós andavam nus. *Hoje nós aprendemos andar de roupa*, de calças (...), *mudança de nosso viver*. Mas, *hoje também, todos indígenas querem aprender o português*, pra conhecimento, pra estudar e trabalhar educação e saúde. Por que viver na cidade? Por que viver na aldeia? Por *isso importante entrar em escola e depois em faculdade, porque entrando acrescentar ao nosso conhecimento, nosso futuro*. (Esaú Waiwai – Entrevista concedida em 2013 - Grifos meus.).

Aparentemente sintética, a categoria “aprender português” carrega em si, outras motivações e interesses. Pois, se inicialmente indica o desejo de obter o diploma de ensino médio para pleitear uma vaga no mercado de trabalho ligado às organizações indígenas e às políticas públicas voltadas para os índios ou tentar ingressar na universidade, também abrange o aprendizado e domínio de objetos, signos, comportamentos e valores que incluem o “mundo dos brancos”, como tipos de lazer, gírias, consumo de bens materiais, moda, sociabilidade e códigos de afetividade.

Os termos utilizados na fala do professor Esaú Waiwai (“aprender português pra nosso futuro”, “oportunidade de acrescentar”, “conhecimento nossa vida”) reportam-se a uma trajetória Waiwai (individual e coletiva) de descolonização e empoderamento, e que o grupo vêm vivenciando como um projeto de autonomia patente, que tem por objetivo a participação na gerência de seus próprios assuntos e na reivindicação de seus direitos, desestabilizando as antigas relações de poder. Para Antunes (2002) o ambiente local é o ponto de partida do processo de democratização do poder, e é a experiência e o conhecimento cotidiano dos sujeitos com seus próprios problemas que cria a disposição de mobilização (participação), uma vez que conhecem a origem das demandas e tem um conhecimento intrínseco sobre aquela realidade.

Sobre a representação Waiwai da cidade como um lugar de aprendizagem é pertinente à análise de Alves (2000),

que critica a ortodoxia em se considerar que só se aprende em sala de aula. A autora ressalta que o espaço de “aprenderensinar” está além dos muros da escola e do conhecimento formal, e se encontra também no mundo, através da prática cotidiana, das noções, ideias e representações que os sujeitos constroem sobre suas próprias ações e sobre as ações dos outros, por meio da interação social.

4. A Juventude estudantil Waiwai e a moda urbana

A juventude estudantil Waiwai que estuda e vive no meio urbano de Oriximiná, segue a tendência local: pinta o cabelo, usa o mesmo corte de cabelo dos jovens locais: um moicano ou topete baixo descolorido, alguns descolorem os pelos dos braços usa boné, óculos escuros, relógio celular. Eles vestem roupas coloridas da moda, são fãs do estilo musical tecno-brega, se interessam por internet, utilizam as gírias locais (como “bagunçar”, “curtir”, “leso”, “mana”) e gostam de “ficar”. Alguns bebem, fumam, praticam sexo sem compromisso⁹. Entre a população local, a adesão Waiwai à

⁹ Sobre a prática do sexo descompromissado é interessante conferir o trabalho desenvolvido por Margareth Mead, em 1939, sobre as jovens mulheres samoanas que protelavam o casamento para desfrutarem do sexo ocasional, antes de construírem uma vida estável como esposas e mães.

moda urbana é interpretada com desprezo, julgada como uma forma de degradação e negação da identidade, os chamam de “índios moderninhos”, dentre outras definições, como por exemplo, “índios que não são mais índios”, “índios amansados”, “índios espertos” etc.

Pais (2006, p. 16) considera o fato de que entre os jovens a excentricidade no vestir, corresponde também, ao questionamento da validade dos limites convencionais. Com base nessa afirmação, seria melhor considerar que a adesão da juventude Waiwai à moda urbana é uma forma de transgressão dos costumes indígenas evangélicos estabelecidos na aldeia. A moda passa a ser um instrumento para rebelarem-se, como juventude, e se apropriarem do próprio corpo, contra uma estrutura dominante de valores evangélicos, que dociliza seus corpos constringendo sua sexualidade. A moda significa mais do que a lógica consumista de mercado, reproduz um jeito de ser e de pensar, questiona a validade dos limites convencionais. “Designadas como “culturas de margem”, o que estas culturas juvenis reclamam é inclusão (...). Daí suas performatividades, que se ritualizam nos domínios da vida cotidiana, libertos dos constringimentos institucionais (...)” (PAIS, 2006, p. 14).

Mead, Margaret. Adolescência, sexo y cultura em Samoa. Barcelona: Planeta De Agostini, 1985.

Por outro lado, a moda urbana entre a juventude Waiwai também pode ser pensada através do estudo de Simmel, que observa a existência do desejo da igualdade e da individualização como duas tendências não divergentes, pelas quais, a juventude aqui referida, por um lado imitaria a moda urbana, e por outro lado, entre seus pares, tentaria se distinguir.

Levando em conta que, a moda não se trata apenas de seguir o uso de determinados tipos de roupas, também “inclui gestos, voz, entonação, olhar, postura, andar, pelos cabelos e todo o resto que compõe a imagem pessoal.” (PORTINARI E COUTINHO, 2006).

A adesão à moda urbana, não anula os estigmas, pelo contrário, os acentua, e a experiência da marginalização e preconceito vividos na cidade, os leva naquele cenário hostil, a aprenderem o que é ser índio. Através da marginalização, no meio urbano é que esses jovens aprendem a acionar a identidade e o orgulho étnico. A ruptura com o status quo mostra que no encontro com o “outro”, encontram a si mesmos, como num jogo de espelhos.

5. “Novas sensibilidades” e “Sensações multiplicadas”¹⁰:

Os moradores da Casa de Transição, o forró do final de semana é um evento esperado. O bar do Tonhão é um dos “points” prediletos. Nesses dias, separa-se a melhor camisa, cuidadosamente lavada e passada, e retocam a limpeza de seus tênis. É sexta-feira à noite, dia de perfumarem-se. Como é mês de Julho, período de recesso escolar, a fila para o banheiro não está tumultuada, pois a maioria dos jovens está na aldeia. Há pouca água, quem está na fila apressa quem toma banho. São vinte e duas horas, não tem lâmpada, embora haja eletricidade, e apenas um poste de luz do outro lado da rua ilumina a casa. Como guia eles usam apenas uma pequena lanterna. Um pequeno espelho de rosto enferrujado, serve para arrumarem seus moicanos, alguns preferem apenas confiar na opinião do amigo. Depois de superarem os obstáculos, finalmente saem¹¹.

¹⁰ Além disso, “[...] uma lógica, na qual, através do “experimentalismo” (e também da aventura e da extravagância), eles produzem novas sensibilidades”, como se os jovens nutrissem uma espécie de culto da sensação multiplicada – expressão que Baudelaire consagrou num diário íntimo - (O meu coração a nu)” (PAIS, 2006, p. 8).

¹¹ Eles costumam jantar às 18 horas, mas estamos no final de mês, a ajuda financeira concedida pelos pais está quase acabando, e eles preferem

O bar do Tonhão está localizado numa rua de chão de barro, no bairro rural do Penta, um bairro ocupado há aproximadamente uma década. Para chegar lá, alguns rapazes formaram duplas e pagaram um motoboy, outros caminharam aproximadamente quarenta minutos. Ao chegarem a seu destino, por volta das vinte e três horas, não entram imediatamente no bar, ansiosos e ao mesmo tempo cautelosos, observam o movimento, ao mesmo tempo em que também são observados pelos demais frequentadores. A entrada no bar do Tonhão custa dez reais. O ponto alto da noite são os shows das bandas de tecnobrega. Ao decidirem entrar, os Waiwai escolhem uma mesa e se revezam na compra da cerveja e do cigarro a varejo, ali comentam na língua nativa sobre o bar e sobre a especulação para a noite.

Jerônimo¹², 27 anos, estudante do ensino médio, diz que não sabe dançar forró, e por isso, não vai convidar nenhuma moça, mas ao surgir uma ex-colega de classe (não indígena), ele a conduz para o canto da pista, onde ninguém os possa ver, a dança tem muitos rodopios, como é de costume local. Ao término da dança ele retorna ao grupo e confessa que foi ela que o ensinou a dançar. Durante toda a noite, esta foi a sua única dança.

economizar para a diversão. A maioria faz apenas uma refeição por dia, que se resume a uma prato de ovo com farofa ou lata de sardinha.

¹² Os nomes dos jovens foram trocados.

Depois de meia noite, a casa lota. Com o início do show, os rapazes Waiwai se reúnem o mais próximo possível do palco e assistem seduzidos a cantora, uma mulher alta que usa um vestido curto, de couro, e balança o cabelo comprido e cacheado de um lado para o outro, enquanto canta canções sobre amores mal resolvidos e flertes. Um deles, professor na aldeia, se mantém mais próximo dela, já bastante embriagado, durante todo o show ele serve cerveja à cantora, como uma forma de reverência, ela agradece e sempre aceita, mas mantém a distância.

De repente, um homem de meia idade, desconhecido, bastante embriagado, os cumprimenta, mesmo de longe começa a pagar suas bebidas, embora não queira interagir com o grupo, a impressão é que ele pretende deixa-los bêbados. O show é interrompido para o leilão de um frango assado, um momento bastante esperado, que dura cerca de dez minutos, até que o frango é abatido por vinte reais. Em seguida, o show recomeça, mas desta vez é interrompido por uma briga, duas mulheres trocam socos e puxam o cabelo uma da outra, os seguranças esperam até intervir, enquanto isso, uma plateia exaltante forma-se ao redor delas. A briga serve de entretenimento ao público do estabelecimento. A intervenção por parte dos seguranças só ocorre após uma das mulheres empunhar uma faca. Os Waiwai se aproximam e observam atentamente a briga, excitados, rindo e comentando entre eles, na língua nativa.

Antes do fim da noite, chega um travesti que dança próximo a eles e também um rapaz que já trabalhou na aldeia como professor, ao chegar ele inicia um flerte com o homossexual, eles acham graça e se divertem em observar, mas minha presença intimida o ex-professor, avisado por um dos Waiwai que sou pesquisadora, o rapaz cessa o flerte com travesti, retorna ao grupo e me convida para dançar, mas eu recuso.

São quatro horas da manhã, o show já terminou e o bar está quase vazio. O segurança pede para que as pessoas se retirem, Frank Waiwai dorme no chão do estabelecimento, mas seus colegas acham desnecessário acordá-lo e o deixam lá.

O forró traz consigo compactado em uma única noite, muitas novidades: riscos, transgressões, violência, sensualidade e a sequência veloz de cenas acompanhadas por uma trilha sonora eletrizante. Os riscos que implicam uma noite de forró indicam um empreendimento ousado, o experimentalismo do contato com o exagero e o caos da cidade babilônia, são elementos que expressam a negação da moral evangélica fundamentalista predominante no grupo e a ruptura com a rigidez determinada. Transpor a fronteira s da aldeia é ousar experimentar o tempo e o espaço do “outro”, pois a cidade e seus eventos simultâneos e efêmeros rompem com a natureza trivial e anódina do cotidiano vivido na terra

natal (a aldeia), e novas sensações e sensibilidades são experimentadas através da evasão e liberação.

A cidade como cenário de risco e aventuras é um campo onde as regras de conduta cristã evangélica e dos ideais Waiwai de conduta pacífica e generosa¹³, podem ser parcialmente regredidas. Ademais, de que o compartilhamento dessa aventura sustenta um valor simbólico estimado entre seus pares. Pais aponta para o fato de que: “Correr um risco é também fazer correr a capacidade de correr um risco porque o risco é portador de um poder que valoriza o jovem que se confronta com eles.” (Pais, 2006:12). Os riscos criam oportunidades, é neste dado contexto, que os jovens Waiwai excluem, adicionam e remodelam seus valores culturais no “*fazer-se branco*” (tradução de Andreello

¹³ “(...) o ideal Waiwai de pessoa *tawake*, pacífica (Howard, 2001) (...) repousa sobre uma noção nativa de pessoa, onde a reciprocidade e a generosidade são aspetos centrais, mas também remete ao universo cristão, especialmente aos temas do amor ao próximo, da confissão dos pecados, e da vida eterna concedida por Deus (Idem)”. (Oliveira, 2010, p. 7). “Howard nota que para os Waiwai a relação de troca está fundamentada no sentimento de amor, afeição (*pinin yaw*), assim como a existência humana em sua plenitude pacífica. Por isso, a troca tipifica a harmonia e a sociabilidade que caracterizam a vida comunitária ideal, condição almejada por eles em oposição aos estados sociais “zangados” (*tirwonem*), que caracterizam tanto os índios “selvagens” como os brancos. Mas mesmo antes da conversão a resolução pacífica de conflitos já era considerada um meio superior de conduta pelos Waiwai.” (p.114).

(2006:61) para a expressão "pekâsã-yee" dos índios no Rio Uaiupés, no Alto Rio Negro), entretanto, sem se transformarem em um deles. A adoção dos signos e comportamentos do mundo do "outro" compõem o quadro do que podemos compreender como performances em momentos de interrupção da ordem social, conforme apresenta Turner (1974).

É sábado, a Praça de Santo Antônio está lotada, encontro um grupo de rapazes Waiwai sentados num banco, devidamente arrumados e penteados, esperando o início da festa na boate Bancrévia, localizada nos arredores. Eles bebem caipirinha enquanto observavam o movimento dos muitos jovens e famílias que passeiam, lotando a praça. No coreto da praça forma-se uma longa fila para comprar sorvete de cupuaçu e outras frutas locais, na esquina está o vendedor de cachorro quente de carne moída, e em volta da praça há várias barracas de especiarias e souvenirs. Após a meia noite, os rapazes compram os ingressos e, ao entrarem, dividem-se em dois grupos que, na pista de dança se posicionam distantes um do outro. José Waiwai, estudante secundarista, morador da Casa de Transição, encontra um amigo não indígena e se afasta do grupo por toda a noite. Ele parece orgulhoso por ser visto ao lado de um grupo de não índios, embora só converse com um de seus membros. Tento acompanhá-lo, mas ele só retorna ao grupo, quando depois de passar quase toda a noite

em pé conversando com seu colega (não índio), este não o convida para sentar-se á mesa, junto com sua turma.

É preciso observar que uma noite no forró e uma noite na boate Bancrêvia são aventuras exclusivamente masculinas, pois são atividades proibidas para as mulheres. Fuller (1997) afirma que a identidade do gênero masculino é construída a partir da formação de pares dentro de uma rede de amigos, e está baseada prioritariamente em aspectos, elementos e formas não domesticadas da masculinidade, subentendendo-se agregador e positivo, tudo que cinge o arco da agressividade e da transgressão das regras domésticas determinadas pelos pais. Nesse período da vida, fazem-se presentes novos valores predominantes entre a juventude, geradores de masculinidade, por divergirem e infringirem a esfera do sagrado, representada pela religião.

Procuro ressaltar a compreensão dessa juventude Waiwai, no sentido oposto aos boatos difundidos na cidade que fabricam a imagem desses jovens, como uma “ganguê”, no sentido de se comportarem agressivamente de forma delinquente, praticarem vandalismo e serem promíscuos. Discurso que carrega a convicção da juventude como um estado anômico (uma disfunção social, uma esfera problemática) somada à percepção etnocêntrica do “outro”. Ao contrário, aqui, a coletividade da juventude Waiwai é compreendida como “turma”, e assinalada do ponto de vista da vivência comum de um momento de transformação, por

um grupo que compartilha mais ou menos a mesma faixa etária, a mesma identidade étnica, objetivos, conflitos e motivações similares.

6. “Curtir a vida antes de casar”¹⁴: vida sexual e matrimônio

A cidade é um espaço propício para experimentar o sexo, antes de casar, e ter a possibilidade de um maior número de parceiros, tanto por parte de jovens heterossexuais, como pelos homossexuais e bissexuais. A liberdade que a cidade permite de viverem sua homossexualidade, sem serem reprimidos e cerceados pela sociedade da qual fazem parte, faz da cidade um palco privilegiado de anonimato¹⁵. Mas, viver na cidade, para qualquer jovem Waiwai, primeiramente, significa o adiamento do compromisso com o casamento. Antônio Waiwai, 24 anos, estudante do Ensino Médio, conta que:

¹⁴ O termo “curtir a vida, antes de casar” aparece entre aspas como referência a falas dos jovens.

¹⁵ O assunto da homossexualidade, como tabu que é, não pôde ser explorado em trabalho de campo, sob pena de perder a proximidade dos indivíduos envolvidos.

“Se eu tivesse na aldeia, eu já tinha casado há muito tempo! Quando eu tinha quatorze anos já queria dar mulher pra mim. (risadas) Ai eu disse: - Não! Tenho que estudar primeiro. Até uma tia ofereceu uma prima. Eu falei, “Tia, eu vou pra cidade , quando eu voltar , eu caso”. Nada, eu fiquei de vez pra cá!”. Os jovens lá casa com quinze, até com treze anos. Acho que se eu tivesse lá, eu tinha dez filhos. Às vezes, os jovens vêm pra cá, por esse motivo. Pai e mãe falaram esses dias, já tem outra prima, tá moça, você tem que casar com ela. Quando o homem Waiwai casa, ele tem que fazer uma família, tem que fazer casa, fazer roça, diferente daqui que ele tem que se formar, tem que estudar, pra depois pensar em casamento, se der certo fica, se não der certo, separa, lá não!” (Trecho de entrevista realizada no mês de julho de 2013. Arquivo da autora).

Meio a instrução e ao aprendizado da língua portuguesa, ás novas formas de sociabilidade e sensibilidades, o sexo acaba tornando-se uma consequência ambicionada e conveniente. E a liberdade desta prática, encontra consonância na possibilidade de experiência sexual sem contrato

matrimonial, uma vez que na aldeia, a prática sexual só é permitida após o casamento. Por meio de persuasão da família, os jovens são pressionados a contrair matrimônio uma semana após iniciarem o namoro, que consiste em conversas curtas e diretas e que devem ocorrer em local público, para evitar o perigo do contato sexual e das fofocas. Na aldeia, as moças solteiras não podem conversar sozinhas com os homens, sem que estejam acompanhadas por alguém mais velho ou do sexo feminino quando isto ocorre, rapidamente se espalham fofocas e levantam-se suspeitas sobre sua “integridade” (hábito persuadido pelos missionários).

Apesar disso, os jovens conseguem com frequência transpor este cerco e muitas moças solteiras engravidam. Se o rapaz decidir não assumir seu dever, ele deve trabalhar sozinho, durante um ano, na roça do cacique, um terreno do mesmo tamanho da pista de voo. No caso dos rapazes que estudam na cidade, estes devem interromper os estudos e retornar a aldeia para cumprir a determinação.

Um informante indígena me explica que, “lá eles não namoram, se gostar, tem que pedir permissão para o pai e para a mãe pra casar, e aí tem uma semana pra namorar, no domingo casa, só que agora a garotada tá mais atenta, querem conhecer mais, querem passear.” E completa: “namorar branca pode andar de mãos dadas, abraçado, beijado. Na aldeia conversa escondido.”

Ainda assim, entre os rapazes que estudam o casamento ainda constitui um projeto, mas atualmente, mesmo que seja um plano prorrogado. Nos questionários aplicados, no primeiro ano de trabalho de campo, todos, sem exceção, apontaram a intensão em namorar uma moça não indígena, mas contrair matrimônio com uma moça Waiwai, moradora da aldeia.

Desse modo, “aprender português” ou estudar na cidade significa também a possibilidade e a tentativa de uma vida sexual mais ativa, liberdade de experimentações e sensações de um universo de valores divergentes, daqueles pregados pelos valores evangélicos indígenas. É uma das maneiras de “curtir a vida antes de casar”, prorrogar o casamento e planejar o futuro. Estudar na cidade é um risco calculado, uma aventura planejada, adequada como subterfúgio estratégico eficiente.

Desde criança os Waiwai são iniciados na roça, mas com a escolarização, muitos pais os liberam dessa obrigação. Mesmo assim, ao terminarem seus estudos, voltam para a roça e passam a ser cobrados quanto à constituição imediata de um novo núcleo familiar. Entretanto, todo rapaz Waiwai, sabe que ao se casar deve obrigações e obediência ao seu sogro. Ao permanecerem na aldeia, este será o destino deles. A opção pelo estudo na cidade é assim uma estratégia pela qual evitam o casamento, e com isso, o desígnio da roça e a dependência do sogro.

Ao prorrogarem o tempo da juventude e irem estudar na cidade captam a educação, o diploma; e tudo que o “falar português” significa como recurso de qualificação para a vida social e profissional adulta. Ao retornarem para a aldeia com um diploma na mão, encontram-se aptos a competirem por cargos assalariados na área de saúde e educação. Ao concluírem seus estudos e completarem esse ciclo, estarão aptos a concorrerem a cargos assalariados no mercado de trabalho ligado às organizações indígenas e às políticas públicas voltadas para os índios ou a prestarem o vestibular, e ao mesmo tempo, prontos para iniciarem uma vida conjugal, que lhes permitam o status e a respeitabilidade do status de adulto. Talvez, não sendo mais dependentes do sogro, mas o genitor substituto ou colaborador essencial, ou mesmo, mais adiante, uma liderança.

7. Ritual de Passagem

A experiência urbana da juventude Waiwai estudantil, da Casa de Transição possui um enredo cuja interpretação é apropriada a definição de ritual de passagem como “performances de transformação” (Schechner, 2012:72), ou seja, formas específicas de atuação que compõe uma experiência que irá transformar os indivíduos coletivamente e definitivamente.

Arnold Van Gennep (1960) explica os rituais de passagem um processo composto por três fases: uma fase inicial de separação (do status anterior) que inclui o afastamento simbólico do indivíduo do seio de seu grupo; uma *fase liminar*¹⁶ ou de margem (quando se possui características ambíguas) e a agregação ou reintegração, já com um novo status e papel social, quando consumam a passagem, esperando que o indivíduo se comporte de acordo com os padrões aceitáveis de seu novo papel.

A experimentação da fase liminar pela juventude estudantil Waiwai em questão, é vivida através da experimentação do urbano, é um momento que através da performance vivida, se estabelece a distancia (uma ruptura temporária) da “ordem natural” da sociedade a qual pertencem, e passam a comportar ações e valores do que já foi com o que pretendem se tornar. Nesse sentido, suas performances são guiadas tanto pelo paradigma do homem urbano, como também pelas realizações das lideranças indígenas residentes na cidade. A liminaridade é um período de recesso do código de conduta pacífico Waiwai e das regras morais evangélicas:

¹⁶ Grifo da autora.

“frequentemente é comparada à morte, ao estar no útero, à invisibilidade, à escuridão, à bissexualidade, às regiões selvagens (...)” (Turner, 1974:11). “Do ponto de vista cognoscitivo, nada real e melhor a regularidade, que o absurdo ou o paradoxo. Emocionalmente, nada satisfaz tanto como o comportamento extravagante ou ilícito temporariamente permitido.” (Turner, 1974, p. 21).

Para o antropólogo britânico Victor Turner, é o desvio ritualizado que constrói as dinâmicas necessárias à reprodução e vigência das instituições. A estrutura só pode ser realmente compreendida, se considerarmos os desvios. Entretanto, a realidade estudada aponta que essa ruptura momentânea da ordem estabelecida, não necessariamente leva a contribuição da legitimidade das estruturas presentes na sociedade Waiwai. Pois, a reintegração da juventude Waiwai (após a vivência na cidade) no seio do grupo, com o status de adulto, tem mostrado, há várias décadas, que em vez de conservar a estrutura, causa relevantes e notáveis transformações. Vide a experiência urbana das lideranças indígenas que formavam a juventude Waiwai, na década de oitenta, e que hoje são lideranças eminentes.

8. Considerações Finais

O principal objetivo deste artigo foi analisar a experiência urbana da juventude estudantil Waiwai contemporânea, moradora da Casa de Transição, na cidade de Oriximiná, PA, desde uma abordagem transcendente ao senso comum (inclusive da população local), que acusa essa dinâmica de ser um processo homogeneizador de inexorável aculturação. Este estudo demonstra que tais diagnósticos não condizem com a realidade estudada, e, revela que após o período de experiência e aprendizado na cidade, todos os jovens, sem exceção, retornam a aldeia, sendo o meio urbano um caminho pelo qual eles se reinventam e se descobrem indígenas, fortalecendo ainda mais seus laços com o grupo.

Atualmente, alguns dos jovens que eram estudantes de ensino médio, moradores da Casa de Transição, no ano de 2009, são estudantes da UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará, no município de Santarém, e na UEPA- Universidade Estadual do Pará, no campus em Oriximiná. Outros retornaram e trabalham como professores do ensino fundamental na aldeia. Todos os jovens universitários manifestam o objetivo de regressarem ao seio do grupo para “ajudar parente” ou “ajudar meu povo”.

Além disso, essa pesquisa buscou contribuir para revelar “as sensibilidades performativas das culturas juvenis, em vez de nos aprisionarmos a modelos prescritivos com os

quais os jovens já não se identificam.” (Pais, 2006:13). No caso da juventude indígena, a cobrança desses padrões por parte do estado e pela sociedade brasileira, torna-se ainda mais rígida, uma vez que ainda se insi em nos arquétipos literários indianismo romântico e nos clássicos esquemas de estágios evolutivos, e se despreza as dimensões históricas, étnicas e contemporâneas, as quais esse povos atores sociais, no centro dos processos os quais intervêm.

Por fim, as suas experiências urbanas, consideradas como rituais performáticos de passagem faz-nos considerar que o acúmulo de estoque de conhecimento na cidade, deve ser tomado como uma estratégia dessa juventude estudantil para suplantar as estruturas vigentes (dentro de sua própria sociedade e na sociedade nacional) que já não mais lhes servem, e trilharem os caminhos das lideranças porvir.

Referências

ANDRELLLO, Geraldo. Cidade do Índio: Transformações e cotidiano em Laerte. São Paulo: Editora UNESP/ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2006.

ALVES, Nilda. Espaço e tempo de Ensinar e aprender: In Linguagens, espaços e tempo no ensinar e aprender\Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE)-Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

ANTUNES, Marta. O caminho do empoderamento: articulando as noções de desenvolvimento, pobreza e empoderamento. In: ROMANO, Jorge & Antunes, Marta. (Orgs.) Empoderamento e direitos de Combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. P.91-116

BARTH, Fredrik. O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

FULLER, Norma. 1997. Identidades Masculinas. Peru: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 1997.

GENNEP, A. V. Os ritos de passagem. 2. Ed., Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2011.

GROPPO, Luis Antônio. “Juventude – Ensaio sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas”. São Paulo: Difel, 2000.

OLIVEIRA, Leonor Valentino de. O cristianismo evangélico entre os Waiwai: alteridade e transformações entre as décadas de 1950 e 1980. Rio

de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, 2010. Dissertação de Mestrado - Orientadora: Aparecida Neila Vilaça

PAIS, José Machado. Prefácio- Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. In: Pág. 7 a 21 - Culturas jovens: novos mapas do afeto / Maria Isabel Mendes de Almeida, Fernanda Eugenio (orgs.). —Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

PORTINARI, Denise e COUTINHO, Fernanda Ribeiro. A roupa faz o homem: a moda como questão. IN: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de e EUGENIO, Fernanda (orgs.). Culturas juvenis. Novos mapas do afeto. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006.

SCHECHENER, Richard. Performance e Antropologia de Richard Schechner. Org. Zeca Ligiero. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

SANTOS. Fernanda Lobo dos. Juventude Waiwai: experiências urbanas e rito de passagem. Rio de Janeiro: UFF/PPGS, 2014. Dissertação de Mestrado-Orientador: Sidnei Peres.

TURNER, Victor. 1974. O processo ritual: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes, ZEA, Evelyn Schuler. 2006. Disponível em, <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/waiwai> Acesso em: 02/06/2015.

2. Identidade, grupos e tribos urbanas

OS JOVENS E OS BONDES DE PORTO ALEGRE: SOCIABILIDADES ENTRE A PERIFERIA E O CONFLITO

Fatima Sabrina ROSA¹⁷

1. Introdução

Nos últimos anos, o tema da juventude, aliado ao dos movimentos sociais, tem sido um dos assuntos que mais incitam discursos nos diferentes espaços de deliberação. A questão do direito à cidade e, logo, a questão da periferia também tem estado na pauta de discussões nos espaços da política e da mídia. Essas contendas, muito polarizadas entre interesses de segmentos com maior poder aquisitivo e grupos populares, trouxeram a público debates que, há muito, já vinham se desenrolando na academia. Fundamentalmente, a juventude das periferias já pleiteava a ampliação dos espaços geográficos e sociais e o direito à livre circulação nas cidades muito antes da questão urbana se tornar um problema da juventude nacional, como nos mostraram os movimentos de 2013.

¹⁷ Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade do Vale dos Sinos – Unisinos. Pesquisadora do Observatório Juvenil do Vale – UNISINOS. Contato: sabrinna.rosa@hotmail.com

Em Porto Alegre, desde meados de 2002, jovens das periferias protagonizam a busca por territorializar distintos lugares da cidade, nos quais se localizam os estilos de lazer do restante da juventude moradora das áreas centrais. A vontade de estar-junto e experimentar novos espaços de convigência e subjetivação faziam com que grandes grupos se deslocassem das periferias da cidade em direção ao centro ou a áreas muito movimentadas nas zonas nobres, configurando os chamados arrastões. No entanto, os setores de mais altas rendas e a imprensa reagiram a essa circulação dos jovens, com aversão, como se a presença dos mesmos ameaçasse a segurança dos demais.

Essas mobilizações organizadas, na maioria das vezes, em forma de pichações, assaltos ou grandes focos de briga generalizada entre facções de comunidades rivais, são, geralmente, combinadas a partir de redes sociais. Sendo assim, pode-se inferir que a escolha de um espaço onde circula um contingente amplo de pessoas em uma zona nobre da cidade significa utilizar um meio violento para demonstrar a força, a representatividade e a potência (MAFFESOLI, 1981) que a demanda do grupo (ou dos grupos) representa. De certa forma, a encenação de uma grande briga em um espaço considerado de lazer, tranquilidade e ordem, tem o poder de chocar as pessoas que a presenciam, configurando uma experimentação sobre a transgressão da ordem em uma escala

significativa, levando em consideração o número de jovens que participa e o número de passantes que assiste.

Nesse sentido, pode-se notar que os atos realizados por esses grupos não têm como intenção primeira a prática de crimes, como assalto e roubo, antes se mostram como a possibilidade de reivindicar “espaços na cidade” nos quais são considerados “inconvenientes”. E qual a característica dessa suposta reivindicação?

Cabe explicitar que se trata aqui de analisar as situações de violência que envolvem a participação de jovens dos chamados bondes¹⁸ em arrastões e em outras mobilizações conflitivas, as quais são imputadas a indivíduos originários das chamadas comunidades periféricas urbanas, comunidades estas que sofrem um processo gradual de estigmatização (GOFFMAN, 2008) por parte das outras camadas sociais da capital, inclusive, no que diz respeito à divisão e apropriação do espaço urbano. Significa dizer que, mesmo quando tais jovens se apropriam do espaço urbano apenas para uma movimentação pacífica, são vistos pela população e representados pela imprensa como protagonistas de ações violentas que provocam “tumulto coletivo”,

¹⁸ Os bondes são sociabilidades juvenis e urbanas que se organizam, inicialmente, em torno do movimento funk. O termo será discutido mais adiante na caracterização do objeto.

convertendo tais indivíduos em inimigos potenciais da ordem pública e pessoas indesejadas no centro da cidade.

Nesse sentido, o tema desta pesquisa centrou-se em identificar, descrever e analisar a forma de sociabilidade e a ação dos jovens que constituem os chamados bondes na cidade de Porto Alegre. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo que teve por objetivo interpretar os sentidos das ações e experiências desses grupos a partir de quatro recortes temáticos que parecem ser ao mesmo tempo os sustentáculos do movimento e suas projeções. No entanto, nesta comunicação trataremos apenas de dois eixos considerados mais importantes: o que trata da relação dos bondes com a periferia e a estigmatização, e o eixo que trata da sua relação com as noções de conflito e violência.

A pretensão deste estudo foi ouvir jovens que integram os movimentos dos bondes e que têm pouco espaço de vocalização para colocar suas inquietações, mesmo que tais reivindicações possam ter um caráter estético e proposital de estabelecer a integração e a visibilidade do grupo. Mas, principalmente, o objetivo deste trabalho foi o de buscar compreender os bondes por diferentes cortes teórico-analíticos, constituindo uma tentativa de ver as várias facetas que parecem apresentar esses grupos e interpretá-las à luz de referenciais fundamentais para os estudos da questão urbana, do conflito e dos processos de socialização.

2. Definindo o Bonde

Pode-se dizer que, sob diferentes perspectivas, os bondes são dinâmicos. Descrever o bonde por apenas um viés é descaracterizá-lo, torná-lo uma galera, uma gangue ou qualquer sociabilidade juvenil. O que torna a existência desses grupos um fenômeno complexo é a não linearidade e o critério não protocolar de suas agremiações e sua ação.

O bonde tem sua dinamicidade reconhecível, principalmente na maneira como o seu significado é fluido e nos escapa, mesmo quando restrito à sociabilidade das periferias de Porto Alegre. Em algumas pesquisas nos conteúdos da internet (sobre o assunto) e mesmo nas entrevistas, essa falta de definição do que era ou é o bonde em Porto Alegre aparece constantemente. Em algumas imagens, reportagens ou relatos ora fala-se de uma galera, ora de uma gangue, e ainda, em outros, há certo saudosismo dos bondes no período em que mais saíam às ruas para “curtir”. Assim, além de alterarem na formação, o fazem na aparição, estando mais recolhidos à periferia em determinados momentos.

Também se pode afirmar que os bondes são dinâmicos porque se trata fundamentalmente de uma sociabilidade sempre em circulação. Os grupos se formam e logo partem da comunidade onde moram para as áreas centrais ou áreas nobres onde encontram espaços de lazer disponíveis à fruição coletiva. Encontrar os jovens que participam dos bondes

requer ter algum contato que possa dar acesso a essa sociabilidade tão específica, não há um lugar onde se possa ver os bondes em “seu território”, o bonde não é de lugar algum, nem coloniza qualquer espaço e só acontece à medida que se movimenta em busca da diversão.

Pode-se notar na fala dos entrevistados, que o movimento do bonde vem se reconfigurando desde seu surgimento no início da última década (em Porto Alegre). Além de variar num tempo determinado, os bondes também são diferentes nos espaços em que emergem. Num primeiro momento, eles surgem ligados aos bailes funk. São galeras que se organizam orientadas, normalmente, pela comunidade onde vivem. No espaço dos bailes, entram em divergência coletiva, havendo, nos relatos dos entrevistados, episódios em que as festas foram paradas pela briga generalizada entre dois ou mais bondes: “As menina já iam de tênis pra descer a escada correndo quando começava a dar bala”¹⁹. Numa segunda etapa, esses movimentos começam a substituir os bailes (como cenário das brigas) pela rua (praças e shoppings), ou seja, locais movimentados como os já mencionados anteriormente. Pode-se pensar que este tenha sido o momento de maior visibilidade da ação dos grupos, no

¹⁹ Relato de uma entrevistada sobre uma briga entre bondes, uma praxe nos bailes promovidos no Colégio Israelita (área central de Porto Alegre). (DC 15/05/2013)

qual foram registradas as notícias destacadas na introdução. Essa organização em galeras que saem às ruas parece ter culminado com um episódio no parque da Redenção²⁰, em que dois jovens foram baleados e um deles morreu.

Segundo os entrevistados, essa forma dos bondes teria sofrido um processo de dissolução dos grupos devido ao medo que tal episódio (da Redenção) disseminou entre os participantes, tanto do perigo das brigas quanto das investigações e investidas policiais que se seguiram aos episódios com mortes. Nos últimos anos, os bondes têm sido representados por grupos menores que ainda frequentam os bailes funk e fazem pichações, e por gangues que têm estreita ligação com o tráfico de drogas, mas que também se autodenominam como bondes.

3. O Bonde, a periferia e o estigma

Para Feltran (2010), o tema das periferias se consolida nas Ciências Sociais entre as décadas de 1970 e 1990, sendo abordado “em torno das categorias trabalho (sobretudo

²⁰ Sobre esse tema outras informações podem alcançadas em: Jovem é condenado por morte em tiroteio no Parque da Redenção, em Porto Alegre. **Diário Gaúcho**, Porto Alegre, 26 de julho de 2013. Disponível em:<<http://diariogaucho.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2013/07/jovem-e-condenado-por-morte-em-tiroteio-no-parque-da-redencao-em-porto-alegre-4214049.html>> Acesso em: 16/09/2013.

industrial), família, migração e religião, embebidas na promessa de contrapartida fordista do assalariamento.” (FELTRAN, 2010, p.61). A periferia teria se gestado em associação com o projeto de modernização do país e, portanto, traria consigo o sonho de ascensão social da família operária como síntese das categorias descritas. Mas passadas três décadas, a dinâmica laboral das populações da periferia pouco tem relação com a atividade fabril. As principais fontes de renda daqueles territorializados nos bairros periféricos se dão no setor de serviços e/ou gravitam em torno da informalidade, precariedade e, por vezes, da ilegalidade, o que aumenta o fosso que os diferencia das populações de outros bairros.

Para autores como Wacquant (2007) Ribeiro (1999), Borja e Castells (2000) as reestruturações da economia capitalista, principalmente, a retração no setor industrial estariam determinando um processo de polarização das cidades de forma a inflar as zonas periféricas onde se encontram os setores sociais com renda mais baixa. Tais transformações no mundo do trabalho estariam forçando a composição de uma estrutura social bimodal no que diz respeito à estrutura sócio-profissional e, por consequência, à renda, produzindo uma nova forma de periferização e produção de pobreza nas cidades. Além disso, as dinâmicas próprias do crescimento das grandes metrópoles também acabam por produzir, cada vez mais, zonas ilhadas do centro

das cidades dificultando o contato entre os moradores desses locais e os demais moradores.

Caldeira (2008) observa esse mesmo processo na cidade de São Paulo e afirma que, nas últimas décadas, as periferias melhoraram em termos de infraestrutura e descentralização de novos locais de trabalho, como as empresas do setor de serviços.

Conseqüentemente, os terrenos tornaram-se mais caros e mais atrativos aos setores de mais altas rendas interessados em escapar do trânsito caótico das áreas centrais. Em diversas metrópoles, passa-se a observar o mesmo fenômeno, a periferia, que antes era reservada aos setores mais pobres, passa a ser dividida entre setores sociais distintos e opostos. A disputa pelos espaços que circundam o centro entre condomínios fechados e favelas se torna uma cena comum. Assim, “sobrepostas ao padrão centroperiferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns.” (CALDEIRA, 2008, p. 211).

A partir de um discurso sobre o crime e sobre a suposta violência dos territórios mais pobres da periferia, Caldeira (2008) observa que os setores mais altos justificam a construção de “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2008, p.301) nessas áreas, negando a possibilidade de interação.

Moradores de todos os grupos sociais argumentam que constroem muros e mudam seus hábitos a fim de se proteger do crime. Entretanto, os efeitos dessas estratégias de segurança vão muito além da garantia de proteção. Ao transformar a paisagem urbana, as estratégias de segurança dos cidadãos também afetam os padrões de circulação, trajetos diários, hábitos e gestos relacionados ao uso de ruas, do transporte público, de parques e de todos os espaços públicos.

Além dos muros e outros sistemas de segurança, a própria rua é construída não para os pedestres, mas para os carros de modo a desestimular a passagem dos mais pobres nas imediações dos grandes condomínios. Dessa forma, têm se gestado, com rapidez no Brasil e na América Latina, o que Caldeira (2008) chama de “cidades de muros”, isto é, espaços urbanos marcados pela segregação forçada de alguns setores (os quais desde sempre foram tolhidos de usufruir da cidade) e espaços onde a “guetificação” é voluntária, uma forma de negar os encontros em público nos locais tradicionais e de produzir espaços de convivência restritos, controlados e com fronteiras fixas. Nos enclaves fortificados, os espaços dedicados ao convívio homogêneo substituem a rua como lugar do encontro, provocando certa confusão entre o público e o privado.

Já as regiões marginalizadas, como Wacquant (2007) nos mostra, ao mesmo tempo em que são precarizadas no

nível das políticas públicas e da inserção laboral, sofrem com uma discursividade que reforça a sua estigmatização enquanto lugares produtores de violência e de degradação social reservados aos “párias urbanos”. “Al final importa poco si estos lugares están arruinados o son peligrosos, si su población está o no compuesta esencialmente de pobres, de minorías o de extranjeros: la creencia prejuiciada de que así es basta para desencadenar consecuencias socialmente dañinas”.(WACQUANT, 2007, p. 194).

Assim, a ideia de um território significado e compartilhado perde-se pelo sentido depreciativo que a experiência de dividir um espaço desqualificado confere àquele que é originário do mesmo. Essa forma de referência à periferia pode determinar, nesses espaços, um processo análogo à noção de *hipergueto* de Wacquant (2001). Esse conceito apresenta uma mudança na sensibilidade dos moradores da periferia sobre o seu lugar de moradia. Significa “la pérdida de una localidad humanizada, familiar en lo cultural y socialmente tamizada, con la que se identifican las poblaciones urbanas marginadas”.(WACQUANT, 2007, p.195). A percepção da experiência compartilhada se vê afetada pelo discurso desqualificante fazendo com que a pertença a esse lugar se torne um motivo de estigmatização. Baixos níveis de estudo, informalidade e precarização da maioria das ocupações, o estigma da própria periferia e a segregação condicionam a autoimagem de forma negativa.

Desse modo, os discursos exógenos às comunidades acabam por redefinir a ideia que tais sujeitos têm de si mesmos.

A periferia, tornada nos discursos o lugar produtor por excelência de seres inferiores, aparece necessariamente ligada à ideia de “marginalidade” no sentido, erroneamente utilizado, de um contexto onde se proliferam pivetes e bandidos. Assim, os termos favela, morro e vila são associados à violência e à criminalidade, e os jovens, principalmente do sexo masculino, moradores dessas áreas, são, desde muito cedo, vistos como pretensos “bandidos”. Quando de fato esses jovens da periferia se envolvem em delitos, o lugar de moradia e suas condições de vida pesam sobre eles agravando a sua “capacidade delitiva”. Esse processo de “criminação” é nomeado por Misse (2010) como “sujeição criminal” e traz as percepções sobre seus estudos no campo da violência, no qual constatou “uma complexa afinidade entre certas práticas criminais, as que provocam abrangente sentimento de insegurança na vida cotidiana das cidades, e certos "tipos sociais" de agentes demarcados (e acusados) socialmente pela pobreza, pela cor e pelo estilo de vida”.(MISSE, 2010, p.18).

A partir desse conceito, o autor nos leva a entender que os sujeitos oriundos de certos espaços e que cometem delitos tendem a ter sua incriminação exigida e dirigida, não apenas ao crime, mas à sua própria subjetividade vista como degenerada e irrecuperável, resultante e reprodutora de uma “cultura criminosa” onde os “bandidos” teriam se subjetivado

tendo a violência como horizonte de construção identitária. Segundo Misse (2010), a ideia de incriminar alguém denota um estado derivado de uma situação/ação específica isolada, enquanto que, na noção de sujeição criminal, a potencialidade do crime é algo inerente ao indivíduo, como se o crime fizesse parte de uma suposta essência. E nesses casos, em última instância, esses sujeitos são vistos como aqueles que se pode deixar morrer, uma vez que não se pode submetê-los às regras de convívio social.

Nessas ocorrências, a essência criminoso é vista, principalmente pelos agentes de controle social e pelo sistema de justiça, como o produto de um contexto de privações e de socialização em meio à violência, um contexto determinado localizado na periferia. Logo, a sujeição criminal é fundamentalmente territorializada e denota uma “seleção social” que recruta jovens nas comunidades marginalizadas, associando diretamente pobreza e violência e fazendo das crianças e adolescentes desses espaços os tipos sociais de quem a sujeição criminal é esperada.

Essa suposta cultura delitiva também acaba estendendo a sujeição criminal a grupos não delitivos que circundam os incriminados, tendo-os como grupos de referência, fazendo com que alguns jovens adotem padrões de autorrepresentação que os colocam na esteira das “subjetividades degeneradas”. Dessa forma, se dá, interna e externamente, um processo de construção de uma

periculosidade de grupos da periferia a partir dos símbolos projetados pelo vínculo a que esses indivíduos se ligam, “justificando” a sujeição criminal, mesmo na inexistência do crime. Assim, o vínculo entre indivíduos,

Que ocupam posições demarcadas pela sujeição criminal com os demais pode ser interpretado como uma “ampliação” ou uma “generalização” da sujeição criminal, primeiramente para o grupo que vivencia a sujeição e posteriormente para indivíduos e grupos que circulam em seu entorno ou que mantêm relações relativamente regulares com os que se encontram socialmente (ou são representados como) sob “exclusão criminal”, mas que não são “bandidos”. (MISSE, 2010, p. 31).

Essa apropriação e projeção dos símbolos, termos e alguns comportamentos dos grupos delitivos, pelos jovens do entorno, pode ser uma forma de resposta a um processo de estigmatização que os liga à violência pela moradia, ressaltando a potencialidade de “bandido” sobre todos os outros papéis sociais desses indivíduos.

Nesse sentido é fundamental a compreensão do conceito de “estigma” de Goffman (2008). Embora o autor

não tenha tratado do estigma territorial, tal noção é fundamental para compreender a depreciação dos residentes das periferias pelos discursos centrais. O conceito de Goffman (2008) pressupõe que um determinado grupo recebe um atributo profundamente depreciativo que se expressa nas relações desses sujeitos com os que são considerados “normais”. O fato de existir um sujeito ou um grupo estigmatizado serve para confirmar a normalidade de outrem. Isso significa que são estabelecidos diversos códigos simbólicos de referência que padronizam e classificam o que é normal e o que é desviante.

De acordo com o autor, são criados mecanismos para dificultar os “contatos mistos” (ou seja, o encontro entre estigmatizados e “normais”), o que sempre terá consequências maiores para os que sofrem o estigma. No caso das populações periféricas, duas possibilidades são fundamentalmente notáveis: uma é a articulação do seu cotidiano evitando o constrangimento do encontro com o “outro”, o que necessariamente exigiria o confinamento deste indivíduo ao seu ambiente de relações; a outra seria um “controle das informações” sobre o seu local de moradia, isto é, uma projeção de identidade que passe pelo encobrimento dessa informação.

De outra forma, a ação dos jovens dos bondes parece ir à contramão da perspectiva de encobrimento. Assim como os jovens das *galères* de Dubet (1987) que aderiam aos estigmas

que acabavam por excluí-los, os sujeitos participantes dos bondes não têm interesse em esconder o fato de virem da periferia, ao contrário, eles abusam dos símbolos que os vinculam ao seu território de origem como forma de enfrentamento ao estigma.

A atitude mais comum consiste em anular o estigma mediante o excesso de conformismo: os jovens ‘exageram’ em relação ao estigma, mostram-no demasiado na vinculação de suas ações com a violência e a delinquência.

4. Conflito e violência

A relação entre os bondes e o conflito também é algo evidente quando observamos esta sociabilidade. Os jovens parecem se agregar em torno das experiências conflitivas que compartilham. Desse modo, o movimento tem sua gênese e, ao mesmo tempo, se alimenta diretamente do conflito. À primeira vista, tende-se a vincular esses grupos com a delinquência pela forma com que “montam” as representações sobre seus grupos e seus corpos e pela maneira com que encenam suas ações de tumulto coletivo. No entanto, quando nos aproximamos dos indivíduos que formam a sociabilidade, nota-se que a categoria de violência é mais uma linguagem do que algo que seja constitutivo desses sujeitos. Nas músicas, nas fotografias e na própria fala, as referências e os signos do tráfico e da oposição em relação à polícia são tão

evidenciados que passam a ser performáticos. Assim, mostram as letras: “não mexa comigo, bandido, eu sou do bonde mete bala, bobeou toma na cara, essa é a lei da facção” (Pixos zona leste 361 ' 433 ' 470). Da mesma forma, as rimas colocam os bondes em associação com o tráfico: “mete bala, troca e aplica, senta o dedo nos cuzão, manda bala na brigada, destrói até caverão, verme se tu tentar entrar aqui na boca dos pedrinha, vão morrer queimado vivo, soldado não perde a linha” (Os + Pedrinha 2010). A maioria das rimas que acompanham os vídeos na internet coloca os bondes ora como chefes do tráfico local, ora como aliados que fazem a “contenção”, jovens que cuidam da movimentação da vila avisando da possibilidade da chegada de inimigos.

No entanto, é notável a discrepância entre a violência representada nas músicas e a forma teatralizada com que os jovens posam para as fotos, utilizando, inclusive, armas de brinquedo para fotografar. Se a brutalidade propagada nas rimas fosse de fato praticada, a sociabilidade dos bondes não se manteria por muito tempo devido às mortes e às prisões.

Quando questionados sobre essa relação com a violência, fica evidente que as representações dos vídeos são significativamente performativas. “São poucos os que começam a trabalhar disso (no tráfico) só os mais velhos e ainda é os patrão que decide quem trabalha e daí eles compram e dão pros guri vender e eles ficam sossegados”

(DC 07/05/2012)²¹. Ao longo das respostas dos jovens, nota-se que a relação com o tráfico é mais amigável do que propriamente a base de uma hierarquia. Prestar homenagens aos traficantes locais e valorizar os signos deles para representar as sociabilidades de jovens parece denotar uma necessidade prática. Ao mesmo tempo, a projeção de signos do comando local e da própria linguagem da delinquência serve para promover suas identidades coletivas e garantir o respeito dos rivais.

Há uma necessidade de se alimentar do ódio em relação aos rivais de sociabilidade e convívio no centro, tanto para se representar como um sujeito forte e destemido quanto para “virilizar” o território do qual são parte. Além disso, os pequenos furtos contra passantes ou contra os rivais de periferia são fundamentais para lembrar que a violência e o conflito são agregadores da sociabilidade. A violência, nesse sentido, é estratégica, ela oferece os signos que dão sentido aos grupos, é o que os diferencia dos jovens de outras áreas, sem necessariamente fazer desses jovens delinquentes em potencial.

A compreensão sobre o conflito em Simmel (1983), é fundamental para analisar o papel da conflitividade no interior dessa sociabilidade juvenil. O autor afirma que o conflito é mais que uma oposição, é uma das formas mais vivas de

²¹ Trecho de entrevista individual com ex-participante dos bondes.

interação social, uma vez que não pode existir em um indivíduo unicamente. Longe de ser disfuncional, o conflito tem como função resolver dualismos próprios do social, ainda que seja pela completa aniquilação de uma das partes.

Aqui a ênfase é posta na produção de significados moralmente divergentes, cujo conflito envolve antes ‘situações’ ou ‘interações’ que ‘indivíduos’. Estes agem conflituosamente ou não em função da definição de um situ conflitivo, que é sempre contextual e interativo, por mais abrangente que possa ser. (MISSE e WERNECK, 2012 p.10).

Assim, Simmel (1983) nos mostra que o conflito é a recusa da indiferença do “outro” e, portanto, nega qualquer moralização ou legitimação de poder *a priori*. Para o autor, entrar em conflito não é sair do social como os funcionalistas veem, mas participar do jogo de tensões entre indivíduos e grupos e recusar a individualidade “moderna”.

No caso dos bondes, a teoria de Simmel é fundamental para compreender, pelo menos dois movimentos. O primeiro é o fortalecimento do grupo da periferia quando posto frente ao conflito com as pessoas moradoras de outros espaços e com a polícia. A identificação da estigmatização e da segregação a que são submetidos favorece a coletivização e a consciência

de uma experiência compartilhada de privação. O outro movimento é a forma como enfrentam esta estigmatização indo ao centro. Se o conflito é uma forma de interação, forçar o enfrontamento nos outros territórios é exigir a interação entre sujeitos distintos.

A abordagem de Simmel (1983) elucida que, assim como certo grau de ordem e aliança, todo tipo de sociação tem em si certo grau de hostilidade. Além disso, o autor afirma que, se toda forma de sociação entre os homens pressupõe uma interação, o conflito, não podendo ser sentido sozinho, constitui-se indiscutivelmente como interação humana. Mais do que isso, o conflito é componente essencial para o equilíbrio social no sentido de que funciona como uma baliza das tensões e é um importante elemento que produz convergência, precedendo, ao contrário do que se imagina, uma “unidade grupal”.

O conflito, nesse sentido, cabe ser analisado sob duas formas. A primeira pressupõe o conflito entre indivíduos do mesmo grupo. Essa forma de hostilidade é fundamental para que as tensões e contradições entre integrantes sejam constantemente revistas e expurgadas para que o grupo produza unidade apesar da diferenciação. Para Simmel (1983), o conflito funciona como um elo, assim como a afeição entre indivíduos.

O conflito, na sua segunda forma, constitui uma hostilidade centrada em um elemento externo ao grupo e, é

por esse motivo, que se torna a forma mais agregadora de unidade social. No momento que se define uma ameaça ao grupo como um todo, tal situação força uma evaporação, ainda que momentânea, do conflito interno para que um ânimo integrador proteja a coletividade.

O grupo como um todo pode entrar numa relação de antagonismo com um poder exterior a ele e é por causa disso que ocorre o estreitamento das relações entre seus membros e a intensificação de sua unidade, em consciência e ação (SIMMEL, 1983, p.154).

Dessa forma, o conflito com um “outro” promove coesão grupal produzindo um efeito de reforço coletivizante. Para Simmel, o momento em que se identifica o embate contra um adversário (concreto ou abstrato) também é o momento em que o grupo se decide entre dissipar-se ou cooperar. Decidindo-se sobre a cooperação, o papel dos indivíduos passa a ser o de concentrar os sentimentos de antagonismo nos elementos externos.

5. Conclusões

Pode-se dizer que a existência dos bondes está condicionada aos trajetos que os jovens desempenham na

cidade em busca de diversão. Assim, “o bonde é, à medida que vai sendo”, o que significa dizer que só manifesta seus significados se entendido em circulação e, ainda assim, tende a mudá-los conforme trilha seu curso pelas diferentes periferias. Da mesma forma, a ideia de movimentação é importante para a percepção de que isso que é denominado bonde pode se fragmentar em várias sociabilidades que dependem da idade, do território, da estrutura de oportunidades e de outros critérios para se configurar e que, pela quantidade de variáveis com que negocia a sua constituição, ele apresenta uma heterogeneidade que quase não permite a sua identificação, a não ser pelos elementos comuns que são a condição da sua emergência em qualquer situação: o contexto dividido entre o conflito e a periferia.

À semelhança do seu território de origem, o bonde é tão polissêmico quanto à ideia de periferia, sendo específico dos grandes centros urbanos em que as formas de socição se dão em diferentes escalas de heterogeneidade. Mas, se é a periferia o lugar que se caracteriza pela manutenção dos laços de vizinhança e pelo compartilhamento dos parques espaços de atendimento e de lazer para a população, não é de surpreender que venha de lá uma sociabilidade que se dá pela afetividade e que valoriza de forma tão intensa a experiência compartilhada, seja nos espaços de moradia ou nas bandas, nos momentos de lazer ou de tensão.

Se no começo da visibilidade das sociabilidades da periferia, os bondes estavam mais vinculados ao funk do que à delinquência, a imprensa porto-alegrense trata de confundir essas noções nas reportagens que vocalizam os setores segregadores da cidade. A forma como passaram a ser vistos pela mídia reflete-se nos grupos, ressignificando suas experiências e realinhando suas representações internas à suposta acusação de violência e delinquência. Se as vinculações desses grupos ao tráfico eram verdadeiras em alguns casos, à medida que esses discursos se perpetuavam, os bondes convertiam essa associação em formas de constituir sua sociabilidade e suas identidades, já privadas de formas legítimas de arranjo. A violência funda a existência desses jovens nos circuitos da cidade, pelo medo que propaga nos moradores de fora da periferia, quando aparece nas ruas do centro, e pela atmosfera de tensão que engendra nas ameaças na internet e nas referências da imprensa. Nesse sentido, é a violação do pacto social e dos efeitos disciplinadores da segregação que possibilita a esses grupos uma via de representação, já que se encontram em um vazio semântico, não podendo se constituir de fato entre os paradigmas do consumo ou da funcionalidade.

Além disso, os jovens estudados por Dubet (1994, p.98) tendem a aderir aos estigmas e às categorias que os excluem “Eles se sentem ‘alienados’, no sentido em que se sentem responsáveis da sua própria infelicidade e se

comportam como vítimas de um destino esmagador. Eles aceitam, em especial, a imagem negativa que deles mesmos a escola lhes dá”. Os jovens dos bondes também refletem a estigmatização que sentem e, por isso necessitam do amparo do grupo para se fortalecerem, mas, antes de assumirem uma identidade e uma atitude de vitimização, eles utilizam o fato de serem da periferia para projetarem uma subjetivação que não nega nem a diferença, nem a territorialidade. Ao contrário, eles exageram nos signos e na persistência em cantar sobre sua origem como se, pela insistência no preenchimento de suas identidades por referentes da periferia em diferentes níveis territoriais, pudessem ofuscar os efeitos negativos que a visão deturpada dela pode engendrar.

Em vez de tentarem associar-se ou confundir-se com os jovens do centro, os integrantes dos bondes ostentam a opção por formar grupos exclusivos de sujeitos da periferia e forçar a presença deles nos espaços centrais. Se a presença dos indivíduos periféricos é “inconveniente” no centro mesmo estando em pequenos e discretos grupos, “invadir” as áreas de lazer de fora do seu “pedaço” em uma excursão colorida, cantante e tomada de excitação é uma ofensa aos sentidos daqueles que transitam afixados à individualidade e a neurastenia moderna.

Em vez de negar à pertença ao espaço que lhe outorga uma identidade que não lhe corresponde, os jovens contornam esse processo passando a representar um “tipo ideal” de

estigmatização para que as pessoas do centro estejam em face de uma imagem exagerada dos mesmos, antes que possam atribuir-lhes identidades pré-concebidas. Nesse sentido, há uma “hiperperiferização” na atuação dos bondes. Eles exibem, nas áreas movimentadas e à luz do dia, o que de mais instigante se atribui a esses espaços distanciados, a violência. Propagam os signos do tráfico e trocam ameaças de tom aterrorizador nos ônibus, nas ruas e na internet, como se pudessem levar ao público um esquete adaptado do grande espetáculo que são as disputas entre quadrilhas nos morros de Porto Alegre. Se essa é a forma de conquistarem os espaços de subjetivação, é com ela que se apresentam os jovens estigmatizados, exagerando e inflando o estigma para poder esvaziá-lo de sentido.

Nesse território ambíguo e movediço, situam-se os bondes. Por vezes, usam dos discursos estigmatizantes para configurar uma identidade coletiva que os referencia à periferia e às comunidades que carregam nos trajetos que desempenham. Ambiguamente, reivindicam novos lugares onde possam circular, territorializar-se, produzir sentidos e construir subjetividades nas relações conflituosas que teimam em estabelecer com outros indivíduos da cidade. Ao mesmo tempo em que reproduzem em seus corpos discursos dominantes sobre o culto ao corpo, também estabelecem uma relação de diferenciação na forma como marcam o corpo de seus referentes próprios e integram os grupos do bonde como

uma individualização coletivizante: iguais em seu grupo, diferentes dos demais. Sua sociabilidade formada “é mais que a soma dos indivíduos”, é a potência individual multiplicada.

Referências

BORJA, Jordi e CASTELLS, Manuel. Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información. Madrid: Taurus, 2000.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, Edusp, 2008.

DUBET, François. Sociologia da experiência. Lisboa : Instituto Piaget, 1994.

_____. La galère: jeunes en survie. Paris: Fayard, 1987.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. In: Caderno CRH, Salvador, V. 23, Nº 58, jan/abril 2010,p 59-73.

GOFFMAN, Erving. Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: TC, 2008.

MAFFESOLI, Michel. A Violência Totalitária: ensaio de antropologia política. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MISSE, Michel e WERNECK, Alexandre (Orgs.). Conflitos de grande interesse: estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: Aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria de “bandido”. In: Lua Nova, v. 79, São Paulo, 2010, p.15-38.

Os + Pedrinha DZN. [S.l.], 28/01/2010. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=EnBTweZ50m0>> Acesso em: 28/10/2013.

PIXOS ZONA LESTE 361' 433'470. [S.l.], 21/04/2008. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=NyFkGRKUsOI>> Acesso em: 28/10/2013.

SIMMEL, Georg, Sociologia. Organizador: Evaristo De Moraes Filho São Paulo: Ática, 1983. (Grandes cientistas sociais;34)

RIBEIRO, Luiz César Queiroz. Cidade Desigual ou Cidade Partida. Tendências da Metrópole do Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/download/CIDADE_DESIGUAL_OU_CIDADE_PARTIDA.PDF>. Acesso em: 03 out.2010.

WACQUANT, Löic. Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

_____. La estigmatización territorial en la edad de la marginalidad avanzada. Ciências Sociais Unisinos. São Leopoldo: vol. 43, setembro-dezembro de 2007, p.193-199.

**HETEROGENEIDAD JUVENIL EN CUBA:
PROPUESTA DE REFLEXIÓN DESDE UNA
PESQUISA CON JÓVENES ESTUDIANTES DE LA
UNIVERSIDAD DE LA HABANA**

Yeisa Beatriz Sarduy HERRERA²²

“(…) Las identidades se elaboran a partir
de referentes simbólicos
venidos de espacios distintos y de
experiencias distintas,
dando lugar a la construcción de relatos diferentes (…)”
Emilia Bermúdez

1. A modo de preámbulo

Ahondar en las realidades juveniles en los tiempos que corren, constituye un campo prolífico de investigación que demanda la interpelación de disímiles saberes para pensar a la(s) juventud(es) como un constructo sociocultural, y a su

²² Máster en Desarrollo Social por el Programa FLACSO - Universidad de La Habana. Pesquisadora do grupo de trabajo: Identidades de la población joven cubana. Contacto: yeibetty@gmail.com

vez, comprender a los jóvenes²³ en la configuración de prácticas culturales propias y distintivas. La etiqueta de “lo juvenil” y el universo cultural juvenil aparecen como dimensiones de análisis en la vida social no solo por la diversidad de sus expresiones sino por los múltiples procesos de significación que se articulan alrededor de sus prácticas.

En tal sentido, la juventud no es una esencia ni una condición estructurada por su situación etaria, sino “una posición desde y a través de la cual se experimenta el cambio cultural y social.” (URTEAGA, 2011, 9) Dicha noción remite a la heterogeneidad que signa a este grupo poblacional y cuya visibilidad mediante los comportamientos, gustos, intereses, ideologías y prácticas lo sitúa como actor social que produce culturas distintivas a nivel inter e intrageneracional. Precisamente, procesos de vital importancia como el consumo cultural en esta etapa de la vida, dan cuenta de las variadas expresiones juveniles que se (re)configuran en los espacios sociales y adquieren gran connotación para comprender y/o interpretar hechos que se suceden de manera continua en nuestras sociedades. El contexto cubano actual no queda exento de tales acontecimientos y es a través de la cuestión estética que se ha hecho marcadamente visible la diversidad

²³ El uso del masculino genérico alude a ambos sexos y no tiene una intención discriminatoria por parte de la autora.

juvenil, denotando las diferentes redes de relaciones sociales que se establecen alrededor del elemento estético - la vestimenta como su máxima expresión - y cuyas lecturas desde la arista sociológica nos acercan a procesos como la desigualdad social, la configuración de subjetividades y la conformación/ expresión de identidades, notables en diversos espacios públicos, formales o no.

Dicha situación responde al fenómeno de las culturas juveniles, llave de entrada a la heterogeneidad cultural de los jóvenes y sobre todo, a su agencia cultural en la construcción y consolidación de espacios en interacción constante con los ámbitos hegemónicos parentales y principalmente, generacionales. De esta manera, el amplio espectro que conforma la diversidad juvenil acoge a estudiantes, adolescentes, grupos informales, jóvenes rurales, en fin, a las juventudes cubanas en su conjunto.

Así, los jóvenes universitarios también encuentran un lugar para exteriorizar sus prácticas, costumbres, ideas y preocupaciones latentes en el espacio estudiantil (re)construyendo nuevas realidades con matices y códigos propios que utilizan para articular las fronteras de sus diferencias con la cultura adultocéntrica pero esencialmente, entre ellos mismos. Sobresale pues, la significación y usos sociales que les otorgan a las nuevas tecnologías, los grafitis y al elemento estético (como parte del consumo cultural) para hacerse reconocer desde la alteridad.

De tal manera, la cuestión estética en este segmento de la población joven cobra especial connotación en el contexto de estudio (Universidad de La Habana) al apreciarse una gran variedad de estilos y disímiles preferencias en el entramado de relaciones que entablan alrededor de los modos de vestir asumidos. Se tornó pertinente entonces, ahondar en esta temática a lo interno del contexto citado pues si bien en Cuba el modelo de sociedad que se construye es incluyente e integrador, y el acceso a la Educación Superior es derecho y privilegio para la juventud, al interior de ese escenario se establecen sistemas de relaciones con matices, lógicas y dinámicas propias construidas por los estudiantes que muestran particularidades en el proceso de integración social en ese ámbito que bien merece la pena ser comprendido más allá del discurso oficial.

El interés de este artículo por leer y presentar la red de relaciones sociales latentes en el contexto de la Universidad de La Habana, se concreta en una reflexión en torno a un grupo de estudiantes pertenecientes al escenario que constituye la Facultad de Economía dentro de esa importante Casa de altos estudios, como protagonistas para el análisis de la heterogeneidad social que tiene lugar, expresada desde la variante del consumo de sus prácticas de vestir. Es propósito del texto compartir aquellos elementos que el grupo de jóvenes que conformó la muestra identificó como expresión de desigualdad social en sus prácticas de consumo en el vestir

y, comentar las principales ideas que denotan la influencia de estas prácticas en el proceso de integración social en el espacio universitario.

El recorrido del escrito consta de tres momentos: primeramente, se expone de manera sucinta una caracterización de la muestra de estudio, luego se presenta un apartado donde se refieren las principales nociones teóricas que articulan los ejes juventud - consumo - desigualdad social, así como las premisas en torno al proceso de integración social – análisis que trasciende la mirada macrosocial con que siempre se ha asumido, para posicionarnos en un nivel micro que articula dimensiones más próximas a la realidad cotidiana. Posteriormente, se comparten los resultados centrales correspondientes a los propósitos planteados y que destacan lo esencial del estudio: el (re)conocer, articular y respetar lo diverso dentro de lo social y lo singular dentro de lo diverso, partiendo de las particularidades emergidas desde las propias voces juveniles; y finalmente, las principales ideas conclusivas.

2. ¿Quiénes fueron los jóvenes en estudio?

Un grupo de 30 estudiantes (integrado equitativamente por ambos sexos) pertenecientes al segundo año de la carrera de Economía, comprendidos entre los 19-22 años de edad, procedentes de las provincias La Habana, Artemisa y

Mayabeque. Así, el grupo quedó conformado por 26 capitalinos y 4 becados²⁴ (uno del sexo masculino y tres del femenino). Al interior del primer grupo se contó con residentes de los municipios: Plaza de la Revolución, Centro Habana, Regla, San Miguel del Padrón, Marianao, Arroyo Naranjo, Playa, Habana del Este, Cotorro y Diez de Octubre. Si bien la intencionalidad de constituir un grupo heterogéneo estuvo siempre presente, es de acotar que su conformación predominantemente de estudiantes capitalinos, respondió al rasgo de esta facultad de contar con una matrícula mayoritaria de residentes en la capital. Los estudiantes becados provienen de las provincias: Isla de la Juventud, Artemisa y Mayabeque.²⁵ A nivel metodológico, se sigue una postura fenomenológica, lo que se corresponde con la utilización del enfoque cualitativo en virtud de propiciar el acercamiento a los criterios de la muestra.

²⁴ Estudiantes pertenecientes a otras provincias que se encuentran realizando sus estudios en la Facultad de Economía.

²⁵ El segundo año de la carrera de Economía cuenta con una matrícula de 132 estudiantes. De esta, solamente hay 16 becados pertenecientes a las provincias de Artemisa, Mayabeque, así como al municipio especial de Isla de la Juventud. Se incluyen en ellos 2 extranjeros y todos viven en la Residencia Estudiantil 12 y *Malecón*.

3. Juventudes, consumo cultural y desigualdad social: precisiones teóricas

Sin lugar a dudas, una definición conceptual de juventud resulta controvertida dado los diferentes enfoques de análisis existentes sobre este campo de estudio (REGUILLO, 2003; PÉREZ ISLAS, 2006; DOMÍNGUEZ, CASTILLA y REGO, 2014). Si bien no se resta peso a los procesos de orden biológico y psicológico que tienen lugar en esta etapa de la vida, se ha asumido el referente sociocultural como posicionamiento central para la comprensión de la misma, tal y como se aludía en páginas precedentes. Una revisión a los supuestos del sociólogo chileno Jorge Baeza Correa (2003) muestra un interesante análisis acerca de la conceptualización de la juventud como cultura. Para el autor, la misma se asocia a los modos de pensar, sentir y actuar que atraviesan las actividades de las personas jóvenes distinguiéndolos entre ellos, así como de otras generaciones, lo que nos permite hablar de culturas juveniles.

De tal manera, el constructo culturas juveniles se nos presenta como adujera la reconocida investigadora mexicana Rossana Reguillo: “como una realidad caracterizada por sus sentidos múltiples y móviles, que incorporan, desechan, mezclan e inventan símbolos y emblemas en continuo movimiento [...]” (2003). Así, la denominación comprende la amplia diversidad que el rotulo acepta: estudiantes, bandas,

punks, ravers, desempleados, pero todos hijos de la modernidad (REGUILLO, 2003)

Necesidades, intereses, creencias, valores y prácticas culturales pueden ser abordadas desde esta postura teórica. Un fiel ejemplo lo constituye sin dudas, el fenómeno del consumo cultural muy incorporado a la cotidianidad juvenil y que resalta las diferentes maneras en que las juventudes demuestran su manera de ser joven. El consumo cultural - y la variante aquí presentada: prácticas de consumo en el vestir- se convierte en gran medida en un criterio que refleja cómo somos, cómo queremos ser, a qué tenemos acceso y a qué no; a criterio de Néstor Gracia Canclini. Se trata de comprender en este proceso, a partir de la arista donde nos posicionamos, las configuraciones simbólicas que encierra para los jóvenes vestir de una u otra forma a través de las decodificaciones que realizan en torno al vestuario desde las múltiples lecturas, lo cual demuestra: “[...] que en el consumo se construye parte de la racionalidad integrativa y comunicativa[...].” (CANCLINI, 1995,3) lo que determina y tributa a la construcción de las relaciones sociales, de las identidades y es a la vez, un medio de distinción, estratificación y desigualdad social.

El proceso de desigualdad se interrelaciona entonces con el proceso del consumo cultural, en tanto mecanismo de expresión de la posición que los individuos ocupan en la escala social. Se puede asumir así, la definición planteada por

la prestigiosa socióloga cubana Mayra Espina y otros colegas del ámbito académico cubano, quienes entienden que se trata de:

[...] una jerarquía, pues define la magnitud en que grupos disímiles están divididos estratificadamente, de manera tal que unos están en una posición más ventajosa que otros en cuanto al acceso y al poder, así como a los bienes materiales y espirituales. [...]. (ESPINA et al, 2003, 26)

Para la temática que nos ocupa, la desigualdad en la sociedad cubana se hace marcadamente visible en la década del 1990 donde el modo de vida estructurado sobre una redistribución equitativa de la riqueza social y la atenuación de las diversidades sociales, fundamentalmente la de clases, se vio lacerado. Cuestión que vinculada al consumo cultural y específicamente al consumo en el vestir, en la población joven cubana, denota en palabras de la psicóloga Maricela Perera: “[u]n proceso que cobra sentido en relación con las desproporciones en las oportunidades de acceso al consumo.” (PERERA, 1998, p. 24).

Gana connotación en este terreno la postura de Pierre Bourdieu (1988) de comprender al consumo como un conjunto de prácticas culturales que sirve para establecer

distinciones sociales y no simplemente para expresar las diferencias, puesto que es el espacio donde se construyen esas diferencias. Lo cual significa que, reconoce en el acto de consumir un proceso que comporta símbolos, ideas, signos, valores y ellas (las prácticas de consumo) son el producto tanto de los condicionamientos de clase como del *habitus*²⁶.

Refleja así, el vital significado que adquiere la categoría distinción social pues para el autor, el consumidor que distingue, también se distingue y no deja de ser excluido o incluido según sus propias distinciones. Por tanto, el consumo se convierte en el modo en que los sujetos o grupos de individuos se apropian de ciertos elementos materiales que

²⁶ El *habitus* se define como un sistema de disposiciones durables y transferibles- estructuras estructuradas y predisuestas a funcionar como estructuras estructurantes- que integran todas las experiencias pasadas y funciona en cada momento como matriz estructurante de las percepciones, las apreciaciones y las acciones de los agentes cara a una coyuntura o acontecimiento y que él contribuye a producir. (Bourdieu, P. *Esquisse d'une theorie de la pratique, précédé de trois études d'ethnologie kabyle*, Droz, Ginebre, 1972.p. 17). Es decir, se entiende como el conjunto de los esquemas de percepción, de apreciación y de acción inculcados por el medio social en un momento y en un lugar determinado, que tiene como mediador entre él y el mundo social a la práctica. Es reflejo de las divisiones objetivas en la estructura de clases, grupos por edad, género, raza, etc.; y es a la vez estructura estructuradora y estructura estructurada, en la dialéctica del proceso de internalización de la externalidad y externalización de la internalidad. (Espina, 2003).

les posibilita distinguirse del resto de las personas en el espacio social, convirtiendo las prácticas de consumo en prácticas distintivas de la posición que se ocupa o quiere ocuparse en la red de relaciones sociales que se establecen.

Un ejemplo de ello, lo constituye el consumo de ropa o consumo en el vestir, proceso que en los jóvenes alcanza un sentido relevante tanto en sus relaciones interpersonales con sus coetáneos como en aquellas que entablan con los adultos. En la medida que en el proceso de consumo, ellos se apropian del valor simbólico de la indumentaria, este objeto se constituye en elemento de código que les permite la conformación y diferenciación de su identidad.

De esa manera, el consumo en el vestir cuya expresión se visualiza en el fenómeno de la moda:

[...] no sólo sirve para su función más evidente: la ropa para abrigar o cubrir; sino que hay que considerar también, y en muchos casos fundamentalmente, la función signo de ese consumo (...). Los jóvenes que orientan sus consumos en función de las modas, buscan pertenencia, reconocimiento, legitimidad. Para ello, deberán adecuar su indumentaria, su vocabulario, preferencia musical y su lenguaje corporal a las exigencias del medio al que aspiran a incluirse [...]]»;

afirman los sociólogos contemporáneos.
(MARGULIS y URRESTI, 2005, 4)

Se percibe entonces, una significación y usos sociales del proceso de consumo, apelando a la significación de lo que se consume y al papel de los consumos, principalmente el que se aborda para identificar, distinguir, conferir prestigio y ubicar al portador de la vestimenta (en este caso los jóvenes) en determinada posición social. En ese sentido y de manera articulada, cabe parafrasear a Avello y Muñoz (2002) cuando afirman que:

la palabra, ha sido desplazada por otras configuraciones asociadas, entre otras cosas, a las físicas y de vestuario y a través de éstas los jóvenes y las jóvenes construyen discursos en los que el cuerpo y su revestimiento remplazan la comunicación verbal, y en donde - como lo expresa Maffesoli (1996) - la estética pasa a tener un valor fundamental.
(MUÑOZ, 2002, p. 34)

De tal forma, la imagen o apariencia personal se vincula al consumo donde el matiz simbólico del vestir en los jóvenes resulta estar en estrecha dependencia con los

imaginarios del sí mismo que buscan proyectar en sus relaciones interpersonales y grupales.

4. Integración social: algunas pistas para su comprensión

La perspectiva de integración social que se propone trasciende la mirada macrosocial con que mayoritariamente tiende a ser concebido el proceso desde la arista de las ciencias sociales. Si bien se reconoce la centralidad de esta visión para entender la complejidad socio-estructural de las sociedades contemporáneas, en estas líneas se realiza la vertiente microsocia como objeto o espacio de investigación.

Lo anterior responde al sentido que aquí interesa, en tanto se ahonda en otras vías de integración que se corresponden más con las esferas de la vida cotidiana; por ejemplo: relación de pares, familia, pareja, domicilio, etcétera (BIDART, 2002; GALLAND, 1991) resultante de la concepción en que se ha venido entendiendo la integración o inclusión: “grado en que el individuo al compartir con otros determinadas normas, valores y creencias, experimenta un sentimiento de pertenencia al grupo.” (GINER *et al*, 1998, 386).

Pudiera parecer antagónico articular el proceso de desigualdad e integración social, si se tiene en cuenta que ambos tienden a reflejar una contraposición entre sí. No obstante, un posicionamiento analítico del proceso de integración permite dilucidar rasgos o elementos de

desigualdad que tienen lugar en determinados grupos -como el de los universitarios objetos de atención- si se asume el criterio de la investigadora española Ana María Manzanares, quien apunta que este fenómeno en cualquier ámbito: escolar, laboral, familiar y a escala societal sólo puede darse a partir del establecimiento de un lazo de identificación con otros en términos de igualdad, ya que si no partimos de esa base no parece haber ningún tipo de inclusión posible.

Por ello, es meritorio en un acercamiento al enfoque al que responde el artículo, mencionar que la inclusión e integración social pasan por la conexión y solidez de las redes de reciprocidad social, ya sean éstas de carácter afectivo, familiar, vecinal, comunitario o de otro tipo; las que en sí mismas forman dinámicas de inclusión o exclusión social. La falta de conexión con estas redes no sólo define la presencia de estos procesos, sino que también las características específicas y los sistemas de valores y sentidos que éstas tengan, serán extremadamente relevantes. En esta idea, tanto la Psicología Social como la Sociología coinciden al entender que “(...) los comportamientos se construyen en la interacción con los demás y, por lo tanto, que están fuertemente influenciados por las redes de relaciones directas en las que se mueven las personas”; a decir de Lemieux y Ouimet (2004).

En esta dirección se aprecia entonces, el vínculo con los grupos sociales que los individuos desarrollan en el marco de las relaciones grupales

y que tienen su propia estructura, dinámica y proceso. Con ello, la integración social pretende verse aquí desde un nivel grupal (microsocial) donde al presentarse como una vivencia cotidiana permite una adecuada comprensión de los procesos integrativos- incluyentes o de desintegración, más aún cuando se trata de grupos sociales como los juveniles, en los que éstos se dan de forma particularmente activa.

Así este nivel de análisis no se presenta como mero capricho para aproximarse a la integración pues la realidad social de los jóvenes encuentra un sentido importante de expresión en la red de relaciones sociales que entablan entre ellos y que son de especial connotación para el desarrollo social. En Cuba, el modelo de sociedad que se construye desde el proyecto de la Revolución es incluyente o integrador, encaminado al logro de la igualdad y la justicia social como presupuestos de partida de la política del Estado y para lo cual se han diseñado e implementado las políticas sociales.

[...] Política social entendida como el conjunto de objetivos de desarrollo social, considerada como el proceso de transformación de la sociedad en tres planos: transformaciones materiales y espirituales de las condiciones de vida de la población, transformaciones de la estructura social y de la equidad, transformaciones de la conciencia, las

formas de la actividad vital y las relaciones sociales. (FERRIOL, 2003, 74)

En este aspecto, los jóvenes se encuentran incluidos, insertados o integrados socialmente, razón por la cual ahondar al interior de la integración en el espacio universitario en tanto derecho y privilegio para ellos; es comprender más allá del discurso oficial, las relaciones que establecen como jóvenes en este ámbito, matizadas por sus gustos, códigos propios, visiones y/o pretensiones. Pues a decir de la investigadora cubana María I. Domínguez:

[...] el sentido que los jóvenes atribuyen a sus acciones y a su entorno, las representaciones que tienen de ellos, remarca la complejidad de las relaciones sociales en esa etapa de la vida (...). Es importante conocer los procesos de socialidad que los/as jóvenes construyen por sí mismos y con sus pares en los intersticios de los espacios institucionales de la sociedad. (DOMÍNGUEZ, 2008, p. 89)

De tal forma, en un contexto como el universitario tener en cuenta la experiencia emocional, cognitiva, las expectativas y perspectivas asociadas a determinadas prácticas

expresivas es percibir el proceso de integración que subyace como grupo social con características propias. En palabras de Martín Hopenhay:

(...) la propia juventud está redefiniendo lo que se entiende por inclusión social. Para muchos jóvenes esta radica en participar en redes donde la expresividad y la estética constituyen los campos de reconocimiento recíproco, hacer parte de asociaciones de pares generacionales para los más diversos fines. Menos estable y más diversificada, la inclusión recrea entre jóvenes sus alfabetos. (HOPENHAY, 2011, p. 2)

5. Desigualdades en las prácticas de consumo

Cuando se alude a las prácticas de consumo en el vestir del grupo seleccionado se hace referencia, en primer lugar, a la manera de vestir que gustan asumir para asistir a la facultad; en segundo lugar, la dimensión concerniente al uso o no de ropa de marcas; los patrones de referencias utilizados y por último, mas no menos importante, las vías de acceso a las indumentarias. Durante la identificación de las prácticas de consumo por parte del grupo emergieron en sus discursos diversos elementos que expresan rasgos de desigualdades

sociales, confiriéndole al eje del consumo una arista para ilustrar o esbozar matices de la realidad cubana contemporánea. Cabe señalar como elementos sobresalientes en sus discursos y que catalizan tal diferenciación:

1. La tenencia del capital económico y la procedencia social como factores interrelacionados.
2. El gusto por determinadas prendas de vestir “a la moda”, el uso de letreros extranjeros y marcas reconocidas socialmente.
3. El lugar de residencia, lo cual apunta a la desigualdad entre territorios.
4. Los lugares donde efectúan sus compras.

Cada uno de estos elementos encierra consigo un sentido diferenciador que los estudiantes reconocen matizan el tejido de relaciones sociales que establecen. Tal situación, expresa y configura procesos de exclusión entre ellos que inciden en la conformación de sus identidades juveniles y llaman la atención de los docentes en el contexto educativo.

El primer elemento referido alude a la desigualdad económica que todos reconocieron. Resultado de un fenómeno complejo que vive actualmente la sociedad cubana debido a la circulación de dos monedas propias el *CUP* (conocido popularmente como *peso cubano convertible*) y el *CUC* (denominado comúnmente *divisa*), reviste la preocupación latente en el segmento juvenil que marca

distancias, comportamientos y actitudes en la red de relaciones que los estudiantes entablan. A tal idea, se llegó luego de un minucioso análisis, no sólo del discurso de la muestra sino también de la forma en que plantearon sus criterios, pues si bien se manifestó un apego al discurso “correcto o socialmente esperado”, en torno a valorar a las personas no sólo por su situación material, sus expresiones extraverbales en el momento de ofrecer sus opiniones no se correspondían con los criterios emitidos. De interés resultó además, la noción esgrimida en el discurso de articular la procedencia social con el capital económico. Tal planteamiento no fue de manera consensuada, puesto que solo tres estudiantes (de ambos sexos) apuntaron a ella. Los argumentos estuvieron signados por una crítica y giraban alrededor de plantear que los estudiantes cuyos padres ejercían *el trabajo por cuenta propia* son los que podían considerarse como fervientes seguidores y exponentes de la moda debido a que la fuente de ingresos es mucho más favorable respecto a otras profesiones u ocupaciones que, en términos de remuneración “son menos privilegiadas”, como por ejemplo: los médicos, los obreros, etcétera; según refirió en la entrevista un estudiante.

Se percibió entonces, cierta insatisfacción hacia esta nueva fuente de empleo, no por la dinámica que ella encierra sino por la no correspondencia existente entre profesión u ocupación, preparación calificada y salario retribuido en el

sector estatal, lo cual hace que las personas migren hacia esa forma de empleo. Así lo demuestra el siguiente comentario:

[...] con todo esto del *cuentapropismo*²⁷, la gente lo que está es agudizando más esa brecha económica que hay, ¿en qué sentido? en el poder adquisitivo (...) porque el poder adquisitivo de esa persona es mayor que el de un obrero normal, que un médico, cosa que no tendría que ser así. (Masculino, 21 años. Fonte da autora).

Otro punto que figuró como desigualdad al interior de las prácticas fue el gusto por las prendas de vestir que “estén a la moda”. Así, atavíos que exhiben letreros extranjeros y marcas reconocidas fueron los más aludidos por estudiantes

²⁷ El término alude a una de las apuestas más notables de la actualización del modelo económico cubano. No puede considerarse un grupo social homogéneo ni estable; sino en conformación caracterizados por los factores coyunturales –y no pocas veces ambiguos– de las transformaciones actuales. (Véase: Torres Santana, Aylin y Ortega, Diosnara. Actores económicos y ¿sujetos de política? La reforma cubana y los trabajadores autónomos. En: Observatorio Social de América Latina. Miradas desde Cuba. CLACSO. Año XIV # 36/ publicación semestral/diciembre 2014.

de ambos sexos. Respecto a las ropas de marca, los comentarios si bien fueron escuetos y poco elaborados, enfatizaron en que esas prendas denotan mayor calidad, elegancia y lujo. Esto puede entenderse como un elemento que destaca el sentido y/o significado de superioridad, estatus y posición económica que para este grupo de jóvenes representa mostrar una ropa de marca en el espacio estudiantil.

Al tiempo que le confieren “legitimidad” a las marcas extranjeras al sustentar el reconocimiento y la publicidad que adquieren en el mercado y que son transmitidos por los patrones de referencia mencionados en páginas anteriores. Como vemos, la lógica y dinámica del mercado están de manera implícita en los argumentos, al tiempo que se aprecia una de las aristas de la diversificación socioeconómica, “[...] que colocan la subjetividad y el espacio simbólico como elementos de expresión y configuración de la desigualdad.” (ZABALA y MORALES, 2002, 78).

El lugar de residencia también evidencia una desigualdad en la configuración de las prácticas de consumo en el vestir. Reconocieron que puede hablarse de municipios donde el nivel de vida es mayor respecto a aquellos que denominan “*periféricos*” y en este sentido, los jóvenes pertenecientes a esos suelen ser reconocidos por su forma de vestir, en correspondencia con el acceso que tienen a los patrones de referencia y fundamentalmente, por las

posibilidades económicas favorables que les permiten comprar atuendos de difícil acceso. Esta diferencia fue marcada, básicamente, por estudiantes de municipios menos favorables como: San Miguel del Padrón, Centro Habana y Arroyo Naranjo, quienes afirmaron que su poder adquisitivo no siempre es alto. Empero, algunos estudiantes de los municipios de Playa y Plaza de la Revolución también remarcaron la misma idea.

Creo que la pertenencia a estos grupos tiene que ver con el lugar de residencia. Por ejemplo: yo vivo en San Miguel. En San Miguel, casi todo el mundo es *repa* (...) Los de Playa, Plaza son muchachitos casi siempre diferentes. Nosotros le decimos bitonguitos, porque son de familias no sé diferentes, de otros recursos económicos, no sé yo creo que es por eso. (Femenino, 20 años. Fonte da autora)

Estudiantes residentes en la provincia La Habana, capital del país, señalaron las diferencias palpables con relación a la manera de vestir entre ellos y los becados. En sus discursos alegaron a que esta situación responde al reconocimiento de la capital como referente sustancial en lo que respecta a la cuestión de la moda debido al desarrollo

económico y sociocultural característicos de la urbe. Puede corroborarse entonces, la idea de zonas territoriales “[...] donde contrastan la luminosidad y la oscuridad resaltando la heterogeneización territorial cubana” (ESPINA, 2010, 184). Pese a lo anterior, hubo consenso en plantear de que en ocasiones, estudiantes provenientes de otras provincias visten mejor que los capitalinos, dado que cuentan con un poder adquisitivo que se lo permite.

La existencia de la dualidad monetaria marca la desigualdad no solo de lo que se consume, sino también de dónde se consume. Tal situación trae aparejados efectos perniciosos en la vida social y de los cuales la población joven no escapa. El lugar de compras responde esencialmente, al acceso económico que poseen pero también refleja toda una gama de significados que crean alrededor de este espacio que incide en el acto de comprar o no en lugares determinados. Para los entrevistados el acto de comprar al sector cuentapropista demuestra una buena solvencia económica, a la vez, que les permite obtener prendas de vestir que se corresponden con aquellos que usan sus pares, ganando en reconocimiento y aceptación social por parte del grupo de amigos de la facultad. Sin embargo, comprar en las tiendas de ropa reciclada apunta a una situación inferior en términos económicos, lo cual hizo que fuera señalada en último lugar.

Como se advierte estas prácticas son medio y expresión de las desigualdades

imperantes reconocidas por este grupo de estudiantes, que posteriormente tienden a reproducir en sus relaciones interpersonales, trayendo consigo la emergencia de rótulos o categorías existentes en el contexto de la Facultad de Economía que influye y conforma el proceso de integración a la misma.

6. Integración social en el contexto universitario: una proximidad a su dinámica desde las prácticas de consumo

La importancia epistemológica que posee colocar el objeto de análisis en diálogo con la situación cubana trasciende el mero resultado empírico obtenido para ofrecer miradas a una realidad específica que se articula con acontecimientos socio-económicos y políticos que se suceden en los momentos actuales. Indagar en el proceso de integración social de los jóvenes de la muestra en el espacio mencionado hizo necesario aproximarse a la identificación o no de grupos juveniles urbanos por parte de este grupo de estudiantes, en tanto reflejo de la diversidad de manifestaciones y adscripciones identitarias (PAÑELLAS, 2011, 20) visibles en la sociedad cubana. De esta manera, sobresalieron las categorías de: *los mikis*, *los repas* o *pro-reguetoneros* (como también les denominan), el grupo de *la farándula*, *los rockeros* y en último lugar, los llamados *pijos*.

La primera denominación emergió de forma natural, pues a lo interno del grupo, estudiantes de ambos sexos señalaron que uno de los elementos distintivos de la facultad donde estudian es precisamente, la presencia de este grupo. En los argumentos manifiestos, se apreció un (auto)reconocimiento de identificar a los educandos de la especialidad bajo este rótulo, cuestión asumida con orgullo y conformidad. En el caso del grupo *los pro-reguetoneros*, es de acotar que primó una noción estigmatizadora. Sustentada en una fuerte crítica hacia el gusto musical, estético, la forma de expresarse y de conducirse socialmente asumida por sus integrantes.

La constante alusión al grupo de la *farándula*²⁸ como asociación donde prima el elemento económico como mediador que evidencia las desigualdades sociales, se comportó como indicador que refleja las vivencias sentidas a nivel macrosocial que influyen en este contexto estudiantil, e incluso, a nivel individual. En esta lógica mereció especial

²⁸ Los entrevistados definieron al grupo como aquel integrado por estudiantes de ambos sexos, becados o no. Consideran que son los dirigentes de la Federación Estudiantil Universitaria (FEU) de la facultad, pertenecientes a los diferentes años de la carrera, que gustan de seguir fielmente la moda, visten bien y poseen un poder económico alto (elemento mediador que evidencia las desigualdades sociales en las relaciones interpersonales, lo cual les otorga estatus y reconocimiento social en el ámbito estudiantil.

atención la construcción social realizada en torno al grupo, la cual marca sentido de comparación, querer y “deber ser” demostrado por el grupo entrevistado.

No obstante a las ideas precedentes, hubo reconocimiento de la centralidad que adquieren las relaciones interpersonales en el ámbito universitario. Si bien determinaron la existencia de variadas grupalidades, hubo consenso de catalogar las relaciones personales de buenas pues como facultad se identifican como un nosotros que tiene implícito un sentido de superioridad que defienden fervientemente con respecto a otras carreras o facultades. Ser reconocidos por el resto de los universitarios como la facultad *miki*, les otorga cierta posición de superioridad y hasta de jerarquía a nivel universitario que gustan de ostentar. Ello, está condicionado y responde al mismo tiempo, a los comportamientos y valoraciones que el estudiantado de la Facultad de Economía, de manera general, demuestra y gusta de manifestar, reproduciendo el sentido de distinción y desigualdad aludido anteriormente.

7. Breves consideraciones finales

Los comportamientos, prácticas y valoraciones asumidas por el grupo de jóvenes como parte del proceso de consumo en lo que atañe a la esfera del vestir, reafirman las nociones teóricas identificadas por García Canclini y los

autores citados. La influencia de las prácticas de consumo en el vestir en el proceso de integración social se identificó como fundamental, en tanto contribuye a signar determinado estatus o no según la forma de vestir que los estudiantes exhiben.

El escenario de la facultad no solo es un ámbito para proyectar la imagen sino que configura y/o (re)significa la imagen que brindan a *los otros* tanto a su interior como a nivel de Universidad, resultado de la construcción social que se ha realizado en torno a la Facultad de Economía no solo por los estudiantes de otras carreras y/o especialidades, sino también por los propios alumnos de la carrera que (re)construyen una imagen basada, en ocasiones, en “el aparentar” una situación económica elevada para reafirmar su sentido de pertenencia, distinción y reconocimiento que contrasta con el resto de los universitarios. Precisamente, la temática abordada reafirma la centralidad del fenómeno del consumo y las prácticas que este implica en el proceso de conformación y expresión de las identidades juveniles, visualizando la importancia que tiene desde el ámbito de las ciencias sociales escuchar a los otros - en este caso a los jóvenes - como muestra de los disímiles lugares de enunciación, discursos que se configuran, maneras de sentir y hacer que tienen lugar en la realidad cubana de hoy.

Referencias

Baeza Correa, Jorge (2003) “Culturas juveniles. Acercamiento bibliográfico”. En: *Revista Medellín*, 7- 39 pp., vol. XXIX, ITEPAL, Bogotá, mar., 2003. ISSN: 0120-5692.

Bermúdez, Emilia. (2007): “Roqueros y roqueras, pavitos y pavitas, skaters, lesbianas y gays. El papel del consumo cultural en la construcción de representaciones de identidades juveniles (El caso de algunos grupos de jóvenes que van a los malls en Maracaibo, Venezuela)”. En: *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, niñez y juventud* 6(2), jul.- dic., Manizales, Colombia, 2008. ISSN: 1692-715X.

Bidart, C. (2002). *La construction de l'insertion socioprofessionnelle des jeunes à l'épreuve du temps. Une enquête longitudinale*. Marseille. Laboratoire d'Economie et de Sociologie du Travail. <http://hal.inria.fr/docs/00/08/69/53/PDF/conqiser.pdf> (acceso 24 de febrero de 2010).

Bourdieu, Pierre. (1988): *La distinción. Criterios y bases sociales del gusto*. Editorial Taurus, Madrid.

Domínguez García, María Isabel, Rego Espinosa, Idania y Castilla García, Claudia (2014): *Socialización de adolescentes y jóvenes: retos y oportunidades para la sociedad cubana actual*, 110 pp., Editorial Ciencias Sociales, Centro de Investigaciones Psicológicas

y Sociológicas (Cuba). Grupo de Estudios sobre Juventud, La Habana.

Domínguez García, María Isabel (2008): “Oportunidades y retos para la integración social de la adolescencia y la juventud en Cuba hoy”. En: Domínguez, María Isabel (comp.): *Niñez, adolescencia y juventud en Cuba. Aportes para una comprensión social de su diversidad*, 110 pp., D’vinni S.A, Colombia.

Espina, Mayra (2010): *Desarrollo, desigualdad y políticas sociales. Acercamientos desde una perspectiva compleja*. Publicaciones Acuario, Centro Félix Varela, La Habana.

Espina, Mayra *et al* (2003): “Reajuste económico y cambios socioestructurales”. En: Menéndez, Manuel (comp.): *Los cambios en la estructura socioclasista en Cuba*. Editorial Ciencias Sociales, La Habana.

Ferriol, Ángela (2003): “Política Social: enfoque y análisis”. En: Catá, Euclídes (comp.): *Sociología y Trabajo Social Aplicado. Selección de Lecturas*, 150 pp., La Habana.

Galland, O. (1991). *Sociologie de la jeunesse. L’entrée dans la vie adulte*. Paris, Armand Collin.
<http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsp> (acceso 8 de agosto de 2010).

García Canclini, Néstor (1995): “El consumo sirve para pensar”. En: García Canclini, Néstor: *Consumidores y ciudadanos. Conflictos multiculturales de la globalización*, 70 pp., Editorial Grijalbo, México.

Giner de los Ríos, Salvador et al (1998) *Diccionario de Sociología*, 560 pp., Editorial Alianza S.A, Madrid.

Hopenhay, Martín. (2011): “Bases para un diálogo generacional sobre el futuro de América Latina: Una ventana al futuro”. Ponencia presentada en: FORO DE BIARRITZ, Quito, Ecuador. http://www.cmeal.org/documents/Dialogogeneracional_ES.pdf (acceso 19 de mayo de 2011).

Lemieux, V. y Ouimet, M (2004): “L’analyse structurale des réseaux sociaux. Sainte- Foy. PUL”. En: Martín, Goyette. *Redes Sociales e Inserción Social: El interés de un enfoque relacional para la Investigación en Trabajo Social*. Revista Tábula Rasa, (3): pp. 26- 30, ene- dic., Bogotá, Colombia, 2005. ISSN 1794-2489.

Margulis, Mario y Urresti, Marcelo (2005) : “Moda y juventud, Taller de Sociología, Instituto de Investigaciones de la Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, <http://www.codex.colmex.mx> (acceso 3 de julio de 2009).

Pañellas, Daybell (2011): “CalleGeros. ¿Tribus, grupos, qué son? ”, Revista Estudio (11): 11-21 pp., La Habana, jul. – dic., 2011, ISSN: 1684-6842

Perera, Maricela (1998): “Significados en torno a la desigualdad social”, 120 pp., Informe de investigación, CIPS, La Habana.

Pérez Islas, José Antonio (2006): “Trazos para un mapa de la investigación sobre la juventud en América Latina”. En: *Papers* (79), 145-170 pp.

Reguillo, Rossana (2003): “Las culturas juveniles: un campo de estudio; breve agenda para la discusión”. En: *Revista Brasileira de Educação* (23): 105 p. mai.- jun., jul., ago., 2003.

Urteaga, Maritza (2011): *La construcción juvenil de la realidad. Jóvenes mexicanos contemporáneos*, 220 pp., Juan Pablos Editors, México.

Zabala, María del Carmen y Morales, Elaine (2002): “Desigualdades sociales: dimensión subjetiva en el escenario comunitario capitalino”. En: Íñiguez, Luisa y Everlenny, Omar. (comps.): *Heterogeneidad social en la Cuba actual*, 357 pp., Universidad de La Habana, La Habana.

JUVENTUDES E PROJETOS DE VIDA: IDENTIFICAÇÕES, INQUIETAÇÕES E PERSPECTIVAS DE FUTURO.

Adeline Araújo Carneiro FARIAS²⁹
Jocelaine Oliveira dos SANTOS³⁰

1. Introdução

Este trabalho apresenta discussões acerca de estudos teóricos e análises de dados empíricos, envidados em pesquisa sobre juventude relacionada aos processos de construções identitárias e projetos de vida.

O presente projeto de pesquisa foi idealizado a partir de inquietações pessoais e profissionais, oriundas do exercício profissional junto aos jovens, que na área da educação, de modo especial consegue dar acesso a dimensões diversas da experiência social destes.

²⁹ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Sinos. Docente do Instituto Federal de Educação de Roraima. Contato: adeline@ifrr.edu.br

³⁰ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Sinos. Docente do Instituto Federal de Educação de Roraima. Contato: jocelaine.santos@ifrr.edu.br

A partir da realização de projetos de pesquisa e extensão voltados à juventude e seus projetos de vida, fomos percebendo que a possibilidade de conquistar uma oportunidade de formação profissional, bem como uma colocação no mundo do trabalho, desenhava-se como uma visão em relação ao futuro, enquanto um meio para acessar outras aspirações pessoais e sociais e, claro, ser mais feliz.

O estudo foi realizado junto aos jovens atendidos em cursos de educação profissional, pelo Instituto Federal de Roraima-IFRR, no Campus Boa Vista, localizado na capital do Estado de Roraima, na cidade que dá nome ao já citado campus.

Tivemos por objetivo conhecer a percepção dos jovens sobre o significado de ser jovem, suas perspectivas de futuro e inquietações relacionadas a esta questão.

Utilizamos a metodologia qualitativa, tendo por procedimentos técnicos para a coleta de dados a aplicação de questionários, visando traçar um perfil sócio cultural dos jovens, e a realização de grupos focais.

Para fins de análise, empregamos a técnica da análise de conteúdo, e em particular a análise categorial, possibilitando a confirmação ou redirecionamentos das categorias prévias, de acordo com os temas que emergiram do texto, classificando e agrupando os elementos a partir do que apresentam em comum.

Participaram desta pesquisa 41 jovens, de ambos os sexos, com idades entre 15 e 21 anos.

Enquanto aporte teórico, configuramos um quadro de referência constituído por conceitos que nortearam a construção das categorias e as análises das mesmas, tais como juventudes (PAIS, 1990, 2008; SPOSITO, 1997, 2003, 2007) identidade (HALL, 2000, 2011; BAUMAN, 2001, 2006; SIMMEL, 1986, 2006) e projetos de vida (VELHO, 1986, 1994).

O cerne da análise situa-se nas inquietações e perspectivas de futuro, enquanto fator interveniente no processo de identificação. Tais inquietações, exercem, portanto, influência sobre seus projetos de vidas, considerando o carácter operativo do referido processo, que atua por meio da contingência e da diferenciação.

Na discussão sobre os resultados, ensejamos produzir conhecimentos sobre juventudes, capazes de subsidiar planeamentos e intervenções sintonizadas com suas demandas contemporâneas.

2. Juventudes: sobre quem estamos pesquisando?

No Brasil, especialmente a partir da década de 1990, os jovens passaram a contar com uma representação significativa no universo das temáticas investigadas pela

ciência. Traçaremos, aqui, uma breve argumentação, tencionando evidenciar a relevância de uma pesquisa sobre juventude, partindo de um breve panorama internacional, passando pelo contexto brasileiro e concluindo com algumas percepções sobre o cenário da região norte e do Estado de Roraima.

2.1 Juventudes: lampejos de uma realidade.

No âmbito dos compromissos internacionais, nas últimas duas décadas, as abordagens relativas à juventude obtiveram avanços significativos, especialmente em se tratando da atuação da Organização das Nações Unidas (ONU) e da agenda dos países-membros da Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ).³¹

De acordo com o relatório expedido pelo Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA, no ano 2011, que trata sobre a situação da população mundial, no capítulo que discute especificamente sobre a juventude, intitulado “Juventude: um novo poder global reconfigura o mundo”,

³¹A Organização Ibero-Americana de Juventude, OIJ - é um órgão multilateral vinculado à Organização Ibero-Americana, cujo objetivo é promover o diálogo e a cooperação em matéria de juventude, no âmbito Ibero-Americano. Compõem a OIJ: Portugal, Espanha e os países da América Latina. No dia 04/08/2010, o Senado Federal autorizou o ingresso do Brasil na OIJ.

quase metade dos 7 bilhões de pessoas que vivem no mundo tem até 24 anos de idade.

Destaca-se, ainda, que os indivíduos com idades compreendidas entre 10 e 19 anos representaram 17% da população mundial, sendo que, dessas, 90% vivem em países em desenvolvimento.

Apesar disso, os indicadores que mensuram o acesso dos jovens aos direitos humanos preconizados no Informe sobre a Juventude Mundial de 2005 da ONU apresentaram um contexto lamentável. O documento destacou que, na população mundial de 1,2 bilhões de jovens, à época, 200 milhões sobreviviam com menos de US\$ 1,00 per capita por dia e que a juventude não é aludida de forma direta na Declaração Universal dos Direitos Humanos, tampouco no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, favorecendo a invisibilidade desta fração da população. O documento apontou a urgência de intervenções públicas nas áreas de saúde, educação e emprego.

No que se refere ao Brasil, atualmente contamos com cerca de 51 milhões de jovens, que representam próximo de 26% da população do país, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/PNAD, 2010.

Os jovens brasileiros concentram-se majoritariamente nas áreas urbanas, posto que estes correspondam a 84% do total deste segmento populacional. As regiões do Brasil que apresentam maior representação de jovens que vivem em

áreas rurais são o Nordeste, contando com 27%, e o Norte, com 22%. A região Sudeste do país se mantém como a que detém maior quantitativo de jovens vivendo em zonas urbanas, com 94%. (IBGE/PNAD; 2009)

De acordo com os dados do IBGE/PNAD (CASTRO; AQUINO E ANDRADE; 2009), numa análise da população do Brasil ao longo do século XX, a partir da distribuição etária, observa-se que não houve mudança expressiva no quantitativo de jovens, que sempre variaram entre 26% a 29% da população total.

Conforme a mesma fonte, 14 milhões de jovens brasileiros podem ser considerados pobres, pois apresentam renda familiar per capita de até meio salário mínimo.

O Relatório da Unesco (2011), quando aborda dados relativos à juventude brasileira, ressalta que o Brasil encontra-se dentre os 53 países que não atingiram e nem estão próximos a atingir os objetivos da educação para todos até o ano 2015, apesar de apresentar avanços ao longo das duas últimas décadas, como, por exemplo: o acesso ao ensino fundamental está quase universalizado, contando com 94,4% da população de 7 a 14 anos de idade incluída neste nível de ensino; a proporção de jovens na idade própria que se encontram matriculados no ensino médio é superior ao dobro do quantitativo existente no ano de 1995, representando um expressivo avanço de acesso à educação secundária.

A despeito destes dados positivos e da evolução histórica dos indicadores referentes à escolaridade dos jovens no Brasil, que subiu de 6,8 anos (1997) para 9,5 (2009) na faixa etária de 20 a 24 anos, podemos verificar que os jovens conseguem ingressar no ensino médio, mas um grande contingente acaba não o concluindo. (PNAD, 2009)

Um fato histórico recente e emblemático ilustra a busca por uma forma mais inclusiva de tratar as questões voltadas à juventude: no dia 07 de julho de 2010, o Senado aprovou a Proposta de Emenda à Constituição 42/09, a “PEC da Juventude”, em que se propôs a inclusão do termo juventude na Constituição Federal Brasileira.

Sob a pressão do Conselho Nacional da Juventude - Conjuve, a PEC da Juventude foi aprovada com 56 votos em primeiro turno, sendo posteriormente aprovada por unanimidade a proposta que altera a denominação do capítulo VII do Título VII da Constituição, para tratar dos interesses da juventude brasileira.

Já em julho de 2013, foi aprovado, pelo Congresso Nacional, o Estatuto da Juventude, que garante direitos aos indivíduos de 15 a 29 anos de idade. Este Estatuto entrou em vigor a partir do dia 02 de fevereiro de 2014. O documento, construído a partir de articulações principalmente do Conjuve, define como jovens as pessoas com idades entre 15 e 29 anos.

Na intenção de transformação de uma percepção dos jovens como “problema”, em direção ao seu reconhecimento

enquanto sujeitos de direitos, o Conjuve defende a existência de diferentes juventudes brasileiras, levando em conta a diversidade de questões de caráter socioeconômicas e étnico-culturais que a permeiam.

Deste modo, atualmente, sobre a delimitação etária da juventude, vigora uma subdivisão que visa a favorecer o direcionamento de políticas públicas, de modo a adequarem-se às especificidades juvenis. As divisões contemplam o jovem-adolescente, que tem entre 15 e 17 anos de idades; o jovem-jovem, cuja idade é de 18 a 24 anos; e o jovem-adulto, que apresenta idade entre 25 e 29 anos.

Esta mesma classificação fora adotada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPÊA, para analisar a realidade socioeconômica juvenil.

A maioria dos jovens encontra-se disposta dentre os jovens-adolescentes (20%) e os jovens-jovens (47%). O quantitativo dos jovens distribuídos por gênero é similar, pois 49,6% são homens e 50,4% são mulheres. (Censo 2010)

Em se tratando da realidade dos jovens que vivem no Estado de Roraima, os dados referentes à taxa de analfabetismo se apresentam ainda mais preocupantes, pois, conforme o IBGE (2009), temos 2,7% analfabetos dentre as pessoas com idades entre 10 a 14 anos, e 9,6% dentre os que têm 15 anos ou mais.

Além disso, nos resultados do estado quanto aos indicadores de qualidade da Educação Básica, desenvolvidos

pelo Ministério da Educação, vemos que Roraima, juntamente com a Região Nordeste, apresenta uma pontuação que denota a precariedade da educação, em especial no que se refere ao Ensino Fundamental, como se observa na Tabela 2, que expõe as notas obtidas nas avaliações do IDEB³².

Tabela 2. Níveis de Ensino na Educação Básica segundo as Grandes Regiões do Brasil e o Estado de Roraima.

Níveis de Ensino na Educação Básica	Região Centro-Oeste	Região Nordeste	Região Norte	Região Sudeste	Região Sul	Roraima
Ensino Fundamental – anos iniciais	5,3	4,2	4,2	5,6	5,5	4,7
Ensino Fundamental – anos finais	4,3	3,5	3,8	4,5	4,3	3,7
Ensino Médio	3,6	3,3	3,2	3,9	4,0	3,6

Fonte: Ideb/MEC, 2011.

Há ainda outras questões críticas que atingem a população jovem do Estado como um todo, que julgamos

32 O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador da qualidade da Educação desenvolvido pelo Ministério da Educação. Seus valores variam de 1 a 10, e o objetivo do MEC é que o Brasil alcance o IDEB 6, no Ensino Fundamental I, até 2022.

em que se traduz em riqueza e diferencial decorrente da diversidade cultural, também configura preconceitos de ordens diversas.

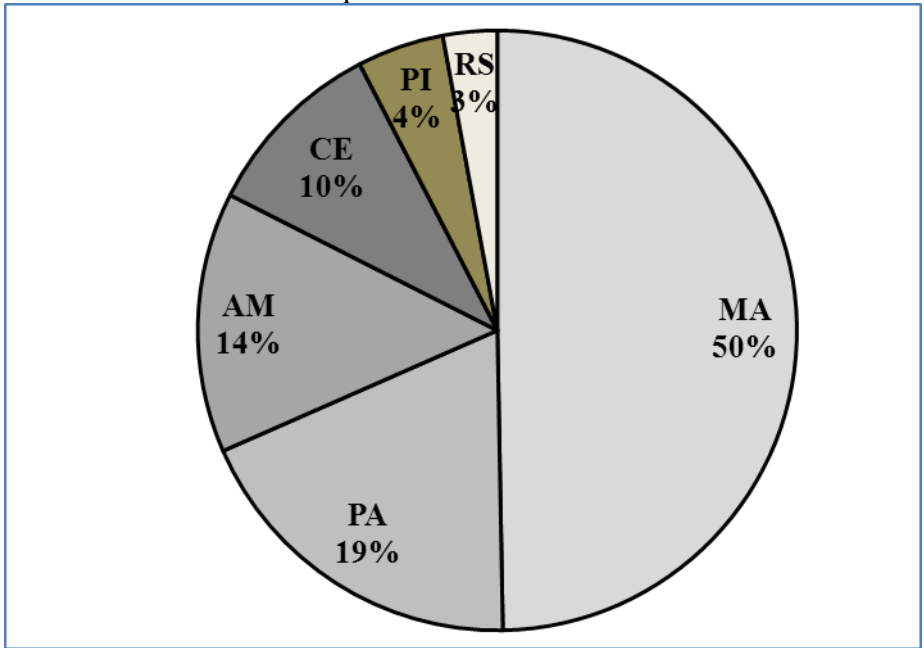
Observa-se que tal preconceito é manifesto em relação aos migrantes (LIMA, 2009), principalmente os nordestinos, e de modo diferenciado os que são naturais do Estado do Maranhão, que povoaram, em maioria, as regiões de assentamentos rurais. Todavia, verifica-se também o preconceito de não índios em relação aos índios, sendo esta situação acirrada em virtude das disputas e demarcações de terras indígenas.

Com todas estas peculiaridades, Roraima encontra-se em âmbito nacional ocupando a segunda colocação dentre os estados cuja população é composta por maior percentual de migrantes (45,3%), ficando atrás apenas do Distrito Federal (49,3%). (PNAD/IBGE, 2015)

Os principais fluxos migratórios são oriundos do Nordeste, seguidos da própria Região Norte. Os Estados mais importantes do Nordeste, sob a ótica da emissão, foram o Maranhão e o Ceará, enquanto no Norte, foram o Amazonas e o Pará, conforme podemos observar na Figura 2, que apresenta os seis estados que mais enviaram pessoas para Roraima.

Figura 1- Distribuição da naturalidade da população migrante de Roraima, conforme os seis estados com maior

quantitativo



Fonte: PNAD/IBGE, 2015 (elaborado pelas autoras)

Fundadas nestas interações, vão se processando e construindo novas expressões culturais mescladas, permitindo que manifestações representativas de determinados grupos minoritários, como os indígenas, por exemplo, permaneçam presentes, coexistindo por meios diversos como a arte e a comida.

Destarte, estas interações interferem nas construções identitárias, pois os sujeitos vivenciam uma interseção, um cruzamento de histórias e memórias, intensificando processos de individualização e diferenciação. (CHAMBERS, 1994; SIMMEL, 1986).

A partir deste breve panorama, buscamos retratar aspectos do contexto da juventude, por meio de dados e produções científicas que nos possibilitam refletir sobre as condições mundiais, nacionais, regionais e locais.

Nessa perspectiva, visamos destacar que, nos âmbitos abordados, verificam-se marcadores de diferenciação que atravessam o cotidiano dos jovens (renda, gênero, etnia-raça, localidade: campo/cidade, acesso à educação e trabalho) e, conseqüentemente, seus processos identitários.

A partir dessa argumentação, justificamos uma abordagem centrada na juventude roraimense, percebendo-a imersa, influenciada e influenciadora, tendo em mente um contexto sociocultural e econômico num nível global, contudo, considerando suas especificidades locais.

2.2. Juventudes e seus projetos de vida: caracterização geral.

Considerando as finalidades da pesquisa científica, faz-se imprescindível vinculá-la a um universo teórico capaz de garantir o embasamento à interpretação dos dados a serem

coletados, de forma a possibilitar maior aproximação à realidade, como, por exemplo, a partir da apreensão e análise de dados empíricos.

Os estudos desenvolvidos sobre juventude são oriundos de diversas áreas do conhecimento, uma vez que são abordadas questões do campo social, étnico-cultural, econômico, educacional, de gênero, etc. No caso específico do Brasil, há variadas problemáticas que motivam os estudos realizados, como, por exemplo, a evasão escolar, a violência, a gravidez precoce, o desemprego, as drogas, dentre outros que identificamos com facilidade nas obras científicas.

Ou seja, a temática juventude vem apresentando um crescente interesse por parte dos pesquisadores brasileiros, porém, conforme Marília Sposito (2009), em seu trabalho sobre os estudos realizados acerca da juventude na pós-graduação brasileira (recorte temporal dos anos 1999 a 2006), verificamos que, embora seja um universo significativo do ponto de vista quantitativo, “em termos relativos ainda não ocupam grande relevância nas áreas cobertas pelo atual estudo” (SPOSITO, 2009, p. 19).

Isso posto, para melhor compreendermos as questões relacionadas a esta parcela da população, necessitamos inicialmente apresentar problematizações acerca das conceituações sobre juventudes.

Autores que se debruçam em estudos e pesquisas sobre a juventude, como, por exemplo, Sposito (2003), Abramo

(1997), Pais (1990), alertam sobre o desafio das abordagens desta temática, para a qual se faz imprescindível uma desconstrução das concepções reducionistas, fundadas no senso comum, para uma construção sociológica, necessariamente contraditória.

Para nos apropriarmos de informações que nos auxiliem a compreender esse conjunto de variáveis, que em certo momento dá alguma proximidade às juventudes, possibilitando-nos a construção da investigação sociológica, analisaremos alguns dados que retratam aspectos da concepção oficial de juventude, visando fomentar nossa análise. Porém, tendo sempre em mente que não há um conceito de juventude a ser adotado, um consenso sobre suas delimitações e fronteiras rigidamente estabelecido.

Neste particular, Sposito (2003, p. 10) também sopesa a necessidade de que compreendamos ser inerente à juventude, enquanto categoria sociológica, uma tensão não resolvida, onde “ela é ao mesmo tempo um momento no ciclo de vida, concebido a partir de seus recortes socioculturais, e modos de inserção na estrutura social”.

Neste aspecto, destacamos que a escola, dentre os diversos espaços de socialização (SIMMEL, 1986), de acordo com Marlene Ribeiro (2002), não deve ser entendida separada do trabalho, pois a formação se articula com a produção, gerando a cultura, integrando vivências, aprendizados, experiências de participação, construindo identidades pessoais

e coletivas, tornando imprescindível, portanto, um equilíbrio neste percurso de formação, no qual se contemple o saber ser, saber fazer e saber conhecer.

Todavia, estas possibilidades de vinculações entre a escola, o trabalho e os projetos de vida dos jovens não têm por força motriz qualquer presunção generalizante, uma vez que norteamos nossa análise a partir das concepções de José Machado Paes (2012) de que os diagnósticos teóricos sobre a realidade contemporânea não devem partir de a priori, tendo em vista a necessária abertura ao campo de possibilidades que não estão dadas ou meramente presumíveis.

Nesta elaboração, envidamos esforços em dispor e articular concepções teóricas, com vistas a auferir a melhor aproximação à realidade, de modo que nos enseje a processos de análises, possíveis de obstar conclusões reducionistas que ocultam contradições.

Em meio aos autores que estamos estudando que abordam questões relativas a estas categorias, no que se refere à compreensão sobre processos identitários, ancoramos nossas análises teóricas a partir de Stuart Hall (2011; 2000), Zygmunt Bauman (2006; 2001) e George Simmel (2006; 1986); para fundamentar a construção teórica da categoria de análise juventude, buscamos as produções de José Machado Pais (2008; 1999) e Marília Sposito (2007; 2005; 2003; 1997) e ao tratarmos sobre Projetos de Vida, partiremos dos entendimentos de Gilberto Velho (1994; 1986).

Partindo deste referencial teórico, analisamos inicialmente alguns dados primários que nos possibilitaram estabelecer uma aproximação à caracterização de modo geral, sobre os jovens pesquisados.

Isto posto, apresentamos que a análise deste trabalho consta de jovens com idades entre 15 e 21 anos, sendo que metade destes situa-se nas idades de 17 e 18 anos. Há uma representação equilibrada de ambos os sexos. Predominam os jovens participantes que se autodeclararam como pardos, enquanto designação étnico-racial, contando ainda com negros, brancos e índios.

Quanto a naturalidade dos jovens, um terço destes nasceu em Roraima, na sua capital, Boa Vista, ou em um de seus 15 municípios. O demais jovens pesquisados integram uma diversidade de naturalidades, aonde constam, por ordem de maior ocorrência, Estados do norte, nordeste, sudeste e sul do Brasil. Tal característica representa bem a diversidade de influências culturais que marcam a constituição populacional de Roraima, envidando a produção de um verdadeiro caldo cultural, que apresenta, por exemplo, manifestações de linguagens marcadas pelas peculiaridades regionais, ou então pela rica culinária que mistura sabores, cores e aromas de todas as partes do país.

No que tange as identificações, inquietações e projetos de vida dos jovens pesquisados, a auto percepção dos mesmos sobre o que seja ser jovem, nos reporta às orientações

dos marcos teóricos em análise, posto a diversidade de processos de articulação operando por meio da diferença.

Dentre as falas dos jovens, evidenciamos a presença do sentimento de incompletude e o caráter processual, marcado de modo bem inequívoco pela necessidade de individualização e de diferenciação, conforme podemos analisar na passagem que segue, quando apresentamos algumas das discussões sobre a questão “o que te faz ser jovem”:

Ser uma pessoa livre e feliz. Ser antenado com as atualidades do mundo, gostar de mudar e de sonhar sem ter medo do futuro.

Atravesso uma fase de incertezas, descobertas e tenho esperança num futuro melhor. Tenho preocupação com o futuro, tenho altas expectativas.

Ser jovem significa não ter rugas de preocupação pois estou no começo da vida. Vivo o melhor momento da vida, numa fase de transição e de muitos sonhos.

Estou adquirindo novas responsabilidades e obrigações (suspiro) há muita cobrança, mas também tenho muitos sonhos. (Entrevista Jovem 1, arquivo das autoras)

No que diz respeito às inquietações que atravessam os processos de construção identitários dos jovens pesquisados, quando provocados a discutir sobre seus projetos de vida, a maioria entrou em consenso que as pressões pela tomada de decisões impactantes no seu futuro profissional e financeiro, ocupam espaço de destaque entre suas preocupações.

Assim, povoam suas inquietações cotidianas a ansiedade em concluir o Ensino Médio integrado à formação profissional em nível técnico, fato que acarreta não apenas o cumprimento com êxito de estudos e frequência escolar, mas também a participação em estágios profissionais e a elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso. Todavia, esta questão, embora gere muita angústia, é superada pela expectativa, auto cobrança e cobrança dos grupos sociais em que estão inseridos, sobre seu ingresso no Ensino Superior, seja através de aprovação em vestibulares ou da prova do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

Praticamente todos os jovens que participaram da pesquisa, destacaram que a tensão gerada por estas cobranças e decisões sobre que profissão seguir, se terá ou não sucesso nas provas de ingresso nas Universidades, provoca um estado de desassossego permanente, impactando inclusive nas relações sociais.

Seguindo esta linha de inquietações relacionadas aos estudos e à definição profissional, o anseio por conquistar uma

colocação no mundo do trabalho também aflige aos jovens. Enleado a esta demanda, foram discutidas os desejos e necessidades vinculadas a conquista de bens materiais, manifestadas enquanto efetivação de uma aspirada independência, em especial em relação aos pais.

Em razão destas inquietações principais, foram apontadas outras situações que também são constantes no cotidiano dos jovens, como por exemplo as dificuldades de administrar o tempo para dar conta de tantas responsabilidades da vida de estudante, conciliando com obrigações familiares e vida social. Nesta última, foi mencionado que muitas vezes não conseguem conciliar tantas obrigações e desgastam relações com amigos e namorados/as. Sendo que neste aspecto, alguns foram enfáticos em deixar claro sua dificuldade quando expressa:

Organizar meu tempo para cumprir com todas as tarefas, ainda estudar pro ENEM e pro Vestibular, que são provas com modelos diferentes, ainda ajudar em casa para não ouvir reclamações, e ainda ter saco e disposição para sair com os amigos. Não! Eu não consigo! Sempre fica alguma coisa por fazer. Isso é muito frustrante. (Entrevista Jovem 1, arquivo das autoras).

Percebe-se que quando abordados sobre seus projetos de vida, os mesmos estão marcados por questões intimamente vinculadas ao mundo do trabalho, e às pretensas retribuições financeiras advindas da atuação profissional, que se reveste de materialização da autonomia pessoal e social. Porém, outras situações também atravessam estes processos, embora tenham apresentado uma conotação menos enfática que as já elencadas.

É o caso das dúvidas e incertezas sobre o futuro, questões relacionadas aos conflitos familiares e à aparência física. Estes pontos surgiram durante a realização dos grupos focais, tendo sido acatado como preocupações importantes e que tem impacto nos seus projetos de vida, embora de menor relevo que as mencionadas inicialmente.

Foi no contexto destas inquietações que nos debruçamos sobre as elaborações de Stuart Hall (2011; 2000), que, com suas reflexões sobre identidades e identificações, possibilitou-nos ampliar a discussão sobre o conceito de identidade, em busca de um referencial teórico que nos desse suporte para a análise dos dados coletados junto aos jovens.

Hall (2000) considera as identidades como pontos de posição temporária à qual nos apegamos, construídas a partir de práticas discursivas:

(...) são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora

‘sabendo’ (aqui, a linguagem da filosofia da consciência acaba por nos trair), sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma ‘falta’, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas – idênticas – aos processos de sujeito que são nelas investidos. (HALL, 2000 p. 112).

Hall (2000) menciona como aspectos necessários a serem pensados no tratamento a esta concepção, como modo de romper com o senso comum, partir da abordagem discursiva, centrada no sujeito, a necessidade de levar em conta que as identificações nunca são uma construção completa, posto que sejam contingenciadas às condições e situações do porvir e, ainda, que estão vinculadas aos processos de articulação, suturação e sobredeterminação e, por fim, que operam por meio da diferença, a partir da relação com o outro, da relação com a falta e com o exterior constitutivo,

Hall (2011, p. 39), em sua obra “A identidade cultural na pós-modernidade”, reitera o caráter processual e de incompletude da constituição da identidade, sugerindo-nos “em vez de falar da identidade como uma coisa acabada,

deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento.”.

Ainda no contexto dos projetos de vida, aprofundando as discussões durante as entrevistas, em busca de suplantar a periferia da questão, identificamos como pano de fundo dos projetos desenhados pelos jovens, o desejo de realização pessoal. Este desejo mostrou-se atravessado pela aspiração de fazer a diferença, com vistas a se sentirem bem sucedidos, bem como de serem reconhecidos. Sobre essa questão, exemplificamos com a fala de um dos jovens, de representam de modo geral, as discussões travadas no grupo de entrevistados:

(...) estes meus projetos para o futuro todos tem uma coisa em comum: me tornar uma pessoa importante! Pra ser importante eu tenho que fazer a diferença. Não dá pra ser só mais um profissional e ganhar dinheiro. Eu quero que minha família tenha orgulhe de mim por eu ter conquistado coisas especiais. Quero também ter o respeito dos meus amigos e dos outros profissionais com quem eu vou trabalhar no futuro, e tudo isso não se consegue sendo só mais um (Entrevista Jovem 1, arquivo das autoras).

Visando contribuir e aprofundar estes entendimentos, agregamos como marco teórico as produções sobre processos identitários de Zygmunt Bauman (2001; 2006), do qual incorporamos a importância da individualização e da diferenciação para a compreensão dos mencionados processos, na atualidade.

Conforme Bauman, na pós-modernidade, a diferença baliza a ordem social, pois é no presente que se depositam todas as preocupações e anseios, visto que o futuro está absolutamente contingenciado, ou seja, não há mais estabilidade. Estes processos vão suscitar o conceito que Bauman apresenta de individualização:

(...) transformar a identidade humana de um ‘dado’ em uma ‘tarefa’ e encarregar os atores da responsabilidade de realizar essa tarefa e das consequências (assim como dos efeitos colaterais) de sua realização. (BAUMAN, 2001, p. 40).

Essa individualização é buscada por intermédio do consumo, que age aplacando o sentimento de insegurança, a partir da falsa ideia de liberdade individual, representada pela possibilidade de escolher e determinar o que melhor convir a consumir, nessa medida “ganha-se independência rendendo-se” (BAUMAN, 2001, p. 99)

Neste cenário, Bauman (2001) elucida-nos que “quando falamos de identidade há, no fundo de nossas mentes, uma tênue imagem de harmonia, lógica, consistência (...). As identidades parecem fixas e sólidas apenas quando vistas de relance, de fora” (BAUMAN, 2001, p. 97-98). Assim sendo, compreendemos que no contexto da pós-modernidade, no qual as relações e situações estão fluídas e menos tangíveis, o conceito de identidade não dá conta de compreendermos esta realidade, sem que o readequemos às condições de liquidez e contingência atuais.

Visando robustecer as compreensões sobre a relevância da diferenciação e individualização nos processos identitários, partimos para o estudo das formas de socialização e sociação de Simmel (2006; 1986), agregando-o ao nosso marco teórico de análise.

No estudo de George Simmel (1986) sobre as formas de socialização, o autor preconiza que os grupos na sociedade necessitam ser compreendidos conforme os padrões de interação que estabelecem nos círculos sociais aos quais se vinculam. Neste sentido, quanto maior a quantidade de círculos sociais em que interage, mais intenso seu processo de individualização e diferenciação.

Neste aspecto, percebemos na citação anterior, a presente atenção do jovem em relação a percepção da sua diferenciação pelos diversos grupos do seu atual, e já idealizado futuro, círculo social.

A família integra o círculo social em que são mantidas relações primárias; nesse meio, a individualidade é relativamente indiferente, em razão da maior homogeneidade dos interesses e formas de sociação. Porém, a diferenciação e a individualização vão afrouxando o laço social que mantém unidos os que estão imediatamente mais próximos, todavia, criam novos vínculos com os que estão mais distantes.

El individuo se vê primeiramente colocado em um médio para el la cual su individualidades relativamente indiferente, meio que se encadena a su próprio destino y le impone una do el azar del nacimiento. (...) Así, la familia encierra un número de individualidades diversas, que primero han de atenerse a esta reunión estrecha. (SIMMEL, 1986 [1908]: 437).

Essa concepção sobre os “círculos sociais” diz respeito a uma área de atividade intersubjetiva particular, pertinente aos relacionamentos mantidos na família, com amigos e nas relações profissionais, por exemplo. O indivíduo se autodetermina, constitui-se, a partir do cruzamento destes círculos, como o próprio Simmel clarifica:

Uma vez que la síntesis de lo subjetivo há producido lo objetivo, la síntesis de lo objetivo engendra, a su vez, una subjetividad nueva e más alta, de la misma manera la personalidad se engendra al círculo social y se sumerge em él para volver a recobrar luego su peculiaridad, merced a esse cruce de círculos sociales que em la persona se verifica. (SIMMEL, 1986 [1908]: 426).

Partindo destas discussões, analisamos os apontados projetos de vida dos jovens tendo por base os entendimentos de Gilberto Velho (1986; 1994), que concebe o projeto de vida enquanto negociação com a realidade. O projeto de vida é engendrado como ação de escolha do sujeito, dentre os futuros possíveis entre o “campo de possibilidades”, tendo em vista uma orientação, que depende da memória de um passado que originou as condições do presente. Velho destaca a estreita relação entre o projeto de vida e a identidade:

(...) o projeto é dinâmico e é permanentemente reelaborado,

reorganizando a memória do ator, dando novos sentidos e significados, provocando com isso repercussões na sua identidade. (VELHO, 1994, p. 104)

3. Provocações de uma (IN)Conclusão

Baseados nestas breves análises, buscamos conhecer a percepção dos jovens sobre o significado de ser jovem, suas perspectivas de futuro e inquietações relacionadas a esta questão. Neste sentido, encontramos referências para situar o olhar sobre a juventude a partir do atual contexto de mudanças aceleradas, que tornam imprescindível a capacidade de adaptação por parte das pessoas, inclusive dos jovens.

Desta forma, compreendemos que a juventude não deve ser apreciada como simples instrumento para um futuro, e sim como sujeito construtor do presente, que também exerce influência sobre as transformações sociais.

Pais (1990) nos alerta para o que tem chamado de “paradoxos da juventude”, destacando as abordagens conflitantes sobre a categoria em questão, exemplificando como tal a noção de juventude a seguir:

A noção de juventude somente

adquiriu certa consistência social a partir do momento em que, entre a infância e a idade adulta, se começou a verificar o prolongamento – como os consequentes «problemas sociais» daí derivados - dos tempos de passagem que hoje em dia mais caracterizam a juventude, quando aparece referida a uma *fase de vida*. (PAIS, 1990, p. 148)

Por conseguinte, Pais (2008) discute o mascaramento da realidade dos jovens a partir da homogeneização, a qual, encarada restritamente como fase da vida, num exercício de abstração arbitrária, é vista quase como um mito, daí os rótulos contraditórios vivenciados.

Assim, no contexto das motivações do presente trabalho, concebemos que analisar as influências que se impõem sobre o processo de construção identitária, bem como a edificação de projetos em relação ao futuro pelos jovens, traduz-se em responsabilidade social.

A partir do exposto, julgamos de extrema relevância científica e social a abordagem referente às temáticas pertinentes aos jovens, levando em conta que ainda presente

acanhada expressão nas produções acadêmicas, sob o enfoque pretendido neste projeto.

Tencionamos, portanto, contribuir para a superação dessa invisibilidade e, ainda, produzir conhecimentos sobre juventude que possam subsidiar planejamentos e intervenções, beneficiando aos jovens, em especial.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização da juventude no Brasil. Revista Brasileira de Educação, Belo Horizonte, n. 5/6, p. 25-36, 1997. Número especial.

BAUMAN, Zygmunt. “Individualidade”. IN: Modernidade Líquida, Zahar Ed., Rio de Janeiro: 2001.

BAUMAN, Zygmunt. Vida Líquida. 1ª ed. Zahar Ed., Rio de Janeiro, 2006.

BRASIL. INEP/MEC. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-PNAD. Brasília-DF, 2009.

BRASIL. INEP/MEC. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-PNAD. Brasília-DF, 2009.

CHAMBERS, Iain. Migración, cultura, identidad, Buenos Aires: Amorrortu Editores. 1994.

HALL, Stuart. A Identidade cultural na pós-modernidade. DP&A Editora, Rio de Janeiro, 2011.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomas Tadeu da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em 30 de abril de 2013.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PNAD 2015. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?indicador=1&id_pesquisa=149. Acesso em 15 de jul de 2016.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. *Análise Social*. Vol. XXV, n. 105-106, 1990.

PAIS, José Machado. Máscaras, jovens e “escolas do diabo”. Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais. *Revista Brasileira de Educação* v. 13 n. 37 jan./abr. 2008

RIBEIRO, Marlene. Uma escola básica do campo como condição estratégica para o desenvolvimento sustentável. Caderno II: CONFERÊNCIA ESTADUAL POR UMA

EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO. Porto Alegre: SEC/RS, abr. 2002. p. 50-58.

SIMMEL, Georg. “El cruce de los círculos sociales” e “La ampliación de los grupos ya la formación de la individualidad”. IN: Sociologia. Estudios sobre las formas de socialización. Alianza, Madrid, 1986.

SIMMEL, Georg. Questões Fundamentais da Sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude em educação. Revista Brasileira de Educação-Revista da Anped, São Paulo, n. 5-6, 1997.

SPOSITO, Marília Pontes. Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

SPOSITO, Marília. Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006), volume 2 / Marília Pontes Sposito, coordenação. UNESCO. Juventude e Contemporaneidade. SPOSITO, Marília, FAVERO, Osmar, CARRANO, Paulo, NOVAES, Regina Reys (Organizadores). Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. 284 p. – (Coleção Educação para Todos; 16).

UNESCO. Um em cada 12 jovens na América Latina e Caribe não completa o ensino primário e não tem qualificações profissionais. Disponível em http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/about-this-office/single-view/news/one_in_twelve_young_people_in_latin_america_and_the_caribbean_fail_to_c

omplete_primary_school_and_lack_skills_for_work-1/ Acesso em: 25 de novembro de 2012.

VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose, antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VELHO, Gilberto. Subjetividade e Sociedade: uma experiência de geração. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

3. Cultura, participação política e trabalho

RITMISTAS E BATUQUEIROS: PERFORMANCES CULTURAIS, MEMÓRIA E PERTENCIMENTO

Geovana Tabachi SILVA³⁴

1. Introdução

“Eu sou ritmista, aquele que
produz ritmo através de um
instrumento musical,
bataqueiro toca em qualquer
lugar, faz bataque, faz
barulho”

(Ritmista, 27 anos. Arquivo
da autora).

³⁴ Doutoranda em Políticas Sociais na Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF. Docente Assistente na Universidade Federal Fluminense – UFF. Contato: tabachi@uol.com.br

Imagem 1: Bateria completa 2016



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Ritmista ou batuqueiro? Na expectativa de proporcionar algumas reflexões sobre esta indagação o trabalho se apresenta organizado em duas partes distintas, contudo complementares. A primeira aborda como aspecto metodológico a noção de *circuitos urbanos* considerando os sujeitos sociais e suas especificidades quanto ao espaço com o qual interagem, bem como a noção de juventude. A outra parte traz o campo de pesquisa, os sujeitos e suas ações expressivas, e as interfaces com as noções de memória e patrimônio, performance e tradição.

Dentre os objetivos desse trabalho, o primordial é compreender os processos envolvidos na performance da bateria da Escola de Samba Unidos da Piedade, uma das agremiações que compõe o grupo especial do carnaval de Vitória, no Estado do Espírito Sano. Nesse *locus* considera-se que através de sua manifestação ritualística estão implicados discursos e práticas simbólicos da sociedade brasileira no

contexto urbano, como os relacionados à hierarquia social e aos aspectos intergeracionais. A análise consiste, mais especificamente, sobre os componentes desta bateria, à medida que esta se constitui por seu caráter de coletividade, embora marcada por enorme diversidade entre os participantes, e também pela heterogeneidade de concepções acerca do ritmo e sobre a escola de samba³⁵.

A agremiação é considerada como a mais antiga do Espírito Santo, fundada em 1955, podendo ser considerada um importante patrimônio cultural capixaba localizado nos arredores do Centro Histórico e na região inscrita no maciço central da Ilha de Vitória, capital do Espírito Santo³⁶.

³⁵ A execução do documentário, *Piedade Berço do Samba Terra de Bamba* (2011), possibilitou o mapeamento inicial do *lôcus* da pesquisa, e mostrou registros de memórias e situações transmitidas entre gerações no *circuito* do samba analisado, evidenciando a heterogeneidade e complexidade da socialização juvenil. Os vídeos são apresentados em três episódios, disponível no DVD “Piedade Berço do Samba, Terra de Bamba” (2012), como na rede social. 1º) www.youtube.com/watch?v=3sA8OGmh28Y; 2º) <http://www.youtube.com/watch?v=d7ThIbpNjzA>; 3º) http://www.youtube.com/watch?v=mU_ptXsk0tI

³⁶ Conforme o senso do IBGE de 2010 (IBGE, 2010), a região soma um total de 15.518 habitantes, sendo que 2.349 moradores estão nos morros Fonte Grande, Piedade, Moscoso (os mais próximos à Unidos da Piedade), sendo 776 com idades entre 12 e 29 anos; os bairros Parque Moscoso e Santa Clara somam 3.331 habitantes, com 871 entre 12 e 29 anos. O Centro conta 9.838 habitantes e 2.405 entre 12 a 29 anos.

Esse estudo exploratório sobre o contexto da Unidos da Piedade, onde se concentra a maior parte de minhas observações, foi se delineando e se constituindo com destaque para as práticas dos jovens e o seu envolvimento com a agremiação. A partir daí, outras temáticas se evidenciaram e tornaram-se não menos significativas, tais como os rituais e celebrações; o samba como patrimônio; a memória coletiva da agremiação; a sociabilidade, as emoções e amizades; os conflitos, as disputas e as relações de poder, dentre outros. Embora esse trabalho não trate deste conjunto de temas todos eles serão tangenciados e se espera desenvolvê-los em outra oportunidade.

No decorrer dos últimos quatro anos transitei com maior frequência, e ainda continuo transitando, por espaços de samba na expectativa de redefinir o meu olhar para além de uma simples observadora ou uma amante de rodas de samba ou do carnaval. E assim, constituir conhecimento e interlocução na condição de pesquisadora, na medida em que alguns elementos, a meu ver, tornam-se passíveis de um olhar mais atento e detalhado a ponto de serem objetos de estudos.

As análises aqui apresentadas são fruto de incursões em campo caracterizadas, inicialmente por conversas informais e encontros casuais, - a observação flutuante, e posteriormente por entrevistas agendadas e pela observação participante. Na primeira o pesquisador está sujeito aos encontros inesperados, sem a expectativa de um informante

privilegiado, deixando-se flutuar sem guia ou modelos, “o encontro nu, e que consiste em dirigir a palavra a alguém de quem não sabemos nem de onde vem, nem o que faz, alguém de quem nada sabemos” (PÉTONNET, 2008, p. 101). Já a observação participante implica em compreender dilemas e possibilidades “de perto e de dentro”, ou seja, “a forma como é vivida pelos atores sociais e, sobretudo, como é percebida e descrita pelo investigador” (MAGNANI, 2007, p. 262). As observações ocorreram nos ensaios e eventos festivos, bem como no Facebook. A partir de apresentação prévia e do aceite como “amigo” os *posts* na página da Escola de Samba e de alguns ritmistas foram utilizados como campo de pesquisa, considerando que as relações nas redes sociais formam um contínuo com o cotidiano, com fronteira tênue entre o real e o virtual.

Ainda como recurso metodológico foi considerado a noção de *circuitos* na expectativa de compreender as interações dos jovens com a cidade, como propõem os estudos de Magnani (2007). O circuito não é dado de antemão, mas construído. O autor enfatiza a sociabilidade e as regularidades, à medida que estes estudos evidenciam os comportamentos e o espaço de encontro, a troca e o conflito. O circuito “descreve o exercício de uma prática” e designa “um uso do espaço e de equipamentos urbanos – possibilitando, por conseguinte, o exercício da sociabilidade

por meio de encontros, comunicação, manejo de códigos” (MAGNANI, 2007, p. 21).

A noção de *circuitos de jovens* é outro ponto de partida para a abordagem e compreensão sobre os comportamentos dos jovens nos centros urbanos. “Essa escolha implicou em abrir mão do campo da “juventude” e dos limites de faixa etária (...), em favor da opção de vê-los em sua interação com a cidade, seus espaços, equipamentos e trajetos”. (MAGNANI, 2007, p. 19).

Com esse entendimento, o autor propõe mais uma reflexão sobre juventude, podendo ser analisado como alternativa à compreensão do tema, em contraposição ou complementaridade aos estudos sobre *tribos urbanas* e *culturas juvenis*, considerando que o uso metafórico do primeiro apresenta limitações de análise à medida que está associado a grupos delimitados, empregado de forma unívoca e a-crítica; enquanto o segundo se concentra na questão geracional, nas experiências e no estilo de vida, sendo identificados pelo consumo de massa: como roupas, música, formas de lazer, identificadas como rituais de resistência à dominação de uma cultura hegemônica (MAGNANI, 2007, p. 18).

Nesse sentido, a concepção de *circuito de jovens* é utilizada aqui em contraposição e de forma complementar a noção de *culturas juvenis*, à medida que esse trabalho procura evidenciar agências – experiências e participação – em

especial de jovens num espaço demarcado socialmente pela pobreza e pelas questões de cor. Assim, os jovens negros e de baixa renda que vivem em áreas centrais urbanas (desprivilegiadas em relação aos espaços dominantes da cidade) carregam, ainda, em seu cotidiano o peso da discriminação, do estereótipo e preconceito, sendo associados á violências.

Nas ciências sociais a literatura sobre juventude é vasta, autores clássicos como Pierre Bourdieu (1983) analisam a respeito da ambivalência do termo que pode ser considerado tanto pelo aspecto essencialista – que analisa a juventude pelo critério etário, tomando-a como “fase da vida” – quanto pela perspectiva temporal – privilegiando, classe, etnia, gênero, histórias locais e nacionais, pertencimentos. No sentido de ampliar essa compreensão é comum se falar em “juventudes”, no plural, devido às diferentes possibilidades de vivenciá-la na contemporaneidade.

Entretanto, designar o termo no plural é lugar comum, conforme os estudos de Novaes (2006), Carrano, (2002), Magnani (2007), sendo necessário considerar o contexto investigado e as relações que se estabelecem. Em uma sociedade marcada por grandes distâncias sociais, a condição juvenil é vivida de maneira desigual e diversa em função dos níveis de renda, da origem social, étnica e territorial, das distintas condições socioeconômicas entre campo e cidade, tanto no Brasil quanto em outros países. Desse modo, são

relevantes as reflexões sobre a diversidade de experiências e saberes da juventude, sem perder de vista o seu caráter heterogêneo.

Retornando a Bourdieu (1983), tanto a juventude quanto a velhice não são simplesmente dados, porém, construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos, sendo a idade um dado biológico socialmente manipulado e manipulável. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas, sendo que relacionar interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente se esta for tomada como uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns.

2. O Campo: o ritmo forte

“Ser sambista é ser militante negro”
(Ritmista. Arquivo da autora).

Os encontros entre os jovens para os ensaios da bateria e a dinâmica do grupo no território, também podem ser pensados a partir de outra categoria, o *pedaço*. O termo conforme Magnani (2007) está associado a um ponto de referência em que se exprimem fortes, amplas e significativas relações afetivas. O “pedaço designa aquele espaço

intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica mais ampla que a fundada nos laços familiares” (MAGNANI, 2007, p.20).

A dedicação o envolvimento dos jovens com a bateria da escola de samba podem ser compreendidos nas narrativas dos ritmistas³⁷, João, de 25 anos, e Júnior, de 27 anos. Para ambos entrevistados o samba é assunto em comum com os amigos durante as conversas cotidianas. O primeiro é estudante de jornalismo, ministra aulas de teatro³⁸ voluntariamente para crianças onde mora, além de ser vice-presidente da Associação de Moradores da comunidade onde reside (líder comunitário desde 2014), faz curso de teatro e artes dramáticas. Sua família não tem envolvimento com a agremiação e ele iniciou na bateria em 2013 tocando tamborim, depois desfilou em 2015 tocando caixa³⁹ que é seu

³⁷ No sentido de preservar a identidade dos entrevistados todos os nomes são fictícios.

³⁸ Em meados de 2015 quando a entrevista foi-me concedida esse era o contexto, entretanto no início de 2016 o projeto das aulas de teatro não obteve continuidade devido à falta de apoio ao projeto.

³⁹ Caixa, na designação original em inglês, *snare drum* é um tipo de tambor bímembranofone composto por um corpo cilíndrico de pequena seção, com duas peles fixadas através de aros metálicos, uma esteira de metal, constituída por pequenas molas de arame colocada em contato com a pele inferior, que vibra através da

instrumento de preferência. O rapaz faz faculdade semipresencial, teatro duas vezes por semana e alterna com os demais membros da associação de moradores nas atividades desta instituição. O outro jovem participa da escola de samba desde garoto, influenciado pela mãe e também pelos tios que eram mestre-sala e porta-bandeira. Por dois anos consecutivos ele foi diretor de bateria, uma função diretamente ligada ao mestre de bateria. O rapaz é formado em Educação Física e trabalha como professor numa academia, mas não esconde o seu amor pela bateria e pela agremiação que faz parte. Embora seus familiares sejam de Vitória ele nasceu no Rio de Janeiro onde residiu até os 12 anos de idade, a partir daí intercalou a moradia entre os dois estados. Júnior já fez diversos cursos, oficinas e workshops relacionados à percussão possibilitando-o atuar como oficineiro para aqueles que têm interesse em tocar na bateria ou aprender algum tipo de instrumento. As aulas da oficina costumavam acontecer na sede da agremiação todas as segundas-feiras.

ressonância produzida sempre que a pele superior é percutida, produzindo um som repicado, característico das marchas militares. (<http://www.percussionista.com.br/instrumentos/caixa.html>)

Imagem 2: Cartaz da oficina de percussão



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Os jovens ritmistas se encontram por mais de uma vez na semana para realizar os ensaios técnicos e aprender a tocar instrumentos. O trabalho acontece na praça pública localizada

na base do morro da Fonte Grande, que é utilizada como o campo ritual da escola de samba - a sua quadra “oficial”. A composição da bateria nos ensaios para o desfile ritual do carnaval em 2016 caracterizou-se por 01 (um) mestre, com 25 anos de idade, 06 (seis) diretores, rapazes entre 20 e 27 anos de idade. Estes diretores têm status de mestre e contribuem com o mestre da bateria na organização e sistematização dos ritmistas e dos naipes (grupos de instrumentos), bem como na criação das bossas (arranjos musicais). Os demais componentes agregam meninos, algumas moças e crianças, tendo de 10 a 30 anos, que dependendo do dia somam em torno de 30 a 40 pessoas, além de reduzido quantitativo de ritmistas veteranos.

Nesse espaço de socialização, foi possível observar, além dos encontros entre amigos e das brincadeiras, outros meios de educar como aqueles que ocorrem fora de instituições tradicionais. Em outras palavras, os ensaios técnicos também se caracterizam por experiências educativas, onde as atividades de ensinar e aprender a arte do toque dos instrumentos se expressa na figura do mestre de bateria (ou mestres). O mestre, tal como o professor, com performance anunciada por gestos e pelo soar do apito, garante certo tipo de autoridade e prestígio social, principalmente entre os ritmistas mais jovens, demarcando as relações hierárquicas no grupo.

As postagens no facebook de dois diretores de bateria confirmam esta concepção:

“O futuro do samba está em boas mãos, por isso se chama escola de samba”!
“Enquanto eu estiver aqui. esses mlk⁴⁰ vão ter com quem aprender tocar! Nunca vou deixa nenhum mlk desses na mão! Eles são o futuro e muito mais virão a fazer parte da nossa família. Tamo junto”. (Ritmista. Arquivo da autora).

Os mestres integrantes da *Ritmo Forte*, como é conhecida a bateria, costumam participar de outras agremiações na cidade, como ritmistas ou ocupando cargos de diretor ou, até mesmo, enquanto mestre de bateria. Com essa composição, circulam pelo *circuito* do samba capixaba ampliando os espaços de lazer⁴¹, exaltando o pertencimento sambista, e ainda, constituindo novos espaços de reconhecimento social. Nesse sentido, a participação em outras escolas de samba, seja em eventos comemorativos específicos em que a Piedade é convidada ou como membro

⁴⁰ Mlk: abreviação de moleque.

⁴¹ Ver Magnani, J. G. C. Festa no Pedaco: cultura e lazer na cidade. São Paulo, Hucitec/UNESP, 1998.

da outra agremiação, as referências tradicionalmente estabelecidas são deslocadas e se amplia o fluxo de permanência na cidade, possibilitando a constituição de novos aprendizados e outros vínculos sociais a partir do contato com novos grupos de amigos. Esse movimento se assemelha ao *trajeto*, conforme designado por Magnani, que “surgiu da necessidade de categorizar uma forma de uso mais abrangente do espaço da cidade, que se diferencia do *pedaço*” (MAGNANI, 2007, p. 20).

A participação na bateria também pode ser compreendida em sua performance política, enquanto forma de ação simbólica que visa reconhecer e valorizar a cultura local do samba, bem como pertencimento territorial e expressão da cultura africana, á medida que “ser sambista é ser militante negro”, como afirmou o jovem ritmista de 25 anos de idade.

3. Tensões e Tradições

Enquanto espaço social e simbólico de tradições, a clássica Escola de Samba tem provocado diversas tensões entre a comunidade do samba local. Essa tensão envolve ambiguidades, disputas e compreensões diferenciadas sobre que situações de fronteiras e distintas concepções os grupos reivindicam para si no interior da agremiação, caracterizando

a hierarquia moral do mundo do samba, bem marcada na estrutura social global (Leopoldi, 2010).

Essa situação se evidencia quando a equipe de jovens mestres e ritmistas, à frente da bateria pelo segundo ano consecutivo (2014-2016), em busca da confiança da comunidade, do presidente e do reconhecimento social⁴², defende a necessidade de mudança no toque dos instrumentos. Enquanto, por outro lado, os jovens ritmistas que já compunham a bateria constituíram-se num grupo discordante, tendo o apoio de diversos componentes veteranos. E assim, formou-se outra configuração na agremiação onde aqueles que discordavam do novo mestre, das ações do presidente reeleito e das diretorias “escolheram” desligar-se da bateria e manter-se periférico à Piedade, indo somar forças em outra agremiação co-irmã do grupo especial. As divergências e disputas centravam-se na concepção e coordenação da bateria, e também na pouca confiança e pequena proximidade com o presidente e sua equipe de diretores.

⁴² Em 2016 a Bateria *Ritmo Forte* recebeu 10 em todos os quesitos, além de alguns prêmios locais.

Imagem 3: Certificados de Mestre e Troféu



Fonte: Arquivo pessoal da autora

4. Outros ditos – O choque de ideias

Além da noção circuitos jovens que nesse trabalho é apreendida como categoria analítica, na mesma direção serão consideradas categorias de pensamento as noções de performance, berço do samba, patrimônio, tradição, ritmista e batuqueiro, anunciando outras temporalidades, bem como desobscurecendo e afastando o efeito de “naturalização” do que é social e histórico (MAUSS, 2003). Para explicar o

pensamento, Mauss transforma a escrita em narrativa e aciona verdades relativizadas, designando, assim, um modo de ação reflexiva (e de performance) que devem ser vividos e sentidos na vida social e cultural.

Na concepção de Gonçalves (2009), o estudo das categorias de pensamento é uma contribuição original da tradição antropológica, sendo tarefa do pesquisador verificar quais conexões de sentido podem ser encontradas em contextos distintos, tanto históricos e culturais, voltadas às concepções de patrimônio. Desse modo, no caso da escola de samba, mesmo que os participantes não classifiquem a Unidos da Piedade como patrimônio, esta é um bem cultural “bom para agir” e que faz a mediação entre passado e presente, “não existe apenas para representar ideias e valores abstratos a ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas” (GONÇALVES, 2009, p. 31).

É possível dizer que as experiências sociais dos jovens aqui apresentadas são elaboradas e vividas através de símbolos e formas expressivas, através da música, da dança, das canções, da festividade, da corporalidade, dos afetos e do uso dos sentidos humanos, conforme Cavalcanti, “são abordagens fundadoras dos estudos das festas, rituais, dramas e *performances*” (CAVALCANTI, 2014, p.15), onde os atos performáticos suscitam um olhar não-cotidiano e chamam atenção para o emergente, a negociação e o caráter temporário e poético das experiências, podendo ser

considerado como uma espécie de “fronteira” que permite vislumbrar diversas representações e linguagens. Na sequência Raposo (2001), afirma que “performance para Turner é metateatro da vida social” (RAPOSO, 2001, p.149). Em sua concepção a performance incorpora e naturaliza uma relação epidérmica com a chamada falência das grandes narrativas contemporâneas (RAPOSO, 2001, p. 08). E na mesma direção Gomez-Penã (*apud* Raposo 2001, p. 09) indica que performance é um “território” conceitual com tempo e fronteiras flutuantes; um lugar onde contradição, ambigüidade e paradoxo são, não apenas tolerados, porém incorporados.

O *locus* da pesquisa conhecido e apresentado pelos entrevistados e por frequentadores como *berço do samba* é tomado no presente trabalho como “lugar de memória”. A expressão atribuída ao historiador francês, Pierre Nora, tem uma tríplice acepção: *material* (onde a memória social pode ser apreendida pelos sentidos), *funcional* (porque tem a função de alicerçar memórias coletivas) e *simbólica* (onde essa memória coletiva se expressa). Embora sejam simultâneas, se desenvolvem em graus diversos, resultando em lugares complexos e híbridos (NORA, 1993, p. 21-22). Para o autor os locais de memória são necessários á medida que o passado está ameaçado, sendo preciso produzir arquivos para guardar, produzir memórias para conservar, “lugares de memória são sinais de reconhecimento e de

pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos idênticos” (NORA, 1993, p. 13).

A compreensão da categoria *memória* não deve ser associada a algo do passado e ordenada em moldes clássicos, sob uma forma simples, imóvel, unívoca. Ao contrário, se trata de um fenômeno complexo, em permanente processo de construção. Um fenômeno inserido em um campo de lutas, disputas, conflitos e de relações de poder – um campo de batalhas! Ainda que a memória seja patrimônio inacabado, compõe a teia de significados resultante da associação entre lembrança e esquecimento. (GONDAR, 2005).

Nos estudos de Maurice Halbwachs (1990), a memória não se apresenta como campo de luta, de conflitos, porém um fenômeno de interiorização individual, também uma construção social e um fenômeno coletivo, que acentua as funções desempenhadas pela memória comum, de reforçar a coesão social, pela adesão afetiva do grupo. Sendo uma construção social, a memória é, em parte, modelada pela família e pelos grupos sociais, se estrutura e se insere na memória coletiva. Para Halbwachs, os indivíduos são incapazes de se lembrarem sozinhos.

No berço do samba é comum encontrar rodas de samba nos finais de semana, além de discursos que o afirmam como “tradicional” por ser considerado o lugar onde nasceu o samba capixaba, a moradia de diversos baluartes - aqueles mestres responsáveis pela fundação de blocos, festas, as

primeiras composições e da própria escola de samba -, bem como por haver agentes que investem na continuidade e na permanência destes aspectos. Em outras palavras, é o lócus privilegiado onde as memórias adquirem materialidade, ainda que as distâncias sociais inscritas nos corpos, linguagens e na temporalidade proporcionem um equacionamento *sui generis* das relações sociais existentes naquela territorialidade.

E assim, o berço do samba também se compõe pelo não-dito, pelos silêncios, pela fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, que irão se encontrar na memória subterrânea, conforme aponta Pollak,

Por conseguinte, existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, "não-ditos". As fronteiras desses silêncios e "não-ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos (...). (POLLAK, 1989, p.06)

De acordo com Gonçalves, o chamado campo discursivo dos patrimônios culturais é bastante complexo e

constituído por uma série de ambiguidades, contradições e paradoxos, configurando-se muitas vezes, a exemplo da memória coletiva, como um “campo de batalha”, nos termos de Pollak (POLLAK 1989 apud GONÇALVES, 2012, p.69)

Neste universo o samba enquanto gênero musical, expressão simbólica e cultural, compõe parte da sociabilidade local e abrange diversos aspectos da vida cotidiana ao mesmo tempo em que estabelece normas de convivência, de reconhecimento e também de valorização da cultura popular. Inserida nesse contexto encontra-se a Escola de Samba que, assim como o samba, pode ser considerada elemento de integração e de conflito. Ambos são bens culturais, portanto patrimônios que tem por função estimular memórias que a eles se vinculam, sendo alvo de distintas concepções que visam a sua preservação e permanência, promoção, ampliação e transformação.

Quanto à cultura popular vale ressaltar o seu aspecto político em que são avaliadas as suas condições concretas de existência, e não se fixar em características e traços culturais autênticos e permanentes. O importante é compreender em que sentido as tradições, os costumes, os rituais e festas se expressam no contexto, considerando as práticas sociais a eles associados.

Em vez de avaliar exclusivamente a autenticidade ou não dos traços culturais –

preocupação de enfoque mais tradicional – o que se busca entender hoje é a existência de costumes, festas, tradições e formas de entretenimento, no contexto das condições concretas de vida de seus portadores, constituindo, deste modo, uma via de acesso ao conhecimento de sua ideologia, seus valores e sua prática social (MAGNANI, 2003, p.32).

Na narrativa de João, a Escola de Samba e a bateria não se encerram no passado numa concepção perene e homogênea, dando a impressão “ser algo além das pessoas e além do tempo” ou vista como algo que se constituiu somente por seus antecedentes ou veteranos. Para ele, “a Piedade somos nós agora, embora exista o *legado da Piedade* que foram todos aqueles que nos antecederam nós constituímos a Piedade”. O *nós* inclui tanto a juventude participante da bateria quanto todos que a amam e dela participam, sejam de “dentro” ou de “fora” da agremiação.

Para o jovem ritmista a noção de tradição que caracteriza a Escola de Samba mais antiga do Estado se atualiza ao exaltar que as fronteiras com o passado são descontínuas e dinâmicas, e que no presente os elementos tradicionais também se expressam e os jovens podem ser os responsáveis por isto, reivindicando assim a sua condição de pertença.

A Piedade é uma somatória de paixões, é uma instituição que tá viva aí, que tá no seio da comunidade, e agrega pessoas que não são somente da comunidade, que são de fora, mas que contribuem... é esse órgão de pessoas que entram e saem, que tem ações que se complementam, de pessoas que são expectadoras por que a gente desfila pra eles (Ritmista, 25 anos. Arquivo pessoal da autora).

Nesse aspecto a tradição assume outras dimensões de *temporalidade* fora do olhar cotidiano e da noção tradicional de tempo, à medida que esta também pode ser constituída pela soma das diversas pessoas que compõem, participam, contribuem e que têm amor pela escola, como afirmou o jovem ritmista.

(...) desde seus intérpretes, as pessoas que limpam a sua sede, de todos os setores, mestre-sala e porta-bandeira, diretores, presidente e das pessoas q não tem uma ação direta, mas que acompanham e vão ver o desfile, que comentam sobre a escola, que se entregam e choram quando a escola desfila. (Ritmista, 25 anos. Arquivo pessoal da autora).

E assim o jovem caracteriza o momento atual vivenciado pela Escola como “choque de ideias” entre as gerações do samba, onde a participação da juventude, que ele denomina “galera nova”, é intensa, em especial na bateria. Há a geração mais conservadora, associada às pessoas mais antigas na escola de samba, que aprenderam a fazer o carnaval de um modo bem regional, bem delimitado, e a outra relacionada aos jovens, com ideias mais atuais e abrangentes, “com o leque aberto para interferências”, conforme relata,

(...) então quando se tem essas duas ideias, a galera mais antiga, que é mais conservadora, vê que a gente tá deturpando (não todo mundo, não todo mundo), mas tem uns que entendem que a gente tá deturpando, tá modificando, tá tirando a essência... E a galera mais nova, a gente vê a tradição da escola, vê e repeita isso, mas acha que pode ser incrementado coisas pra aperfeiçoar. (Ritmista, 25 anos. Arquivo pessoal da autora).

Na concepção do ritmista o apelo informacional para fora da escola de samba é muito maior do que em períodos anteriores, onde os sambistas ficavam reservados às questões locais e de seu cotidiano. O jovem comenta que as redes sociais contribuíram bastante para maior circulação dos

saberes, “as pessoas que iniciaram a escola de samba faziam de acordo com a sua vivencia e elas não tinha influencia extra-regional fora do seu meio social... nessa construção elas eram muito delimitadas ao espaço (...)”.

Então tem a galera que criou a escola de samba, que perpetuou a escola de samba, e agora tem essa galera jovem; e essa galera jovem é uma galera que possui uma interação com diversos polos de conhecimento (...). Então a gente tá aqui acompanhando o desfile da Piedade e a gente também tá acompanhando o desfile do Rio, do Rio Grande do Sul, a gente sabe que tem o desfile de São Paulo, então a gente tem essa comunicação com outros pontos que tem uma cultura igual a nossa, então é inevitável a gente se espelhar e pegar alguma coisa de lá e trazer pra cá. (Ritmista, 25 anos. Arquivo pessoal da autora).

Imagem 4: Comemoração na quadra



Fonte: arquivo pessoal da autora

5. Considerações finais

Retomando a questão inicial sobre ritmistas e batuqueiros, é relevante destacar o que irá distinguir e aproximar um ritmista de um batuqueiro. Ou seja, a concepção dos diretores de bateria (da gestão 2014-2015) é de que ritmista é aquele que produz ritmo, som com técnica.

Por isso, eles costumavam fazer alguns cursos relacionados à percussão e repassar os novos conhecimentos aos mais jovens nos ensaios técnicos ou nas oficinas. E o batuqueiro – termo mais comum entre os veteranos - faz apenas barulho, batuca em qualquer coisa ou lugar, se baseando apenas na sua experiência. Essa diferença que se exprime, em princípio por ordem técnica, vai implicar na disputa pela concepção de tradição, onde os veteranos afirmam que os “novos” estão tirando a essência da bateria. Em contraposição, os mais jovens reconhecem a importância da tradição na escola, mas consideram ser relevante “aperfeiçoar” o toque, ou seja, aperfeiçoar a tradição!

É relevante a apreensão sobre os elementos que fazem sentido para os jovens quando se trata de memória e tradição, o que compreendem sobre ser tradicional e o que incorporam desses saberes em suas práticas no presente, sendo uma importante oportunidade para pensar as relações e fronteiras entre presente e memória.

Com essa compreensão, merece destaque a relação da arte do samba e a interface com as performances culturais e simbólicas dos jovens ritmistas integrantes da bateria *Ritmo Forte*. As relações afetivas desses sujeitos com a agremiação contribuem para a valorização e continuidade de saberes populares expressos no ritmo dos tambores e outras percussões ao entoarem os versos das canções e dos sambas

de enredo nos ensaios na quadra, nas apresentações externas e no desfile ritual da agremiação.

Considero esse trabalho relevante à medida que procura dialogar com importantes categorias no campo das Ciências Sociais na expectativa de que os resultados da investigação possam contribuir com os estudos sobre juventude, memória e territórios urbanos, além de produzir conhecimentos que levem à dissociação de estigmas e estereótipos imputados aos jovens de baixa renda e negros moradores de morros e locais periféricos à cidade. Assim, se estabelecermos situações de contato com as juventudes e soubermos quais os sentidos e significados de suas experiências, suas atitudes e emoções, pode ser possível encontrar e conhecer outra linguagem na relação com esses sujeitos, fundamentando uma política de relações com esse público.

Desse modo, é relevante a compreensão e a análise das continuidades e descontinuidades da Bateria Ritmo Forte e da Escola de Samba, de suas das práticas sociais e simbólicas cotidianas. Em outras palavras, conhecer os encontros e compreender os conflitos suscitados na manutenção das tradições, tanto pela cultura do samba como da memória coletiva.

Diante do exposto, tomo o conflito e as tensões entre esses sujeitos sociais e históricos como “bons para pensar”! E assim, demonstrar que reivindicar ser um ritmista corresponde

ao pertencimento e ao reconhecimento perante aos outros. Ressalto ainda que a escola de samba como bem cultural, assim como o ritmo do samba enquanto expressão musical, e também como saber, somente fazem sentido se tiverem relação com a vida, à medida que foi a partir dessa compreensão que se tornou possível desnaturalizar o olhar sobre o jovem inscrito na paisagem urbana, considerando suas especificidades e heterogeneidade.

E para finalizar, não se pretendeu esgotar as possibilidades de discussão da temática tão importante e controversa. Tenciona-se, sim, assinalar a riqueza do debate com a sequência da pesquisa junto à bateria Ritmo Forte enquanto fato social total, além da inclusão do corpo como partícipe do patrimônio cultural – o “ter e ser” um corpo, o “saber fazer” como conhecimento corporificado - assumindo-se, assim, o pensamento maussiano do homem como um animal que pensava com as mãos. Ademais, é importante observar que a nova configuração da bateria provoca continuidades e descontinuidades no circuito do samba, na medida em que muitos dos jovens que compunham a bateria da Unidos da Piedade de 2014 a 2016 migraram para outra agremiação, implicando em outros arranjos a serem analisados no contexto da cidade.

Referências

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/default.asp?t=3&z=t&o=22&u1=1&u2=1&u4=1&u5=1&u6=1&u3=34>> - acesso em 04 de setembro de 2016.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Os Jovens e a Cidade – Identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas*. Rio de Janeiro: Relumé-Dumará : FAPERJ, 2002.

CAVALCANTI, M. Laura (org.). *Ritual e Performance: 4 estudos clássicos*. 1ª. Ed., Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

GONÇALVES, José Reginaldo. “As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente” IN TAMASO, Izabela Maria; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (orgs.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

_____. O Patrimônio Como Categoria de Pensamento. IN ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e*

Patrimônio: ensaios contemporâneos. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p.25-33.

GONDAR, Jô. DODEBEI, Vera (orgs.). *O que é memória social?* 2ª. Ed., RJ: Contra Capa Livraria/Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO, 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.

LEOPOLDI, José Sávio. *Escola de Samba, Ritual e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. SOUSA, Bruna Mantese de. (orgs.). *Jovens na Metrópole – etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade*. 1ª. ed. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007.

_____. "O circuito dos jovens urbanos". *Tempo Social Revista de sociologia da USP*. São Paulo, v. 17, n.2, nov. 2005.

_____. "De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n. 49, São Paulo, Junho de 2002.

_____. *Festa no Pedaco: Cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo, Hucitec/UNESP, 1998.

MAUSS, Marcel. [1967]. *Manual de Etnografia* (tradução de J. Freitas e Silva). Lisboa: Dom Quixote, 1993.

NORA, Pierre. Entre História e Memória: a trajetória dos lugares. *Revista Projeto Historia*, PUC-SP, São Paulo-SP, 1993.

NOVAES, Regina. Os Jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In ALMEIDA, M. I. M. de; EUGENIO, F. (orgs.). *Culturas Jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

PÉTONNET, Colette. Observação Flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. *Antropolítica*, Niterói, n. 25, p. 99-111, 2. Sem. 2008.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RAPOSO, Paulo (org.). *Terra do Não-Lugar: diálogos entre antropologia e performance*. Santa Catarina: Editora UFSC, 2011.

JUVENTUDE E CORPO: SOCIABILIDADE, LINGUAGEM CORPORAL, ARTE E PROTESTOS

Celecina de Maria Veras SALES⁴³

1. Introdução

O corpo e sua perfeição e simetria tem despertado o interesse de diversos estudos ao longo de muitos séculos, como o arquiteto Vitrúvio⁴⁴, que no século I a.C, utilizou o raciocínio matemático para descrever as proporções do corpo humano, e sugeriu um modelo ideal para o ser humano. Da Vinci⁴⁵, em 1490 retoma a obra de Vitrúvio e através de suas representações gráficas cria o homem em suas proporções perfeitas, o famoso Homem de Vitrúvio. Esse ideal de perfeição do corpo também se faz presente na escultura de

⁴³ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará, Pós-Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Lisboa. Docente da Universidade Federal do Ceará. Contato celecinaavs@gmail.com

⁴⁴ Marco Vitruvio Polião, arquiteto romano, autor da obra Os dez livros da Arquitetura, através de textos e desenhos descreve a partir do raciocínio matemático as proporções perfeitas do corpo humano, como um modelo ideal de beleza.

⁴⁵ Leonardo Da Vinci no ano 1490 retoma textos e desenho de Vitrúvio e cria seu famoso desenho denominado Homem de Vitruvio, figura masculina e desnuda, com proporções perfeitas, calculadas, dentro de um círculo e de um quadrado.

Michelangelo, que ao esculpir Davi, entre os anos de 1501-1504, expressa um ideal de beleza da época, através de um homem belo, jovem e desnudo. Nesse sentido, podemos observar que o corpo belo, masculino e jovem tem sido cultuado no decorrer da história.

A imbricação entre beleza e juventude torna-se ainda hoje muito presente na linguagem corporal, expressando o belo, a força, o protesto, o disciplinamento, em uma produção que envolve tanto processos individuais, como coletivos e institucionais. Foram essas linguagens que instigaram essa pesquisa.

Compreendemos que “o corpo é o veículo do ser no mundo, e ter um corpo é, para um ser vivo, juntar-se a um meio definido, confundir-se com certos projetos e empenhar-se continuamente neles” (Merleau-Ponty, 1999, p.114). Partimos desse pensamento para refletirmos sobre a potência dos corpos dos/as jovens artistas de um grupo de teatro, na tentativa de conhecer a linguagem corporal presente nas experiências pessoais, nas construções subjetivas e a linguagem corporal expressa no campo social e cultural. Acreditamos que a linguagem corporal produz interação do sujeito com o mundo e traz a relação entre o individual e o coletivo (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 253).

O objetivo da pesquisa realizada é compreender a relevância que o corpo exerce sobre a sociabilidade juvenil, sobre a educação e sobre suas formas de protestos e identificar

na linguagem corporal como ocorrem os processos de diferenciação e hierarquização entre jovens no que se refere a gênero, sexualidade, raça/etnia.

A pesquisa parte da compreensão que o corpo é produto do contexto social, e isso significa que o corpo extrapola o biológico (LE BRETON, 2006). Podemos constatar na revisão bibliográfica que existem diversas abordagens no estudo do corpo, uma temática que envolve complexidade.

Essa perspectiva nos conduziu ao campo e nos leva a reafirmar que o corpo produz cultura e é significado pela cultura, por isso mesmo, sofre influências das mudanças que ocorrem na sociedade.

De acordo com as mais diversas imposições culturais, nós os construímos de modo a adequá-los aos critérios estéticos, higiênicos, morais, dos grupos a que pertencemos. As imposições de saúde, vigor, vitalidade, juventude, beleza, força são distintamente significadas, nas mais variadas culturas e são também, nas distintas culturas, diferentemente atribuídas aos corpos de homens ou de mulheres. (LOURO, 2001, p.15)

As imposições culturais sobre o corpo geram linguagens corporais, e, principalmente em grupos formados por jovens, observamos que a linguagem corporal tem o sentido de pertencimento e identificação. A necessidade de agrupar-se faz parte do cotidiano dos/as jovens, nos seus gestos e comportamento. No grupo os/as jovens afetam e são afetados(as) por seus pares, o grupo é uma forma de compor-se, de formar novas relações ou de decompô-las e também de rebelar-se contra as imposições culturais.

No que se refere ao gênero, partimos da compreensão de Butler (2003), que o gênero é produzido por práticas performativas e de identificação, para a autora a diferença sexual entre homens e mulheres não implica um comportamento natural, essencial. Uma linguagem corporal baseada em demarcações do masculino e feminino essencializa as identidades de gênero, fazendo-se acreditar que há uma concordância entre gênero, sexualidade e corpo (BENTO, 2006).

O conceito de gênero tem se constituído de fundamental importância para compreender como as características sexuais são representadas através das práticas sociais. É necessário enfatizar que o conceito de gênero, além de ser uma ferramenta de análise, é também uma ferramenta política (LOURO, 2004).

Sobre o conceito de juventude nos apoiamos em Pais (1996; 2005) para o autor a tematização da juventude se dá de

várias formas, sob diversos olhares. Nessa perspectiva, em seu estudo, Pais (1996) apresenta seus encontros e desencontros com as correntes geracional e classista, principais correntes teóricas que norteiam os estudos sociológicos sobre juventude.

Pensar sobre juventude, corpo e gênero, a partir da construção de personagens, aguça nossa curiosidade e trazem reflexões que nos ajuda a enveredar para novos conceitos e novas descobertas.

A pesquisa qualitativa foi realizada com o Grupo Garajal, é um grupo de Teatro de Rua iniciado no ano de 2003, no município de Maracanaú, situado na região metropolitana de Fortaleza, Ceará. É um grupo composto por quinze pessoas, sete mulheres e oito homens.

O teatro desenvolvido pelo Grupo Garajal tem como foco a cultura popular, que serve de inspiração para a produção de espetáculos e figurinos. O Grupo Garajal trabalha com teatro de rua, artes plásticas e artes circenses, além dos espetáculos, todos/as os/as participantes tem um/uma personagem palhaço/a.

Ao investigar os/as jovens, buscamos observar em suas expressões corporais as bifurcações, as divergências, os diferentes modos de experimentar, viver e sentir o corpo. No trabalho de campo privilegiamos a utilização de técnicas que possibilitassem o olhar e a interação com os sujeitos, como entrevistas individuais e grupais, grupos de discussão e

observação, que foi realizada em diversos momentos, como: apresentações públicas, ensaios, momentos de confecção das indumentárias, preparação para apresentação. Além de acompanharmos o site e a agenda do grupo.

Para compreender a linguagem corporal do Grupo Garajal é necessário esclarecer que o grupo atua no espaço público e sua linguagem se expressa através dos seus principais personagens, que são os palhaços e as palhaças. Cada jovem cria seu personagem com todas as suas características, seu nome e seu figurino. Embora o grupo produza espetáculos, e faça apresentações em espaços fechados, desde sua gênese o Teatro de Rua tem sido a modalidade teatral do grupo.

2. Corpo e Arte na Rua: A Trajetória do Grupo GARAJAL

Muito mais que uma escolha, o teatro de rua foi para o Grupo Garajal uma necessidade de espaço, mas em seguida tornou-se uma opção, uma linha de trabalho do grupo.

Antes a gente ficava meio... é... vamos fazer teatro de bonecos? Vamos fazer teatro de caixa? Ou vamos fazer esse teatro mais tradicional... Tivemos experiências que foram bacanas e tal, mas

eu acho que não fez, é... como potência, de se fortalecer é, foi o teatro de rua, assim. Aqui, a gente já tinha o problema de espaço, aqui. Aqui era pequeno, não havia teatro em Maracanaú. Né? A gente tinha que ir para a rua mesmo. E... mas depois a gente realmente afirmou isso como linguagem, sabe?! E num era, exatamente... a gente experimentou fazer algumas coisas no, no, palco, que foram bacanas e tal, mas que a gente viu que a nossa fortaleza estava mais pulsante era, que fazia mais forte, era estar na rua. Assim, Né? Que são esses dois elementos: teatro de rua e a figura do palhaço e as manifestações populares. É isso que nos move, né? (Entrevista com Jovem do Grupo, arquivo da autora).

O Teatro de Rua tem o espaço público como palco, forma de atuar que data de muito longe. Segundo Machado (2005) as primeiras referências históricas do Teatro de Rua podem ser atribuídas ao início do Teatro de Feira que remonta a Baixa Idade Média francesa. As apresentações artísticas nas feiras tinham como característica principal a improvisação e a comicidade. Essa tradição chega ao Brasil Colônia que tinha suas festas públicas e feiras abrilhantadas pelas apresentações

artísticas. Essa forma de arte se popularizou e teve como principal personagem o palhaço, personagem que na Idade Média era *bobo da corte*, e é originário dos bufões egípcios (2000 a.C) e chineses (300 a.C.). A principal função desses personagens era alegrar o público, o imperador e também eram os únicos que podiam ridicularizar o rei/imperador.

Essa herança teatral, lúdica, chega a Idade Moderna e passa a ter o controle e proibições do Estado, mas permanece ainda hoje com suas habilidades corporais, suas performances, sua forma de inverter os sentidos, de brincar com a realidade.

A construção do/a palhaço/a do Grupo Garajal não foge a essa linguagem teatral permeada pela comicidade e improvisação sobre o cotidiano.

Ai a gente já trouxe a figura do palhaço, sem saber o que era palhaço. A gente tacava as maquiagens... Meu Deus do céu! Tenho até medo quando eu vejo. Era o cão! Era palhaçinho do mau, total. A gente, enfim, a gente tinha que pintar a cara, a gente tinha que... as roupas eram as que a gente pegava, enfim, das nossas casas, ia montando, né?! Muito retalho, a gente trabalhava com muito retalho. (Entrevista com Jovem do Grupo, arquivo da autora).

A história do Grupo Garajal traz em sua construção o sentido muito forte de grupo, de pertencimento, de inovação e de produtor de cultura. Antes de sua criação os/as jovens se encontraram durante um curso de teatro promovido pela prefeitura de Maracanaú-CE, através da Secretaria de Cultura⁴⁶. Ao final do curso houve a montagem de um espetáculo chamado *Sonho de uma noite de Verão*, que juntou todos os participantes. Alguns desses participantes eram oriundos do grupo de teatro *Os Carrancas*, mas estavam no momento sem grupo teatral. O fato de continuarem se encontrando para confeccionar adereços para o espetáculo, estreitou os laços afetivos. Segundo os/as próprios/as jovens, nesse momento ainda não era grupo, embora se reunissem para escutar música, conversar sobre arte ou sobre qualquer outra coisa. O interesse comum e a falta de espaços de

⁴⁶ Segundo o atual coordenador do Grupo Garajal os cursos surgiram por pressão dos artistas da Associação Teatral de Maracanaú. “A gente descobriu um projeto chamado PROARES que financiava, que mandava recursos pra cidade, pra cidade trabalhar arte, cultura e educação, meio ambiente isso tudo voltado para a educação da criança e do adolescente. Aí a gente descobriu que o daqui era mal usado, então a gente começou a forçar a prefeitura que tinha uma amiga nossa que trabalhava na secretaria e ela nos contou e isso e nós fomos atrás, convencemos o prefeito a trazer o secretário a contratar artistas e capacitar pessoas em Maracanaú que queria fazer arte, aí veio acrobacia, malabares, perna de pau, confecção de máscaras.

sociabilidade incentivaram os/as jovens a experimentar o prazer de confeccionar juntos peças artesanais, adereços, roupas, máscaras que utilizariam em espetáculos teatrais.

Quando terminou a temporada do espetáculo os/as jovens ficaram novamente sem perspectivas de continuidade do trabalho com o teatro. Até então os/as jovens não pretendiam criar um grupo, foram os convites para apresentação que incentivaram a continuidade dos ensaios e treinamentos de acrobacia e de confecção de máscaras e bonecos. Em seguida veio o Festival de Esquete, e para se inscrever era necessário ter um grupo constituído, inclusive com um nome.

É tanto que o aniversário do grupo passou a ser dia 25 de Outubro de 2003, o dia em que o pessoal apresentou o “Rapto”. A gente começou antes, mas como não tinha uma definição de grupo... a gente colocou é... a data do Grupo de acordo com a primeira apresentação oficial do grupo foi essa do Rapto, porque a outra a gente colocou só por colocar só porque tinha que aparecer no folder lá e assim dessa Conferencia Latino Americana de Jovens e Adultos que foi o espetáculo “Nunca é tarde pra começar (Entrevista com Jovem do Grupo, arquivo da autora).

É interessante como esses/as jovens foram compondo, aglutinando, experimentando até chegar a constituição de um *corpo grupal* (NEGRI, 2003), ou seja, indivíduos em interação, mas respeitando as relações, as potências singulares, mas também a heterogeneidade, a velocidade do coletivo.

Eu digo a gente não formou a gente nasceu! Eu digo a gente não fez uma reunião pra dizer oh! agora nós temos um grupo, a gente foi vivendo, vivenciando algumas atividades. (Entrevista com Jovem do Grupo, arquivo da autora).

Outro ponto interessante do Garajal é a forma de entrada ao grupo. Não há um rito, mas há uma relação que se constrói na convivência, na experimentação e no poder de sentir e se fazer sentir pelo grupo.

Porque história de entrar no Garajal é quase um processo natural, entendeu? Porque você tem que ficar vindo, ficar vindo...ate que recebe o convite oficial. Mas sempre o grupo a gente decide junto, tipo assim já ta na hora. (...) Aí eu vim pro grupo em 2006 dia 06 de Março,

oficialmente que eu entrei. (Entrevista com Jovem do Grupo, arquivo da autora).

A singularidade do grupo pode ser observada no próprio nome que tem uma relação com sua história e seu espaço. Antes mesmo de se formar o grupo, como esses/as jovens não possuíam um espaço físico, iluminação, palco, encontraram a rua como lugar de fazer arte. A primeira produção foi a montagem do espetáculo, *Uma noite de verão*, quando os ensaios ocorriam na casa de um dos integrantes, hoje o coordenador do grupo. Como o espaço era muito pequeno, apertado, desarrumado, motivou a origem do nome do espaço, Garajal, porque no Ceará se utiliza a palavra garajau para designar cesto fechado para conduzir galinhas.

Com essa oficialização do grupo e a necessidade de trabalhar, ter uma renda, os/as jovens decidiram viver do teatro, ganhar dinheiro através dos trabalhos do Garajal. Assim, com a ajuda da articulação política do coordenador, o grupo ganhou visibilidade, e, além das apresentações gratuitas para a comunidade, realiza muitos trabalhos remunerados em Maracanaú e em outras cidades. Com parte do cachê arrecadado, eles/elas investiram na ampliação do espaço que hoje é sede do grupo.

Em sua trajetória o grupo tem acumulado experiência, sua formação é quase a mesma do seu início, atualmente são quinze pessoas. O trabalho do grupo se caracteriza pela fusão

de iniciativas coletivas e individuais. Segundo Dubet (1994) as experiências sociais são individuais, mas são também deliberadas coletivamente.

No grupo Garajal cada jovem tem uma forma singular de ser jovem, ser artista, e, nessa heterogeneidade constituem seus princípios, suas práticas sociais. A vivência grupal “as organizações simbolizam, para o jovem, um encontro, espaços de construção de um devir, onde podem agir, falar, lutar, produzir e suscitar eventos culturais e sociais” (SALES, 2001, p.27).

3. Aprendizagens e Sociabilidades

A pesquisa mostra que o Grupo Garajal é espaço de sociabilidade e formação de jovens. Desde o início do grupo a formação foi uma marca do grupo, e, além da formação continuada, os participantes do grupo atuam como multiplicadores/as no campo de cultura e arte. O grupo é referência em Maracanaú, tendo visibilidade e reconhecimento tanto no campo institucional como na comunidade em que vivem e trabalham.

Constatamos através das falas que a construção dos personagens passa pelo processo de aprendizagem, pela formação, e o palhaço é o personagem chave do grupo.

O segundo espetáculo que a gente montou, que também veio de uma capacitação, que a gente fez, que a gente começou mesmo a trabalhar com a questão do palhaço. A gente fez uma oficina de *clown*. (Entrevista com Jovem do Grupo, arquivo da autora).

O *clown* é o palhaço com a linguagem teatral, surge na Europa como personagem que se contrapõe ao herói trágico e tem a função política de subverter convenções e regras da linguagem teatral e também com as regras sociais (MACHADO, 2005).

Ai a gente já estava querendo fazer um espetáculo voltado para a questão das drogas e tal, e ai a gente fez “Uma dúvida paira sobre minha cabeça”, que é um espetáculo que tem já dez anos. Ele é quase fundação do grupo. Ai esse espetáculo já tem uma motivação mais nossa mesmo. (...) ai a gente já começou a montar e chamou esse professor que dava dando aula, para dar essa orientação pra gente como palhaço. Foi quando a gente começou a pensar realmente na figura do palhaço, né?! A questão corporal fortíssima, que a gente não falava, né?! O

clown, a gente ainda tinha essa ideia de o “o *clown* não fala, o *clown* não pode mostrar o corpo, o *clown* não sei o quê”... (Entrevista com Jovem do Grupo, arquivo da autora).

O palhaço é personagem múltiplo; desempenha diversos papéis, é criativo, parte das circunstâncias. A construção do personagem traz elementos estéticos corporais, como os trajes desproporcionados e coloridos, a maquiagem, o estilo cômico de tratar os fatos.

A maquiagem também, quando a gente começou a fazer alguns trabalhos, começamos também a comprar maquiagem. E aí... é... a gente começou a experimentar mesmo. Eu me lembro que eu mesma, todo dia e toda vez que eu fazia palhaço, eu fazia a minha maquiagem que não sabia nem o quê que era. Um dia era assim, outro dia era de outro jeito, e não tinha uma identidade ainda, eu estava no processo de perceber a figura do palhaço, né?! E a mesma coisa com a roupa. E aí a gente fez essa... esse espetáculo *Uma dúvida paira sobre*

minha cabeça. (Entrevista com Jovem do Grupo, arquivo da autora).

A aprendizagem aparece em todo o processo, a construção do palhaço em todos os seus aspectos é uma prática educativa, a gestualidade, a comicidade formam o personagem que interage com o público. Quanto a identidade do palhaço, citada por uma jovem do grupo, ao ser discutida no grupo focal foi constatado pelo próprio grupo que o/a personagem não é separável do ator/atriz, na forma como se comporta, age, atua e a sua liberdade corporal tem conexão com o/a artista e o público. Nesse sentido, o corpo é de fundamental relevância, e, como diz Merleau-Ponty (1999) o corpo é movimento, sensibilidade e expressão criadora.

O corpo do/a artista funciona como meio de aprendizagem, e através do seu próprio corpo, os/as jovens criam possibilidades de comunicação, interação e conhecimentos.

A gente costuma falar que o corpo é a ferramenta do ator, tudo que a gente tem, se o corpo não tá bem a gente não produz. É como a gente trabalhava antes, mais agora nem tanto, muito a questão a acrobacia, a gente tinha que está sempre com o corpo em forma. A gente tinha os dias de trabalhar a acrobacia, fica dia de

tarde é acrobacia, terça é dia de percussão, a gente dividia as especialidades. Agora a gente com o projeto das oficinas a gente tá trabalhando muito o corpo, muito mesmo. (Entrevista com Jovem do Grupo, arquivo da autora).

Percebemos que os/as jovens têm consciência da importância do corpo-artista, do corpo-linguagem e do corpo-múltiplo. Na visão de Foucault (1987) o corpo aparece como *locus* privilegiado de ação do poder e do controle social.

Ao longo do tempo você vai descobrindo o que o seu corpo... forma de descobrir o que você quer do seu corpo. A gente tem um treinamento, passar para algumas pessoas, apaga todas as luzes e coloca alguns tipos de músicas, de ritmos diferentes, num som muito alto e tudo fechado, pode ser loucura, assim, mas pra a gente pode ser uma forma de se instigar, você precisa instigar o corpo, e isso só acontece se você chegar a um estado assim de libertação. (Entrevista com Jovem do Grupo, arquivo da autora).

Para Le Breton (2006) não se pode esquecer que por trás da ideia de corpo livre há o controle da liberdade. Esse

paradoxo possibilita pessoas e grupos a ter experimentações, subverter tentativas de controle, e, ao mesmo tempo, limita, uniformiza, cria rótulos, impõe padrões estéticos, como por exemplo, a aparência jovem, que se tornou um valor em nossa sociedade. Esse cenário, que molda e subverte, nos leva a concordar com Le Breton (2006) quando o autor afirma que o corpo é lugar do contato com o mundo, o corpo é a marca do indivíduo, o corpo estabelece a relação sujeito e sociedade.

As formas de questionar e protestar dos/as jovens do Garajal se expressam nas apresentações, nos discursos dos/as palhaços/as. Essa forma de contestar traz a íntima relação do corpo com a política.

O corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder operam sobre ele de imediato; elas investem nele, marcam-no, preparam-no, suplicam-no ao trabalho, obrigam-no a cerimônias, exige-lhes signos (FOUCAULT, 1987, p.125).

Os/as jovens em seu devir palhaço/a estão sempre criando algo novo, um discurso que constrói, que brinca com os conflitos, que dialoga com os problemas juvenis, que produz realidade. Nesse processo de criação e recriação dos discursos de seus personagens os/as jovens desenvolvem suas

próprias formas de interação com o público, desenvolvem novas possibilidades no campo da cultura e da política.

Nas suas apresentações os/as jovens produzem discursos que rejeitam, criticam determinadas situações de desigualdades e injustiça social, utilizam o próprio corpo para satirizar padrões de beleza. Nesse momento rompem com determinações constituídas pela sociedade e “criam possibilidades de ultrapassar o que está preestabelecido, moldado, para investir no domínio de si, na sua autonomia para poder explorar todo o seu potencial” (SALES, 2010, p.31). Esse sentido de utilizar o corpo para fazer política, é vivenciado pelos/as jovens em suas manifestações artísticas.

Segundo Foucault (ibid.), nos anos 1960 surge um novo imaginário sobre o corpo, resultante de mudanças culturais geradas pelo movimento feminista e outros movimentos culturais, artísticos e juvenis. Essas mudanças, mesmo tendo trazido avanços nas relações de gênero, carregam marcas da cultura patriarcal, machista, que discriminam as mulheres.

O Grupo Garajal se coloca de forma aberta com relação as questões de gênero, raça/etnia e orientação sexual, mas os/as jovens não estão isentos dos preconceitos. Quando perguntamos sobre as relações de gênero nas atividades artistas do grupo, responderam:

Aqui todo mundo faz tudo. Ai vai depender do seu corpo, da sua resistência física. Por exemplo: a Paula, que é uma das atrizes daqui, ela é... ela pega as mulheres e sobe, faz as acrobacias. A gente chama ela de base. Mas ela é base mesmo, ela pega.. a mesma força que o Aldebaran pega, ela pega, tá nem vendo. Mas eu não consigo é porque eu tenho é resistência física, mas se não... Aí essa relação do cuidado, que eu acho que a acrobacia deu. O Aldebaran tem uma dinâmica de muito respeito mesmo de cuidado com o corpo do outro, é preciso até pra acontecer um movimento a gente precisa conhecer o que o corpo da... Sarah faz. (Entrevista com Jovem do Grupo, arquivo da autora).

Eu tava lembrando, que... eu tenho um problema um pouco sério, eu num sei, se é insegurança, se é.. pode ser um pouco de machismo, por mais que eu diga que eu não sou machista, mas quando a gente está de palhaço na rua, e as meninas também tão, eu fico... alerta! O tempo todo olhando pra ela. Porque pra mim, elas se colocam um pouco na.. não é que

elas se colocam, mas a sociedade acaba... acaba... é... visando diferente, uma palhaça de um palhaço (Entrevista com Jovem do Grupo, arquivo da autora).

Ao abordar o cuidado com as jovens durante as apresentações de rua, o jovem reafirma as zonas de perigo para as mulheres, delimita os espaços segundo o sexo. Dessa forma, podemos observar que o grupo amplia limites, questiona o sistema de gênero, mas não rompe com o modelo que institui a necessidade de proteção para as mulheres.

Quantas vezes eu já vi gente chegando de maneira não tão bacana nas meninas, e tinha que chegar de maneira mais dura, é chegar quase que já expulsando, quase que... que... afugentando alguns homens. É, e... dentro do grupo, na verdade, a gente não vê essa diferença, homem, mulher... a gente sente esse choque mesmo é quando a gente tá na rua. Quando a gente tá na rua, a gente percebe que as pessoas olham de maneira diferente. A gente consegue perceber essa diferença do gênero, é... na sociedade, a gente ver que a sociedade é cheia de amarras em relação a isso. (Entrevista com Jovem do Grupo, arquivo da autora).

Nessa perspectiva, o corpo produz cultura e é significado pela cultura, por isso mesmo, ao longo da história o corpo sofre influência advinda das imposições culturais. Quando os/as palhaços e palhaças estão na rua, mesmo com suas vestes e máscaras, há uma reação diferenciada com relação a homens e mulheres, e isso significa que, mesmo com todos os avanços, a rua, o espaço público ainda é visto como lugar dos homens.

O corpo juvenil do/a artista anuncia novidades, formata estilos, produz desejos e necessidades, mas também cria resistências.

No que se refere ao gênero, a sexualidade, há imposições da escola, da família, da religião, que estabelecem uma linguagem corporal baseada em demarcações do masculino e feminino que essencializam as identidades de gênero, fazendo-se acreditar que há uma concordância entre gênero, sexualidade e corpo (BENTO, 2006). Entretanto, constatamos que os avanços científicos têm incentivado a subversão do corpo através da modificação e reconstrução do corpo e da transgressão de fronteiras sexuais e de gênero, como por exemplo, as cirurgias plásticas, a cirurgia de mudança de sexo.

4. Algumas Considerações

Aprender diz respeito essencialmente aos *signos*. Os signos são objeto de um aprendizado temporal, não de um saber abstrato. Aprender é, de início, considerar uma matéria, um objeto, um ser, como se emitissem signos a serem decifrados, interpretados. (...) Tudo que nos ensina alguma coisa emite signos, todo ato de aprender é uma interpretação de signos ou de hieróglifos. (DELEUZE, 2003. p.4).

Os textos, os figurinos são signos que transmitem mensagens, sensações, ideias, conceitos, imaginação, protestos, que caracterizam os personagens. Com texto e figurino esse corpo cultura entra em cena expressando linguagens, símbolos, signos, gestos. Percebemos que em cada personagem, cada espetáculo, os/as jovens artistas através de relações corpóreas tem um aprendizado e em grupo esses jovens criam novos sentidos e estratégias educativas.

São esses signos, essa aprendizagem que mostram a linguagem corporal dos/as jovens expressa nas encenações. É nesse momento que podemos perceber a resistência, o protesto, as reivindicação, os signos presentes nos personagens que os jovens constroem. Identificamos através

do grupo de teatro estudado que a sua linguagem política e a forma como a expressa está centrada em personagens construídos ou resignificados. O palhaço, por exemplo, personagem central do grupo, é desenvolvido por cada ator e atriz com características particulares e individuais. O Palhaço é corpo em movimento, suas acrobacias, seu malabarismo, sua forma de despertar risos tem suas múltiplas significações.

Com motivações diversas os/as jovens criam, copiam, resignificam seus palhaços, seus personagens, e, de certa forma, constroem uma projeção de si. Os personagens vividos pelos/as jovens requer uma montagem, exige um processo criativo sobre a estética corporal, e, também assumem comportamentos, atitudes, gestos que podem evidenciar expressividade, alegria, exagero, agressividade, conceitos, preconceitos.

Nas suas acrobacias cotidianas os/as jovens do Grupo Garajal utilizam o próprio corpo como conexão entre cada um e seu grupo, expressam sentimentos, arte, protestos. No grupo os/as jovens se rebelam e através do seu corpo produzem linguagens, gestos, percepções, rompem fronteiras identitárias do corpo (gênero, sexualidade), criam táticas de interação, de comunicação. Em alguns momentos produzem uma linguagem política que envolve processos individuais e coletivos.

Referências

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transsexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero, feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DAMASCENO, Maria N. A construção de categorias no estudo da práxis educativa in SALES, Celecina Veras (org.). *O caminho se faz ao caminhar: elementos teóricos e práticas na pesquisa qualitativa*. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. 2.ed. trad. Antonio Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

DUBET, François. *Sociologia da Experiência*. Tradução Fernando Tomás. Lisboa –PT: Instituto Piaget, 1994.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade, 3: o cuidado de si*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque, 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

LE BRETON, D. *A Sociologia do Corpo*. Petrópolis: Editora Vozes; 2006.

LOURO, Guaracira Lopes. Pedagogias da sexualidade in LOURO, Guaracira Lopes (org.); *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte-MG: Autentica. 2001.

_____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MACHADO. Maria Angela de Ambrdois Pinheiro. *Uma nova mídia em cena: corpo, comunicação e clown*. Doutorado em Comunicação e Semiótica Tese PUC/SP 2005

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NEGRI, A. *Cinco lições sobre o Império*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2003.

PAIS, José Machado. Jovens e cidadania in *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa: CIES-ISCTE, n.49, 2005

_____. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996.

SALES, Celecina de Maria Veras. Juventude, espaços de formação e modos de vida. In *Revista ETD – Educação Temática Digital*, Campinas-SP:UNICAMP, v.12, n.esp., p.24-41, set. 2010.

_____ Os jovens como experimentadores e produtores de devires in DAMASCENO, Maria Nobre; MATOS, Kelma S. L.; VASCONCELOS, José G.(orgs.). *Trajetórias da juventude*. Fortaleza: Editora UFC, 2001.

ENTRE O "MOVIMENTO" E A "CALMARIA": A SOCIABILIDADE DOS JOVENS EM CONTEXTO DE "INTERMITÊNCIA URBANA"

Flávia Alves de SOUSA⁴⁷

1. Introdução

Esta reflexão⁴⁸ centra-se na análise das transformações na sociabilidade dos jovens de Flecheiras⁴⁹ em um contexto de mudanças urbanas, advindas principalmente da emergência turística. Nos últimos vinte anos, esta localidade do litoral cearense vem deixando de ser apenas uma pequena

⁴⁷ Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo – USP. Docente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Contato: viasousa75@gmail.com

⁴⁸ Este texto corresponde a uma parte da discussão realizada durante os estudos de doutorado, que resultou na tese Entre o "movimento" e a "calmaria": os ritmos da sociabilidade do jovens na praia de Flecheiras - USP, São Paulo, 2013

⁴⁹ Flecheiras é um pequeno distrito que se localiza no litoral Oeste do Ceará, estando aproximadamente 124km de Fortaleza, região Nordeste do Brasil; tem em torno de cinco mil habitantes e pertence ao município de Trairi, o qual possui, segundo dados do IBGE de 2010, 51.432 habitantes. A economia desta localidade, segundo dados da Prefeitura Municipal de Trairi, é baseada no turismo, na pesca, no comércio e na agricultura. O turismo tem configurado aos moradores novas possibilidades de trabalho, através de diferentes ocupações e ofertas de serviços.

comunidade pesqueira para tornar-se também uma localidade turística, intensificando o seu processo de urbanização devido às várias transformações e, notadamente, com o fluxo nacional e internacional de pessoas. Os seus espaços urbanos estão sendo reestruturados, praças e ruas são reformadas e ampliadas, pousadas, restaurantes, bares e espaços de diversão são construídos, e há o surgimento das novas possibilidades de trabalho (hotelaria e restaurantes).

A essas mudanças somam-se a participação de outros sujeitos na dinâmica social da localidade, vindos de outros estados e regiões brasileiras, além de estrangeiros, principalmente de Portugal, Espanha e Itália. Essas pessoas têm fixado residência no local para investir e/ou residir, passando a participar da vida cotidiana, implicando em novas configurações socioespaciais, econômicas e relacionais. Por outro lado, estas transformações têm alterado a distribuição socioespacial dos antigos moradores e de pessoas pertencentes às classes populares que chegam à localidade, especialmente atraídas pelas novas possibilidades de trabalho.

Neste cenário de profundas mudanças na infraestrutura urbana e nos circuitos de pessoas, estilos e símbolos de consumo, as novas formas de sociabilidade que se constituem entre os jovens estão relacionadas às diversas experiências gestadas nos novos espaços de lazer, sobretudo nos momentos da alta temporada. Período em que se intensifica o fluxo de turistas e a realização de diversas festas, considerado pelos

jovens como de maior movimento. É um momento em que eles vivenciam estilos, tecnologias e valores urbanos advindos das grandes cidades. Dentre as festas, destacamos a "festa do pisca", a mais esperada e frequentada pelos jovens da localidade de Flecheiras.

No estudo com os jovens locais, observamos que as mudanças urbanas, sobretudo as que influenciam nos espaços e nas experiências de lazer, são pontos de partida importantes para a compreensão das transformações nas formas de sociabilidade, estilos e valores. Observamos que o contexto específico do turismo produz um ritmo diferente dos jovens experimentarem a dinâmica local, caracterizando-se pela alternância entre o "movimento" e a "calmaria", ou seja, entre a alta e a baixa temporada, em um ciclo constante de "intermitência urbana" (Fortuna, 2009).

A pesquisa se fundamenta em um estudo de caso realizado em decorrência da pesquisa de doutorado, entre o final de 2009 e início de 2013, quando foram feitas observações de campo e entrevistas semiestruturadas, objetivando compreender as concepções dos jovens locais diante das transformações ocorridas. Os interlocutores que contribuíram mais diretamente para essa pesquisa tinham entre 18 a 26 anos. A presença no campo de investigação possibilitou desenvolver observações em ocasiões diversas das práticas cotidianas especialmente das experiências nos momentos de sociabilidade. Os dados correspondem tanto aos

períodos de férias, considerada como alta estação, bem como em períodos denominados de baixa estação. Essa alternância no olhar para o campo propiciou ter uma certa frequência do ritmo de vida desses jovens, dos tipos de atividades, dos acontecimentos e das festas.

O desenvolvimento do texto apresenta inicialmente uma discussão sobre juventude, sociabilidade e lazer em contexto de turismo, trazendo algumas orientações teóricas e a maneira como esses temas foram articulados no campo da pesquisa; em seguida, damos continuidade à reflexão nos centrando na relação entre processos de urbanização e as transformações nas formas de sociabilidade dos jovens locais diante do contexto de turismo, tendo como referência a perspectiva da "intermitência urbana" como hipótese de registro do movimento na cidade; por último, abordamos a manifestação de sociabilidade dos jovens na "festa do pisca", reconhecendo essa manifestação festiva como um demarcador desse processo de mudança e aproximação dos jovens locais com os valores urbanos advindos das grandes cidades.

2. Jovens, sociabilidade e lazer no contexto de emergência turística

As pesquisas têm considerado as experiências dos jovens que estão na periferia dos grandes centros urbanos e aqueles que vivem em pequenas cidades e zonas rurais, o que

nos permite relativizar e contextualizar as práticas juvenis. Contudo, os estudos têm indicado que as investigações se centram mais na complexidade da vida dos jovens em grandes centros urbanos do que em pequenas localidades em processo de urbanização. "A predominância de investigação sobre a vida de jovens em grandes metrópoles pode induzir a generalizações apressadas sobre a juventude brasileira, se não forem levadas em conta as condições de vida das pequenas e médias cidades e das zonas rurais"(SPOSITO, 2009, p.24). Nesse sentido, existe uma diversidade de experiências socioculturais vivenciadas pelos jovens que se encontram na dinâmica das pequenas cidades e localidades litorâneas que precisam ser estudadas.

Diante deste quadro, contribuímos para refletir sobre esse contexto em que os jovens experimentam mudanças significativas frente aos processos de urbanização e interação com o outro, transformando suas trajetórias e modos de vida.

Conforme Mannheim (1975), a juventude é um grupo etário privilegiado, a partir do qual podemos compreender os processos de mudanças da sociedade. Os jovens correspondem aos que menos trazem a carga do passado e se expõem de modo mais visível às mudanças. Os interlocutores que contribuíram para esta pesquisa, encontravam-se em uma fase da vida em que a maioria estava trabalhando ou à procura de trabalho, em busca de autonomia individual, bem como vivendo experiências diversas nos espaços de lazer, tais como festas, novas amizades, namoros, paqueras, conversas

descontraídas, etc. Contexto propício para a construção de interação e encontros com o outro, em que o modo de vida urbano parecia ter se tornado referência para esses jovens, traduzindo-se em novas formas de percepção e de mudanças no modo de vida local.

Essas transformações foram suscitadas ao longo da pesquisa de campo principalmente a partir da dinâmica da sociabilidade dos jovens nos momentos de lazer, observando as novas formas de sociabilidades originadas de acordo com as possibilidades interativas. Consideramos que a sociabilidade dos jovens corresponde a uma dimensão importante, a partir da qual é possível uma compreensão de como eles lidam, interpretam e ressignificam as mudanças que implicam mais diretamente na sua condição juvenil.

Os momentos de sociabilidades dos jovens na localidade, sobretudo aqueles que acontecem nos instantes de uso do tempo livre, que se manifestam especialmente através do lazer, são importantes para compreender os jovens nesse atual cenário, uma vez que são nesses contextos que as alteridades se manifestam, onde as vivências interativas com o "outro" se intensificam, as redes de amizade são tecidas e os novos valores são compartilhados:

Tem-se definido o lazer como um estado
de espírito ou de satisfação consigo
mesmo, individualizado ou

individualizável. É bem possível, contudo, que o lazer venha também assumindo, cada vez mais, uma expressão de sociabilidade. É, pelo menos, o que parece acontecer com os jovens (PAIS, 1994, p. 109).

Nessa perspectiva, pode-se dizer que os momentos de sociabilidade estão relacionados à dimensão de lazer, mas não se pode generalizar que toda prática de lazer é produtora de sociabilidade.

É como se essas experiências específicas voltadas para a sociabilidade aproximassem os jovens mais diretamente das mudanças que ali estão acontecendo, particularmente porque as manifestações de lazer são muito valorizadas em contextos de turismo, seja por meio da ampliação de espaços públicos e privados de entretenimento, ou a criação de festas, festivais. Não se trata de generalizar que o lazer é uma dimensão importante para os jovens, mas que, nessas localidades turísticas, os momentos de lazer explicitam relações complexas entre moradores e turistas – e provocam ressonâncias no modo de vida dos jovens locais.

3. A "intermitência urbana": entre o "movimento" e a "calmaria"

A dinâmica das relações nas sociedades contemporâneas, em que as distâncias são relativas e as diferentes experiências são mais compartilhadas, aproxima, em certa medida, as vivências entre grandes e pequenas cidades, sobretudo àquelas voltadas ao turismo. As pequenas cidades, considerando, por exemplo, a relação local/global, podem, em alguns momentos de grande movimentação – principalmente nos períodos denominados de alta temporada – , compartilhar da cultura urbana de uma grande cidade, levando em conta a lógica da "intermitência urbana" (Fortuna, 2009). O autor vai na contramão da perspectiva linear dos tradicionais estudos da Escola de Chicago, os quais se concentram, sobretudo, na questão da “ecologia humana”, e propõe pensar a cidade com base na “ritmanálise⁵⁰” – os ritmos da vida cotidiana, possibilitando uma reflexão sobre a “intermitência urbana”. Assim, de acordo com Fortuna,

[...] os ritmos da cidade têm formas, espessuras e cadências diferenciadas. E têm, ou podem ter, também, intervalos e

⁵⁰ O autor faz referência aos estudos de Lefebvre (1992) sobre os elementos da ritmanálise.

interrupções. Há ritmos que se sobrepõem a outros, há aumentos e diminuição dos ritmos da cidade, ao longo do dia, ao longo do ano e em função dos diferentes lugares da cidade. A cidade é tão polirítmica, como pode ser arrítmica. Creio por isso que podemos admitir uma reflexão sobre a *intermitência urbana*, como hipótese de registro do movimento na cidade, que em diversas situações permite usos diversos e significados díspares dos espaços urbanos. (*ibidem*, p. 89, grifo do autor).

Apesar deste autor propor uma forma diferente de olhar para essas novas configurações nas grandes cidades, este fato não impede que isso possa ajudar a pensar no desenvolvimento urbano de pequenas cidades e/ou localidades. Mas, para isso, deve-se levar em conta a influência dos modos de vida urbano das grandes e médias cidades nas pequenas localidades.

Para ajudar a compreender essas mudanças, as reflexões de Henri Lefebvre (1999), sobretudo àquelas relacionadas ao urbano, contribuem para uma aproximação com o fenômeno das transformações decorrentes principalmente da inserção do turismo. Para este autor, o urbano não se limita à cidade, ao contrário, a transcende e

estende-se ao campo, transformando os seus costumes e tradições a partir do que ele denomina metaforicamente de "tecido urbano", de maneira que o modo de vida urbano chega em outras regiões, considerando não só o "sistema urbano de objetos", mas também seu "sistema de valores"- que pode ser "os lazeres ao modo urbano – danças, canções, os costumes, as modas da cidade, preocupações com a segurança" (*ibidem*, p.19).

As cidades ou pequenas localidades litorâneas em contexto de turismo têm uma dinâmica urbana específica que está relacionada à alternância entre baixa e alta temporada, pois o fluxo de pessoas vai variar de acordo com esses períodos. A alta temporada é mais esperada especialmente para o mundo dos negócios (restaurantes, hotelaria, comércio e serviços voltados para o turista) e para a maioria dos jovens, devido às possibilidades de um maior movimento, demarcado pelos encontros na praça local e pelas festas. Cria-se uma nova dinâmica que implica nos processos de sociabilidade dos jovens e na significação de suas experiências, fazendo com que eles criem duas categorias que se associam à alternância entre baixa e alta temporada: "entre o movimento e a calma".

No meio publicitário, Flecheiras é conhecida por ser uma localidade tranquila, que oferece aos visitantes a possibilidade de um turismo tranquilo e familiar, diferentemente de outras praias do Ceará, como Canoa

Quebrada e Jericoacoara, que são conhecidas por sua beleza e agitação noturna (festas em bares e boates). Essa imagem é sempre ressaltada nos meios de comunicação: "Nesse universo natural [praias de Trairi], o visitante se entrega aos prazeres do lazer tranquilo e respira uma atmosfera de descanso e paz, integrando-se ao cenário" ("Caderno de turismo" – Jornal Diário do Nordeste, agosto de 2011).

Esta imagem de uma vila de pescadores tranquila se transforma de acordo com a movimentação de finais de semana e das festividades que ocorrem durante o ano e que dinamizam o dia a dia dos moradores, principalmente dos jovens, pois aguardam ansiosos os dias de "movimento". Nesta pequena localidade, as festas tornam-se momentos de lazer, diversão e de encontro com os amigos e com aqueles que estão ali de passagem. Portanto, a maioria das festas atraem a presença desses jovens, contribuindo para o compartilhamento de algumas experiências comuns, como música, dança e bebidas.

São várias as festas que já fazem parte do calendário de Flecheiras: Festa do Réveillon dos Nativos, "Festa do Pisca", Carnaval, Festa de São Pedro, Festival de Quadrilha, Feira da Aliança, Regata Ambiental, Festival das Algas, Festival de Danças do Litoral Oeste. Algumas já são tradicionais e antecedem a inserção do turismo no local, como a Festa de São Pedro, apresentações de quadrilha e carnaval. As demais chegaram junto com a dinâmica do turismo. Dentre essas, a "festa do pisca" significou um demarcador para os

jovens, sobretudo no que diz respeito ao que ela representa em termos de novidade, quando comparada aos outros tipos de festas que eles estavam habituados a frequentar.

A praça⁵¹, totalmente reformada no início do anos 2000, tornou-se um termômetro para se perceber a relação entre o "movimento" e a "calmaria", pois é ponto de encontro para os jovens e palco da maioria desses eventos. Desse total, apenas a Regata Ambiental, o Réveillon e a "festa do Pisca" não acontecem nesse espaço, ocorrem na praia devido ao grande número de pessoas e as especificidades do evento. Mas, mesmo que a festa seja na praia, a praça é ponto de encontro, é onde os jovens começam a reunir o grupo, a observar as novidades e a sentir o clima da festa; observam, também, as pessoas que estão circulando pela localidade e é um momento para "fazer a calibragem" (começar o consumo de bebidas).

Dessa maneira, toda a movimentação dessa pequena localidade converge primeiramente para a praça. Dinâmica que propicia várias experiências interativas aos jovens, que na

⁵¹ A praça anterior, construída na década de 1980, se caracterizava por ser um local de uso mais restrito à população local, devido ao seu reduzido tamanho e as poucas possibilidades interativas, uma vez que só possuía algumas pequenas arquibancadas e bancos, local onde os moradores assistiam à televisão. O modelo da atual praça é totalmente diferente, bastante ampla, comportando três quiosques e uma rampa de *skate*.

relação espaço-tempo variam quanto à intensificação das relações entre os jovens locais e destes com os "de fora". Como eles dizem, a localidade vive momentos calmos e outros mais movimentados. Essa alternância cria na maioria dos jovens uma ambiguidade, ou seja, uma lógica anual de dupla expectativa, que corresponde tanto à espera por aquele período de "movimento", bem como o contrário, isto é, a volta à "calmaria", ao ritmo mais habitual dos acontecimentos:

Assim, tudo demais cansa, no período mesmo do *réveillon*, eu sinto tanta saudade de Flecheiras calma, mas tem época que fica muito tempo sem ninguém que você prefere ter movimento para se divertir, para movimentar Flecheiras, se não, não tem outras coisas (Marina, 25 anos, 01/2010)⁵².

Alguns jovens, nesses dias considerados de muito "movimento", manifestam uma sensação de estranhamento do seu lugar, dizem sentir-se incomodados quando tem muita gente, muitos observadores externos: "é estranho, mas tem horas que não me sinto à vontade, me sinto observado, como se estivesse no *big brother*" (Marcos, 22 anos, 01/2012); "tem horas que parece que não estou na minha cidade, parece outro

⁵² O nome utilizado para os jovens são fictícios, no intuito de preservar sua identidade.

lugar" (João, 23 anos, 01/2012). Esse sentimento expressa um contexto em transformação que passa a interagir com experiências globais, ao lidar com as novas imagens explícitas nas mudanças socioespaciais e nas novas possibilidades interativas. É um cenário que primeiramente cria esse "impacto", assusta para quem olha de dentro, sobretudo para os mais jovens que ainda não se adaptaram aos constantes fluxos e às "festas diferentes". Corresponde, portanto, aos jovens que viveram o processo de transição, ou seja, experimentaram o local com outra dinâmica, quando as vivências se limitavam mais à cultura de uma pequena comunidade de pescadores, com poucas novidades. A metáfora do estrangeiro de Simmel (1977) ajuda a pensar esse contexto situacional de estranhamento dos "nativos", quando dizem que "tem horas que não parece que estou em minha cidade". Os momentos de maior "movimento" os colocam em contato com experiências das quais não estavam acostumados e que os aproximam basicamente das experiências de estranhamento da vida em uma metrópole, onde o encontro na rua com o desconhecido e o comportamento blasé é mais comum. Portanto, esses jovens estão no seu lugar de origem, têm uma relação de pertencimento, mas algumas situações específicas os deixam numa relação de aproximação e distanciamento desse lugar, especialmente na circulação pelos espaços públicos.

Esse ciclo, entre o "movimento" e a "calmaria", tem caracterizado o cotidiano dos jovens, transformando,

demarcando o jeito de ser e estar nessa localidade. A praça pode ser considerada o principal espaço público agregador da diversidade local, propiciador das várias mediações do estar junto, da interação, dos conflitos, da construção de alteridades, contribuindo para novas experimentações, para a vivência de novas sociabilidades e a construção de novos significados, assim como o contexto da "festa do pisca".

4. A sociabilidade dos jovens na "festa do pisca"

Imagem: Festa do pisca 2012



Fonte: foto arquivo da autora

Essa festa é especial pela predominância de um público jovem, por suas influências urbanas, por possibilitar aos jovens locais interações e vivências diversas, que os aproximam de experiências, valores e estilos de vida diferentes. Representa as mudanças que estão ocorrendo nessa localidade e por significar momentos de sociabilidade diversas entre os jovens e entre estes e os atores externos.

É denominada de "festa do pisca" exatamente porque alguns jovens encontram-se à noite na praia munidos de seu carro com um bom som instalado, deixando o motor do carro ligado com os faróis acesos a piscar. Tem como *objeto focal* (Guarinello, 2001) a música emitida a partir do som automotivo, com caixas de som acopladas aos carros. A polifonia dos estilos e o consumo de bebidas alcoólicas são o que caracterizam sua dinâmica. Os carros são organizados próximos um dos outros, com variados estilos de música. Acontece, dessa forma, uma mistura de sons – ao mesmo tempo se escuta forro, axé, suwingueira, pagode, técnico, *funk*.

Sua primeira manifestação, por volta dos anos de 2006, dá-se com a intensificação do turismo e do processo de urbanização dessa localidade, com a iniciativa de pessoas da capital e de outras cidades. Nos últimos anos, tem marcado forte presença os denominados paredões de sons (várias caixas de som enormes, muitas vezes acompanhada de jogo de luz e telão - conforme foto apresentada anteriormente).

A "festa do pisca" será compreendida a partir da sua dinâmica organizativa. Costa (2009), ao pesquisar o circuito das festas bregas em Belém do Pará, afirma que ao analisar uma festa é importante considerar as variações no formato e as regularidades do acontecimento.

Essa festa, tendo como base o seu histórico e as observações durante o período da pesquisa, passou por variações diversas: de tempo, pois no início acontecia em vários períodos do ano e posteriormente começou a ser realizada apenas no final do ano; de espaço, com um processo de formalização e regularização, uma vez que já aconteceu em vários espaços da praia, mas com o tempo sofreu intervenção da prefeitura, que passou a organizar a festa em um local específico, fora do perímetro urbano, com a presença de guardas de trânsito; e de formato, com inclusão de vários paredões de som (pequeno, médio e grande) e a presença de vários grupos, pois antes era uma festa entre os jovens frequentadores das casas de veraneio, hoje tem a participação e apreciação também dos jovens locais, e a inserção forte do mercado (venda de bebidas e comidas e o patrocínio de empresas de cervejas).

Apesar da variação, a festa apresenta algumas regularidades, como a permanência do carro com o som e os faróis acessos a piscar, a bebida e os grupos de jovens. O movimento dessa festa cria uma aproximação/intersecção com

as experiências mais urbanas daqueles que vivem nas grandes cidades.

Existem algumas semelhanças entre a "festa do pisca" e outros movimentos que acontecem no Brasil em que o som, considerando a sua aparelhagem (paredões de som), é o grande mobilizador da festa, a exemplo do "circuito bregueiro" em Belém do Pará, estudado por Costa (2009). Analisando as suas variações, identifica que ultimamente a aparelhagem tem uma grande importância, ela torna-se a principal protagonista para atrair o público. Ao mesmo tempo, o formato do estilo da festa lembra a maneira como acontece a tradicional *rave*, ao ar livre, mobilizada pela música, bebidas e drogas, bem como remete aos "pancadões", bailes que acontecem nas ruas da periferia de São Paulo, onde o som automotivo, bebidas e drogas também são o centro, como bem descritas por Pereira (2010).

Um dos jovens entrevistados destaca os efeitos e a novidade dessa festa ao comentar sobre o turismo, no sentido de que junto com ele teria chegado festas com outras influências, diferentemente daquelas que estavam habituados:

Turismo é bom, não é ruim não. Tem as festas também de culturas diferentes, como a festa do pisca que eles trouxeram pra gente, que eu nunca vivi e agora estou vivendo! A festa do pisca é uma festa que

eu nunca iria saber [...] A festa é uma coisa muito boa, diferente, que a gente não sabia o que era, e hoje a gente conhece, a gente aproveita, curte. A gente que é jovem quer curtir, aproveitar, então eles trazem a festa do pisca e a gente curte, se beneficia, dança, faz amizade, conquista pessoas. O turismo não tem só lado ruim, aprendi muitas coisas e quero aprender cada vez mais [...]. (Gustavo, 22 anos, 01/2010).

Segundo relatos, a "festa do pisca" iniciou-se como uma brincadeira e encontro entre amigos nos períodos de férias, com o tempo passou a mobilizar a localidade, proporcionando dias de muita agitação para os mais jovens, pois são aproximadamente cinco dias de festa. Dias em que a tranquilidade de uma pequena localidade litorânea se encontra na confluência da intensidade de uma grande cidade, com fluxos de pessoas, imagens e sons. Diferentemente da festa do *réveillon* organizada pelos moradores, que se caracteriza por ter um caráter mais familiar, a "festa do pisca" possibilita aos jovens locais o deslocamento, o encontro com os diferentes estilos de músicas e de comportamentos, momento de diversão e transgressão, uma vez que estão com seus pares e longe da presença e dos olhos dos pais.

Enfim, o instante os conduz a outra esfera diferentemente das regras sociais que compreendem o seu dia a dia. É um movimento de deslocamento do que lhe é comum, mas sem sair fisicamente do local, aproximando-os, por um lado, das experiências de anonimato próprio das cidades grandes, uma vez que predomina a presença de pessoas desconhecidas que estão compartilhando sons e significados da festa. Por outro lado, permite a formação de pequenos grupos de conhecidos e amigos, alguns mobilizados pela música e pela bebida, outros apenas pela ludicidade da música e dança. Isso não impede a circulação desses jovens por grupos de conhecidos. Mesmo que exista um ponto fixo de encontro do grupo, a festa é demarcada pela circulação desses jovens nos vários ambientes sonoros: “Eu gosto de ficar circulando entre os paredões e ouvir ao mesmo tempo vários sons, porque são várias músicas ao mesmo tempo. Ando e encontro uma música legal e paro para curtir” (Pedro, 18 anos, 05/2013).

Circular na "festa do pisca" é como experimentar a “disritmia”, como se fosse uma pessoa a correr o botão do rádio em busca de uma frequência, enquanto isso vai escutando ruídos, músicas cortadas, até que decide parar em uma determinada rádio e ouvir aquela música. Assim fazem os jovens constantemente no ambiente dessa festa.

Durante os períodos em que o som era predominantemente disponibilizado pelos grandes paredões, observamos que eles agregavam mais participantes, em

especial os jovens que são da localidade. Esse fato é interessante para se pensar na configuração dessa festa, pois por mais que ela se caracterize por ser aberta, ou seja, participa quem quer, é possível perceber que existem fronteiras simbólicas, não necessariamente impostas, mas espontâneas entre os participantes, pois as diferenças são visíveis. Estas fronteiras são demarcadas principalmente entre dois grandes grupos: aqueles que vão à festa munidos de seu carro com um bom som instalado, bebidas e amigos, e aqueles que não têm carro e vão para “curtir” o que os primeiros disponibilizam, agrupando-se geralmente em volta das bebidas e nas proximidades desses carros. Contudo, percebemos que a inserção dos grandes paredões tinha possibilitado uma participação mais "unificada" desses jovens locais e daqueles que não têm carro, pois é como se tivessem um grande palco só para eles, com direito a um bom som, jogo de luz e um telão a transmitir clipes de músicas. Consideramos os paredões como elemento de inclusão desses jovens na festa, ou seja, não ficavam mais à margem, na dependência dos sons dos carros. Neste sentido, os paredões aglomeram grandes multidões, incluindo aqueles que vão de carro, mas que preferem deixá-lo estacionado nas redondezas, sem fazer uso de seu som.

As redes de sociabilidades observadas no momento dessa festa se dão mais entre os grupos de jovens que já se conhecem, moradores do município, o que não significa a negação da existência de uma interação com os de "fora". A

festa também propicia esse processo de interação – muitas vezes mobilizado por uma relação de "colegagem" ou uma paquera. Um rapaz afirmou que geralmente tinha facilidade de “ficar” com meninas de fora: "lá para tantas, quando as pessoas já estão "tomadas" (após ingerir álcool), não tem mais esse negócio de quem é de fora e ou de dentro⁵³", ou seja, as interações acontecem. A relação é situacional e demarcada por um distanciamento e uma aproximação, uma vez que a maioria desses jovens não se conhece. São distantes em vários aspectos, mas no momento de compartilhamento de interesses comuns, como a paquera, uma aproximação pode acontecer – o que pode se manter, de acordo com a relação estabelecida e a frequência desse visitante na localidade, bem como isso pode se desfazer no mesmo instante. Neste sentido, como aponta Simmel (2006), a sociabilidade se constrói e se dissolve.

As experiências relativas à "festa do pisca"⁵⁴ nos conduziram a refletir sobre a "translocalidade". Segundo o

⁵³Comentário de um jovem em situação de conversa espontânea em uma barraca de praia. Não obtive referência de seu nome.

⁵⁴ No último ano de observação de campo, entre a passagem de 2012/2013, a "festa do pisca" foi proibida por uma liminar expedida pelo Ministério Público Estadual, uma vez que impedia a entrada de paredões de som no município de Trairi. Só foi permitido o acesso de carros que portavam caixas de som originais dos veículos. Assim, observamos uma reconfiguração na "festa do pisca", ela voltou a acontecer no seu formato inicial, ou seja, só com a utilização do som do carro, sem os paredões.

antropólogo Appadurai (1997) corresponde a um processo que é possível se pensar a partir desses deslocamentos geográficos contemporâneos de "desterritorialização" e "reterritorialização", assim como os locais em dinâmica de turismo. Desta maneira, o período da "festa do pisca" produz outras experiências diferentes daquelas vividas no cotidiano da localidade, uma vez que é atravessada por múltiplos fluxos de pessoas, imagens, sons, estilos de vida, valores, ideias, dinheiro e tecnologia, o que implica nos estilos e modos de vida desses jovens. Nesta perspectiva, como afirma Costa (2003): “As formas de sociabilidade inscrevem-se no núcleo em torno do qual se organizam relacionalmente e se configuram simbolicamente os estilos de vida” (COSTA, 2003, p.125).

6. Considerações finais

Nos últimos anos, as mudanças urbanas têm se tornado realidade em várias localidades litorâneas do Nordeste, pois a

Entretanto, os dias de festas seguiram uma rotina que caracterizou-se pelas constantes dispersões dos grupos da área da festa, pois a polícia estava frequentemente realizando averiguação e proibindo o som, justificando que após às 22:00h não era mais permitido, baseando-se na lei estadual do silêncio e, ao mesmo tempo, na proibição de carros na praia. Contudo, os jovens driblavam essas proibições dirigindo-se para áreas mais afastadas. Os jovens locais que não possuíam carros, seguiam de carona com aqueles que tinham.

inserção do turismo tem alterado significativamente experiências locais, intensificando o contato com a cultura urbana e, assim, com pessoas, imagens e estilos de vida diferentes. Isto é ainda mais forte nas pequenas localidades litorâneas que guardavam uma tradição enquanto vila de pescadores e que até então não viviam processos mais intensos de urbanização, mas se tornaram necessários em função do turismo, transformando esses lugares em “localidades receptoras”. Assim, as interações com o outro que vem de diferentes lugares continuam produzindo diferenças importantes entre essas zonas litorâneas como áreas de contatos de diversas culturas.

Tais experiências tornam a localidade de Flecheiras cada vez mais urbana, pois não se limita a um processo mais gradual em consequência do encurtamento das distâncias e da relação com as novas tecnologias de informação e aproximação com os valores urbanos, mas também devido ao contato direto no seu cotidiano com novas culturas, imagens, modos e valores de vida, devido aos constantes fluxos de pessoas. É a intensidade própria dos lugares que se tornam turísticos e transformam pequenos povoados em locais "transnacionais". Portanto, esta dinâmica produz novas relações em vários âmbitos da vida e formas de sociabilidade, bem como novas maneiras de adaptação devido às possibilidades de apropriações decorrentes das redefinições socioespaciais.

A "intermitência urbana", caracterizado pela alternância entre a baixa e alta temporada, significado pelo jovens locais como período de "movimento" e "calmaria", caracteriza o ritmo do cotidiano dos jovens, transformando e demarcando o jeito de ser e estar nessa localidade.

Referências

APPADARUAI, Arjun. Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional. Tradução do Inglês: Heloísa Buarque de Almeida. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 1997, nº 49, p. 33-46.

COSTA. António Firmino. Estilos de Sociabilidade In: Cordeiro, Graça Índias et al. *Etnografias Urbanas*. Oeiras: Celta editora, 2003.

COSTA, Antonio Maurício Dias da. A Festa dentro da Festa: Recorrências do modelo festivo do circuito bregueiro no Círio de Nazaré em Belém do Pará. *Campos*, 7(2), p.83-100, 2006.

_____. *Festa na Cidade - o circuito Bregueiro de Belém do Pará*. 2ªed. Belém: EDUEPA, 2009.

FORTUNA, Carlos. Cidade e urbanidade In:_____; LEITE, Rogério Proença (Org.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Edições Almedina, 2009. (Série Cidades e Arquitetura).

GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCÓS, István e KANTOR, Iris (Orgs). Festa: Cultura e sociabilidade na América Latina. Volume II - São Paulo: Hucitec, Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, Imprensa Oficial - (Coleção Estante USP - Brasil 500 anos; v.3), 2001.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Tradução Sérgio Martins. Belo horizonte: Editora UFMG, 1999.

MANNHEIM, Karl. Funções das gerações novas. In FORACCHI, Maria; PEREIRA, L. Educação e sociedade. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1975.

_____. O problema sociológico das gerações. In: MANNHEIM, Karl. São Paulo: Ática, 1982. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 25).

PAIS, Machado José. A vida como aventura: uma nova ética do lazer? In: New routes for Leisure. Actas do Congresso Mundial do Lazer/World Leisure congress. ICS: Lisboa, 1994.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. "A maior zoeira": experiências juvenis na periferia de São Paulo. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SIMMEL, Georg. Sociología: estudios sobre las formas de Socialización. Madrid, España: Alianza, 1977.

_____. Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade. Tradução: Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SPOSITO, Marília Pontes. A pesquisa sobre Jovens na Pós-Graduação: um balanço da produção discente em Educação, Serviço Social e Ciências Sociais (1999-2006).

In:_____. (Org.). Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). Belo Horizonte, Minas Gerais: Argvmentvm, 2009.

Sítios virtuais consultados:

Flecheiras. Enseada de encantos saiba mais. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=661131>, acesso em outubro de 2011.

**ERRAR PARA TER IDENTIDADE...
JOVENS E DINÂMICAS REFLEXIVAS
NA PRÁTICA DO *BREAKING***

Leandro PINHEIRO⁵⁵

1. Introdução

As juventudes contemporâneas nos provocam a reconhecer mudanças sociais que tem nos constituído pelo menos nos últimos trinta anos. Em período no qual muito se afirmam as incertezas, quando “corremos sobre gelo fino”, como diz Zygmunt Bauman (2013), os jovens parecem experienciar a instabilidade e o “paradoxo da escolha” de maneira candente. Aí reside a necessidade de conhecermos seus anseios, suas formas de expressão e a maneira como constroem redes em suas experiências na busca do que desejam. Conhecer a quem talvez não comungue de nossas convicções, mas que provavelmente guarda alguma sintonia com nossas implicações e desejos.

As problematizações que trago neste artigo resultam de incursões em bairros de periferia de Porto Alegre/RS, entre

⁵⁵ Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UniSinos. Docente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Contato: leandropinheiro75@gmail.com

os anos 2008 e 2016. As pesquisas que tenho feito se orientam em boa medida às interlocuções com jovens ativistas no Hip Hop. Tentativas de compreender suas práticas e suas tomadas de posição, estabelecendo diálogos que promovam as frentes de ação protagonizadas pelas juventudes.

Eis que, em 2013, conheci o grupo de dançarinos de *breaking*⁵⁶ que ocupará a maior parte de minhas análises aqui. O Restinga Crew mantinha atividades há aproximadamente dez anos, fato incomum entre as *crews* que conheci em meu itinerário. Por dois anos, acompanhei os *bboys*. Pesquisava as produções identitárias no Hip Hop e, no curso das interlocuções com os dançarinos, senti-me instigado a conhecer mais de sua relação com a prática de dança e com a cultura Hip Hop. Nos treinos organizados pela *crew*, chamava-me a atenção a maneira significativamente autônoma como cada um conduzia seus exercícios e, também,

⁵⁶ O *breaking* é considerado um tipo de dança de rua. Formou-se nos anos 1970 junto a outros elementos da “cultura” Hip Hop, em bairros de maioria populacional negra e caribenha de Nova Iorque. De início, compunham gestualidades que reportavam a circunstâncias de batalha, numa alusão à Guerra do Vietnã, destino de muitos jovens afrodescendentes e latinos do período (OLIVEIRA, 2004). Hoje, o estilo agrega dançarinos em campeonatos e atividades recreativas em diversos espaços urbanos. Entre meus interlocutores, era caracterizada especialmente pela flexibilidade na composição das sequências coreográficas, integrando interpretações de acontecimentos cotidianos, passos de outras danças, etc.

a recorrente tônica na composição de estilos individuais verbalizada, sem que isso fragilizasse a pertença ao coletivo.

Tomando o cenário de incertezas que mencionei antes, passei a discutir as condições de reflexividade presentes nas relações de moradores e ativistas de periferia, com destaque ao que observada entre os jovens praticantes do *breaking*. Contribuições de Melucci (2001; 2004), Beck e Lash (2012) auxiliaram-me a desenhar argumentos acerca do que presenciava, de forma que este texto se configura como um exercício de problematização de processos de identificação, dirigidos mais enfaticamente às dinâmicas reflexivas construídas pelos sujeitos.

O contato com o Restinga Crew incluiu observação de ensaios e apresentações, diálogos informais e entrevistas narrativas (JOVCHELOVITCH, 2002), realçando elementos que instigassem processos de individuação identitária. Para isso, procuro organizar a escrita de forma a apresentar uma breve caracterização do contexto de reflexividades em jogo, passando ao exemplo do grupo de *bboys* e a uma análise das dinâmicas reflexivas que produzem nos seus treinos. Por fim, e em articulação, discuto o processo de individuação instigado na prática do *breaking*, destacando pertenças e confrontos que esta proporciona aos integrantes da *crew*.

2. Sobre os referentes e um cenário...

As problematizações que apresento acerca das práticas juvenis sintonizam-se com as reflexividades produzidas socialmente, em especial, aquelas assinaladas em análises inspiradas por Beck e Lash (2012), ao que articulo ainda às contribuições de Melucci (2004). De forma bastante sucinta, as reflexividades na perspectiva dos primeiros associam-se à condição de risco e ambivalência gestada pelo eclipsar das “certezas” da modernidade. Nos termos de Beck (2012), seria uma espécie de auto-confronto com os dilemas interpostos por fatores estruturais historicamente produzidos como, por exemplo, a crise ambiental, o processo de globalização e o uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação, as disputas por reconhecimento das diferenças, ou a responsabilização intensa dos indivíduos por suas próprias trajetórias/êxitos sociais.

Não se trataria necessariamente de reflexão, mas o vivenciar de questionamentos e escolhas em campos em que, antes, assentava-se a tradição ou a convenção tácita. Neste cenário, Lash acrescenta que os saberes e os apelos reflexivos se disseminam não somente por elaborações racionalizadas, mas também por dinâmicas miméticas, “iconicamente por meio da semelhança” (2012, p. 212). Dessa maneira, ressalta que a reflexividade aconteceria também no acesso a artefatos

culturais (artísticos, imagéticos: filmes, programas de TV, etc.), com os quais podemos refletir-nos e/ou dos quais podemos nos apropriar, na forma de uma “reflexividade estética”. Entretanto, quando chegamos à ‘apropriação’ podemos referir também, com Lash, uma “reflexividade hermenêutica”, que significa participação em grupos de partilha e reapropriação.

No que tange às juventudes, podemos considerar alguns aspectos específicos, que contribuem ao cenário resumido acima. Destaco sobretudo aqueles passíveis de associação com as produções identitárias e com a individuação. Começemos por uma definição para esta:

Individuação é a tendência cultural que enfatiza os projetos do indivíduo como supremo princípio orientador de seu comportamento. Individuação não é individualismo, pois o projeto do indivíduo pode ser adaptado à ação coletiva e a ideais comuns, como preservar o meio ambiente ou criar uma comunidade, enquanto o individualismo faz do bem estar do indivíduo o principal objetivo de seu projeto particular. (CASTELLS, 2013, p. 168).

A perspectiva apresentada por Castells (2013) sinaliza para a existência de contextos sócio culturais cuja dinâmica organizativa propicia que os sujeitos construam seus processos de socialização. Em seus argumentos, o autor contempla especialmente a ação de movimentos sociais e os efeitos da gestação de redes sociais ancoradas em tecnologias de comunicação e informação, a conformar trânsitos que já não dependem exclusivamente da ação de instituições sociais. Neste sentido, convida-nos a observar que a constituição de itinerários biográficos sofre alterações nas relações sociais contemporâneas.

Coetâneo, os rituais de passagem considerados indicadores da transição à vida adulta (estabilidade profissional, conjugalidade, residência autônoma, filhos, etc. – em certa naturalização de referentes sociais produzidos no pós-guerra europeu) são adiados, dessincronizados e/ou revertidos hoje (PAPPÁMIKAIL, 2012), borrando as fronteiras do que supúnhamos como fases de vida e, ademais, contribuindo para a diversificação dos rumos possíveis aos percursos individuais.

No caso europeu, novas dinâmicas dos sistemas produtivos e laborais levaram a uma ampliação do tempo dedicado aos estudos e ao adiamento do ingresso de parcela dos jovens ao mundo do trabalho, prolongando o período compreendido como juventude. Já no Brasil, observa-se um rearranjo da sequência transicional, sendo que a ampliação da

escolarização convive com outros eventos considerados marcadores da transição para a vida adulta, como seriam exemplos a maternidade/paternidade e a inserção laboral precoce, realizada antes (e/ou em detrimento) da conclusão da educação básica (CAMARANO, 2006).

Podemos somar a isso dois outros fatores, indicados por Vieira (2012). Primeiramente, a inflexão das representações de infância e juventude na atualidade, tendendo a reconhecer a crianças e jovens a condição de indivíduos com autonomia, que merecem ter voz, intensificando a experiência de nossa herança da modernidade. E, potencializando o primeiro, a diversificação de contextos socializadores, com destaque aos grupos de pares, que interpõe a necessidade de que os sujeitos “administrem” a pluralidade em seus percursos biográficos⁵⁷. Este último, uma constatação trazida também por Melucci (2004), quando assinala a característica múltipla, processual e reflexiva das identidades hoje, gestadas em ambientes urbanos de alta diferenciação e intensos apelos informacionais.

⁵⁷ Dayrell e Carrano (2014) trazem síntese pertinente acerca da condição juvenil contemporânea no Brasil. Destacam a necessidade considerarmos a pluralidade existente, a integração das juventudes às relações de sociabilidade entre pares e a fruição e protagonismo experienciados em práticas artístico-culturais. Indicações oportunas caso desejemos problematizar a produção identitária de jovens e a relação com o tempo (memória e projeto) que esta também representa.

Melucci (2004) procura enfatizar que, para além de uma situação supostamente estática de delimitação de atribuições, a identidade configura-se como um processo, no qual a reflexividade tende a ser intensificada. Mencionando que talvez fosse mais adequado falarmos de “identização”, esse autor caracteriza a identidade mais como ação do que como uma situação; além de um conjunto de atribuições socialmente produzidas, uma capacidade reflexiva e de ação construídas a partir destas. A “capacidade de produzir representação simbólica da ação” pode ser nuançada em diferentes formas e depende, além disso, de condições sociais e culturais nas quais possa se estruturar.

Lash (2012) nos lembra, a propósito, que precisamos contextualizar as condições sociais de produção de dinâmicas reflexivas. Afirma que é necessário reconhecermos as formas pelas quais aparatos e recursos culturais modernos chegam até o cotidiano dos indivíduos, para então observarmos as possibilidades e formas da reflexividade.

3. O contexto e suas provocações

Chegando, pois, a lugares de periferia urbana, somos interpelados a uma apropriação contextualizada das problematizações apresentadas acima. Penso que podemos afirmar uma vivência peculiar das reflexividades (tal como abordadas por Ulrich Beck e Scott Lash). O autoconfronto

com as (in)certezas e o questionar das tradições modernas, corporificadas em instituições cujo ápice na Europa podemos situar no Pós-Guerra, não ocorre da mesma forma em contextos altamente vulnerabilizados.

Tomando percursos de pesquisa realizados entre 2008 e 2016 em localidades de periferia de Porto Alegre, vale considerar a hipótese de diferenciações na experiência de reflexividade estrutural. Tomemos alguns aspectos: os núcleos familiares já apresentavam composição diversa, em dinâmicas de reciprocidade distintas do padrão nuclear pressuposto em discursos vigentes, como assinala Cláudia Fonseca (2004); o papel da mulher em localidades empobrecidas não era consensual, com incursões nos espaços públicos do bairro e formas de atuação cuja peculiaridade é preciso reconhecer (SOUZA, 2005); as trajetórias de trabalho, configurando-se historicamente na informalidade, condensavam boa dose de instabilidade e de responsabilização individual; a escolarização, muitas vezes truncada, teve e ainda tem lugar relativo nos itinerários e na produção de capitais que garantam subsistência e elaboração de projetos (PEREGRINO, 2016); e, ademais, a relação com o “ambiental” pode diferir-se, apropriando discursos relativos à “reciclagem” desde o costume popular do “reaproveitamento” (PINHEIRO, 2015).

De outra parte, podemos tomar as periferias como os contextos de quem não tem um “próprio”, como dizia De Certeau (2011), onde a astúcia e as táticas são necessárias

para a “captura em voo”. Lugar de bricolagens no qual tal reflexividade da/para a prática vem convivendo com o infiltrar de enunciados identitários e reivindicatórios, como aqueles da etnia negra, dos direitos das mulheres, das práticas culturais juvenis. No encontro com adversidades e/ou na interação com interpelações discursivas diversificadas, percebia os sujeitos de diálogo ora fazendo escolhas frente a regras que precisavam relativizar, ora debatendo-se em depoimentos sobre o que precisariam ou deveriam ter feito (como mulher/homem, vizinha/o, descendente negra/o, trabalhador/a, ativista, jovem, etc.). Apresento um exemplo na citação abaixo:

Aquela época ainda era a época em que a gente tava indo nas reuniões pra conseguir, né, terreno e casa, tudo. E ali, não sei por que motivo, eles desativaram, né. Porque antes faziam, faziam muitas festas e aniversário e coisa assim [...] E aí, então, um dia, eu morava ainda nos fundos da casa da minha irmã, né? E o Gilvan disse pra mim “Rose, tão invadindo a associação”. Eu digo, ele disse assim “vamos invadir também?”. Eu digo “não, não vamos invadir nada”, eu digo “Vamos esperar”. Daí eu disse assim: “não, Gilvan, vamos colocar na

mão de Deus. Eu vou orar. Se até o amanhecer, aquele outro lado tiver vazio, é uma resposta de Deus que é para nós”. E aí, dito e feito. Eu orei, coloquei na mão de Deus, no outro dia, ele olhou e disse assim: “Eva, o outro lado tá vazio!”, eu digo “Então, a gente vai se mudar pra lá!”.

Aí, eu tava limpando com a mangueira, lavando tudo. Nisso, chegou o presidente da associação, que era o Beto. Ele chegou e disse “Quem é que está aí?”. Eu digo “Sou eu, Beto”. Ele disse: “ah, Rose, graças a Deus, esse lugar aqui era guardado pra senhora.” (Rose, maio/2015)

No trecho acima, destaco a presença e pertença das igrejas evangélicas, como espaços de integração reflexiva, consonantes a uma forma individualizada de relação com a transcendência (SIQUEIRA, 2006). Muitas vezes, trata-se de um conjunto de relações desde o qual configuravam parte de sua circulação pela urbe e vivenciavam reconhecimento em redes de apoio mútuo e de sociabilidade; é onde encontram, em congruência, um sistema simbólico desde o qual podem operar reflexivamente, buscando explicações para o experienciado e atribuindo sentidos a passagens do itinerário. No caso de Rose, realçaria uma tomada de posição que, não

prescindindo de justificação moral, erigia-se apropriando reflexivamente os códigos de sua comunidade religiosa⁵⁸.

Destarte, procuro sinalizar brevemente para as condições em que assentam fluxos da modernização reflexiva, as interpelações identitárias e, então, a produção de práticas do Hip Hop e do *breaking*. Estas podem ser concebidas como apropriações híbridas desde territórios onde convivem precarizações/fragmentações do ‘moderno’, astúcias e disposições à individuação nas pertenças.

⁵⁸ Tomemos mais um exemplo. Em certa ocasião em uma escola pública municipal, foi narrado por uma educanda que vivia dos poucos ganhos como catadora, que ela teria sido ajudada pelo “gerente da boca” (coordenador local do tráfico) nos cuidados a sua filha menor. Esta criança teria grande afeição pelo “gerente”, um garoto com pouco mais de 20 anos. Há que se pensar na complexidade dessas relações: conviver com quem experiência e interpõe a violência e, ao mesmo tempo, criar laços e depender da ajuda deste. Difícil pensar na definição de parâmetros estáveis para delimitação das interações. Como dizer “não me relacionarei com esta pessoa nunca”, como instaurar “julgamentos” se as circunstâncias podem mudar e as pessoas podem trazer alternativas onde antes havia restrições? Não afirmo uma situação de fluidez de regras e laços. Havia, por exemplo, uma forte moral do trabalho entre as pertenças de meus interlocutores; limitadores à ação que usavam geralmente para se diferenciar dos que exerceriam atividades ilícitas. Digo que, para manter estas disposições, muitas vezes, há o estruturante de certa “maleabilidade” quando necessário.

3.1. Hip Hop e o divergir

Sigo, então, em meus argumentos sobre as dinâmicas reflexivas, chegando ao Hip Hop⁵⁹. Nos limites deste texto, destacarei o que considero um aspecto estruturante de suas atividades: a prática de “divergir”, no sentido problematizado por Dayrell (2002) em relação à produção do *rap* entre jovens de bairros de periferia em Belo Horizonte. Ao final de seu artigo, o autor elucida esta problematização afirmando que “a diversão surge como ato ou direito de divergir: mudança de direção, desvio (do latim *diversione*)”. E diz ainda que este seria “o sentido do *rap* [...] que estimula o jovem a refletir sobre si mesmo, sobre seu lugar social, contribuindo para a ressignificação das identidades como pobre e negro” (p. 133).

Essa característica, segundo entendo, perpassa outros elementos identitários. Na (re)produção de um linguajar, expresso em músicas e nas conversações entre os integrantes

⁵⁹ O Hip Hop constitui-se como expressão cultural nos anos 1970, em bairros de maioria populacional negra e caribenha de Nova Iorque. De início, comportavam enunciados, imagens e gestualidades que reportavam a circunstâncias de batalha, numa alusão à Guerra do Vietnã, destino de muitos jovens afrodescendentes e latinos (OLIVEIRA, 2004). O *breaking* está entre os cinco elementos do movimento (junto a rap, DJ, grafite, conhecimento), sendo considerado um tipo de dança de rua.

do movimento, de um lado, dispondo palavras, gírias e jargões comuns à comunicação nas “quebradas”, e, de outro, estilizando-as em um conjunto argumentativo-estético. Assim, podemos mencionar as vestimentas e gestualidades. As roupas dos ativistas se assemelham as de outros moradores dos bairros por onde transitava. No entanto, tendem a conformar o estilo dando-lhe destaque visual numa performance. Ao passo que as gestualidades compõem as apresentações com plateia, certa “espetacularidade” transgredia os limites do palco muitas vezes, e os trejeitos peculiares ganhavam lugar em nossos diálogos mais informais, em corpos inquietos que comunicavam (não só pela fala) suas pertenças.

Não raro, as performances do Hip Hop operam a conversão do estigma em emblema, quando os ativistas fazem de mascarras imputadas símbolos de suas trajetórias e a assinatura de uma tomada de posição, como nos assinala Reguillo (2012) acerca das culturas juvenis. A potência reflexiva do “divergir” toma expressão em práticas que fazem das identidades sua pauta, enunciando signos bastante aderentes aos que compartilham cotidianos e experiências.

4. Com a crew, dinâmicas reflexivas e singularização

Inicialmente, o *Restinga Crew* era formado apenas por jovens moradores da Restinga⁶⁰, mas, em função da visibilidade obtida na cidade e também das redes de sociabilidade e trabalho de seus integrantes, passou a congrega dançarinos de diferentes localidades de periferia. Quando de nossa interlocução (2013/2015), o grupo tinha aproximadamente 10 anos de existência e, na medida de suas possibilidades financeiras, procurava garantir representação em campeonatos no Estado ou no centro do país e, algumas vezes, protagonizava a organização de eventos na cidade.

Eram aproximadamente oito integrantes, com idade entre 17 e 29 anos, e, na maioria dos casos, com carreiras escolares truncadas ou interrompidas. Percebia, ademais, que entre aqueles com menos idade, a escolarização era mais bem sucedida, com vistas à conclusão do ensino médio. Os mais antigos na *crew* tiveram filhos na adolescência. Todos

⁶⁰ O bairro Restinga, localizado no extremo sul do município de Porto Alegre, foi criado por políticas higienizadoras do poder público nos anos 1960. Resultou da remoção de famílias das então chamadas “vilas de malocas”, comunidades cujas habitações eram precárias e possuíam maioria de população negra. A localização de tais moradias era próxima ao centro da cidade, em área cobiçada pelo mercado imobiliário (NUNES, 1990).

enfrentaram a necessidade de trabalhar precocemente em diferentes atividades precarizadas. Alguns eram educadores sociais em dança, mas a maioria estava longe dessa possibilidade. O grupo seguia sem qualquer tipo de fomento institucional. Usavam espaços públicos para seus ensaios (escolas, corredores de centros culturais ou ginásios municipais) e a fruição de suas atividades faziam das praças e ruas também um *locus* de ação.

Embora a fruição e a dança fossem os motes de seus encontros, os laços entre meus interlocutores transcendiam os treinos e apresentações. Desde a convivência no grupo, formavam entre si vínculos de reciprocidade e amizade que, recorrentemente, eram reafirmados em suas falas e em publicações de redes sociais. Costumeiramente, mencionavam que a *crew* era também sua família; muitas vezes, a participação em eventos de alguns era amparada por recursos do coletivo; e, noutras situações, colaboravam com colegas de grupo, acolhendo-os por tempo indeterminado em suas casas.

Se os treinos eram abertos, o ingresso à *crew* passava pelo atendimento de requisitos. Contaram-me, a propósito, que haveria um processo de seleção para ingresso de novos integrantes, o que incluía demonstração de empenho nos treinos, disposição para acompanhar o grupo em eventos, permanência e regularidade de presença entre as atividades e vivência dos elementos da cultura Hip Hop.

Dos treinos aos ensaios

Acompanhei os treinos que faziam em um ginásio municipal, três noites por semana. Costumavam chegar por volta das 19h. As atividades aconteciam em espaço contíguo a uma quadra poliesportiva, em local aberto e podia ser acompanhado por quem quisesse. Aqueles que desejavam aprender a dançar podiam se aproximar e participar.

Em geral, percebia que os treinos tinham uma sequência que iniciava por alongamentos e aquecimentos. Em seguida, dedicavam-se a práticas individuais de realização e qualificação de passos, numa dinâmica persistente de tentativas e erros. Por fim, faziam uma roda de dança entre todos os presentes, quando em um círculo todos embalavam ao som da música e, paulatinamente, os dançarinos iam ao centro, faziam sua performance e provocavam um colega para que também o fizesse.

Essa rotina era variável, mas, quando realizado plenamente, o treino parecia compor uma estrutura análoga às vivências do grupo em sua inserção no campo da dança de rua e, então, configurava-se como “ensaio”. Com isso quero dizer que, ao estabelecer-se uma sequência que passava da prática individual a apresentações para o coletivo, esboçava-se a organização de sua prática, entre prioridades e rotinas: períodos de preparação e a expectativa de apresentações públicas entre pares e para uma plateia, em um percurso

permeado por fruição musical, sociabilidade e reconhecimento.

Fruição e sociabilidade

Frequentemente, os ritmos musicais pareciam cadenciar os exercícios dos *bboys*, a estimulá-los a partilhar movimentos, expectativas de êxito nos passos, brincadeiras jocosas sobre os jeitos individuais.

Em exemplo bastante ilustrativo da dinâmica que acompanhava, poderia narrar situação em que observei Seco, um dos integrantes, ensaiando passos em frente ao espelho no ritmo de uma música; em seguida, outro *bboy* o acompanhou como se fosse uma coreografia. Chamaram outro garoto e seguiram os três. O som em volume alto tomando o espaço parecia concentrá-los e se conectar a seus corpos que, em movimento cadenciado pelo ritmo, fluíam em gestos assemelhados e traziam a mim, como observador, a sensação de uma fruição empolgante, a ancorar a pulsação do tempo (MELUCCI, 2004) em uma experiência de partilha, integração e protagonismo.

Noutra ocasião, assistia um torneio de dança realizado mediante rachas entre *bboys* durante a Semana Municipal do Hip Hop. Os dançarinos formavam duplas e participavam de embates, que acabavam por aludir simbolicamente batalhas de gangues. Cada dupla fazia uma performance com pelo menos

a sequência básica do *breaking*⁶¹ e, ao final, convidava os oponentes a atuarem fazendo-lhes uma provocação (um olhar, um gesto, etc.), normalmente seguida de ovação ou risos do público. Em um dos embates em que participavam integrantes do Restinga Crew, a disputa ficou bastante acirrada, entusiasmando quem assistia. Percebi que certa vibração transcendia a prática daqueles diretamente envolvidos e tomava os integrantes das *crews* que assistiam ali próximos, sobre o palco: as atuações dos *bboys* eram acompanhadas também de provocações performáticas dos demais componentes dos grupos. Imbuídos da emoção da “batalha musicada”, os movimentos expressavam a plasticidade de um espetáculo e evidenciavam, para além da concepção de um público, conexão com uma ambiência e imersão em uma prática.

Nesse caso, penso que deveríamos aventar a hipótese de uma intensa vivência de sentir-se parte e sentir-se socialmente potente, indiciando a incorporação de formas de expressão culturalmente valorizadas em uma sociedade permeadas por espetáculos (HERSCHMAN, 2005).

⁶¹ A dança do *breaking* apresenta como sequência básica o *toprock* (combinação introdutória de passos feitos em pé), *footwork* (parte da dança em que o *bboys* podem fazer composições de passos, incluindo movimentos de solo) e *freeze* (encerramento da performance com a exibição imóvel de uma posição singular). Os dançarinos podem acrescentar movimentos acrobáticos, chamados de *power move*.

A mimese, a criação e as tecnologias

Embora estivessem todos no mesmo espaço e fruindo a mesma música, cada dançarino concentrava-se em um ou outro passo que estava tentando aprender. Eventualmente, trocavam olhares ou sinalizavam com poucas palavras a necessidade de alguma alteração de movimento a um colega. Não havia ali a figura de um educador que centralizasse as orientações. Os iniciantes recebiam orientações elementares, o estímulo para não se acanharem e, sobretudo, para persistirem. Depois, teriam igualmente que seguir repetindo e experimentando individualmente.

Na maioria dos casos, tratava-se de aprendizados por mimese, no sentido descrito por Bourdieu (1990) em relação às práticas esportivas. A visualização do exemplo e a tentativa de imitá-lo ganhava lugar importante. Assim, a presença e atuação dos mais experientes eram significativas, criando referências para apropriação de movimentos e memorização corpórea de gestos e sequências. Vale aventar, ademais, que o estruturar dos modos de dançar operava desde uma ambiência que extrapolava os exercícios em treino, de forma que a mimese derivava sua efetividade da imersão em outras práticas que faziam o contexto dos *bboys*, como seriam exemplos as experiências relatadas por eles em capoeira,

ginástica ou o próprio consumo musical e a frequência a festas.

Para além e em articulação com a mimese, contudo, o trabalho individual dos *bboys* nos treinos representava a busca pela construção de estilo, ou de *flavour*, como diziam, usando expressão corrente no meio. Alguns poderiam ser mais melódicos nos gestos, outros poderiam explorar características de elasticidade ou força. Desta maneira, os passos receberiam variações conforme as singularidades dos dançarinos. Embora o domínio dos fundamentos fosse uma busca, a aprendizagem rigorosa dos passos não se resumia a uma realização padronizada; era associada explicitamente à construção de um jeito próprio de fruição, que singularizasse o *bboy* junto aos pares.

A construção do estilo ancorava-se, ainda, em estudos. Os dançarinos despendiam horas na internet, buscando materiais (músicas, vídeos, tutoriais, etc.) que lhes informassem sobre a história do Hip Hop, sobre eventos e manifestações de dança e sobre exibições de dançarinos de *breaking* ou outros gêneros. No caso destas últimas, replicavam um hábito iniciado com o uso de fitas VHS pelos mais velhos e amplificavam seus acessos, conhecendo contextos de diferentes partes do globo. Afirmavam procurar materiais e inspirações na rede, de modo que um vídeo poderia ser analisado várias vezes, para que pudessem replicar um passo e, em seguida, alterá-lo compondo algo de pessoal e

original. Tal dinâmica lembra-me os argumentos de Feixa (2009) sobre a concretização local de produções juvenis cosmopolitas que, frente à diversidade de acessos e à pluralidade de interações, estariam propensas à individualização de suas práticas.

Em geral, os integrantes do grupo usavam a tecnologias digitais desde celulares, notebooks, tablets. Além de estudarem os passos de outros dançarinos, filmavam seus treinos para analisarem os movimentos; gravavam suas apresentações, editavam de maneira rudimentar os registros e divulgavam em redes sociais. Seus usos de recursos digitais sugeriam que poderíamos retomar ideias de Lévy (1997) acerca da noção de ‘ecologia cognitiva’. A demonstração de disposições para navegar por um ambiente hipertextual e, a partir daí, compor acervos próprios para consultas e estudos (músicas e vídeos, sobretudo) e operar na composição de seus próprios artefatos para compartilharem em rede, parecia configurar um modo preferencial de aprender, ancorado no que lhes era significativo, ambientado pelas possibilidades tecnológicas das quais conseguiam usufruir.

Os integrantes do Restinga Crew, salvo em casos de mensagens curtas em redes sociais, não faziam uso muito extensivo da escrita ou da leitura. Suas experiências de escolarização tinham garantido apenas uma apropriação elementar de tais códigos. Contudo, o uso de imagens e o acesso à internet possibilitava novas bases de memória

estendida para o que lhes interessava conhecer/pesquisar e, também, para o que desejavam registrar e socializar dentre suas realizações.

Além disso, sentindo-se a descartabilidade do que se acessa ou disponibiliza, dada a intensidade da circulação de informações, e a dificuldade de se garantir autoria, quando a cópia ou a adaptação de passos era corrente, a construção do estilo individual parecia ser uma busca vivida como necessária nessa ambiência. Assim, voltamos ao *flavour*, condição para distinção entre os pares e possibilidade para ancorar a singularização frente à produção massiva e recorrente de variações sobre o tema (de que eles próprios eram coautores).

Pra se inventar o passo, tu faz uma pesquisa através de um passo básico. Tu pesquisa vários vídeos de outros dançarinos pra ver a forma como eles estão fazendo aquele passo. Daí, tu tenta errar aquele passo. Depois que eu fiz ele errado, eu vou tentar fazer ele errado o tempo todo, entendeu?, pra eu criar uma identidade e as pessoas ver que eu não estou errando. Não é um erro porque eu não sei fazer, mas sim um erro porque eu quero fazer daquela forma, pra ti ter

reconhecimento, entendeu? (*Bboy Jean* – Jan/2014)

Estética e criação

No curso de tal análise, penso adequado considerar também a relação dos *bboys* com sua prática desde a potência da produção artística. Frequentemente, meus interlocutores narravam o *breaking* como aquele gênero de dança cuja flexibilidade e abertura à composição mereceria destaque. Característica que podemos observar nos demais elementos do Hip Hop, quando tomamos as mixagens feitas por DJs ou, noutro exemplo, as composições de *rappers*.

A sensibilidade⁶² que professavam se dirigia especialmente à interação com aqueles que se dispunham a partilhar momentos de dança. Afirmavam sua abertura em nome das possibilidades de aprendizagem recíproca. Segundo os dançarinos, mesmo aquele que ainda não sabe poderia contribuir com um jeito de andar a ser estilizado, com alguma ideia sobre a qual não tinham pensado. À experiência estética a que se propunham parecia se associar uma disposição ética, aberta a interações e, neste sentido, respeitosa do que o outro sabe e pode dispor para a partilha desde o que lhe é peculiar.

⁶² Para “estética”, considero, aqui, a acepção relacionada à ao termo grego *aisthesis*, que designa percepção, sensibilidade.

Afirmavam que poderiam compor sequências coreográficas com passos de diversos tipos de danças, práticas esportivas ou acontecimentos cotidianos. Neste sentido, explicitavam a necessidade de sensibilidade ao que o entorno lhes apresentasse. Penso que me falavam do que Pereira (2012) chama de uma “atitude estética”, como uma “disponibilidade não para o acontecimento em si, mas para os efeitos que ele produz na percepção” (p. 186). Tal condição de suscetibilidade seria, para o autor, a potencializadora da experiência sensível que instiga a criação.

Seco me contou, certa vez, como teria imaginado a proposta da ‘Feeling Gaúcho’, a coreografia mais conhecida do grupo na cena de Porto Alegre. Estava a escutar músicas de madrugada e, quando organizava seu acervo de canções gauchescas, teve a intuição de compor passos de *breaking* ao som destas. Em seguida, telefonou para Julinho, outro integrante, e falou da inspiração. Naquele momento, não era mais que isso, uma epifania. Depois, para a composição da coreografia, Julinho disse-me que deixou que a música escolhida lhe instigasse sobre que passos dispor em sequência.

Disseram-me que não haveria uma narrativa (em sentido estrito) na sequência que compuseram. Mas a tomada de posição era explícita: a possibilidade de integração, de que fruissem juntos aqueles que, costumeiramente, viviam separados. Falo, então, de algo não necessariamente racionalizado, mas que compunha uma criação passível de

interação e mobilização; algo intuitivo, performático e espetacular que condensa certa interpretação de cenário, traz reflexividade estética e convida a plateia a partilhar desta.

5. O *Breaking* e suas reverberações: individuação e capital cultural

Os elementos que procurei destacar nas relações construídas pelos integrantes do Restinga Crew, em associação ao Hip Hop e aos contextos de reflexividades que os constituem, sinalizam para a potência de individuação daquela ambiência. Penso que as oportunidades para fruição, aprendizagem e singularização de estilos abordadas engendraram desafios e, ao mesmo tempo, suportes desde os quais os sujeitos buscavam conquistar reconhecimento social e significar existências individualizadas.

De outra parte, tomando os itinerários narrados pelos *bboys*, podemos agregar novos elementos à análise da prática do *breaking* e de sua inter-relação com os projetos individuais representados por meus interlocutores. O trecho abaixo exemplifica o que refiro:

Eu pensava em dar aula de dança porque eu queria ter mais dançarinos, entendeu?! Ir pros lugares e trazer mais pessoas para o Restinga Crew. Ampliar a rede e hoje a

gente não tem gente só da Restinga. Aonde ia o Restinga Crew eu sempre dava um jeitinho de colocar os meus alunos para apresentar. (*Bboy Julinho* – Abril/2014)

Durante nossas interações, foi possível observar que os dançarinos conseguiram não só produzir espaços para singularizar estilos e obter reconhecimento, mas, também, acumularam capitais culturais que lhes oportunizaram ocupações profissionais mais aproximadas do que desejavam fazer e desde as quais conseguiam tomar posição. Três dos integrantes da *crew* atuavam como educadores sociais em escolas públicas, ocupações que, a uma só vez, garantia-lhes subsistência e diversificava as arenas de disputa nas quais poderiam situar suas iniciativas. Aqui, podemos considerar que, pela prática da dança, encontraram espaço de construção de autonomia e ampliaram suas possibilidades de independência (PAPPÁMIKAIL, 2012).

Em que pese as condições econômicas e culturais adversas das localidades de origem de meus interlocutores, a expressão do Hip Hop (e suas ênfases sobre as identidades de periferia, a fruição artística-musical e o espetáculo), garantia redes de sociabilidade e de reciprocidade, assim como arenas de reconhecimento cultural, ambientando a produção de

projetos de distinção individuais⁶³. Contudo, a articulação entre individuação e independência não prescindia de laços institucionais (como sugere Castells, 2013) e se organizava mais na integração de âmbitos institucionalizados e redes informais operada pelos sujeitos em seus percursos, conectados pela conversão dos saberes produzidos na dança em capital valorizado em espaços educacionais.

A capacidade de elaboração simbólica das identidades, na forma de identizações, faz-se manifesta. O recurso a diversos artifícios para “divergir” denota pertencas estilizadas: não falamos apenas de uma reflexividade da/para a prática,

⁶³ Aqui, faria uma ressalva. As práticas do Hip Hop em Porto Alegre, conforme tenho observado, sofrem certa perda de sua capacidade mobilizatória. As iniciativas do movimento parecem estar setorizadas e muitos daqueles que eram lideranças, alocados em posições institucionalizadas (como produtores musicais ou assessores políticos), sem que, com isso, o movimento tenha conquistado uma organização política que lhe garantisse condições satisfatórias de disputa por recursos públicos e sociais. Além disso, o *rap* não tem o mesmo apelo nas comunidades de periferia, se comparado aos anos 1990 e início dos 2000 (período de maior expressão). Faço essas considerações para refletir sobre a posição de grupos como o Restinga Crew nas disputas de poder. Embora tivessem conhecimento valorizado e fossem consultados eventualmente em função disso (por pesquisadores, jornalistas, empresas, etc.), esse quadro não muda a vulnerabilidade de sua condição material. Embora os *bboys* logrem ocupações melhor remuneradas em alguns casos, estas são instáveis. Se há possibilidades à individuação, as possibilidades de independência material ainda são restritas.

mas da produção de enunciados sobre os cotidianos de periferia e de disputas no âmbito das identidades-diferenças, que nos remetem à auto reflexividade de ativistas e demais moradores de localidades vulnerabilizadas.

Os jovens do Restinga Crew pareciam ter consigo uma prática reflexiva de maneira intensa e regular. E a dança, tomada em suas alusões simbólicas a guerras e/ou a batalhas entre gangues, ou nas composições com elementos percebidos no cotidiano, traz um convite à contemplação da realidade, para “devolvê-la” aos pares e ao público em versão espetacularizada. Além disso, creio que os treinos e os rachas especialmente, eram momentos que promoviam disposições reflexivas ao lançar os indivíduos em diálogos gestuais que, mais que a imitação, exige resposta provocativa. O *breaking* traz um componente interpretativo sem que isso signifique racionalização necessariamente, muitas vezes ao modo de uma reflexividade estética (mimética) e, como afirma Lash (2012), na partilha de uma “hermenêutica de reapropriação”.

Referências

Bauman, Zygmund. Sobre educação e juventude. São Paulo: Zahar Editores, 2013.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política. In: GIDDENS, Anthony; LASH, Scott; BECK, Ulrich. Modernização reflexiva. São Paulo: UNESP, 2012, p. 11-88.

BOURDIEU, Pierre. Programa para uma sociologia do esporte. In: BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 207-220.

CAMARANO, Ana Amélia. Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição? Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

CASTELLS, Manuel. A transformação do mundo na sociedade em rede. In: CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 157-174.

DAYRELL, Juarez. O rap e o funk na socialização da juventude. Educação e pesquisa, v. 28, n. 1, jan./jun. 2002, p.117-136.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola? In: _____. Juventude e ensino médio: sujeitos e currículo em diálogo. Belo Horizonte: UFMG, 2014, p. 101-134.

DE CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano – 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2011.

FEIXA, Carles. Uma juventude global? Identidades híbridas, mundos plurais. *Política & Trabalho*, n. 31, set/2009, p. 13-28.

HERSCHMANN, Micael. Espetacularização e alta visibilidade: A politização da cultura hip-hop no Brasil contemporâneo. In: FREIRE, João; HERSCHMAN, Micael (org.). *Comunicação, cultura e consumo: a (des)construção do espetáculo contemporâneo*. Rio de Janeiro: EPapers, 2005, p. 153-168.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90-113.

LASH, S. A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética e comunidade. In: BECK, U; GIDDENS, A.; LASH, S. *Modernização reflexiva*. São Paulo: UNESP, 2012, p. 167-258.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo: Editora 34, 1997.

MELUCCI, Alberto. *O jogo do eu*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2004.

NUNES, Marion. Restinga – Memórias dos bairros. Porto Alegre: PMPA, 1990.

OLIVEIRA, Patrícia. Para além do Hip Hop: juventude, cidadania e movimento social. *Motrivivência*, ano XVI, n 23, dez/2004, p. 61-80.

PAPPÁMIKAIL, Lia. Juventude(s), autonomia e sociologia: redefinindo conceitos transversais a partir do debate acerca das transições para a vida adulta. In: DAYRELL, Juarez et al. (org.). *Família, escola e juventude: olhares cruzados Brasil-Portugal*. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p. 372-393.

PEREIRA, Marcos V. O limiar da experiência estética: contribuições para pensar um percurso de subjetivação. *Proposições*, Campinas, n. 01 (67), jan-abr/2012, p. 183-195.

PEREGRINO, Mônica. Juventude, políticas de correção de fluxo escolar e direito ao uso da condição juvenil – o caso dos jovens estudantes da EJA no município de Mesquita/Rio de Janeiro. In: PINHEIRO, Leandro R. (org.). *Itinerários versados: questões, sintonias e narrativas do cotidiano*. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2016, p. 159-182.

PINHEIRO, Leandro R. Identidades em narrativa: práticas e reflexividades na periferia. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2015.

REGUILLO, Rossana. Culturas juveniles: formas políticas del desencanto. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.

SIQUEIRA, Deis. Religiosidade contemporânea brasileira: estilo de vida e reflexividade. Sociedade e Cultura, v. 09, n. 01, jan-jun/2006, p. 13-26.

SOUZA, Fábio G. Na casa e... na rua: cartografias das mulheres na cidade. Cadernos Pagu (24), 2005, p. 153-174.

VIERA, Maria M. Incerteza e individuação: escolarização como processo de construção biográfica. In: DAYRELL, Juarez et al. (org.). Família, escola e juventude: olhares cruzados Brasil-Portugal. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p. 276-297.

AS DIMENSÕES DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE NO PROGRAMA ESTAÇÃO JUVENTUDE

Joana Tereza Vaz de MOURA⁶⁴

Maria Divaneide BASÍLIO⁶⁵

1. Introdução

A mobilização da juventude sempre esteve presente na história do processo de luta no Brasil, seja através do movimento estudantil, seja com participações em diferentes frentes (sindicatos, movimentos sociais, associações entre outras). Segundo Novaes (2015), são os organismos internacionais e alguns gestores, em meados dos anos de 1980, que começam a colocar em pauta a necessidade de se pensar ações de prevenção e contenção dos problemas enfrentados pelos jovens, ou seja, ainda sem perspectivas de um entendimento do jovem como um sujeito de direitos.

⁶⁴ Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Contato: joantereza@gmail.com

⁶⁵ Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade do Rio Grande do Norte – UFRN. Contato: divabasilio13@gmail.com

Essa situação só começa a ser modificada a partir do final dos anos de 1990, quando a chamada "opinião pública", a academia, atores não governamentais e alguns gestores públicos começam a se manifestar, mesmo que de diferentes maneiras, sobre o assunto. Tais manifestações mostram, através de diferentes vieses, uma demanda crescente por reconhecimento. Especialmente aqueles atores ligados à academia ou a instituições não governamentais começam a pautar temas ligados à questão cultural, sexualidade, raça, gênero e participação política. Nesse sentido registram-se alguns espaços institucionais que começam a pensar esse problema, como por exemplo, as secretarias e coordenadorias municipais e, mais recentemente, a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude, ambos criados em 2005, com o objetivo de elaborar, validar, articular e avaliar programas e ações voltados para jovens de 15 a 29 anos.

Configura-se um novo contexto onde a linguagem dos direitos passa a fazer parte da articulação e ressignificação de um conjunto de demandas da juventude, que se apresenta enquanto demandas contidas dentro dos direitos clássicos de cidadania, mas refletidos dentro de uma nova dinâmica da condição juvenil atual (NOVAES, 2015). O desafio por parte da gestão pública é imenso e no âmbito federal algumas políticas públicas recentemente criadas refletem o significado de uma nova ótica para agir mediante as demandas juvenis,

especialmente para pensar como reinventar e/ou promover a participação políticas dos jovens no diálogo com o poder público.

O presente ensaio tem como principal objetivo fazer uma análise do desenho institucional do Programa Estação Juventude a partir da percepção da participação política dos jovens. Pretende-se apreender como os jovens têm avançado no que se refere à maior influência na arena política. Considera-se que essa participação está relacionada à inclusão dos jovens em espaços de diálogos com outros sujeitos sociais (ONGs, movimentos sociais, gestores públicos), numa perspectiva de refletir sobre questões que se relacionam com fatores que vão mal no seu entorno e na sociedade em geral (CASTRO, 2008). Procura-se captar o entendimento da própria política pública sobre a ideia de participação prevista no desenho institucional da política, assumindo que, nos últimos anos, a tendência à inserção dos beneficiários das políticas públicas em diálogos permanentes com os gestores é condição *sine qua non* para a construção da justiça e da emancipação.

O ensaio é parte de uma pesquisa intitulada “*Avaliação da implementação e efetividade do Programa Estação Juventude e do Plano Juventude Viva*” objeto do Termo de Cooperação SNJ/PR - UFRN nº 02/2013, firmado em 20 de dezembro de 2013, entre a Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República

(SNJ) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)⁶⁶. Para o presente trabalho optou-se por analisar o desenho institucional do Programa Estação Juventude combinado a algumas observações feitas em campo pelas equipes responsáveis⁶⁷. A análise do desenho institucional da política fornece elementos interessantes para entender como a política foi pensada de modo a incorporar a participação ativa dos jovens, já que partimos do pressuposto que o Programa deve criar redes para emancipação da juventude, em especial a juventude em situação de vulnerabilidade.

O ensaio está dividido em três partes fundamentais. Na primeira são apresentados os conceitos essenciais que orientam a análise da política. Inicia sobre a concepção de participação política, observando a necessidade de alargar o entendimento dessa participação. Além do seu momento formal, de presença em determinados espaços, ela possui

⁶⁶ A pesquisa foi coordenada pelo Prof. João Bosco Araújo Costa (PPGCS/UFRN) e vice-coordenada por Joana Tereza Vaz de Moura (PPEUR/UFRN).

⁶⁷ Até o momento de finalização do artigo haviam sido feitas 05 visitas para avaliação do Programa Estação Juventude nos seguintes municípios: Maracanaú (CE), Vitória da Conquista (BA), Paulo Afonso (BA), Maceió (AL) e Patos (PB). As equipes responsáveis pelas visitas disponibilizaram alguns dados necessários para o objetivo desse artigo.

outras dimensões, referentes ao fortalecimento da juventude, em termos de integração das entidades representativas junto aos órgãos deliberativos e representativos do Estado. No segundo momento, apresenta-se o desenho institucional da política pública, atentando-se para fatores explicativos que possibilitam, ou limitam a participação.

2. Juventude e participação política

O tema da juventude no Brasil vem ganhando espaço recentemente entre os estudiosos e pesquisadores, especialmente na área das ciências sociais, mas também tendo mais relevância nas políticas públicas, ampliando e diversificando os olhares sobre essa categoria específica. Há que se ressaltar, conforme destaca Freitas (2005), que a temática ainda não é consensual entre os diferentes atores que compõem o campo de discussão, tanto acadêmico quanto na área de elaboração das políticas públicas. Para a autora, existem diferentes definições do público que deve ser alvo das políticas públicas, visões essas que estão vinculadas a própria perspectiva política de desenvolvimento do país.

Entender que a noção de juventude é uma construção social e cultural e, além disso, bastante diversificada e compreender que a noção de juventude não pode ser definida isoladamente, mas a partir de suas múltiplas relações e contextos sociais (BOURDIEU, 1983) possibilita conduzir o

debate acerca de como compreender as ações do Estado junto a esse grupo social específico.

Conceituar a juventude não é uma tarefa simples, se nos propusermos a entender o que Novaes (2005) denomina de “*mosaico*” que é constituído por vários elementos como classe, gênero, raça ou cor, local de moradia, orientação sexual, estilo ou gosto musical e religião. Todos estes elementos são importantes para a compreensão das juventudes no plural e não da juventude no singular.

Regina Novaes (2005) contribui para esse entendimento ao apresentar o cenário em que nasce e vive essa juventude:

Os jovens brasileiros, nascidos do final da década de 1970 para cá, encontraram o mundo mudado. Eles fazem parte de uma geração pós-industrial, Pós-Guerra Fria e pós-descoberta da ecologia. Vivem as tensões e os mistérios do emprego, da violência urbana e do avanço tecnológico (NOVAES, 2005; p.264).

Como discute Abramo (2005), o debate em torno das políticas de juventude sempre esteve permeado pelo entendimento desta categoria, juventude, a qual passou por mudanças quanto ao seu significado a partir dos anos 1960.

Abramo (2005) destaca três fases distintas nas quais a categoria juventude resinificou-se.

Entre os anos 1960 e os anos 1980, os jovens enquanto atores sociais e políticos eram escolarizados da classe média que se configuravam como repositórios da imagem da juventude do período, em que o debate central em torno do tema versava sobre o papel dos jovens na continuidade ou transformação do sistema. As principais expressões desta noção de juventude podem ser compreendidas a partir dos movimentos estudantis, da contracultura e do engajamento em partidos políticos de esquerda (ABRAMO, 2005).

Nos anos 1980 e até o período de transição do século XX para o XXI a atuação dos movimentos sociais ligados também ao segmento juvenil, ganhou destaque pelo protagonismo nas lutas e conquistas pelos direitos das crianças e dos adolescentes. A juventude confundia-se com uma fase da adolescência, como destaca Abramo (2003 *apud* ABRAMO, 2005, p. 38-39): “[...] os jovens propriamente ditos ficaram de fora do escopo das ações, e do debate sobre direitos e cidadania”.

Desde o final dos anos 1990, a juventude, enquanto configuração de atores sociais e políticos passou a ser compreendida para além da adolescência. Em parte, esta compreensão foi resultado da “[...] ‘descoberta’ de que os problemas de vulnerabilidade e risco não terminam aos 18 anos, mas muitas vezes se intensificam a partir daí”

(ABRAMO, 2005, p. 39) e, em parte, devido à visibilidade de determinados atores juvenis que consolidaram na agenda pública a reivindicação pelo atendimento de demandas que se diferenciavam daquelas colocadas pelos jovens das gerações anteriores.

Ao mesmo tempo em que a noção de juventude se ressignifica, se evidenciam as múltiplas realidades que expressam a condição juvenil no Brasil, ampliando-se a necessidade de que, cada vez mais, a vivência juvenil no Brasil seja potencializada por políticas públicas que expressem o posicionamento dos jovens a respeito do que desejam e objetivam, para que possam ter uma vida com qualidade, dignidade e satisfação.

Neste sentido, as demandas da Juventude passaram de um “estado de coisas”, no final da década de 1980, para a condição de problema político, cujo espaço nas agendas governamentais tem-se ampliado nos últimos anos, culminando na elaboração de políticas, planos e projetos, que buscam soluções para esse problema político. Assim, podemos dizer que Políticas Públicas de Juventude são aquelas que visam efetivar direitos relacionados à condição juvenil, através da percepção que os jovens possuem sobre as questões relevantes para a sua efetivação. (ABRAMO, 2005).

O desafio se encontra em promover direitos que através do reconhecimento e respeito à diversidade de demandas da juventude, ao mesmo tempo, possibilitem a

inclusão social e participação política dos jovens. É importante ressaltar que as noções de inclusão e participação política aqui apresentada vinculam-se, não somente ao acesso a bens e serviços, mas também ao processo de participação nas decisões públicas que afetam diretamente a vida dos jovens. Conforme ressalta Castro (2008), a participação política não pode desvincular-se das condições *subjetivantes* que darão forma ao sentimento de pertencimento à coletividade por parte de jovens e de como essa coletividade é representada por eles.

Young (2000) ainda mostra que a democracia precisa perceber e incorporar as diferenciações dos grupos sociais, porque o processo democrático é inclusivo, não simplesmente porque inclui formalmente todas as pessoas de um mesmo modo, mas porque corresponde às relações sociais que posicionam diferentemente as pessoas e condicionam suas experiências, oportunidades e conhecimento da sociedade (YOUNG, 2000). Para a autora, ainda, as posições na estrutura social, tais como de classe, gênero, raça e idade, condicionam as vidas individuais, pelas possibilidades e restrição de ação, inclusive das relações de superioridade e respeito entre pessoas. Nenhuma delas, contudo, determina identidades individuais. Sujeitos não são apenas condicionados por suas posições nas relações sociais estruturadas, pois também são agentes. E a diferença de grupo social é um recurso na comunicação democrática que objetiva

a justiça social. Ela permite-nos reconhecer relações estruturais de dominação e subordinação entre grupos que levantam importantes questões de justiça para os indivíduos. Nesse entendimento, os jovens buscam esse reconhecimento e o Estado, especialmente pós-governo Lula, vem tentando oferecer determinadas respostas, a partir de políticas públicas específicas, como é o caso do Programa Estação Juventude.

3. O Programa Estação Juventude- o exercício da participação política

A trajetória de construção e institucionalização das políticas de juventude é resultado de intensa mobilização social de jovens, organizações civis e movimentos, em todo o país, que desde a década de 1990⁶⁸, se organizaram e articularam para interferir na formulação e definição das prioridades governamentais, instituindo plataformas nacionais, fóruns e redes, em torno da garantia dos direitos fundamentais e de cidadania desse segmento juvenil.

A realização da I Conferência Nacional de Juventude foi um marco histórico do movimento juvenil no país, que

⁶⁸ No âmbito internacional o debate sobre a juventude assume maior destaque, quando a ONU recolocou o tema na pauta e elegeu o ano de 1985, como “Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz”. A UNESCO teve e tem participação expressiva, realizando inúmeros estudos e eventos sobre a questão.

reuniu aproximadamente 2,5 mil pessoas, entre os dias 27 e 30 de abril de 2008. Ao final do evento, que teve como temas “Juventude: Democracia, Participação e Desenvolvimento Nacional de Juventude” e “Desafios e Prioridades para as Políticas Públicas de Juventude”, foram elencadas 70 resoluções e 22 prioridades para a juventude que nortearam a criação de políticas públicas voltadas para esse segmento. Antes da conferência, houve um processo de diálogo com grupos que geraram as pautas da juventude em todo o país: ao longo de oito meses foram realizadas 840 conferências municipais e regionais em todos os estados brasileiros e Distrito Federal. Além disso, 690 conferências livres foram promovidas por grupos, instituições e organizações.

Quatro mil e quinhentas propostas chegaram à etapa nacional, onde foram sistematizadas e colocadas para deliberação dos delegados e delegadas. Essas resoluções envolvem questões referentes à: participação dos jovens nos espaços políticos e que representem a juventude, o acesso à educação, ao trabalho, cultura e espaços de lazer. Em 2011, a Secretaria Nacional e Juventude- SNJ aponta em sua agenda de trabalho o enfrentamento da mortalidade da juventude negra e demandas que vieram diretamente dos movimentos sociais, mas que foram pautadas institucionalmente nas Conferências Nacionais de Juventude, que aconteceram em 2008 e 2011.

A II Conferência Nacional de Juventude, realizada em dezembro de 2011, teve como tema “Juventude, Desenvolvimento e Efetivação de Direitos. Conquistar direitos, desenvolver o Brasil”. O evento reuniu dois mil delegados/as eleitos/as em mais de mil municípios de todos os 27 estados do país. Diferente da I Conferência Nacional de Juventude, que apresentou 22 prioridades, o documento final aprovado pela II Conferência Nacional de Juventude apontou cinco eixos centrais, distribuídos da seguinte forma: Desenvolvimento Integral, Direito ao Território, Direito à Experimentação e Qualidade de Vida, Direito à Diversidade e à Vida Segura e Direito à Participação.

Desde então várias políticas para a juventude se materializam. Dentre elas, um Programa denominado Estação Juventude que se propõe ampliar o acesso de jovens de 15 a 29, sobretudo aqueles que vivem em áreas vulnerabilizadas e as políticas, programas e ações que assegurem seus direitos de cidadania e sua capacidade de inclusão e participação social.

O Programa Estação Juventude objetiva oferecer tecnologia social para o desenvolvimento de Políticas para Juventude – PPJs permanentes e locais para e com a juventude, por meio de ações que instauram conexões sociais e geram novos serviços.

O Programa se constitui em criação de espaços em todo o País que visam ampliar o acesso dos jovens às políticas

públicas. Segundo o site da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ, 2015) os principais objetivos do programa são: ampliar o acesso de jovens de 15 a 29 anos – sobretudo aqueles que vivem em áreas vulnerabilizadas – a políticas, programas e ações que assegurem seus direitos de cidadania e ampliem a sua capacidade de inclusão e participação social; oferecer tecnologia social para o desenvolvimento de políticas para juventude permanentes; e criar redes para emancipação da juventude, em especial para os jovens em territórios identificados como de difícil garantia de acesso aos direitos.

Esses equipamentos devem se constituir enquanto ferramenta potencializadora de informações articuladas, que possam orientar a juventude ao acesso de programas, serviços e ações, na perspectiva de garantir direitos e contribuir para o processo de desenvolvimento dos percursos de inclusão, autonomia e participação social da juventude.

O Programa Estação Juventude é organizado a partir de duas modalidades: 1- Complementar: poderão funcionar em espaços de outros programas, ou espaços de ação do Governo Federal e tem como objetivo introduzir o recorte “juventude” nas ações já desenvolvidas. Ao mesmo tempo, podendo oferecer um serviço complementar que, conhecendo as demandas e aspirações dos jovens do local, promova ações voltadas especificamente para este público; 2- Itinerante: que tem o objetivo de levar o programa até os jovens que residem em municípios menores, sobretudo jovens do meio rural,

através de unidades móveis como ônibus, barco ou micro-ônibus.

Segundo Helena Abramo⁶⁹, "o Estação não se responsabiliza a unir no espaço ações, mas sim dar acesso a outras políticas, dialogar com os gestores, propor novas ações". Nesse entendimento, o Programa deve ser muito mais que um canal de diálogo, tem que ser uma política que busque trabalhar, a partir das especialidades de cada gestor, no sentido de "seduzir e conquistar os jovens para participar", especialmente no sentido de reescrever os espaços públicos à luz da juventude.

No documento da SNJ, que diz respeito aos conceitos fundamentais que norteiam o Programa (SNJ, 2014), percebe-se que o foco na autonomia, emancipação e participação são centrais para dar suporte à política. A garantia dessas dimensões só se torna possível se a política contribuir na conquista da inclusão, autonomia e participação. De acordo com o texto, para alcançar a inclusão social há a necessidade de se considerar três aspectos que estão inter-relacionados:

a) Trabalhar em direção à rede durável de relações sociais ou ao capital social: o Programa prevê a utilização conceitual de Bourdieu para quem o desenho das políticas deve projetar o fortalecimento de uma "rede durável de relações". Isso se dará na medida em que se reconheçam redes pré-existentes e se

⁶⁹ Palestra proferida em dezembro de 2014, na SNJ.

busque agregar a elas novos recursos efetivos e/ou potenciais para favorecer a inclusão;

b) Valorizar a diversidade e as trajetórias individuais: o Programa leva em conta a diversidade de raça/etnia, de relações de gênero e orientação sexual, de deficiências cognitivas, físicas e mentais, entre outras. Assim, as ações afirmativas são imprescindíveis em dinâmicas voltadas para a inclusão juvenil. Em segundo lugar, trata-se de identificar diferentes trajetórias juvenis em um mesmo território sócio-espaçial. É fundamental entender os percursos pessoais que são diferenciados;

c) Assegurar a participação juvenil: trata-se aqui menos de falar em processo de “desvinculação social” ou de “rupturas de redes de solidariedade” e mais de identificar e fomentar novas possibilidades de afirmar identidades territoriais, através de grupos. (SNJ, 2014; p. 45-46).

Esses três aspectos (capital social, diversidade e participação) sustentam a base do Programa e são norteadores das ações dos gestores públicos. Percebe-se que há a necessidade constante de um esforço contínuo da intersectorialidade e de articulações entre todos os atores envolvidos nas temáticas referentes à juventude.

O documento ainda sinaliza que "avançar nos processos de autonomia e emancipação dos jovens significa pensar políticas de juventude nas quais eles se reconheçam na – e apesar da – diversidade de suas trajetórias de vida" (SNJ,

2014; p. 97). Portanto, a ideia de envolvimento é central nesse processo cuja manifestação mais usual é a participação política.

No Guia Operacional (SNJ, 2015), documento destinado aos gestores do Programa a nível municipal, o estímulo à participação é fundamental para o sucesso da política. No documento registra-se a importância da participação juvenil como premissa para gerar dinâmicas de inclusão social. Portanto, ressalta-se que o Programa deve estimular a participação dos jovens em todos os âmbitos da vida social e das políticas públicas que lhes digam respeito.

O documento fornece, inclusive, ideias para estimular a participação no cotidiano das ações do Estação Juventude e propor uma reflexão para gestores e técnicos sobre formas de como incorporar a participação dos jovens na vida política do município.

Portanto, o Estação Juventude pretende contribuir no diálogo dos jovens com os gestores municipais e na fomento de redes de articulações que possam promover essa participação política mais efetiva.

4. Breves contribuições sobre a participação no Programa a partir de algumas experiências

Pretende-se aqui avançar na discussão sobre a participação política dos jovens, decorrentes da inserção no

Programa Estação Juventude a partir de uma breve reflexão sobre dados da pesquisa realizada em cinco municípios: Maracanaú (CE), Vitória da Conquista (BA), Paulo Afonso (BA, Maceió (AL) e Patos (PB).

As experiências realizadas contribuem em três sentidos. Em primeiro lugar, vêm ampliando o acesso dos jovens beneficiários de forma articulada ao território, no sentido desse equipamento aduzir atividades que viabilizem estruturas de participação social aos jovens, que deles demandem e, em especial, dos jovens em situação de vulnerabilidade social. Em segundo lugar, se o programa Estação Juventude está assegurando os direitos de cidadania da juventude que dela demanda, na capacidade de inclusão e participação social desses jovens através do acesso à plataforma digital aberta que divulgue programas, serviços e ações públicas voltadas para implementação e garantia de direitos que possam contribuir para o processo de desenvolvimento de seus percursos de inclusão, autonomia e participação social. E em terceiro lugar, se o Programa Estação Juventude está inserido num contexto institucional de existência do órgão gestor específico de juventude. Também como observar em que medida suas ações tem fortalecido a institucionalidade das políticas públicas juvenis de modo geral.

Com relação à primeira dimensão, percebe-se que os bairros escolhidos para a implementação do equipamento nem

sempre são aqueles que aparecem com os piores índices de violência e homicídio de jovens. Na maioria dos casos, o local escolhido tem a ver com a facilidade de conseguir um espaço público e que tenha um fluxo razoável de linhas de ônibus. Daí que, a noção de articulação dos jovens ao território torna-se irrelevante, já que a implementação do Programa nos municípios são apropriadas de diferentes maneiras. Ou seja, segundo percebe-se, a diversidade de situações reflete a diversidade na apropriação do espaço, a diversidade da equipe.

O conceito de território passa de uma construção conceitual para uma prática que muitas vezes é diferente do que se pensou no desenho da política. Por exemplo, no caso de Vitória da Conquista, optou-se por instalar o equipamento num bairro com uma certa centralidade e facilidade de acesso às linhas de ônibus, mas que é apenas o 15º bairro no ranking da população jovem do município. Os gestores de Maracanaú também optaram por estabelecer o equipamento em um Bairro considerado de fácil acesso pela circulação de várias linhas de ônibus. Conforme ressalta a diretora de Juventude da Sejuv e coordenadora da Estação Juventude do município, "a escolha desse local, para a instalação da Estação, considerou como um dos fatores principais a questão da acessibilidade".

A ideia do Programa era pensar um espaço/território em que os jovens tem acesso limitado ao cotidiano das políticas públicas, ou seja, aos lugares onde as camadas mais

pobres e vulneráveis se situam. O programa seria o lugar que iria difundir informações e criar interlocuções com outros programas, além de reconstruir a própria ideia de território, pensado sob a ótica dos jovens: um lugar de direitos, de circulação, de acesso a espaços públicos. Nesse sentido, a participação dos jovens é fundamental para esse processo.

Entretanto a própria falta de entendimentos dos gestores é um entrave para a implementação do Programa. Em Patos (PB) essa falta de conhecimento se mostrou uma constante, quando perguntados aos outros gestores sobre o Programa, eles relacionam à Estação a atividades apenas com o foco no segmento ocupacional. Observa-se a falta por parte até mesmo da equipe responsável pelo Estação, de um discurso mais voltado para a emancipação desses jovens. Em nenhum momento foi mencionado um levantamento das políticas existentes nos bairros, ou da criação de metas para a autonomia e até mesmo de uma pasta que fossem disponibilizadas para os jovens com o mapeamento das políticas para juventude existentes no município

Com relação à segunda dimensão da análise sobre a capacidade de inclusão e participação social desses jovens através do acesso à plataforma digital aberta que divulgue programas, serviços e ações públicas nota-se que vários municípios ainda não conseguiram criar os mecanismos necessários para a instalação da Central de Informações. Esse fato merece destaque porque a chave central de

funcionamento do Programa prevê que essa política pública deve ser responsável pela circulação de informações com qualidade e eficiência. De acordo com relatos feitos na SNJ, é preciso entender onde as informações já estão circulando, ou seja, para identificar as redes de juventude existentes no município, porque muitas vezes os jovens não conseguem compreender quais são as políticas que são para a juventude.

A obrigação do Programa seria o de conhecer e qualificar a informação e traduzi-la para os jovens. Apesar de a Central de Informações ser essencial para a política, o gestor também tem que ter uma ação proativa para a distribuição dessas informações. O fato de vários municípios ainda não contarem com esse sistema de base de dados faz com que a juventude não consiga de fato acessar determinadas políticas públicas e nem conhecerem as redes já existentes que podem compartilhar das mesmas inquietações e angústias. A busca ainda é pela maior participação dos jovens na concepção e formulação de demandas que possam ser pensadas dentro do Programa. A coordenadora do Estação em Maracanaú ressalta que a luta que eles vêm travando é de tentar justamente fazer com que os jovens participem das decisões referentes ao Programa, seja propondo atividades, seja construindo e/ou fortalecendo os grupos sociais. Segundo ela, os gestores vem trabalhando para criar as oportunidades para os jovens participarem, conforme observa-se na sua fala:

Nós estamos nessa luta aí, travando essa luta, essa demanda não está vindo para a gente, a gente é que está tentando gerar essa demanda. Tentando retomar e dizer que eles acreditem. (Entrevista, arquivo das autoras)

Portanto, entende-se que o gestor tem essa responsabilidade de provocar a maior participação social dos jovens, buscando criar um espaço que possa oportunizar conhecimento e emancipação da juventude.

A Central é importante também porque poderia ser o canal de mapeamento e divulgação das redes de apoio à emancipação dos jovens. A Rede é, portanto, fruto de um processo de construção contínuo, dinamizado pela Estação Juventude que:

- Promove e instiga a interação entre ações complementares já existentes no território de diversos setores;
- Propõe e articula novas iniciativas, ações e programas que ainda não existem no território para responder as demandas prioritárias dos jovens;
- Desvenda os caminhos, atalhos e “portas de entrada” de um leque diversificado de oportunidades e

indica e apóia indiscriminadamente a todos os jovens para acessá-los;

- Identifica, sensibiliza, envolve e encaminha jovens em situações de maior vulnerabilidade social que necessitam de atenção especial. (SNJ, 2014)

O grande desafio, portanto, é como construir essas articulações já que um deles é fazer com que os coordenadores da Estação sejam os seus protagonistas, trabalhando sempre com a ideia de intersetorialidade, que conforme já destacado, ainda é um grande desafio dentro da discussão das políticas públicas.

A construção da rede deve acontecer por meio de parcerias e uma das grandes dificuldades é envolver esses jovens nessa rede.

A equipe gestora das Estações itinerantes urbanas e rurais de Maceió/AL apontou que existe um problema comum a vários locais do Brasil, que é a dificuldade de incluir dados na Central de Informações. Dizem que constantemente vem realizando várias tentativas na perspectiva de alimentar a Central de Informações, mas não obtém êxito, sendo a última realizada em fevereiro de 2015.

Outro município que também relata a dificuldade de implementação da Central de Informações foi Paulo

Afonso/BA, no qual o principal recurso que deveria estar sendo disponibilizado para os jovens não funciona, pois apenas a equipe tem acesso, sempre que o site está disponível, para alimentar as informações referentes aos equipamentos e serviços ofertados no município, mas os jovens não têm acesso.

A terceira dimensão, que trata da gestão local e da inserção da temática da juventude no âmbito das políticas públicas, prevê que na Estação Juventude está a criação de um Comitê Gestor Local do Programa com diferentes secretarias (ou similares) que potencializem a ação do Programa no território, com a presença obrigatória do gestor de política para juventude local.

Este espaço deve contar com integrantes da gestão pública de outras áreas, representantes de grupos e organizações da sociedade civil, especialmente coletivos juvenis, e também de jovens que estejam integrados ao Estação como usuários.

A questão é como organizar e mobilizar esses diversos atores que devem compor o comitê. A grande dificuldade desses espaços de participação social, conforme já destacado em outros textos, está relacionada a uma série de fatores: falta de articulação das organizações da sociedade civil, falta de interesse da gestão pública, desconhecimento sobre o funcionamento desses espaços, corporativismo exacerbado, entre outros.

A dinâmica representativa nos espaços de participação tem se tornado um grande desafio a ser enfrentado por analistas e movimentos sociais, já que esses movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil têm de aprender esse novo formato institucional. Segundo Carlos (2011), a inserção de movimentos sociais nesses novos arranjos institucionais desafia os atores sociais para novas práticas em relações ao Estado.

Portanto, a criação desses espaços deve levar em consideração todos esses fatores para que sua dinâmica não seja reduzida a mera formalidade.

Os gestores do Programa em nível municipal devem tentar envolver pessoas que de fato participam das discussões sobre juventude e que tenham interesse nessa temática. Há a necessidade da dinamicidade, de fazer reuniões que sejam agradáveis, pensar nesse espaço como um espaço de sociabilidade, de troca, com menos burocracia.

Conforme destacado pela Secretária de Juventude de Maceió (AL) uma dificuldade que observa é a carência de informações locais. Essa dificuldade se agrava no segmento de juventude, pois não são feitos levantamentos específicos para conhecer suas demandas, no sentido de caracterizar a juventude local para formulação de políticas e projetos direcionados a esse segmento. Informou que outro problema para desenvolvimento de ações voltadas a juventude é a dificuldade de dialogar com seus segmentos não-organizados.

Ela disse que junto aos grupos de jovens que não participam de nenhum movimento organizado o diálogo é muito raso e superficial.

As questões que acabam sempre emergindo e que também apareceram nas reflexões dos gestores municipais referem-se a cinco perguntas: Como garantir a participação daqueles que ainda não estão mobilizados? Como expandir e institucionalizar os espaços de debate? Como criar outros formatos de mobilização e participação ainda não experimentados? Como envolver jovens em demandas específicas? Como transformar a participação em método de governo?

Considera-se positivamente os aspectos políticos pensados pela SNJ para seus beneficiários (jovens), no entendimento de garantir-lhes um papel mais ativo no planejamento, execução e avaliação das políticas a eles destinados. Isto mostra que essa política visa contribuir para um olhar mais atento sobre determinadas realidades, buscando também identificar os aspectos positivos de concepção/planejamento e materialização das políticas públicas pensadas com e para a juventude.

Entretanto, o Secretário de Juventude do Município apresenta a falta de orçamento como um fator impeditivo de criação do Conselho Municipal de Juventude. Segundo ele, os conselhos só funcionam se existe orçamento. Não há o entendimento e compreensão da participação como um

processo essencial para a elaboração e controle social das políticas públicas. Conforme ele relata:

Essa questão de conselho realmente... assim... eu vejo um conselho quando você tem algo grande a discutir, quando os recursos realmente estão vindo para você discutir o que vamos fazer com os recursos, mas o nosso orçamento é muito apertado para que você crie um conselho, para que funcione, para criar. (Entrevista, arquivo das autoras)

De acordo com um jovem entrevistado em Maracanaú a experiência do Programa Estação Juventude fomenta a articulação de interesses e possibilita o exercício da participação por meio da consolidação e/ou criação de grupos. Segundo ele , os grupos que já existem podem ser beneficiados pelo Programa, conforme relato abaixo da sua experiência:

(...) na realidade a gente já tinha um grupo, né, um grupo lá do bairro, que a gente tinha pensado em fazer projetos literários e tal, projetos de séries, de filmes, de livros. E aí não deu muito certo. E esse meu amigo soube daqui e a

gente pensou em fazer um grupo de filmes e resolveu vir pra cá. Eu já considero esse projeto um benefício. A gente fazia esse tipo de filme só com amigos e quando a gente colocou aqui a gente pôde conhecer outras pessoas, pessoas que a gente nunca tinha visto. Pessoas que tem o mesmo gosto que a gente e que a gente não conhecia, eu acho que isso é um benefício. (Entrevista, arquivo das autoras)

Explorando ainda a questão da participação e envolvimento da juventude ele continua:

Eu acredito que o jovem gosta muito de se divertir, de estar junto de outros jovens, e eu acredito que o Estação proporciona grupos que fazem esse tipo de coisas com os amigos, aqui e que você pode participar. (Entrevista, arquivo das autoras)

As falas dos entrevistados, registradas acima reflete caminhos a serem aprofundados no tocante a participação, espaços de diálogo, lazer e entretenimento que o Programa Estação provoca nas localidades em questão. Não nos

deteremos aqui a esse conjunto de questões, mas, certamente elas revelam que participação, assim como cultura e lazer são fundamentais para o envolvimento, legitimação e agregação dos jovens no espaço da política. O Programa Estação de Juventude oportuniza esse debate, mas, sobretudo, sugere o aprofundamento deste.

5. Considerações finais

O Programa Estação Juventude se apresenta como uma nova tecnologia social. Como tal, a perspectiva de proporcionar acesso a informação, garantia de uma comunicação dirigida ao interesse dos grupos em questão, criar redes de emancipação, passa, principalmente pelo estabelecimento de um processo de participação, em que a busca dos sujeitos sociais juvenis seja tema central.

No entanto, identificamos que participação como método de gestão, expandir o debate para espaços de juventude para além dos institucionalizados, como os conselhos e criar formas alternativas de mobilização, ainda são questões que necessitam de maior aprofundamento ou que sendo essenciais para o referido programa, são ao mesmo tempo desafios a serem superados.

O Programa Estação Juventude se apresenta como um indutor de participação, à medida que proporciona novos espaços de lazer e fruição cultural. Reinventar as formas de

mobilização juvenil, para fortalecer a participação é uma das questões centrais identificadas.

Por fim, lazer, oportunidade de diálogo e participação dos jovens no processo de elaboração, mobilização e execução da política se apresenta como um importante avanço, referendado pelo processo histórico das duas Conferências Nacionais de Juventude que levantam e formalizam demandas centrais para a juventude brasileira. Sendo participação, cultura e acesso a informação parte dessa pauta observamos que o Programa Estação Juventude, embora ainda em fase de implementação, já desenha novas possibilidades de participação para além dos conselhos gestores de políticas públicas, mas também no espaço da elaboração e implementação de políticas públicas específicas para a juventude.

Referências

- ABRAMO, Helena. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena;
BRANCO, Pedro (Org.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

BOURDIEU, Pierre. “A juventude é apenas uma palavra”. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 113.

CASTRO, Lúcia Rabello. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 16, n. 30, 2008.

FREITAS, Maria Virgínia. (org.) *Juventude e adolescência no Brasil*: referências conceituais. São Paulo: Ação educativa, 2005.

NOVAES, Regina. A juventude e a luta por direitos. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 05 de fevereiro de 2015. Disponível em <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1285>, acessado em fevereiro 2015.

SNJ. Secretaria Nacional de Juventude. *Estação juventude*: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude / organizado por Helena Abramo. – Brasília: SNJ, 2014.

SNJ- Secretaria Nacional de Juventude. Programa Estação Juventude. O que é? Disponível em http://juventude.gov.br/estacaojuventude/o-que-e#.VSK5xfmG_fI. Acessado em 06 de abril de 2015.

YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and democracy*. Oxford University Press, 2001.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL, VIOLAÇÃO DE DIREITOS E CONSELHOS TUTELARES

Márcia Cristina LAZZARI⁷⁰

“fundamental diminuir a distância
entre o que se diz e o que se faz,
de tal forma que, num dado momento,
a tua fala seja a tua prática.”

Paulo Freire

1. A emergência dos Conselhos Tutelares

Após uma onda de pronunciamentos com viés mais democrático inspirados nos acordos internacionais sobre violação de direitos de criança e adolescentes, em 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi aprovado sob a como lei federal de número 8.069, apoiada e debatida, tanto no âmbito governamental como das organizações não governamentais. Considerado mais democrático e humanista do que o Código de Menores de 1979, em vigor até então, o ECA contemplou as discussões emergentes de movimentos voltados para a garantia de

⁷⁰ Doutora em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Docente visitante da Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Contato: mcris@lazzari.arq.br

direitos humanos e o resgate da cidadania, visando substituir as práticas intervencionistas tradicionais, principalmente no que diz respeito a crianças e adolescentes.

Com o ECA em vigência, o desafio da década de 1990 foi implementar uma de suas principais premissas, relativa às instituições família-escola-educação, passando a priorizar nos assuntos relativos as crianças e adolescentes brasileiros a máxima: toda criança tem direito à família, escola, educação e saúde.

Pode-se afirmar que o ECA adotou princípios básicos de várias resoluções internacionais⁷¹, assumindo uma política tanto de proteção, como também de controle sobre as crianças e adolescentes, principalmente aqueles provenientes integrantes de famílias mais pobres, distanciando-se dos preceitos sobre os quais se sustentava o antigo Código de Menores de 1979.⁷²

⁷¹ Podemos citar: Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude - Regras de *Beijing* (1985), Convenção sobre os Direitos das Crianças (1989), Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (1990), Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade (1990), dentre outras.

⁷² O Código de Menores (Lei Federal nº 6.697 de 10/10/79) vigorou de 1979 até julho de 1990, nele o público alvo era definido a partir do conceito de *situação irregular* diretamente relacionada à situação de miséria.

No ECA foram instituídas medidas de proteção em substituição às ações anteriormente centralizadas nas instituições de internação, distribuídas por todo o Brasil, mais especificamente nas capitais, orientadas pela Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), que propunha o chamado atendimento integral e integrado, que resumia-se em tratamento biopsicossocial e internação.

Os serviços de atendimento a criança e ao adolescente também passaram a priorizar um atendimento descentralizado, por meio da participação de instituições não governamentais e organizações populares. As chamadas medidas de proteção passaram a ter um caráter intrínseco centrado no resgate da cidadania e no estabelecimento de uma política, privilegiando o Sistema de Garantia de Direitos - SGD. O sistema de proteção geral de direitos de crianças e adolescentes preconizado na Constituição federal e no ECA objetivou implementar e efetivar a Doutrina da Proteção Integral, denominada Sistema de Garantia de Direitos (SGD). No SGD incluem-se princípios e normas que regem a política de atenção a crianças e adolescentes, cujas ações são promovidas pelo Poder Público em suas 03 três esferas: União, Estados,(incluindo o Distrito Federal) e Municípios, pelos 03 três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e pela sociedade civil, sob três eixos: Promoção, Defesa e Controle Social.

Neste investimento da proteção geral dos direitos, o resgate da cidadania passou a significar a criação de possibilidades e condições das crianças e adolescentes serem considerados enquanto futuros cidadãos de direitos, garantindo-lhes o direito à convivência familiar e comunitária.⁷³ O ECA definiu, como uma das diretrizes de atendimento, a criação do Conselho Nacional de Direito das Crianças e Adolescentes (CONDECA) em âmbito federal, voltado para o planejamento de políticas sociais relativas à criança e ao adolescente; a criação dos Conselhos Estaduais (CEDCA) e Municipais de Direitos (CMDCA), para formular e formalizar os projetos e propostas de intervenção nos estados e municípios respectivamente. Por fim, a criação dos Conselhos Tutelares (CTs), para atuar nos municípios, com a função de atender ocorrências locais relativas à garantia dos direitos de crianças e adolescentes, adotando as medidas de proteção constantes no ECA e realizando o encaminhamento das demandas envolvendo escola, família e a comunidade em geral. Incluiu-se ainda, a prestação de atendimento às crianças que cometeram atos infracionais,

⁷³ Em 2007 foi aprovado o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.

devendo, neste caso, adotar qualquer medida prevista no Art. 101 do ECA, excetuando-se a internação.⁷⁴

As medidas de proteção à criança e ao adolescente passaram a ser aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos pelo ECA fossem ameaçados e/ou violados. Foram estabelecidos três níveis de ameaça e/ou violação à integridade da criança e do adolescente: por ação ou omissão da sociedade ou Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável ou, ainda, em razão de sua conduta. Sendo assim, o Conselho Tutelar passou a buscar e fornecer as possibilidades de resolução das comunicações soluções aos problemas trazidos pela comunidade, seja encaminhando o caso para algum órgão – escola, creche, cartório de registros, secretarias etc. –, seja tomando as devidas providências no próprio Conselho.

O Conselho Tutelar passou a funcionar como desdobramento da voz e dos ouvidos dos moradores das diversas regiões dos municípios. Conduzido pelos conselheiros moradores de cada região e próximos da comunidade local, seus membros eles passaram a ouvir as solicitações e decidir sobre elas, atualizando o sentido do termo comunidade.

⁷⁴ ECA - Art. 101, Parágrafo Único – O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

Contemporaneamente a comunidade vem ocupando um lugar de destaque nos discursos de descentralização, levados adiante principalmente pelo Estado, por meio de uma atuação mais localizada e direcionada como espera a democracia participativa. O termo comunidade, mais acentuadamente a partir dos anos 1990 passou a significar um conjunto de pessoas mais ou menos semelhantes, que compartilham o mesmo local de moradia, a naturalidade, as práticas culturais, os interesses profissionais etc., também considerando-os transformando-os em militantes locais e próximos.

A comunidade constituiu-se como ponto de convergência de demandas e direitos que ela agrega, modificando a relação de diferentes para assemelhados, submetendo a diferença – aquilo que nos arranca de nós mesmos - a igualdade sob a lei. Seu funcionamento (da comunidade) explicita-se no incessante acréscimo de diferentes grupos que se fazem representar na composição dos setores participativos, deixando de ser entendidos como excluídos, para serem tratados como partes da sociedade. Por esta premissa, os excluídos revezam-se transitam em meio à proliferação de comunidades, que se formam e se reformam de acordo com os interesses políticos, governamentais, econômicos e sociais vigentes.

Sob a forma do Direito e dos direitos, O jogo das inclusões e exclusões dilui, a qualquer momento, as

resistências, ao investir no aumento crescente da docilidade política como complemento da saciedade jurídica.

A partir da necessidade de efetivar o SGD, a comunidade passou a ser conclamada a participar do processo de organização da política de atendimento a violação de direitos de crianças e adolescentes e os CTs passaram a representar o local adequado para prestar este atendimento em cada município brasileiro.

O Artigo 132 do ECA dispõe que é obrigação de todos os municípios criar, instalar e ter em funcionamento, no mínimo um Conselho Tutelar enquanto órgão da administração municipal. Cabe ao município explicitar definir a estrutura administrativa e institucional necessárias ao funcionamento dos CTs. Considerado um órgão autônomo com objetivo de desempenhar funções legais relativas à proteção dos direitos das crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar não está subordinado aos poderes Executivo e Legislativo do município, tampouco ao poder Judiciário ou ao Ministério Público.

Conforme o Artigo 136 do ECA⁷⁵, o CT, ao tomar conhecimento de fatos que caracterizem ameaça e/ou violação

⁷⁵ Art. 136 - São atribuições do Conselho Tutelar I – atender crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII; II – atender e aconselhar pais ou responsável aplicando medidas previstas no art. 129, I a VII ; III – promover a execução de suas decisões.

dos direitos da criança e do adolescente, deve adotar os procedimentos legais cabíveis, e, se for o caso, aplicar as medidas de proteção previstas na legislação. Cabe a ele tomar providências em nome da sociedade, para que então cesse a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

O Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, CONANDA – recomenda a criação de um Conselho Tutelar a cada 200 mil habitantes, ou caso tenha uma população menor, quando o município for organizado por regiões administrativas, ou tenha uma grande extensão territorial que justifique a criação de mais de um Conselho Tutelar.

Os municípios que possuem mais de um Conselho Tutelar devem organizar o processo de escolha de cada um deles, circunscrevendo a participação da comunidade à área de abrangência de cada Conselho. Por exemplo, para a escolha do Conselho Tutelar da região sul votam apenas os cidadãos que residem nos bairros que pertencem à mesma região. Como forma de subsidiar o planejamento e estabelecer parâmetros comuns, foi instituído, no âmbito da SDH/PR [como é sigla no Paraná, tem que vir o nome por extenso antes], um Grupo de Trabalho Nacional cujo objetivo foi discutir a elaboração de orientações para realização do processo de escolha dos conselheiros tutelares no final deste ano (2015). Desta forma, Secretaria de Direitos Humanos e o

Grupo de Trabalho Nacional aprovou um Guia de Orientações: Processo de Escolha, em data unificada dos membros dos conselhos tutelares, a fim de concretizar esta iniciativa.

Por suas atribuições serem consideradas de extrema relevância, com dedicação exclusiva e somadas as dificuldades encontradas no desempenho da função, a remuneração deve atingir um patamar razoável conforme determina o CONANDA. Cabe ao Conselho Tutelar, o assessoramento do Poder Executivo para a elaboração de proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Os recursos necessários para o funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive o pagamento de salários aos conselheiros deverão estar previstos no orçamento do município, sendo que o repasse de verba pela Prefeitura não estabelece qualquer vínculo empregatício. Assim, os conselheiros não se subordinam ao município às autoridades municipais e nem integram o quadro de funcionários da municipalidade. No entanto, embora não exista a relação de emprego, a Lei municipal ou distrital disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto à remuneração dos respectivos membros, aos quais é assegurado o direito a: I - cobertura previdenciária; II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal; III - licença-maternidade; IV -

licença-paternidade; V - gratificação natalina. Deste modo, os conselheiros gozam de licença remunerada - saúde, gestantes etc. e férias, sendo substituídos pelos suplentes.

A comunidade, formada por familiares (pais, mães, tios, padrastos, madrastas, avós dentre outros) e por responsáveis pela educação das crianças e adolescentes, como professores e representantes de instituições locais (igreja, escolas, hospitais, associações de bairros etc.), passaram assim, a gerir os conselhos.

Os conselheiros devem ser escolhidos por meio de eleições diretas, secretas e facultativas dentre os cidadãos maiores de 21 anos e o exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral. Os quadros dos Conselhos são compostos por cinco membros e cinco suplentes que deverão responder pelo Conselho Tutelar, por um período de 04 anos. Esse processo deve ser conduzido pelo CMDCA, sendo permitida uma recondução ao cargo, podendo assim concorrer ao mandato subsequente.

Depois de eleito, o conselheiro pode ter seu mandato caçado ou suspenso, caso descumpra suas atribuições, pratique atos ilícitos ou mantenha conduta incompatível com a comunidade. Todavia a ação ou suspensão deve ser precedida de sindicância e/ou processo administrativo.

Dentre suas atribuições destaca-se atender às demandas de cada localidade e às ocorrências que dizem

respeito às crianças e adolescentes, junto à escola, instituições públicas e à família.

O ECA legitimou os Conselhos Tutelares com a função de atender a mesma demanda anteriormente direcionada para o antigo Juizado de Menores e embora as crianças e jovens sejam os beneficiários dos CTs, aqueles cujos direitos foram de alguma forma negligenciados, seja por parte dos pais, da família, da escola, do Estado ou da sociedade como um todo, sabe-se que é a população mais pobre, objeto da atuação e atenção desse órgão.

A política descentralizadora, voltada para o atendimento de crianças e adolescentes pobres começou a tomar corpo por meio da ação dos Conselhos. A institucionalização dos Conselhos Tutelares, em nível municipal potencializou sua força política a partir de campanhas junto à população. No entanto, a precariedade desses Conselhos Tutelares no decorrer de sua implementação foi se efetivando cada vez mais. Em todos os sentidos os CTs apresentaram e apresentam até hoje carências em vários sentidos: espaço físico, recursos como telefone, viaturas, dentre outros.

A busca pela autonomia da chamada comunidade frente ao Ministério Público foi a principal plataforma política para mobilizar o apoio da população. Acreditava-se que a comunidade cuidando de si poderia resolver, em parte, o distanciamento das autoridades em relação aos entraves

vividos numa determinada região. Partiu-se da consideração de que ela (a comunidade) conhece melhor os problemas dos moradores, os serviços sociais disponíveis, as carências materiais, estruturais, enfim, as deficiências e queixas mais frequentes daquela determinada comunidade.

Durante a pesquisa realizada em 2007, no Conselho Tutelar de São Miguel Paulista, na Zona Leste da cidade de São Paulo, notou-se que o CT tinha um contato muito significativo e constante com as famílias mais pobres, localizadas onde as condições básicas de habitação, saúde, educação, cultura, trabalho, transporte e lazer encontram-se defasadas em relação a outras regiões e esta acabou sendo uma constatação em relação a outros Conselhos Tutelares, tendo em vista o contato com outros dois Conselhos Tutelares da região extremo sul de São Paulo.

Um levantamento feito realizado em 2013 apontou a existência de 5.906 Conselhos Tutelares no Brasil, sendo que 277 municípios tinham menos conselhos do que o recomendado, o que representa 5% do total (BRASIL, 2015).

Os Conselhos Tutelares normalmente estão instalados num espaço agregado, junto de algum órgão público, apresentando-se carente de recursos materiais, impessoal, sem boniteza, conforto ou tecnologia e sem privacidade no atendimento. Porém, com a implantação dos Conselhos Tutelares, tornou-se possível o atendimento localizado nos

bairros, concentrando as demandas em suas próprias localidades.

Desta forma, mesmo sem dispor de uma infraestrutura adequada, o CT foi suficientemente arranjado, e democraticamente formado, tomando fôlego junto à população local, fez funcionar a máquina política por meio de militantes interessados em cargos públicos, empregos, sobrevivência e estabelecendo um novo espaço de denúncia em bairros das principais cidades brasileiras.

2. Escola e Conselho Tutelar

Uma observação mais atenta da aproximação das escolas com o CT apontou que embora tenha havido mudanças importantes na questão da proteção dos direitos das crianças e adolescentes, ambas as instituições ainda caminham sob a influência da educação autoritária e mostram-se pouco comprometidas com os novos parâmetros educativos trazidos pelo ECA.

Uma primeira consideração sobre a escola é o distanciamento da instituição em relação aos alunos, principalmente no que diz respeito ao entendimento de seus comportamentos, condutas e interesses. As transformações legais trazidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB (1996) proporcionaram desconforto aos educadores, porque grande parte dos professores da rede estadual e

municipal de ensino desconhecia os novos padrões pedagógicos e curriculares instituídos a partir desta lei.

Uma das questões fundamentais passou a ser o questionamento em relação à progressão continuada, pois esta implicava na reprovação ou não do aluno. Estabeleceu-se, a partir daí, uma relação diferenciada entre o professor e o aluno, uma vez que as práticas educativas escolares, baseadas na ameaça e punição, perderam pelo menos dois instrumentos relevantes para sua eficácia: a ameaça de reprovação e a iminência da prova enquanto dispositivos para obter o chamado bom comportamento. Somado a isto convém ressaltar que os professores e trabalhadores escolares ainda tem dificuldades de acompanhar o processo de transformações importantes no âmbito da família, não somente em relação à entrada da mulher no mercado de trabalho, estabelecendo novos tipos de relação com sua prole e, portanto, novas práticas adotadas para lidar com a ausência da mãe em casa, como também as dificuldades das famílias monoparentais e as novas convivências e relações amorosas, como as famílias homoafetivas, por exemplo.

No que diz respeito à educação das crianças e jovens, percebe-se a família ainda adota uma prática educativa associada à aplicação de castigos, mais ou menos violentos, de ordem física e/ou psicológica, o que de certo modo é tolerado pelo Estado, uma vez que este modelo coercitivo é amplamente divulgado pelo mesmo. O Estado realiza o jogo

de interesses que, de um lado, reconstrói a autoridade no interior da família para sua própria preservação, e de outro, institui o espetáculo das punições quando as violências praticadas especificamente por pais, mães e/ou responsáveis transbordam para o âmbito público e passam a ser compreendidas enquanto abuso de autoridade.

Estes abusos, ao serem nomeados como maus-tratos e não como violências, adquirem um peso menos relevante, distanciando-se da premissa de que atos violentos são quaisquer uns praticados por quem quer que seja, submetendo crianças e adolescentes à vontade de outrem, desconsiderando-os como gente. Qualquer que seja a forma desta ação, por constrangimento, ameaça, agressão física, psicológica ou sexual, ela denota uma violência e deveria ser entendida como tal, não para satisfazer o sistema de vingança imposto pela penalização, mas para enfatizar o respeito à individualidade das crianças e adolescentes, e reafirmar a importância do investimento em novas sociabilidades a partir de outras ações educativas baseadas no respeito mútuo entre crianças e adultos.

A família como a escola buscam no CT um local de apoio para intermediar as dificuldades de relacionamento com crianças e jovens que apresentam comportamentos considerados inadequados. A escola estabelece uma relação constante, encaminhando suas demandas, dentre elas: problemas de faltas dos alunos; mau comportamento e/ou

comportamento considerado inadequado dentro da escola; carência material; ausência de documentação para frequentar a escola; falta de vagas em creches e escolas, dentre outras. O CT passou a ser lembrado tanto em situações que envolvem violação de direitos de crianças e adolescentes, como em situações em que os mesmos apresentam comportamentos considerados inadequados e incompatíveis com a moral vigente.

Para os alunos e filhos com constantes comportamentos inadequados insuportáveis, a ameaça de mandar para o Conselho Tutelar passou a ser, de certa maneira, um novo dispositivo de controle sobre eles, um corretivo frequentemente utilizado por pais, mães, diretores e professores.

Percebe-se que escola de um modo geral continua reproduzindo o circuito do castigo interiorizado no meio familiar e prossegue encaminhamentos de alunos envolvidos nos casos considerados insolúveis no ambiente escolar, para os Conselhos Tutelares, como se fosse à única solução plausível. Na verdade, a primeira questão que emerge desta atitude recorrente nas escolas é o questionamento sobre a prática do Conselho Tutelar e a constatação de como esta instituição poderia propiciar uma sociabilidade apropriada a esses alunos insuportável no âmbito da dialogicidade e da interatividade com a família. O CT passou a ser considerado o interlocutor dos desvios e dos problemas disciplinares

apresentados pelas crianças e jovens matriculados nas escolas, como exemplifica uma comunicação da escola ao CT:

15/04/03.- 6ª série - Apresenta problemas disciplinares, atrapalha a aula, é disperso, grita e gosta de chamar a atenção. Colocou o pênis para fora na aula de educação física. A escola comunica que ele será transferido e a mãe está de acordo. A outra escola recusou a matrícula do aluno e encaminhou novamente para o Conselho Tutelar. (Comunicação de uma EMEF ao Conselho Tutelar de São Miguel Paulista).

Investindo em direção à cartografia das descobertas feitas no decorrer da pesquisa sobre o CT, deparei que a escola não toma conhecimento da violência doméstica, ao contrário. Parece ignorá-la, uma vez que considera um problema legal e não educacional e/ou pedagógico. Esta visão é de certa forma legalista, pois ameniza as responsabilidades, ao repassar o problema para a autoridade competente, pois a escola almeja restabelecer a ordem calcada no princípio da Justiça, que imputa as devidas penalizações aos agressores. e isto é o que importa: os direitos assegurados e a proteção garantida, subtraindo uma responsabilidade, que para muitos

educadores, trazem transtornos e complicações insolúveis dentro da escola. Comunicação da escola ao CT:

10/09/03 EE – adolescente – A adolescente apresenta agressividade e ateou fogo na porta da sala de aula. A escola solicita medida sócio-educativa e acompanhamento psicológico. Requer que seja aplicada a lei 8.069 do ECA no título IV art. 129). (Comunicação de uma escola estadual ao Conselho Tutelar de São Miguel Paulista)

O Conselho Tutelar não realiza é só um deslocamento da política de atendimento à criança, mas um desdobramento das diversas ONGs e instituições. Como vimos, sua inserção se faz pela prerrogativa da participação da comunidade, porém preserva-se a mesma mentalidade punitiva, apesar de trazer fóruns democráticos que redirecionam as questões a respeito da carência e punição.

Os conselheiros são, reconhecidamente, pessoas idôneas, capacitadas para intermediar os conflitos, substituindo de certo modo as Varas da Infância e da Juventude na resolução de questões que não implicam diretamente em determinações judiciais, exercendo de forma diversificada um papel de destaque perante uma população que se encontra no limite, entre a vida e o direito.

De fato admite-se que correu um distanciamento dos modelos de institucionalização. O CT acabou distanciando-se de uma instituição disciplinar, mas suas práticas estão permeadas por uma encenação democrática de exercício de direitos e, enquanto mediador entre a população mais carente e as prerrogativas estatais, distribui as sanções para as crianças e adolescentes que não se comportam bem.

A existência do Conselho Tutelar compôs um espaço voltado para a punição e disciplinarização disciplina das crianças e adolescentes que infringem os limites determinados pela escola e pela família, resultando numa instituição marcada por uma nova tecnologia de poder que imprimiu à sociedade uma autoridade jurídica um poder, sem ser jurisdicional e pedagógico, sem ser escola, com anuência desta última. Comunicação da escola ao CT:

10/09/03 EE – adolescente – A adolescente apresenta agressividade e ateou fogo na porta da sala de aula. A escola solicita medida sócio-educativa e acompanhamento psicológico. Requer que seja aplicada a lei 8.069 do ECA no título IV art. 12976. (Comunicação de uma escola estadual ao Conselho Tutelar de São Miguel Paulista).

17/04/03 - Masc. nasc. 19/03/91 – 5 série Ensino Fundamental - o garoto se comporta de maneira inadequada, responde com ares de deboche, não respeita regras internas e atrapalha a aula. Diz que ninguém gosta dele, nem os pais. A mãe se julga incapaz. Escola pede para tomar as medidas previstas no Art. 22, Art. 10 inciso II/IV Art. 129 inciso III, IV e VI e Art. 36 parágrafo I e II. (Comunicação de uma escola estadual ao Conselho Tutelar de São Miguel Paulista)

Assim, percebe-se que o Conselho Tutelar acabou de certa maneira tornando-se um tipo de poder distinto da escola, pois ele não deve educar, nem punir, nem sentenciar, mas proteger crianças e adolescentes, no sentido mais amplo da palavra., Afinal, esta foi a justificativa política para produzir um novo espaço institucional. Porém percebe-se que atualmente funciona muito mais como espaço de controle, contenção e resposta autoritária tanto para a família como para a escola.

Referências

ARIES, P. (1981). *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Guanabara.

BELTRÃO, I. R. (2000). Escola e Pedagogia: o cotidiano escolar. In: PEY, M. O. (Org.) *Para Uma História da Escola no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamè.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. (2007). *Proteger para educar: a escola articulada com as redes de proteção de crianças e adolescentes*. Cadernos SECAD 5. Brasília: SECAD.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente 1990. (2011). 3 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.

CORRÊA, G. (2005). Um corpo para a tolerância. PASSETTI, E.; OLIVEIRA, S. (Orgs.) *A tolerância e o intempestivo*. São Paulo: Ateliê Editorial.

_____. (2002). Escola-Droga. In: VERVE, Nu-Sol/PUC-SP, n. 1, pp. 165-182.

DE BARTOLOMEIS, F. (1995). *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto.

DEL PRIORE, M. (1999). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto.

DELEUZE, G. (2004). *Crítica e Clínica*. (Trad. Peter Pál Pelbart). Rio de Janeiro: Editora 34.

_____.; (1992). *Conversações*. (Peter Pál Pelbart). Rio de Janeiro: Editora 34.

FOUCAULT, Michel. (1987). *Vigiar e Punir*. (Roberto machado). Rio de Janeiro: Vozes.

FREIRE, Paulo. (1990). *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra.

GALLO, S. (2002). A Escola Pública numa perspectiva Anarquista. In: VERVE, Nu-Sol/PUC-SP, n. 1, pp. 124-164.

LUENGO, J. M. et all. (2000). *Pedagogia Libertária: Experiências Hoje*. São Paulo: Imaginário.

PASSETTI, E. (2007). Poder e anarquia. Apontamentos libertários sobre o atual conservadorismo. In: VERVE, Nu-Sol/PUC-SP, n. 12, pp. 11-43.

_____. (1996). *Violentados: Crianças, Adolescentes e Justiça*. São Paulo: Imaginário.

SCHEINVAR, E.; ALGEBAIL, E. (ORGs.) (2005). *Conselhos Participativos e escola*. Rio de Janeiro: DP & A.

SILVA, T.T. da. (1999). *O sujeito da educação – Estudos foucaultianos*. Vozes: Rio de Janeiro.

VOEGEL, A. (1992). Conselho Tutelar. A comunidade resolvendo os problemas da comunidade. UNICEF/ FLACSO – Sede Brasil.

JUVENTUDE BRASILEIRA E O TRABALHO PRECÁRIO ITINERÁRIOS DE “PERIFERIZAÇÃO” DE JOVENS NO E PELO MUNDO DO TRABALHO

Maria Isabel Silva Bezerra LINHARES⁷⁷

1. Introdução

Este ensaio tem como objetivo refletir sobre a relação da juventude brasileira com o mundo do trabalho, analisando a situação de emprego e de desemprego entre jovens no Brasil, registrando que vem se constituindo um processo de precarização do trabalho, que caracteriza a atual situação do jovem nessa realidade. O foco da análise incide sobre os itinerários de passagem para a vida ativa; aqueles itinerários que aparecem mais estreitamente relacionados com a vertente de inserção profissional, envolvendo dimensões como o emprego/desemprego, a precariedade laboral e os modos de inserção no mundo do trabalho. A condição precária de inserção e de permanência do jovem no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que compromete uma perspectiva de construção de futuro, através do trabalho formal coloca-se como um desafio para as políticas públicas de juventude e

⁷⁷ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Docente na Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Contato: isabelblinhares@yahoo.com.br

para a juventude, de modo especial, as políticas de inclusão produtiva.

O ingresso no mundo do trabalho constitui-se, tradicionalmente, em um dos principais marcos da passagem da condição juvenil para a vida adulta. No entanto, nas últimas décadas, em funções de intensas transformações produtivas e sociais, ocorreram mudanças nos padrões de transição de uma condição à outra. O diagnóstico dominante aponta para as enormes dificuldades dos jovens em conseguir uma ocupação, principalmente em obter o primeiro emprego, dado o aumento da competitividade, da demanda por experiência e por qualificação no mercado de trabalho. Com isso, a transição para a vida adulta tem sido retardada. As transformações ocorridas na esfera produtiva e no mundo do trabalho são apenas parte dos aspectos a ser levado em conta, aqui, na reflexão em torno da problemática da transição para a vida adulta na atualidade.

Em 2007, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE), o Brasil possuía cerca de 50,2 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, o que correspondia a 26,4% da população. Embora este contingente populacional fosse maior do que o das últimas décadas do século XX, período marcado por um extraordinário crescimento demográfico da população jovem brasileira, constata-se que é menor que o de 2006, quando este grupo etário somava 51,2

milhões de pessoas. A redução do segmento juvenil confirma as projeções demográficas que indicam uma desaceleração progressiva do ritmo de crescimento da população jovem, e uma mudança nos pesos dos diversos grupos etários no conjunto da população brasileira.

Pesquisas nacionais têm mostrado que o trabalho está entre os principais assuntos que mais mobilizam o interesse dos jovens. O trabalho também é por eles indicado como um dos direitos mais importantes de cidadania, assim como um dos direitos essenciais dos quais deveriam ser detentores⁷⁸. Vale dizer que a centralidade do trabalho para os jovens não advém tão-somente do seu significado ético, ainda que este seja relevante, mas resulta também, e sobremaneira, da sua urgência enquanto problema:

[...] é, sobretudo enquanto um fator de risco, instabilizador das formas de inserção social e do padrão de vida, que o trabalho se manifesta como demanda urgente, como necessidade, no coração da

⁷⁸ Ver as seguintes pesquisas: “Perfil da Juventude Brasileira”, realizada pela Criterium Assessoria a pedido do Instituto Cidadania, em 2003; “Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas”, coordenada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e pelo Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Pólis), em 2005; e “Retratos da Juventude Brasileira”, coordenada por Abramo e Branco (2008).

agenda para uma parcela significativa da juventude brasileira. Ou, de outra forma, é por sua ausência, por sua falta, pelo não trabalho, pelo desemprego, que o mesmo se destaca. (GUIMARÃES, 2004, p.12)

Portanto, o presente ensaio tem por objeto, a atual situação do jovem no mercado de trabalho. Utiliza-se, aqui, como informação primária a PNAD/IBGE, considerando como jovens, a parcela da população situada na faixa etária entre 15 a 29 anos de idade. Diante dessa realidade que envolve a juventude brasileira, sinto-me instigada a realizar um estudo quantitativo, com abordagem qualitativa, desenvolvido a partir de um levantamento sobre a condição juvenil no mundo do trabalho, nos últimos anos, a partir de análise documental da legislação e de políticas relacionadas ao tema, e um estudo bibliográfico das discussões a respeito da relação do jovem com o trabalho e do jovem o seu processo de escolarização.

A perspectiva deste levantamento, cuja preocupação principal é pauta do projeto de pesquisa “Trajetórias juvenis face aos desafios do mundo do trabalho: experiências sociais e interpretações individuais de jovens sobralenses que buscam o primeiro emprego”, de minha autoria; é servir como ferramenta nas análises e projetos desenvolvidos por algumas

instituições locais e agentes, que estejam voltados, direta ou indiretamente, para esse público específico.

Com uma combinação de amplitude temática e representatividade em nossa realidade, esta pesquisa constitui-se num substrato de informações que representa, potencialmente, subsídio para qualquer iniciativa de impacto, no âmbito das políticas públicas e dos projetos voltados ao segmento jovem da população brasileira e, de modo especial, à juventude sobralense. E tomo como base e referência, a análise dos dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE (2007), nos trabalhos de Pochmann (2003, 2004, 2007), Guimarães (2004), Pais (2003, 2005), Alves (2012, 2013), entre outros.

O ensaio encontra-se dividido em duas partes. Na primeira apresento o cenário da juventude brasileira, seus dilemas e perspectivas. Na segunda, problematizo esse cenário, na tentativa de compreender a relação da juventude e trabalho, especialmente o ingresso de jovens no mundo do trabalho e, mesmo reconhecendo que o Brasil tem avançado em propostas de qualificação profissional para jovens, ainda tem um longo caminho a percorrer na discussão sobre o emprego oferecido para juventude.

2. O Cenário Social da Juventude Brasileira: dilemas e perspectivas.

“Evento, em São Paulo, discute empregabilidade juvenil”. Assim anunciava o site do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS)⁷⁹. Na epígrafe encontrava-se: “em 2015, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 660 milhões de jovens, entre 15 e 24 anos, ingressarão no mercado de trabalho mundial”. Dado que, hoje, um em cada cinco jovens não está empregado (cerca de 88 milhões de pessoas), o que representa mais de 40% do total de desempregados, as perspectivas da inserção do jovem no mundo do trabalho não são otimistas.

No Brasil, dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) apontam que, atualmente, 3,5 milhões de jovens (entre 16 e 24 anos) estão desempregados. A taxa é equivalente a 3,5 vezes o número de adultos fora do mercado. Comparando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1989 com os de 1998, o economista Márcio Pochmann, no livro “A Batalha do Primeiro Emprego”, indica que o desemprego juvenil cresceu 195% no

⁷⁹ Disponível em: <http://www.idis.org.br/acontece/noticias/evento-em-sao-paulo-discute-empregabilidade-juvenil>. Acesso dia: 20 abr. 2012.

período. Em 1989, o país contava um milhão de jovens sem emprego; em 1998, o número subiu para 3,3 milhões. (IDIS, 2011).

Para a presidenta do Conselho Nacional de Juventude, Regina Novaes, que esteve nesse evento, o “casamento entre educação e trabalho”, no Brasil, “vai mal”. Se de um lado há jovens fora do mercado de trabalho porque não estão capacitados, estão fora da escola ou atrasados, de outro existem jovens que chegam à universidade e também não conseguem se inserir. A incerteza, portanto, está muito mais presente, o que exige tanto novas formas de educação, como mecanismos de inserção no mercado de trabalho.

Diante do cenário contemporâneo percebe-se que as questões que envolvem a juventude vêm adquirindo um novo status, no marco social e institucional. Há um número cada vez mais elevado de movimentos e de iniciativas para que os jovens se organizem e se tornem não só objeto, mas também sujeitos criativos de sua cidadania. Organizações não-governamentais (ONGs), iniciativas empresariais e, sobretudo, os poderes públicos têm sido convocados a se posicionarem e proporem respostas a esse movimento de transformação.

Nesse cenário, entre dilemas e perspectivas quanto à inclusão de jovens no mundo-do-trabalho, quais desafios se apresentam, para que possamos pensar as possibilidades de eficácia das políticas públicas de trabalho, bem como as reais

possibilidades de inserção dos jovens no mundo-do-trabalho? Em que consiste a “transição para o mundo do trabalho” para os jovens?

A temática juvenil vem sendo recorrentemente tratada no Brasil em seus distintos aspectos tendo em vista a complexidade que representa atualmente. Referida temática vem sendo exposta de forma ainda muito fragmentada. Segundo Pochmann (2007), ressalta-se, por um lado, o grave e generalizado quadro da violência nacional, cuja maior ênfase recai, justamente, na população com menos de 25 anos de idade, em especial nos grandes centros metropolitanos do país. Por outro, ganha também destaque o conjunto dos resultados dos exames de avaliação educacional, que indica, simultaneamente, o avanço na taxa de escolarização acompanhado da piora na qualidade do ensino e aprendizagem dos jovens brasileiros.

Diante desse cenário, questiona Pochmann:

[...] parece cada vez mais evidente o fracasso dos sistemas nacionais de educação e de integração social para atender à população juvenil, seja pela pulverização de ações e programas, seja pela diminuta escala relativa de atendimento, seja pela competição de políticas entre distintas esferas de governo (União, estados e municípios),

organismos não governamentais (ONG's) e empreendimentos patronais associados à responsabilidade social. Ademais, cabe também destacar que os maiores obstáculos à reprodução social juvenil têm como referência a verdadeira crise que se encontra em curso na transição do sistema educacional para o mundo do trabalho. (POCHMANN, 2007, p. 2)

Os dados estatísticos revelam uma realidade assustadora, porém há muito a ser discutido. Conforme o IBGE (2007), quase a metade dos desempregados do país é jovem. Em média, os trabalhadores jovens ganham menos da metade do que ganham os adultos (PNAD, 2006). A taxa de homicídios entre os jovens é duas vezes e meia maior do que entre os outros segmentos etários. Enquanto o número de assassinatos se manteve estável no restante da população, entre a juventude esse índice cresceu 81,6% nos últimos 22 anos (ABRAMOVAY, 2002).

É possível afirmar que os brasileiros jovens foram muito afetados pelo modelo econômico adotado nas últimas décadas, que aprofundou significativamente a exclusão social. A juventude ficou sem acesso aos serviços públicos básicos e não desfruta dos seus direitos mais fundamentais. A cidadania para muitos jovens, por enquanto, ainda é uma cidadania incompleta.

Quanto à escolarização dos adolescentes e jovens brasileiros, a realidade apresenta dados significativos. Muito embora 92% da população de 12 a 17 anos estejam matriculadas, 5,4% ainda são analfabetos. Na faixa etária de 15 a 17 anos, 80% dos adolescentes frequentam a escola, mas somente 40% estão no nível adequado para sua faixa etária, e somente 11% dos adolescentes entre 14 e 15 anos concluíram o ensino fundamental. Na faixa de 15 a 19 anos, diferentemente da faixa dos 7 aos 14 anos, a escolarização diminui à medida que aumenta a idade. Segundo Waiselfisz (2004), a escolarização bruta de jovens de 15 a 17 anos é de 81,1%, caindo significativamente para 51,4% quando a faixa etária de referência é de 18 a 19 anos.

Diante desse quadro complexo podem-se identificar alguns desafios, entre muitos outros, que devem ser superados para que os direitos dos jovens sejam garantidos no Brasil. Pressupõe a princípio afirmar, que a formulação de políticas de cunho estrutural para o ingresso dos jovens, no mercado de trabalho, se apresenta como uma possibilidade fundamental de inclusão destes na sociedade.

Nos países desenvolvidos é cada vez mais comum a postergação do ingresso no mercado de trabalho. Por exemplo, na Alemanha, de cada dez jovens na faixa etária de 15 a 24 anos, somente um está trabalhando. No Brasil, na mesma faixa etária, temos de 6 a 7 jovens disputando uma vaga. São justamente os jovens filhos de pobres, porque os

filhos de ricos, em geral, só ingressam no mercado de trabalho depois dos 25 anos, já concluído o Ensino Superior. E afirma que é fundamental se ter grandes programas de bolsas de estudo, em escala nacional, para que o jovem se insira no mercado de trabalho mais tardiamente e melhor preparado.

Para Andrade (2008), o adiamento do ingresso dos “jovens adolescentes” no mundo do trabalho, a princípio pode ser considerado um fato positivo. Um grande número de pesquisadores e gestores argumenta justamente que é fundamental postergar a entrada no mercado de trabalho para permitir a esses jovens, sobretudo, a permanência na escola e a aquisição de diplomas escolares de nível mais alto, com vistas à obtenção de melhores postos de trabalho, tanto em termos de remuneração como de possibilidade de realização pessoal.

Em 2007, 82,1% da população de 15 a 17 anos frequentavam a escola. No entanto, apenas 48,0% cursavam o ensino médio. Embora, ao longo dos últimos anos, a taxa de frequência líquida nesta faixa etária venha apresentando crescimento contínuo, ainda é bastante alto o índice de distorção idade-série, situação que favorece a evasão escolar. Muitos jovens terminam efetivamente por abandonar os estudos, com escolaridade ainda muito baixa, o que lhes subtrai um importante requisito para pleitear melhores empregos.

Entende a autora, que isso não quer dizer que maior escolarização garanta automaticamente aos jovens o ingresso em bons postos de trabalho, pois o incremento na oferta de mão de obra qualificada não segue, necessariamente, o mesmo ritmo do aumento na demanda por profissionais qualificados (CASTRO e AQUINO *apud* ANDRADE, 2008).

Não apenas no caso do grupo de 15 a 17 anos, mas também no restante do conjunto da população jovem, sobretudo na faixa de 18 a 24 anos “jovens-jovens” (ANDRADE, 2008), constata-se que houve nos últimos anos um aumento na quantidade daqueles que estudam. No entanto, isto não implicou uma redução na taxa de atividade juvenil no interior do mercado de trabalho. O fato é que apenas uma minoria se mantém na condição de apenas estudante após os 17 anos, conforme mostra a tabela abaixo:

TABELA 1 - Condição de atividade e de estudo por sexo e faixas etárias em 2007 (Em %)

Faixa etária	Só estuda	Estuda e trabalha	Só trabalha	Não trabalha nem estuda
Homens/mulheres				
15 a 29 anos	20,2	15,1	44,8	19,7
15 a 17 anos	60,3	21,8	8,29	9,5
18 a 24 anos	14,47	16,4	46,32	22,8
25 a 29 anos	3,4	8,9	65,8	21,7
Homens				
15 a 29 anos	18,0	16,7	53,8	11,3
15 a 17 anos	54,8	26,4	11,3	7,3
18 a 24 anos	12,2	17,5	56,1	13,8
25 a 29 anos	2,2	8,8	78,6	10,2
Mulheres				
15 a 29 anos	22,4	13,4	35,9	28,1
15 a 17 anos	66,0	17,0	5,0	11,9
18 a 24 anos	16,7	15,0	36,3	31,8
25 a 29 anos	4,4	9,1	53,8	32,5

Fonte: PNAD/IBGE

Isso significa que, quando o jovem busca elevar a escolaridade, o faz combinando o estudo com a atividade laboral. Este tipo de situação demarca um modo particular de vivência do tempo de juventude, que não se identifica com aquilo que acabou se instituindo, inclusive no senso comum, como modelo de jovem universal: aquele que se libera do trabalho para poder se dedicar aos estudos e ao lazer.

Retomando o posicionamento da presidenta do Conselho Nacional de Juventude sobre a fragilidade e descompassos do “casamento entre educação e trabalho”, Novaes (2007) afirma ser evidente o fracasso dos sistemas nacionais de educação e de integração social para atender à população juvenil, seja pela pulverização de ações e programas, seja pela diminuta escala relativa de atendimento; seja, ainda, pela competição de políticas entre distintas esferas de governo (União, estados e municípios), organismos não governamentais (ONG’s) e empreendimentos patronais, associados à responsabilidade social. Destaca ainda que os maiores obstáculos à reprodução social juvenil têm como referência a verdadeira crise que se encontra em curso na transição do sistema educacional para o mundo do trabalho.

Ao discutir a relação educação e trabalho, Pochmann (2004) traz como ponto fundamental de sua análise, o argumento de que a deterioração das condições de funcionamento do mercado de trabalho, em vez de ser contida pela melhoria educacional contribuiu para o desperdício e o desgaste de habilidades educacionais em atividades precárias e de baixa qualidade.

No que se refere à questão da escolaridade, a pesquisa de Pochmann demonstrou que as taxas de desemprego se elevaram a um ritmo mais rápido justamente para os níveis de maior escolaridade entre 1992 e 2002. Para os segmentos com

14 anos de estudo, a desocupação cresceu 76,9%, três vezes a mais que o ritmo de crescimento do desemprego para os segmentos educacionais com até três anos de estudo (POCHMANN, 2004).

É nesse sentido, que destaco a importância central da análise da atual situação do jovem no mercado de trabalho brasileiro. Nessa direção Pochmann (2004) destacou que, se havia estrangulamentos no ingresso e progresso do jovem no interior do mercado de trabalho, o agravamento da condição juvenil aparecia como inexorável, vez que era reproduzida pela decadência educacional e pela degradação social.

3. Juventude e Trabalho: trânsitos de precarização no trabalho e pelo mundo do trabalho

O reconhecimento do crescimento da população jovem vem mobilizando a atenção de amplos segmentos da sociedade brasileira. Em manchete postada em janeiro de 2010 por Talita Mochiute, do Aprendiz, aquela assim anunciava: “Inserção do jovem no mercado de trabalho precisa ser debatida”. Mesmo reconhecendo que o Brasil tem avançado em propostas de qualificação profissional para jovens, afirmava ainda ter um longo caminho a percorrer, na discussão sobre o emprego oferecido para juventude.

De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicados no livro Juventude e Políticas Sociais no Brasil, de 2010, havia 4,8 milhões de jovens – entre 15 e 29 anos – desempregados em 2007, representando 60,74% do total de desempregados no país – taxa três vezes maior que a dos adultos. O índice de jovens que não trabalhavam, nem estudavam também ficou elevado, em 19,8%.

Segundo dados da Organização Mundial do Trabalho (OIT), em 2005, havia 548 milhões de jovens ocupados e 85 milhões de jovens desempregados no mundo. A taxa de desemprego jovem chegou a 13,5% da População Economicamente Ativa (PEA) contra 4,5%, entre os adultos. Dados revelam que no Brasil, havia 34,1 milhões de jovens, cerca de 18% da população residente (189 milhões de habitantes). Desse total, 83% encontravam-se no meio urbano e 17%, no meio rural (PNAD-IBGE, 2007). Dos 7,2 milhões de empregos formais gerados, no decênio de 1997 a 2007, no Brasil, 7 milhões foram ocupados por jovens na faixa etária de 18 a 24 anos (98,61%), segundo dados do “Cadastro Geral de Empregados e Desempregados”, (CAGED), do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE). Em 2015, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 660 milhões de jovens, entre 15 e 24 anos, ingressarão no mercado de trabalho mundial. Dado que, hoje, um em cada cinco jovens não está empregado (cerca de 88 milhões de pessoas), o que

representa mais de 40% do total de desempregados, as perspectivas da inserção do jovem no mundo do trabalho não são otimistas.

Já para o “Relatório da Organização Internacional do Trabalho” em 2013, a taxa do desemprego juvenil a nível mundial é crescente – e preocupante. A previsão é que ela alcance 12,8%, em 2019, anulando todo o progresso alcançado no início do período da recuperação econômica.

Outro relatório, intitulado “Tendências Mundiais do Emprego Juvenil em 2013 – Uma Geração em Perigo” previa que cerca de 73,4 milhões de jovens estariam desempregados durante esse ano, implicando um aumento de 3,5 milhões de jovens desde 2007. Em países como Espanha e Grécia, mais da metade da população jovem economicamente ativa está desempregada. “Estes números evidenciam a necessidade de enfocarmos em políticas que promovam o crescimento, a melhoria da educação e os sistemas de qualificação, além do emprego juvenil”, declarou José Manuel Salazar-Xirinachs, subdiretor-geral de políticas da OIT.

De acordo com o Relatório, após uma redução dos 12,7% registrados em 2009 para 12,3% em 2011, a taxa mundial de desemprego juvenil voltou a subir em 2012 registrando um índice de 12,4%. A estimativa é a de que esse percentual alcance os 12,6% neste ano de 2013. “Trata-se de 1,1% acima do nível prévio à crise de 2007 (11,5%)”, compara o informe. A perspectiva é que o índice de

desemprego juvenil alcançará a taxa de 12,8% em 2018, revelando uma tendência de aumento global.

De acordo com os dados levantados nessa pesquisa, a estimativa é a de que cerca de 73,4 milhões de jovens estiveram desempregados em todo o mundo, neste ano de 2013, o que significou 3,5 milhões a mais do que em 2007 e 0,8 milhões a mais que em 2011. Segundo o estudo, o enfraquecimento da recuperação econômica em 2012 e 2013 agravou a crise do emprego juvenil, dificultando ainda mais o acesso de jovens ao mercado de trabalho. A dificuldade chegou a tal ponto, que fez com que muitos jovens chegassem a desistir de continuar buscando um trabalho.

O relatório destacou, pelo menos, três fenômenos, naquele ano, sobre a situação dos jovens no mercado de trabalho. Um primeiro fenômeno dizia respeito ao trabalho temporário. Conforme a análise da OIT, devido a atual situação, os jovens estavam menos seletivos com empregos e aceitavam mais trabalhos em tempo parcial ou empregos temporários. Muitos dos primeiros trabalhos que os jovens encontraram eram temporários ou em “*part time*”⁸⁰ (PAIS, 2001). O emprego estável e de qualidade estava cada vez

⁸⁰ Termo utilizado por Machado Pais (2001), para se referir a um estudo da OCDE, em 1996, envolvendo 15 países e mostrava que metade dos trabalhos desempenhados por jovens, dos 16 aos 24 anos, que haviam terminado o ensino obrigatório, era temporário, sendo 30% a *part time*. (OCDE, *Employment Outlook*, 1998)

mais escasso, sobretudo em regiões em desenvolvimento. Os custos e as consequências econômicas e sociais do desemprego, segundo o estudo, impactavam no potencial de crescimento das economias. Observava, ainda, que 41,3% dos jovens que trabalhavam como empregados temporários, em 2010 eram estudantes.

No entanto, vinha prevalecendo um discurso sobre a importância do trabalho temporário, como uma opção de último recurso, especialmente nas economias avançadas, confirmado pelo fato de que mais de um em cada três jovens disseram que não conseguiam encontrar um emprego permanente, e esta proporção aumentou desde o início da crise - de 36,3%, em 2008 para 37,1% em 2010.

Os jovens dos países em desenvolvimento representavam uma proporção elevada de trabalhadores pobres: constituíam 23,5% dos trabalhadores pobres nos países para os quais se dispõem de dados, comparado com 18,6% dos trabalhadores não pobres. Muitos trabalhadores pobres estavam presos em um círculo vicioso de baixa escolaridade e empregos de baixa produtividade, segundo a OIT (2012).

O segundo fenômeno dizia respeito à face oculta do desemprego dos jovens. Condições extremamente adversas do mercado de trabalho forçavam muitos jovens a abandonar a busca de trabalho ou estudo mais aprofundado. Em todo o mundo, cerca de 6,4 milhões de jovens estavam nessa

situação, afirmava o Relatório da OIT (2012). Mais de 6 milhões de jovens em todo o mundo pararam de procurar trabalho ou decidiram continuar com os estudos, devido às condições extremamente desfavoráveis do mercado de trabalho. De acordo com o relatório, em todo o mundo, totalizando 6,4 milhões com idade entre 15 e 24 anos estão fora do mercado de trabalho. Levando em conta este valor, a taxa de desemprego juvenil mundial é de 13,6% em vez dos atuais 12,6%. Globalmente, esta diferença corresponde a 1,2% para os homens e de 0,5% para as mulheres jovens.

O terceiro fenômeno diz respeito aos jovens que nem trabalham e nem estudam. Este é um fenômeno que ocorre principalmente nas economias desenvolvidas. Um caso especial está levantando preocupações dos jovens que não trabalham, não estudam ou não recebem formação. Estes são chamados *neet* (por sua sigla em Inglês), também conhecido como "jovens desconectados" nos Estados Unidos e "*ni-ni*" nos países de língua espanhola.

Este grupo tem crescido desde o início da crise, o que reflete um fosso cada vez maior no mercado de trabalho para os jovens. Se os jovens são economicamente inativos porque continuam seus estudos ou formação, estão investindo em qualificações que podem melhorar a sua empregabilidade futura, porém os "*ni-ni*" (nem-nem) correm o risco tanto de exclusão laboral, como de marginalização social.

Um estudo do *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais* (INEP), com base nos dados da PNAD (2008), mostrou que, à época, 3,4 milhões de jovens brasileiros entre 18 e 24 não estudavam e tampouco trabalhavam. Ou seja, considerando o levantamento feito pelo IBGE em 2011, mais de seis milhões de jovens se juntaram ao grupo dos nem-nem. Em 2008, o contingente representava 14,6% do total de 23,2 milhões de jovens da época referência da pesquisa.

Em países desenvolvidos, o número de *neet* - jovens que não trabalham nem estudam, conhecidos como os “nem-nem”, no Brasil e os “ni-ni”, em países de língua hispânica – é de um a cada seis. “É provável que estas consequências se agravem, e quanto mais prolongada a crise do desemprego juvenil, mais acarretará um custo econômico e social”, acrescentou Salazar-Xirinachs (2013, s/p). Nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o percentual de “nem-nem” cresceu 2,1% entre 2008 e 2010, chegando a 15,8% da população entre 15 e 29 anos. Significa que quase um em cada seis jovens, não têm nenhum tipo de atividade.

No Brasil, o Nordeste é a região na qual estava concentrada a maior parte da geração "nem-nem": 23,9%. O Norte, por sua vez, tinha 21,9%. As regiões Sudeste (18,1%), Centro-oeste (17,4%) e Sul (15%), respectivamente, estavam abaixo dos 20%. Na divisão por Estado, o Amapá aparecia no

topo do ranking, com 27,8% de jovens que não trabalham nem estudam. Já Alagoas registrava 27,4% e Pernambuco, 26,9%. Por outro lado, Santa Catarina destacava-se positivamente na pesquisa do IBGE, com apenas 12,7%, o que sugere se pensar na questão da desigualdade no nosso país.

Conforme mostram os dados presentes no gráfico acima, há uma relação muito forte entre não estudar e nem trabalhar, com a experiência da maternidade, o que não significa dizer que isso é a causa, mas sim tratar-se de uma relação estreita.

Houve uma diminuição no índice de mulheres que não estudavam nem trabalhavam em um período de dez anos. Em 2002, as mulheres representavam 72,3% da geração "nem-nem", conseqüentemente, houve crescimento de dois pontos percentuais no número de homens em tal situação, no mesmo período. As estatísticas mostram ainda que a maioria dos jovens "nem-nem" tinha ensino médio completo (38,6%), sendo a maior parte no subgrupo de 18 a 24 anos (43,2%). Apenas 5,6% desses jovens possuíam ensino superior (completo ou incompleto), e 32,4% representavam aqueles que não concluíram o ensino fundamental. Segundo o IBGE, enquanto 19,% dos jovens de 15 a 29 anos não trabalhavam nem estudavam, 45,2% somente trabalhavam, 13,6% trabalhavam e estudavam e 21,6% estudavam apenas.

De acordo com a pesquisa *Síntese de Indicadores*

Sociais, realizada pelo IBGE e datada de 2013, a maioria dos que formam a geração "nem-nem" (nem estudava nem trabalhava) é de mulheres: 70,3%. A incidência era maior no subgrupo formado pelas pessoas de 25 a 29 anos, onde as mulheres representavam 76,9%. Já entre os jovens de 15 a 17 anos, a distribuição era mais equilibrada: 59,6% das pessoas que responderam que não estudavam nem trabalhavam eram mulheres. No subgrupo de 18 a 24 anos, por sua vez, as mulheres representavam 68%. Entre essas jovens, 58,4% já tinham, pelo menos, um filho, e 41% declararam que não eram mães. Considerando apenas as mulheres que já haviam dado à luz pelo menos uma vez, o número de pessoas que não estudava nem trabalhava também era maior no subgrupo de 25 a 29 anos (74,1%).

No Brasil, a situação também é pouco promissora. A OIT aponta que, atualmente, 3,5 milhões de jovens, entre 16 e 24 anos estão desempregados. A taxa é equivalente a 3,5 vezes o número de adultos fora do mercado. Comparando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1989 com os de 1998, o economista Márcio Pochmann, no livro “A Batalha do Primeiro Emprego”, indica que o desemprego juvenil cresceu 195% no período. Em 1989, o país contava um milhão de jovens sem emprego; em 1998, o número subiu para 3,3 milhões.

Consta ainda no Relatório da OIT de 2013, que o desemprego juvenil no Brasil manteve trajetória constante de

queda e passou de 22,6% em 2002 para 13,2% em 2012. Os dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE confirmavam que também aqui o desemprego castigava mais os jovens. Mesmo caindo, a taxa de desemprego das pessoas de 18 a 24 anos, medida pelo IBGE para as seis maiores regiões metropolitanas do país foi de 12,4%, mais que o dobro dos 5,5% da taxa média do ano. Na faixa etária mais baixa, 15 a 17 anos, o índice de desemprego foi ainda maior: 22%.

Além da persistência do desemprego entre jovens no mundo, o estudo da OIT chama atenção para a proliferação de empregos temporários e um crescente desalento (desistência de procurar trabalho) entre os jovens nas economias avançadas, e empregos de baixa qualidade, informais e de subsistência nos países em desenvolvimento. Como explica José Manuel Salazar-Xirinachs:

Os empregos seguros, que eram norma para as gerações anteriores – pelo menos nas economias avançadas – são menos acessíveis para os jovens de hoje. O crescimento do trabalho temporário ou a tempo parcial, em especial desde o ponto mais alto da crise, sugere que este tipo de trabalho é frequentemente a única opção para os trabalhadores jovens (SALAZAR-XIRINACHS 2013, s/p)

O número de atingidos pelo chamado desemprego de longo prazo também esteve crescendo. Em 2011, um terço dos jovens sem trabalho dos países da OCDE já estava procurando emprego há, pelo menos, seis meses, contra um quarto em 2008. Como pode ser visto na tabela 2, entre 2006 e 2007 a participação da população jovem no desemprego sofreu ligeira queda no grupo de 15 a 17 anos. Isto se explica pelo fato de os jovens adolescentes estarem participando menos do mercado de trabalho e, supostamente, dedicando-se exclusivamente aos estudos.

TABELA 2

Participação da população jovem no desemprego, segundo faixa etária – 2006 e 2007. (Em %)

Faixa etária	2006	2007
15 a 29 anos	63,8	61,4
16 a 17 anos	9,6	9,4
18 a 24 anos	38,4	35,6
25 a 29 anos	15,8	16,3

Fonte: PNAD/IBGE, 2010.

Conforme indicado na tabela, no grupo de 18 a 24 anos, também ocorreu redução no percentual de desempregados, mas o mesmo não se observa no grupo de 25 a 29 anos, para o qual foi constatada uma alta no desemprego. Esse aumento, somado à redução dos rendimentos médios verificada neste grupo, acende definitivamente a luz de alerta

em relação aos jovens adultos. “Sem dúvida, este é um desafio para política pública”, como afirmou Andrade (2008, p. 7). Por fim, ao analisar o problema do desemprego juvenil no Brasil, Regina Novais, ex-presidente do Conselho Nacional de Juventude, colocou em questão a relação escolarização e trabalho, ao afirmar que o “casamento entre educação e trabalho”, no Brasil, “vai mal”. Se de um lado havia jovens fora do mercado de trabalho porque não estavam capacitados, estavam fora da escola ou atrasados, de outro, existiam jovens que chegavam à universidade e também não conseguiam se inserir no mercado de trabalho. Para ela, a incerteza estava muito mais presente, o que exigia, tanto novas formas de educação, como mecanismos de inserção no mercado de trabalho.

4. Considerações Finais

Um dos aspectos que mais tem sido destacado na literatura sobre as novas configurações de transição para a vida adulta está relacionado com os investimentos prolongados dos jovens na formação escolar, motivados pelo desenvolvimento do mercado de trabalho. De um modo geral, pode se constatar, através dos indicadores sociais, que a melhoria generalizada das condições de vida e a modificação progressiva dos padrões culturais do país, se traduziram tanto no incremento dos níveis de formação escolar, como na

ampliação das expectativas de realização profissional a elas associadas.

Os jovens são, assim, incentivados a investir na educação, a prosseguirem os seus projetos vocacionais, com vista à aquisição futura de uma profissão, que lhes possibilitará não só a realização pessoal, como a obtenção de autonomia econômica. Isto implica, por si só, que a entrada no mercado de trabalho se faça mais tardiamente. Além disso, as modificações no mercado de trabalho vieram também introduzir alterações no tradicional processo de continuidade entre estudos e inserção profissional.

A outrora previsível sequência de *terminus* dos estudos e posterior integração na vida ativa vê-se, hoje abalada, por desajustamentos e fraturas, consequência, sobretudo, da instabilidade laboral. Geram-se percursos mais diversificados, para a vida ativa, que evidenciam as transformações do sistema educativo e do mundo laboral. Por exemplo, opções de formação que não eram inicialmente desejadas pelos jovens ou dificuldades de encontrar um emprego compatível com a formação adquirida.

Pode-se dizer que no Brasil, apesar do crescimento do emprego por tempo indeterminado e da redução da taxa de informalidade a partir de 2003, a precariedade salarial se expressou pelo aumento, em termos absolutos e relativos, da presença de “trabalhadores periféricos” inseridos em relações de trabalho precárias.

A nova precariedade salarial no Brasil se manifesta não apenas pelo aumento da contratação flexível, mas também pela adoção, nos locais de trabalho reestruturados, da flexibilização da jornada de trabalho e da remuneração salarial. Deste modo, os novos ambientes de trabalho que emergem nas empresas reestruturadas na década de 2000 constituem-se sob a nova morfologia social do trabalho flexível (ALVES, 2013).

Segundo ele, a precarização do trabalho que ocorre hoje, sob o capitalismo global, seria não apenas “precarização do trabalho” no sentido de desvalorização da força de trabalho como mercadoria; mas seria, também, “precarização do homem que trabalha”, no sentido de desefetivação do homem como ser humano, universal. O que significa que o novo metabolismo social do trabalho implica não apenas tratar-se de novas formas de consumo da força de trabalho como mercadoria, mas sim, novos modos de (des) constituição do ser genérico do homem.

A nova redefinição categorial do conceito de precarização do trabalho contribuirá para expor novas dimensões das metamorfoses sociais do mundo do trabalho, salientando, nesse caso, a dimensão da barbárie social contida no processo de precarização do trabalho nas condições da crise estrutural do capital.

Referências

ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (orgs.). Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

ABRAMOVAY, Miriam *et alii*. Escola e Violência. Brasília: UNESCO, 2002.

ALVES, Giovanni. Trabalho e nova precariedade salarial no Brasil: a morfologia social do trabalho na década de 2000 (2000-2010). Coimbra, Portugal: Oficina do CES nº 381, 2012.

ALVES, Giovanni. A educação do proletariado. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/category/colunas/giovanni-alves/>. Publicado em 17/12/2012. Acessado em 24/06/2013.

ANDRADE, Cláudia C. Juventude e Trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo. IPEA: Mercado de Trabalho (nota técnica). n. 37, nov. 2008.

ANDRADE, Cláudia C.. Transição para a idade adulta: das condições sociais às implicações psicológicas. Análise Psicológica. n.2, (XXVIII), 2010.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO (101ª SESSÃO). A crise do emprego jovem: tempo de agir. Relatório V.

Genebra: Bureau Internacional do Trabalho, 2012; Portugal: Cooperativa Antonio Sérgio para a Economia Social, 2012.

GUIMARÃES, Nadya. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro (Orgs.). Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

INSTITUTO CIDADANIA. Perfil da Juventude Brasileira: Relatório final. São Paulo: Criterium Assessoria em Pesquisas, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2007. Brasília: IBGE, 2007.

_____ . Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004 (PNAD 2004). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/>. Acesso em 22/05/2013.

_____ . Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 (PNAD 2006). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/>. Acesso em 22/05/2013,

MOCHIUTE, Talita. Inserção do jovem no mercado de trabalho precisa ser debatida. Disponível em: <http://rumosustentavel.com.br/2010/01/26/insercao-do-jovem-no->

mercado-de-trabalho-precisa-ser-debatida/. Acesso em janeiro 2012.

NOVAES, Regina. Juventude e Sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. Revista Sociologia Especial: Ciência e Vida. São Paulo, out. 2007.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Relatório da Organização Internacional do Trabalho, 2007.

Relatório “As tendências globais do emprego para jovens 2013: uma geração de risco. Disponível em: <http://www.unric.org/pt/actualidade/31124-relatorio-da-oit-sobre-tendencias-do-emprego-jovem-uma-geracao-em-risco>. Acesso em dezembro/2013.

PAIS, José Machado. Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro. Lisboa: Ambar, 2005.

PAIS, José Machado. Culturas Juvenil. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

POCHMANN, Márcio. A Batalha do Primeiro Emprego. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

_____. Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos. São Paulo, 2007.

POCHMANN, Márcio. Desafio da Inclusão Social no Brasil. São Paulo: Publisher Brasil, 2004. v. 1. 200 p.

POCHMANN, Márcio. Relações de Trabalho e Padrões de Organização Sindical no Brasil. São Paulo: LTR, 2003. v. 1

PESQUISA nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2013b. 278 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2015.

WASELFISZ, Julio J. Mapa da violência IV: os jovens do Brasil. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

4. Conectividade

**ENTRE TABLETS E SCANNERS AUTOMOTIVOS:
JOVENS E EMPREENDEDORISMO
NOS CASOS DOS MECÂNICOS
E DOS PROFISSIONAIS DE TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO**

Laura Senna FERREIRA⁸¹

Maria Soledad ETCHEVERRY⁸²

1. Introdução

Os debates em torno do empreendedorismo têm ganhado relevo desde a década de 1980. A partir daqueles anos, empreender passou a ser considerada a principal via de combate ao desemprego, que assolava a todos, sobretudo os jovens. Configurou-se, então, um cenário no qual o diploma não mais garante colocação profissional, instituindo a necessidade de os indivíduos desenvolverem habilidades e competências empreendedoras.

⁸¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Docente da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Contato: laurasennafe@hotmail.com

⁸² Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Docente na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Contato: maria.soledad@ufsc.br

Não raramente, ser empreendedor é associado a uma faculdade peculiar dos jovens, que remete à determinação, ousadia e vigor. Para uma parcela da população jovem, o empreendedorismo tem se colocado como alternativa de vida e forma de sociabilidade. Para outra, não vai muito além de ações performáticas e pouco engajadas.

O presente trabalho busca analisar os pressupostos do empreendedorismo a partir do estudo de dois grupos de jovens profissionais: mecânicos automotivos e trabalhadores em tecnologia da informação (TI). De um lado estão jovens intelectualizados, que têm nos *laptops* a ferramenta de um ofício *clean*; de outro, encontram-se jovens para os quais a chave de fenda, o *scanner* automotivo e o “*grease labor*”⁸³ são indissociáveis. Para além das diferenças e desigualdades entre as duas categorias, ambos os grupos têm uma experiência em comum: o apelo da utopia empreendedora.

Com o empreendedorismo, consolida-se a ideia de que é preciso ser produtivo, inteligente, ousado e competitivo. Os jovens de TI, em especial sabem como representar a si mesmos e destacam seus triunfos em uma série de performances curriculares. Os jovens desse setor são, por assim dizer, a vanguarda das novas modalidades *gestoriais*.

⁸³ A ideia de “*grease labor*” refere-se a um tipo de trabalho que lida com graxa, mas remete, sobretudo, às marcas sociais trazidas por um “trabalho sujo”. Cf. Nelsen (1998).

Contudo, por mais que o discurso do agir empreendedor se coloque para todos, nas camadas populares nem sempre recebe adesão entusiasmada. A realidade concreta dos sujeitos desses estratos sociais limita a expansão da utopia empreendedora. Dessa forma, impõe-se o tema da resistência.

É difícil para os jovens mecânicos confiarem realmente na via do empreendedorismo e da empregabilidade, pois percebem, no cotidiano, que o “saber ser” exigido pelos discursos *gestoriais* está muito distante de suas possibilidades concretas. Tal afirmação não significa negar o fato de que alguns jovens mecânicos também se identificam com o empreendedorismo, mas indicar que, em linhas gerais, esses preceitos não se impõem a eles e, mesmo quando isso ocorre, são reelaborados de modo muito peculiar, que passa pelas referências da cultura popular.

Com essas considerações, pretende-se analisar o tema do empreendedorismo traçando paralelos entre jovens mecânicos da cidade de Porto Alegre (RS) e jovens do setor de tecnologia da informação ocupados na cidade de Florianópolis (SC). Trata-se de uma pesquisa qualitativa que tem por base, essencialmente, entrevistas semiestruturadas e inserções etnográficas realizadas. A partir da referida abordagem busca-se conhecer de que maneira a ideologia do empreendedorismo é incorporada (por meio de instituições, da literatura, eventos etc.) e/ou recusada nos dois segmentos, levando em conta as diferenças em termos de mercado de

trabalho, trajetórias profissionais, experiência laboral, classes sociais, escolaridade, renda, entre outros aspectos.

A narrativa a seguir inicia-se pelo debate teórico acerca do empreendedorismo. Em seguida, ocupa-se da análise do caso dos jovens mecânicos no que tange à capacidade de influência da utopia empreendedora. No momento posterior, com preocupação semelhante, consideram-se os jovens que atuam no segmento de tecnologia da informação. Por fim, apresentam-se as principais conclusões da pesquisa.

2. Aspectos teóricos sobre o empreendedorismo

A palavra “empreendedor” tem origem no século XV, do francês *entrepreneur*. Era utilizada para referir-se ao “homem de negócios” e ganha visibilidade com as obras de Richard Cantillon (1680-1734) e Jean-Baptiste-Say (1767-1832), que relacionaram a figura do empreendedor ao empresário. Para esses economistas, os empreendedores eram pessoas que corriam riscos com o intuito de ganhar mais do que haviam investido, assumindo as incertezas de um novo negócio. Com Joseph Schumpeter (1883-1950), o empreendedorismo assumiu um caráter mais próximo de como é concebido na atualidade. Foi ele quem estabeleceu a

relação entre o ato empreendedor e a inovação, considerando que o homem de negócios é aquele que opera “novas combinações” para a criação de novos produtos e empreendimentos.

Dito isso, salienta-se que a noção de empreendedorismo pertence a uma matriz de pensamento individualista liberal, em oposição a uma matriz mais coletivista.⁸⁴

Nos anos mais recentes, com objetivo de explicar as mudanças da sociedade contemporânea, tais questões têm sido retomadas. As transformações ocorridas na esfera produtiva são correlatas às exigências de uma nova subjetividade. Os ideais de empreendedorismo se expandem para além do mundo dos negócios e definem características genéricas que, em conformidade com as imposições de um mercado de trabalho mais competitivo do que outrora (HARVEY, 2012), podem ser incorporadas por todos os indivíduos, e não mais apenas pelos empresários *stricto sensu*.

Além das modificações na produção, tem ocorrido uma alteração nas percepções e valores associados ao trabalho. O neoliberalismo recolocou “a ação individual como única possibilidade emancipadora, e a perspectiva coletiva como burocrática, autoritária e ultrapassada” (LIMA, 2010, p.

⁸⁴ Sobre essa distinção, cf. Hobsbawm (1977), em seu capítulo “A ideologia secular”.

160). Esse enfoque traz impactos objetivos e subjetivos, abrindo caminho para uma cultura marcada pelos valores do capitalismo flexível. Conforme os discursos correntes, as capacidades e características esperadas de um empreendedor são:

Liderança; gosto pelo risco; criatividade; otimismo; flexibilidade; resolve conflitos; independência; autoconfiança; aproveita oportunidades; tolera as incertezas; aberto a desafios; adaptável às mudanças tecnológicas; movido pela busca de resultados; atualiza-se constantemente; comunicação persuasiva; competência; dedicação; talento; ousadia; curiosidade; busca coisas novas; líder que estimula; estabelece metas e objetivos; persistência; visão global; disposição a aprender; organização; capacidade de inovar; comprometimento; automotivação; energia; iniciativa; perseverança; resistência à frustração; gosta de desafios; aberto à críticas; relaciona-se bem com os outros; inteligente; pesquisador; original; orientado para o futuro; capacidade intuitiva; sabe sair da zona de conforto; tem atitudes arrojadas... (COAN, (2011); BARBOSA (2011); FERREIRA (2013).

Boltanski e Chiapello (2009) tratam o tema do empreendedorismo do prisma de que o capitalismo está cada vez mais exigindo ser justificado sob a necessidade de justificação, quer dizer, como espírito do capitalismo. Atualmente, o espírito contemporâneo do capitalismo – capitalismo em rede – justifica as práticas cotidianas e procura apresentar-se como estimulante, de modo a obter um envolvimento ativo dos atores. Para tanto, oferece critérios de bem comum, “novas provas”, que estão para além dos lucros materiais e respondem a parte das lutas sociais e das necessidades próprias de um tempo de trabalho flexível. Essas provas são alimentadas, sobretudo, pelos *cadres* (executivos) que, engajados nas novas dinâmicas, simbolizam o novo espírito.

Tal espírito difunde-se pela sociedade como um todo, com destaque para o âmbito da educação. Acredita-se que é preciso educar para o empreendedorismo, desde a educação básica. Dolabela (2003) encontra-se entre os principais teóricos e difusores do ideal de uma escola empreendedora. Sua perspectiva vai além da atividade empresarial, pois concebe o ser empreendedor como válido para todas as atividades.

Demanda-se outra escola, apta a formar “um novo perfil de trabalhador (a) que seja inovador e proativo. Capaz de autoproduzir sua existência pela criação de seu próprio

posto de trabalho, ou dinamizar as empresas/organizações por meio de seus atributos de portador de um perfil empreendedor” (COAN, 2011, p. 456). Os defensores do empreendedorismo afirmam que não se pode mais educar as novas gerações para um emprego estável e garantias trabalhistas em extinção. Os trabalhadores devem buscar solução para os seus problemas. Portanto, é preciso “fortalecer o indivíduo para construir seu próprio futuro” (COAN, 2011).

No tocante à relação entre empreendedorismo e juventude, uma série de discursos tem permeado a mídia, as instituições educacionais e o imaginário social. Distinguem-se, no mínimo, duas abordagens: a) a do empreendedorismo como saída para o desemprego jovem, em um mercado de trabalho no qual as taxas de desemprego são maiores para esse grupo social, também submetido às relações de trabalho mais instáveis e vulneráveis (OLIVEIRA, 2012); b) a do empreendedorismo como ação educativa e modelo de conduta. Nesse segundo enfoque, a referência ao empreendedorismo retoma uma relação já explorada por Georg Simmel entre juventude e a disposição para a aventura (SOUZA; ÖELZE, 2005).

O empreendedorismo, nos dias atuais, surge como novo modelo de subjetivação. Partindo do ideal de vencer e atingir o sucesso, tal fundamento tem resultado em posturas cada vez mais competitivas. Enquanto novo modelo de

subjetividade e sociabilidade, seus princípios prático-ideológicos também se colocam como referência de construção identitária biográfica e relacional (DUBAR, 2005).

A experiência diferenciada com o trabalho e o *background* distinto, no que diz respeito à escolaridade, à qualificação e condição de classe, constituiu a base de um capital cultural diferenciado, que contribui para que os jovens sejam mais ou menos convencidos e entusiasmados pelo discurso da empregabilidade e do empreendedorismo.

Tais referências, que se fazem comumente presentes entre os jovens, por intermédio da escola representam o compromisso com um novo arbitrário cultural dominante (BOURDIEU, 1998). Nesse, coloca-se que os jovens já não precisam mais apenas “saber-fazer”, mas devem “saber-ser”, ou seja, ser flexíveis, responsáveis, organizados, falar bem, tecer contatos, viajar, estar em movimentos e aprendizagens constantes. Eles são responsáveis por si mesmos e por levar adiante seus sonhos pessoais (MAIA; MANCEBO, 2010).

Nas últimas décadas emergiram não apenas programas estatais voltados para os jovens – a “emergência pública da problemática da juventude” (OLIVEIRA, 2012) –, como igualmente fortaleceu-se a presença privada junto à juventude, a qual passa a ser considerada como grupo de apelo empresarial no que se refere aos ideais e posturas empreendedoras.

Por meio de tais caminhos, essa geração busca a chance de uma vida significativa. Nesse sentido, como possibilidade e como parâmetro de sociabilidade jovem, o empreendedorismo representa uma forma de pensar e agir. Contudo, apesar de ter se tornado a nova palavra de ordem, nem todos os jovens estão confortáveis com esse discurso, bem como nem todos possuem os “capitais” necessários para sustentá-lo.

3. Jovens mecânicos

Consideram-se, a seguir, os dados obtidos nas entrevistas semiestruturadas realizadas com seis jovens mecânicos da cidade de Porto Alegre (RS), com idade máxima de 27 anos.

No que tange diz respeito ao perfil escolar dos jovens, um deles completou o ensino fundamental e os outros concluíram o ensino médio – um desses fez o curso técnico em automobilística de nível médio do SENAI Automotivo⁸⁵.

Com respeito à escolaridade dos pais dos entrevistados, verificam-se, para as mulheres, os seguintes

⁸⁵ O Senai Automotivo de Porto Alegre forma trabalhadores para a indústria da reparação automotiva. A escola teve origem no final de 1999 e conta atualmente com uma parceria de cooperação técnica com as principais montadoras, oferecendo cursos nas seguintes modalidades: 1) Iniciação profissional; 2) Aperfeiçoamento profissional e 3) Técnico.

dados: ensino médio (3); ensino fundamental (2); ensino fundamental incompleto (1); para os homens ensino superior (1); ensino fundamental (3); ensino fundamental incompleto (2).

Quanto à profissão desses pais, informam-se, para dos jovens homens, temos os tais resultados a seguir: professor de Química (1); pedreiro (1); motorista de ônibus (2); mecânico (2); e, para as jovens mulheres: merendeira (1); empregada doméstica (3); dona de casa (2).

O setor da reparação e manutenção automotiva está organizado basicamente da seguinte maneira: oficinas independentes (incluindo os centros automotivos), oficinas concessionárias e oficinas autorizadas (que prestam serviços para as concessionárias). Frequentemente os jovens começam na profissão pela inserção direta no espaço da oficina. São iniciados pelo pai, vizinhos e/ou conhecidos, quando têm a oportunidade de “aprender fazendo”.

Outra via de inserção no segmento passa por entidades voltadas ao atendimento da população carente, a exemplo da Fundação O Pão dos Pobres, (criada em Porto Alegre, em 1895), a entidade cristã sem fins lucrativos é subsidiada por empresas (em programas de responsabilidade social) e pela sociedade civil, com finalidade assistencial, oferece treinamentos gratuitos para menores carentes.

Há ainda os projetos sociais financiados por empresas e direcionados aos jovens carentes, como é o caso do Projeto

Pescar e da Árvore da Vida. A Fundação Projeto Pescar é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que tem como mantenedoras empresas e instituições privadas e públicas. Instituída em 1995, existe em vários locais do Brasil e o seu principal objetivo é a preparação de adolescentes em vulnerabilidade social para o exercício de uma profissão. Árvore da Vida é um projeto da Fiat para atender jovens carentes. O indivíduo selecionado para estudar recebe um salário-mínimo, vale-transporte e vale-refeição. Passa o ano estudando no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e, no período de férias, estagia na concessionária, a qual, ao final do curso deve contratá-lo.

Nos últimos anos vem se tornando mais comum a mediação de instituições de ensino no processo de iniciação na profissão, como evidencia a presença, na cidade de Porto Alegre (RS), de mecânicos com formação na Escola Técnica Parobé, no SENAI Automotivo e até mesmo nas faculdades de engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS).

Apesar das possibilidades de escolaridade no ensino superior, tal alternativa é ainda bastante distante para a maioria desses jovens. Para alguns, mesmo concluir a educação básica é um grande desafio. Isso vale tanto para os jovens como para categoria dos mecânicos de modo geral. Raramente esses trabalhadores têm ensino superior (RAIS, 2013 apud FERREIRA, 2013). E o mesmo pode ser dito a

respeito dos pais dos jovens: uma pesquisa mais ampla também evidenciou que tendem a ocupar as profissões menos prestigiosas e de menores salários, que estão na base da pirâmide social (Cf. FERREIRA, 2013).

Sobre o aspecto da escolaridade, encontra-se no diário de campo da pesquisa, com data de 2011, a seguinte anotação:

Depois da entrevista, Cassio lamentou que pretende cursar o ensino médio, mas não tem horário. Sai da oficina depois das 20h [...] Sonha em trabalhar numa concessionária para ter carteira assinada e poder fazer os cursos que eles fornecem. Se empolga com o fato de que nas concessionárias às vezes o pessoal vai a fábrica da montadora para aprender. Além disso, o que lhe parece ser fundamental, o lugar é limpo e o mecânico não se suja tanto. Fora da concessionária é complicado. Relata que no horário de intervalo é “brabo” ter que sair sujo de graxa. O pessoal na rua já olha estranho e “acha que o cara é um miserável”. Por isso, antes de ir para casa, depois do expediente, toma banho e troca de roupa. (DIÁRIO DE CAMPO, 2011).

Os jovens que ingressam no ofício de mecânico têm dificuldade de em continuar estudando. O tempo se torna escasso e o cansaço, no final do dia, não colabora. Entre eles, a impossibilidade de estudar tanto se traduz em pesar, como se transfigura em recusa. Semelhante ao que disse Willis (1991), no caso dos jovens ingleses de classe popular, sobre o fato de as dificuldades com o universo da escola se transformarem em revolta contra a escola.

As recusas se expressam, por exemplo, nos inúmeros relatos apontando que os professores sabem menos que os alunos. Abundam, também, exemplos sobre aqueles que estudaram, mas que dependem dos mecânicos práticos: “Tu sabe que horas em certificado não quer dizer muita coisa, né?” (M. O., 2011. Arquivo pessoal das autoras)⁸⁶, pergunta um dos entrevistados.

Todavia, as mudanças tecnológicas associadas à atividade têm incentivado uma maior procura pelos bancos escolares. A alteração no perfil escolar e o interesse dos mais jovens pelo setor têm contribuído para mudar um pouco a imagem da profissão:

Tá valorizando mais, que há um tempo atrás a gente tinha a imagem do mecânico, imaginava um mecânico aquele cara todo

⁸⁶ Ao longo do texto, os entrevistados são identificados pelas letras iniciais de nome e sobrenome.

cheio de graxa, sujo e tal, um cara fumando, bêbado muitas vezes, assim, foto de mulher pelada na oficina. Hoje, mudou completamente, que nem tem mecânico aí, na Citroën, por exemplo, eles têm jaleco branco, o macacão deles, o uniforme de trabalho deles é branco. Então tu imagina, aquele cara engraxado, aquele cara mal vestido hoje terminou (A. L., 2011. Arquivo pessoal das autoras).

Fora do espaço da concessionária, porém, a imagem do ofício é bem menos *clean* – o que constitui um dos fatores que tornam o emprego na concessionária mais desejada. No universo das oficinas, a possibilidade de um contrato com carteira assinada em uma concessionária surge como alternativa mais segura, uma vez que as condições de trabalho são superiores quando comparadas com a maioria das oficinas independentes. Conforme o relato de um entrevistado: “Na autorizada tu tens tudo, tem salário, uniforme, tem tudo certinho na carteira de trabalho, é mais fácil, tem um padrão, é muito diferente, até para proteção pessoal, é obrigatório ter equipamento de proteção” (N. E., 2011. Arquivo pessoal das autoras).

Além das condições de trabalho, é importante ainda o fato de a concessionária operar com equipamentos mais modernos. Para os jovens, surge como meio de aprendizagem

e de prestígio social manipular tecnologias automotivas de ponta. Lidar com tecnologias é algo virtuoso, principalmente depois da incorporação da eletrônica, que exige mais capacidade de abstração e conhecimento. Esses rapazes são contemporâneos da injeção eletrônica e dos *scanners* automotivos. O *scanner* é uma espécie de computador que, plugado ao automóvel, ajuda na leitura das avarias. Trata-se de uma das ferramentas mais modernas da oficina atual. Os jovens têm mais facilidade com o manuseio desse aparato tecnológico e seu domínio entra como fonte de *status* em termos geracionais.

Com a reconversão produtiva da indústria automotiva, o setor de manutenção e reparação se reestrutura de modo a responder às transformações tecnológicas nos automóveis, equipamentos e ferramentas de reparação, bem como às formas de organização e gestão do trabalho, que primam por uma maior produtividade e eficiência.

Nesse contexto, da parte dos jovens vertem reclamações sobre a intensificação do trabalho, conduzida pelas novas práticas gestoriais. Uma das formas recentes de intensificação foi o deslocamento da especialização para a polivalência, em que cada mecânico torna-se responsável por todos os serviços realizados na oficina. Além disso, foi estabelecido o sistema de trabalho por metas. Ampliou-se a quantidade de horas extras e os intervalos de trabalho durante a jornada foram reduzidos, entre muitos outros aspectos.

Não é muito presente entre os jovens mecânicos a ideia de que é preciso “vestir a camiseta” da empresa na qual trabalham. O discurso da “empresa comunidade” não faz muito sucesso, a exemplo do excerto a seguir: “Na maioria das concessionárias, eles passam pro funcionário o básico. Nenhum patrão quer que o funcionário saiba mais que ele, né?” (A. E., 2011. Arquivo pessoal das autoras). Nesse mesmo sentido, relata-se: “Hoje em dia, infelizmente, na cabeça de muitos patrões [...] com o salário de um funcionário tu bota dois, três estagiários à tua disponibilidade. Pra que tu vai pagar um salário alto pra um profissional só?” (A. E., 2011. Arquivo pessoal das autoras).

Frente a esses conflitos, apresenta-se para os jovens a possibilidade de abrir o próprio negócio, mas essa não é uma determinação. Muitas vezes avaliam-se os custos e não se considera a opção viável: “Tem que ter bastante equipamento, mas custa caro. Por isso é bem complicado ter oficina [...]. Tem que manter, o dinheiro que entra tem que investir. Aí tu não vê o dinheiro nunca” (R. O., 2011. Arquivo pessoal das autoras).

Essas dificuldades objetivas também são expressas na visão do diretor do Senai Automotivo (2011): “Tudo depende da tua capacidade financeira pra investir. Não adianta, hoje não é com meia dúzia de reais, comprando uma chave de fenda e uma revistinha e uma chave de boca que tu vai conseguir”. O SENAI incentiva menos a abertura do

próprio negócio do que a mobilidade dentro das empresas, como indicado no que segue: “Na empresa ele tem que começar por baixo, a gente sempre diz, para chegar na princesa precisa matar o dragão” (coordenador pedagógico, SENAI Automotivo, 2011).

O Sistema S reforça a responsabilização individual pelos destinos:

O mercado é assim, se tu é bom, tu está empregado. Se tu é muito bom, tu tens condições de escolher onde tu quer trabalhar. E as pessoas te convidam. Quer vir pra cá? Te dou isso, te dou esse benefício... Então isso é mercado. O bom mecânico está empregado [...]. A gente tem um mural que deve ter umas 40 oportunidades de emprego (S. E., 2011. Arquivo pessoal das autoras).

Das questões tratadas até aqui, e que são pertinentes para se pensar a receptividade dos ideais de empreendedorismo entre os jovens mecânicos, sublinha-se o fato de que a experiência desses jovens, no que toca a aprendizagem, ocorre, fundamentalmente, atrelada ao próprio local de trabalho, com ensaios passageiros por cursos profissionalizantes. Como apontado anteriormente, a maioria

dos mecânicos não dá continuidade aos estudos para além do ensino médio.

Esse aspecto merece destaque no que concerne à relação com os ideais de empreendedorismo, pois indica que, apesar de tais pressupostos estarem disseminados pela sociedade, chegam de forma fraca a esses jovens, em decorrência, entre outros motivos, da relação pouco institucionalizada que estabelecem com os espaços de ensino.

A presença do Sistema S entre os jovens ocorre mais pela via do SENAI, que do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Isso significa que eles estão sendo muito mais incentivados para o emprego do que para abrir o próprio negócio. Apesar das marcas de uma educação empreendedora assumida pelo SENAI, o cotidiano da escola é focado na dimensão técnica. As disciplinas empreendedoras e a noção de competência foram incorporadas aos currículos, a partir dos anos 1990, mas mesmo diante do apelo da instituição, são consideradas secundárias pelos alunos. Ademais, a passagem dos alunos por ali é muito rápida. Em decorrência do perfil socioeconômico da categoria, muitas vezes é custoso fazer os cursos mais longos, o que compromete a influência do Sistema S – que não consegue realmente infundir nos jovens o discurso do empreendedorismo.

É relevante que esses jovens se mostrem muito mais motivados pela ideia de um emprego com carteira assinada,

com boas condições de trabalho e acesso a direitos, em vez de determinados a correr o risco de abrir o próprio negócio. Por sua vez, a dimensão técnica é fundamental para eles. Todos têm planos de se aperfeiçoar tecnicamente, dentro ou fora da escola.

Soma-se a ainda o fato de os jovens mecânicos serem, essencialmente, procedentes de classe popular, cujos pais ocupam uma posição subalterna na hierarquia sociotécnica do trabalho nas empresas em que trabalham, bem como são pouco escolarizados. Com isso, observa-se que a influência familiar incide de forma fraca em direção à educação para o empreendedorismo jovem. Os jovens foram incentivados por seus pais a seguir pelo trajeto que consideram mais seguro, ou seja, a busca pelo emprego com carteira assinada.

Outro aspecto a ser considerado é que os jovens e seus familiares, no durame cotidiano da sua “experiência de classe” (THOMPSON, 1987) –, além das práticas de solidariedades que exercitam, cruciais para a continuidade de seus percursos –, vivenciam dificuldades herdadas, as quais contribuem para que não se percebam como os únicos responsáveis por seus destinos. Eles depreendem que a explicação para sua condição e seus problemas não se dá a partir de argumentos exclusivamente individualistas. Em seus relatos emerge o conflito que se estabelece entre empregadores e empregados.

Eles não assumem o discurso da comunidade empresarial. Não se veem como empresários de si mesmos e ainda criticam os empregadores que não oferecem os cursos de formação necessários, que estabelecem metas abusivas de trabalho e não pagam os salários que deveriam. Para eles, contudo, ter carteira de trabalho é uma boa alternativa. É uma forma de proteção social e de acesso a direitos. Aqueles que se dispõem a ter o próprio empreendimento, o fazem sem assumir a cartilha do empreendedorismo, tendo como objetivo não precisar trabalhar como operário.

Do que foi apresentado, concluiu-se que o empreendedorismo tem uma capacidade de influência fraca entre esses jovens, posto que encontra a barreira de uma cultura de classe popular que valoriza o assalariamento e cujas matrizes são objetivamente mais coletivistas.

4. Jovens do setor de TI

O setor de TI de Florianópolis cresceu de forma significativa nos últimos anos. No município, três incubadoras— Sappiens Park, Celta e Midi Tecnológico – e diversas empresas, pequenas e médias, constituem um polo tecnológico que tem mudado a economia da cidade. A pesquisa aqui exposta envolve entrevistas semiestruturadas com cinco jovens que atuam no setor, todos eles com idade de até 27 anos. Os resultados obtidos serão analisados a seguir.

A escolaridade dos jovens investigados se distribui entre ensino superior completo (2); superior incompleto (2) e pós-graduação (1). Os cursos correspondem a Tecnologia em Redes de Computadores (1); Sistema de Informação (1); Engenharia da Computação (2) e pós-graduação em Gestão em Tecnologia (1).

No que diz respeito à escolaridade de seus pais, para os homens, têm-se: ensino médio (2); ensino superior (2); superior incompleto (1). Para as mulheres, ensino médio (3) e ensino superior (2).

Quanto à profissão dos pais, são apontadas para os homens: bancário (1); arquiteto (1); empresário (1); engenheiro eletricitista (1); marketing (1); para as mulheres: professora (1); arquiteta (1); contadora (1); administradora (1); não informado (1).

As funções exercidas pelas jovens entrevistados são variadas: consultoria técnica; venda e implementação de tecnologia; suporte ao cliente; desenvolvimento de *software*; desenvolvimento e gerenciamento e utilização de banco de dados; análises de sistemas, entre outros.

Apenas um desses jovens cursou o ensino básico na rede pública. No ensino superior, aparecem tanto as universidades públicas como as privadas. Mas apesar da experiência dos jovens com o ensino superior, eles fazem questão de destacar que não são os diplomas que definem um bom profissional:

A experiência conta mais que o diploma [...] eu tô o tempo inteiro estudando, a gente acessa a internet pra fazer pesquisas através de *sites*, mas a gente também tá indo direto nas associações comerciais, fazendo treinamentos presenciais, treinamentos de *coaching* empresarial [...] a gente busca adquirir aquele conhecimento que a gente precisa, não aquilo que dizem que a gente precisa (R. A., 2014. Arquivo pessoal das autoras).

Em apoio a essa argumentação, convém lembrar o fato de que um dos maiores ícones do segmento de TI, Steve Jobs, não tinha nenhum diploma. Entre esses jovens, o autodidatismo é considerado condição para se manter no segmento, embora não substitua o horizonte acadêmico, que está sempre de alguma forma presente. Um dos jovens, por exemplo, que trancou a faculdade para levar adiante uma *startup*, incubada pela Mipi Tecnológico, planeja retomar os estudos.

Além da presença do ensino superior, outra característica marcante do segmento é a flexibilidade de horário e de local de trabalho, contando que metas sejam atingidas. Outro aspecto significativo é o trabalho em rede,

visto como condição para o acompanhamento da dinâmica da tecnologia.

Os jovens que ainda não têm a própria empresa pretendem tê-la. Apontam para a imbricação existente entre ser proprietário e técnico nesse setor, conforme o seguinte depoimento:

Eu tô num nível administrativo, digamos assim, ao mesmo tempo que eu sou um cara de TI, eu trabalho na área administrativa porque eu gerencio a empresa, mas eu desenvolvo os processos de implementação dos sistemas, eu também que tô criando todo o produto da empresa (R. A., 2014. Arquivo pessoal das autoras).

Sobre o tema apresenta-se o relato de um dos jovens que, apesar de técnico, se identifica mais com a condição de empresário:

O que fala mais alto pra mim é a parte de *business*, a parte de negócio. Eu amo tecnologia, eu trabalho com isso, me dá um computador que eu debulho, mas hoje em dia o que me chama a atenção assim que eu quero crescer é a parte executiva

(W. I., 2014. Arquivo pessoal das autoras).

Entre os jovens profissionais de TI, ser técnico e ser empreendedor apresentam-se como potencialmente interdependentes. Consideram que eles mesmos são os mais apropriados para levar adiante as suas ideias: “Pô, se eu faço 90% do que tem aqui, eu vou fazer 90% pra mim e chamar alguém pra fazer os 10% [...] Eu vou desenvolver alguma coisa, eu vou pegar o que eu sou bom e vou vender pros outros” (C. A., 2014. Arquivo pessoal das autoras).

Os entrevistados fazem questão de destacar o seu espírito aventureiro, racional e estratégico. Narram suas experiências colocando-se como timoneiros do próprio destino. Sobre esse espírito, destaca-se o relato de um dos rapazes, que migrou de São Paulo para Florianópolis com o propósito de arriscar tudo pela carreira: “Terminei com a namorada de cinco anos, [disse para ela] esse é o cargo da minha vida, desculpa, vou me jogar, vou atrás do meu sonho” (R. A., 2014). O jovem recebeu uma proposta que valia a pena:

Era uma oportunidade com o Google [...] Aí eu decidi vir, decidi me jogar nisso, que era um emprego que dá experiência necessária pra eu abrir a minha empresa, e foi como aconteceu. Eu fiquei um ano

nessa empresa e acabei saindo dela logo depois de um ano e abri a minha empresa que é aqui (R. A., 2014. Arquivo pessoal das autoras).

Ele e dois colegas decidiram pedir demissão para empresariar se dedicarem profissionalmente numa solução de nuvem na internet, que haviam desenvolvido na Google. Alugaram uma peça em um condomínio próximo à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e, agora, cada um deles tem sua empresa, além de serem sócios e/ou empregados de outras. “Todos são empreendedores. Nós somos todos funcionários um do outro” (R. A., 2014).

Para esses jovens, estarem empregados é um momento passageiro, até segunda ordem. A possibilidade de empreender se coloca como premissa para viabilizar uma boa ideia e é facilitada pela própria dinâmica da TI:

Abrir uma empresa de *software* é muito fácil, você só precisa de dois ou três programadores e pronto, esses caras juntam uma grana, eles têm uma infraestrutura, eles têm uma ideia, que é a coisa mais cara que eles têm, e isso cabe já abrir uma empresa [sic]. Por isso que tem esse empreendedorismo muito instigado, porque desenvolvimento de

software, desenvolvimento de TI ele é baseado muito numa ideia, não precisa ser revolucionária, mas uma ideia. Pra você conseguir ganhar dinheiro com essa ideia nova, você tem que ser o primeiro a trabalhar com ela, você não pode, sei lá, esperar outra pessoa viabilizar sua ideia, você vai lá e faz e você tem como fazer, por isso que tem muita gente empreendedora trabalhando nesse ramo (T. I., 2014. Arquivo pessoal das autoras).

Há também o fato de que trabalhar como empregado numa empresa de TI, devido à própria dinâmica de trabalho – com destaque para as formas participativas e a polivalência –, representa um treino para a abertura futura do próprio empreendimento:

Em empresas menores, isso aflora muito, eu não sou dono da empresa, mas tem coisas, tem decisões da empresa que eu faço parte, então isso é me instigar a ser empreendedor [...] Daqui a dez anos eu me vejo dono de uma empresa, não sei se necessariamente aqui, mas isso é uma meta pessoal, ao longo prazo é isso, eu me obrigo a ser dono de algo pra fazer acontecer, e tem coisas que você só

consegue fazer acontecer sendo dono (T. I., 2014. Arquivo pessoal das autoras).

Está presente para os jovens de TI que o desenvolvimento dos negócios em tecnologia requer uma postura empreendedora: “Eu descobri foi que não basta você ter uma inovação tecnológica [...] Só gerar alguma coisa boa pra humanidade, boa pra sociedade e até boa pro mercado financeiro, não adianta, você tem que colocar ela no mercado” (W. I., 2014. Arquivo pessoal das autoras). Desse modo, esses jovens têm a clareza de que em TI não adianta conhecer apenas a parte técnica, é necessário entender de mercado, saber se uma ideia é viável para ganhar dinheiro. Resulta desse aspecto a relação quase evidente do setor com o empreendedorismo. No caso de Florianópolis, as incubadoras têm sido fundamentais para dar aos jovens noções de gestão de negócio.

A busca por inovar emerge como requisito de atuação no setor. Além da própria dimensão instrumental associada à inovação, há o *status* simbólico, assim como a satisfação de, assim, “fazer alguma diferença” e contribuir com a sociedade: “Eu tenho muita vontade de fazer algo que ninguém nunca fez [...] Eu vim trabalhar com *software* porque eu sei que deixa essa porta sempre aberta, é isso que me norteia [...] fazer o que ninguém fez é sensacional” (T. I., 2014). E inovação em TI tem a ver com uma cultura empreendedora: “A gente

deveria investir cada vez mais em inovação, forçar as pessoas a empreenderem, o que é bacana, empreender em coisas que realmente têm valor” (T. I., 2014. Arquivo pessoal das autoras).

Com base nos relatos apresentados até aqui, propõe-se uma reflexão a respeito do papel desempenhado pelo *background* escolar e de classe dos entrevistados. O que se percebe é que tal esse repertório constitui o alicerce para sua receptividade em relação aos valores do empreendedorismo. Eles se originam de um ambiente familiar escolarizado e que tem acesso a profissões relativamente valorizadas na divisão social e simbólica do trabalho. Os pais são figuras presentes na organização da vida escolar desses jovens, que segue até o ensino superior. Há entre eles uma longa trajetória de vínculo com instituições formais de ensino e, por corolário, maior possibilidade de influência por parte delas em seus modos de ser. Quando se observa que as noções de educação empreendedora encontram-se cada vez mais presentes no âmbito formativo, tem-se matéria-prima para a afirmação de que a longa permanência em espaços formais de ensino oferece a esses indivíduos maiores possibilidades de interagir com os valores do empreendedorismo. Ao que se soma a presença, em suas trajetórias, de entidades como as incubadoras, a exemplo do Midi Tecnológico, e as associações, como a Associação Catarinense de Empresas de

Tecnologia (Acate), cuja cultura empreendedora torna-se influente.

Acrescenta-se ainda a isso o fato de que o setor no qual atuam tem uma dimensão empreendedora bastante forte. Ao contrário dos mecânicos que surgem na era fordista-taylorista, os trabalhadores de TI se alicerçam na era do capitalismo em rede, figurando-se entre os principais representantes da utopia empreendedora. Seja nas faculdades, nas associações, nos eventos e nas revistas que leem (destaca-se a influência da revista *Exame*, de negócios, economia, tecnologia e carreira), a agenda do empreendedorismo está presente na vida deles.

Diferentemente dos mecânicos que possuem poucos recursos escolares e base econômica familiar frágil, esses jovens de TI tiveram um apoio econômico da família, que também investiu na sua trajetória escolar, como evidencia, por exemplo, a passagem pelo ensino básico em escola privada. O sucesso escolar contribui para que confiem em si mesmos como responsáveis por suas realizações. Ao mesmo tempo, apesar da pouca idade, eles ocupam bons cargos e/ou já têm a própria empresa, o que constitui uma posição que reforça essa noção.

Como jovens criados num ambiente de classe média, há entre eles uma valorização do mérito individual, das realizações que se devem ao capital cultural e intelectual de cada um. Têm experiências de viagens culturais, dominam

outro idioma, moram em bairros medianos na cidade e desfrutam de outras condições próprias do capital cultural e econômico desse grupo social. Sua sociabilidade é peculiar à classe social a qual pertencem, cujas referências, de modo geral, são mais individualistas na medida em que as realizações obtidas surgem para eles como resultado de seus esforços e de suas famílias. Eis uma das bases culturais fundamentais para uma maior receptividade ao empreendedorismo nesse meio. Pode-se afirmar, portanto, que há um *habitus* (BOURDIEU, 1990) peculiar a determinadas classes sociais que faz com que a ideologia do empreendedorismo tenha como exercer uma influência mais forte entre uns grupos, em detrimento de outros. [Até aqui chegou o ocidente capitalista]

Para os jovens empreendedores, as soluções de problemas individuais e sociais passam pelo reforço de uma cultura empreendedora. Não esperam que as melhorias venham do âmbito do governo, do Direito ou de políticas públicas. Acreditam que cada um possa tomar iniciativas inovadoras que apontem soluções para os problemas sociais e ambientais que nos assolam atualmente. Desse modo, o que se considera aqui é que são os recursos escolares e culturais desses garotos, bastante diferentes do que foi constatado no caso dos mecânicos, que os colocam em maior sintonia com o empreendedorismo, tão presente em seus discursos.

5. Considerações finais

Os jovens que trabalham no setor de TI são empresários ou se veem como empresários em potencial. São educados para uma cultura empreendedora, de modo que as universidades, associações e incubadoras de TI têm um papel fundamental. No mercado de TI, empreender e inovar aparece como fórmula para o sucesso. Observou-se que, assim como os jovens de TI, os jovens mecânicos também têm sido alvo do apelo da utopia empreendedora: o SENAI promove mudanças curriculares que incorporam disciplinas as quais educam para empreender; o SEBRAE se faz presente elaborando cartilhas (Cf. BELLAGUARDA; BRAGA, 2006) que visam ensinar a ser um empreendedor; os meios de informação, como o *Jornal Oficina Brasil*⁸⁷ - que faz parte do Grupo Germinal, fundado em 1989, que opera ferramentas de marketing direto e mídia segmentada com foco no setor automotivo - traz exemplos de iniciativas jovens que transformam a oficina numa empresa moderna. Todos esses apelos permeiam o dia a dia dos jovens mecânicos, mas não são exatamente incorporados por eles aos seus discursos, nem de forma significativa às suas práticas de trabalho. Ainda, eles

⁸⁷ O *Jornal Oficina Brasil* faz parte do Grupo Germinal, fundado em 1989, que opera ferramentas de marketing direto e mídia segmentada com foco no setor automotivo.

não aspiram serem grandes inventores. O *status* entre os mecânicos está no resolver os problemas técnicos. Focam na dimensão técnica do trabalho e os atributos do empreendedor são incorporados apenas de forma periférica.

A reflexão de Lima (2010) oferece algum auxílio para se compreenderem as razões para a incorporação periférica do empreendedorismo nas classes populares:

Para os trabalhadores, a cultura do assalariamento representada pelos direitos sociais, ou a possibilidade de acesso a eles, marca profundamente a cultura do trabalho em seus aspectos relativos ao poder e autoridade e, enquanto tal, relativiza a incorporação dos valores do autoempreendimento e da autogestão. (LIMA, 2010, p. 193)

O *habitus* de classe, as trajetórias escolares e os percursos profissionais de jovens mecânicos e de jovens de TI os distinguem no âmbito do universo material e simbólico de vida. Logo, a utopia empreendedora não tem a mesma repercussão e adesão entre os dois grupos.

Este trabalho considerou os jovens do setor de TI a partir do prisma de um *habitus* mais favorável aos valores do empreendedorismo. De outra perspectiva, concebeu os jovens mecânicos a partir da ideia de que sua “experiência de classe”

serve de trincheira que relativiza os ideais do empreendedorismo. O empreendedorismo é uma categoria que define uma posição econômica e um modo de ser. Trata-se de um discurso que envolve uma agenda política. Assim, o engajamento diferenciado ao empreendedorismo, se não propõe alternativas concretas, minimamente tenciona sua hegemonia enquanto horizonte simbólico e de ação dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Attila Magno e Silva. O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 19, n. 38, p. 121-140, fev. 2011.

BELLAGUARDA, Gilca; BRAGA, Adriano Vieira. *Reparadoras de veículos e oficina mecânica*. Porto Alegre: Sebrae/RS, 2006. 34 p.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: _____ *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. Classificação, desclassificação, reclassificação. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). Escritos de educação. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

COAN, Marival. Educação para o empreendedorismo: implicações epistemológicas, políticas e práticas. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

DOLABELA, Fernando. Pedagogia empreendedora: o ensino do empreendedorismo na educação básica, voltado para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Cultura, 2003.

DUBAR, Claude. A socialização: construção das identidades sociais e profissões. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FERREIRA, Laura Senna. Processos de resistência e novos desenhos identitários: o ofício do mecânico e a racionalização da indústria da reparação automotiva. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? Sociologias, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p.158-198, set./dez. 2010.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 2012.

HOBBSAWM, Eric J. A era das revoluções: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MAIA, Ana Augusta; MANCEBO, Deise. Juventude, trabalho e projetos de vida: ninguém pode ficar parado. In: Psicologia, ciência e profissão, v. 30, n. 2, p. 376- 389, 2010.

NELSEN, Bonalyn. The nature and implications of technological change and rise of a service economy: observations from the field of automotive repair. Ithaca: Cornell University, 1998.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Juventude e trabalho como questão pública no Brasil: há uma inflexão com as iniciativas recentes? Contemporânea. São Carlos, v. 2, n. 1, p. 231-253, jan./jun. 2012.

SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold (Org.). Simmel e a modernidade. Brasília: Editora UnB, 2005.

THOMPSON, Edward Palmer. A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

WILLIS, Paul. Aprendendo a ser trabalhador: escola, resistência e reprodução social. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

JUVENTUDE EM TEMPOS DE CIBERCULTURA: FIOS QUE SE CONECTAM COM SUAS EXPERIÊNCIAS DE VIDA

Jaiane Araujo de OLIVEIRA⁸⁸
Rosemary de Oliveira ALMEIDA⁸⁹

1. Introdução

Este artigo se constitui em um recorte do trabalho de dissertação de mestrado intitulado “Redes de significação e interação: a internet como cenário de narratividade das experiências de vida dos jovens do CUCA da Barra do Ceará”, cujo objetivo foi investigar como os jovens interpretam e significam suas experiências de vida mediante o uso das redes sociais, especialmente o Facebook. Diante dessa questão complexa de se investigar, uma vez que o uso das tecnologias digitais se constitui em um fenômeno bastante naturalizado entre os jovens de hoje, o desafio foi mergulhar em suas experiências de vida, com base nas suas publicações

⁸⁸ Doutoranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Bolsista Capes. Contato: jaianeangelina@yahoo.com.br

⁸⁹ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Docente da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Contato: rosemary.almeida@uece.br

nas redes sociais da internet, especificamente na página do Facebook.

A pesquisa de mestrado ocorreu no espaço virtual da internet por meio da página do Facebook Cuca Comunidade em Pauta e também no espaço material (*off-line*) do Centro Urbano de Cultura, Arte, Esporte e Ciência (CUCA), situado no bairro Barra do Ceará, em Fortaleza, Ceará. Contudo, neste artigo, vamos enfatizar apenas as observações e os registros realizados no espaço virtual.

Os sujeitos da pesquisa foram jovens dos sexos masculino e feminino, moradores da Barra do Ceará e do seu entorno, que acessavam e eram membros da já citada página do Facebook. O percurso trilhado durante o processo investigativo teve como base os preceitos da pesquisa qualitativa e a etnografia virtual como método de aproximação da realidade pesquisada.

A observação dos processos educativos empreendidos por esses jovens que transitam no espaço virtual da internet demonstraram uma vinculação direta com suas vivências e experimentações na vida cotidiana, nos espaços da rua, no grupo de amigos, nos momentos de lazer, assim como no trabalho, na família, na escola, enfim, nos diversos espaços onde ocorrem as sociabilidades. Nas redes sociais, por exemplo, os jovens constroem saberes, tecem relações e significações para suas práticas. Constroem e compartilham seus mapas de significação mediante o gênero, a classe social,

o bairro, o grupo de pertencimento — a exemplo do CUCA, ambiente desta pesquisa — e as formas de manifestação cultural às quais pertencem. Logo, as suas experiências ganham novo tratamento no espaço virtual da internet, uma vez que são compartilhadas e comentadas por centenas de amigos.

Constantemente a juventude tem sido associada à ideia de fase de vida, uma faixa etária, um tempo de passagem. Ao serem concebidos apenas por esse critério, os jovens deixam de ser percebidos em sua relação com o seu meio e com os condicionamentos do seu tempo e espaço. Groppo (2000, p. 8) expõe que, ao ser definida como categoria social, a “juventude torna-se ao mesmo tempo, uma representação sociocultural e uma situação social”. Como representação ou criação simbólica, a juventude é fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens.

Com efeito, conceber a juventude não somente como um recorte de faixa etária, mas como categoria social exige compreender a existência de vários grupos sociais concretos que constituem uma pluralidade de juventudes, uma vez que, de cada recorte sociocultural, emergem subcategorias de indivíduos jovens com características, símbolos, comportamentos e sentimentos específicos.

A juventude se mantém como categoria sociológica inventada pelos adultos,

entretanto, os seus sentidos se tornam cada vez mais difíceis de totalizar. Quando muito, podemos elaborar provisórios mapas relacionais. [...] O cotidiano dos jovens pode ser mais caracterizado, entretanto, por inúmeras redes de interesses cotidianos com os grupos e redes de relações elaborando seus próprios estilos e pontos de vista (CARRANO, 2003, pp. 133-134).

Pais (2003) enfatiza que “a juventude é uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias econômicas, sociais ou políticas, ou seja, uma categoria sujeita a modificar-se ao longo do tempo” (PAIS, 2003, p. 37). Considerar essas questões é perceber que os jovens estão inseridos num contexto macrosociológico e microsociológico e que eles, ao serem interpelados pela estrutura do seu tempo e espaço, também passam a exercer influência sobre esse contexto.

Com as constantes transformações sofridas no mundo do trabalho, no processo de escolarização, na família, na política e na economia, cada vez mais se percebe a necessidade de pensar a juventude, pois a própria concepção sobre o que é ser jovem passa a ter desdobramentos diversos. Já se fala, inclusive, que o tempo de juventude estendeu-se, esticou-se devido às mais variadas dificuldades que os jovens

enfrentam hoje, como adquirir emprego fixo, manter-se financeiramente, manter uma relação conjugal formalizada, sem falar da preparação para o estudo, que toma tempo, o que retarda essa entrada no mundo dos adultos. Ressalva-se, no entanto, as disposições adquiridas pelo sistema de classificação econômico, cultural e de gênero, que, certamente, dispõe os jovens pobres em condições estruturais e simbólicas distintas de outros — a exemplo de uma jovem negra, moradora da Barra do Ceará, filha de trabalhadores que ganham um salário mínimo, em relação ao jovem de classe média, filho de médicos, por exemplo. Certamente, as disposições sociais de uma e de outro revelam a necessidade de a jovem buscar trabalho mais cedo, mas, por ser mulher e negra, ela encontrará ainda mais dificuldades. As disposições culturais e de escolaridade adquiridas pelo sistema escolar e pelos equipamentos culturais frequentados pela jovem e pelo jovem também são fatores importantes para a compreensão das formas de inserção social e no mundo dos saberes socialmente aceitos ou não em sociedades desiguais como a que se vive no Brasil⁹⁰.

Os espaços sociais e simbólicos próprios da estrutura social não encobriram, no entanto, outros lugares de sociabilidade existentes no mundo vivido dos jovens. Assim,

⁹⁰ Ver: BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

com a chegada da internet e a difusão das redes sociais, tem-se a conquista de novas instâncias socializadoras que permitem aos jovens construir diversas afiliações com o outro e com a sociedade de modo geral, formando essa teia global de informação, conhecimento e partilha. Nesse sentido, esses jovens, ao estarem conectados, passam a criar, recriar e significar suas experiências e seu estar no mundo. Essa perspectiva é apontada por Dayrell (2003) na medida em que nos orienta a compreender que os jovens são sujeitos ativos, que agem no/sobre o mundo e nessa ação se produzem e, ao mesmo tempo, são produzidos no conjunto das relações sociais em que se inserem.

A dimensão das tecnologias digitais é exaustivamente estudada por Castells (2003) e Lévy (2010), que defendem que o crescimento exponencial do ciberespaço tem resultado em novas formas de ser e estar no mundo. Tais formatações geram novas maneiras de se relacionar com o mundo e com as pessoas, além de acrescentarem o aspecto positivo dessa sociedade em rede (CASTELLS, 2009), uma vez que é possível se informar, conhecer, expressar, publicar, editar e colher informações mesmo àquele cujos dispositivos econômicos sejam insuficientes; basta apenas estar conectado à internet.

O ciberespaço se constitui no conjunto de redes de computadores interligado à internet (LEMOS, 2007). E, noutra definição: “O ciberespaço designa o universo das redes

digitais como lugar de encontros e de aventuras, terreno de conflitos mundiais, nova fronteira econômica e mundial” (SANTAELLA, 2003, p. 98).

Mesmo com todos os riscos, a internet é uma forma de inclusão, cria possibilidades para as pessoas mostrarem seus trabalhos artísticos, suas ideias, aumenta o acesso à informação e funciona como um instrumento de afirmação do potencial político dos indivíduos.

Lévy (1996) considera que a definição de cibercultura não está atrelada apenas ao uso desse ambiente, mas também à dimensão de uma cultura contemporânea que encontra apenas esse espaço como lugar para manifestações concretas realizadas cotidianamente pelos sujeitos, gestando novos valores e práticas sociais.

Haraway (2009), em seu instigante “Manifesto Ciborgue”, expõe que a própria tecnologia que utilizamos nos constrói e se insere em nosso subjetivo de maneira que não é mais possível uma autonomia puramente humana em qualquer ação, uma vez que as ações tidas como humanas são, na realidade, combinações, sutis ou mais fortemente marcadas, entre sujeitos e objeto/tecnologia.

As proposições de Recuero (2009) também são relevantes para este trabalho, pois analisam as interações entre tecnologia não apenas em seus aspectos técnicos, mas mediante as buscas e finalidades de usos operados pelo indivíduo como forma de se relacionarem e interagirem no

mundo. A autora destaca que a rede centra-se em sujeitos, ou seja, indivíduos com interesses, desejos e aspirações, que têm papel ativo na formação de suas conexões sociais. Na comunicação mediada por computador, as pessoas trocam não apenas informações, mas também bens, suporte emocional e companheirismo.

Tecidas estas considerações, observa-se que, a intensificação da presença digital modifica profundamente nossas relações com os indivíduos e com os espaços físicos/materiais nos quais estamos inseridos. As praças, a rua, a vizinhança perdem sua força como instâncias socializadoras, abrindo espaço para que as relações sejam estabelecidas, mantidas e, em alguns casos, fortalecidas nos ambientes virtuais da internet, sobretudo em tempos nos quais se trabalha, estuda e conhece pessoas via computador/internet. A evolução das tecnologias e sua intensificação atravessaram esferas; a noção de público e privado se perde nesse contexto, desdobrando-se em novos comportamentos e novas construções da identidade dos indivíduos.

Entretanto, algumas questões no que se refere ao potencial influenciador desses objetos na vida dos sujeitos e na forma como estes podem ter suas condutas e posturas de vida modificadas seguem permeando diversas interpretações — algumas mais encantadas, outras mais desconfiadas. Contudo, não se pode ignorar o papel influenciador da

internet em nossas vidas, em nossas condutas e na nossa relação com o outro.

No que se refere à relação entre juventude e as tecnologias digitais, autores como Borelli, Rocha e Oliveira (2009) defendem que os jovens ampliam o significado das redes a uma mobilidade temporal: viver tempos de passagem, alternância momentânea que resulta de uma vida cotidiana tensa e intensa, permeada pela relação com a cidade e também conectada a “velhas” e “novas mídias”.

Nesse sentido, a temática das tecnologias digitais tem se constituído em um importante campo de reflexões, sobretudo quando pensamos em sua relação com a juventude, pois “passa a significar, também, a existência de novas possibilidades de conhecimento, de interação, de relacionamento, de experiência e (des)construções, importante na constituição das identidades dos jovens” (VIEIRA, 2013, p. 101).

Com a chegada da internet e a difusão das redes sociais, observa-se a conquista de novas instâncias socializadoras que permitem aos jovens construir diversas afiliações, com o outro e com a sociedade de modo geral, formando essa teia global de informação, conhecimento e partilha. Isso faz pensar também que nem sociedade nem indivíduo podem ser compreendidos se não analisados em caráter interacional e relacional.

2. Quando a internet (rede) passa a ser o campo: página do Facebook CUCA comunidade em pauta.

O processo de pesquisa direcionou a pensar novas perspectivas, observar novos ritmos, sons, cores, gestos e experimentar outros e diferentes caminhos, abandonando, de certo modo, modelos metodológicos prontos. Vestir novas compreensões, estimular a criatividade e aventurar-se em novas abordagens foram alguns dos grandes desafios vivenciados nessa trajetória. Esse jeito novo de caminhar se revelou por meio da etnografia virtual, recurso metodológico que reconhece na internet e nas tecnologias digitais uma ferramenta de pesquisa.

Netnografia é um termo utilizado principalmente pelos pesquisadores da área de marketing e comunicação, já a expressão etnografia virtual é comumente empregada pelos estudiosos da antropologia e das ciências sociais (AMARAL; NATAL; VIANA, 2008). Para Marques (2010), “netnografia ou etnografia virtual são terminologias utilizadas para denominar o estudo das trocas simbólicas e das práticas culturais e comunicacionais no âmbito da internet” (MARQUES, 2010, p. 17). Isso quer dizer que no espaço virtual também é possível estabelecer ação entre os sujeitos tanto quanto nos espaços concretos tradicionais, embora as dinâmicas de comunicação entre os sujeitos sejam mediadas e expostas a outra relação espaço-temporal.

Para Dornelles (2008), a pesquisa no ciberespaço se desenvolveu muito no Brasil nos últimos anos, ganhando reconhecimento e prestígio dentro das ciências sociais. O ciberespaço é entendido aqui como o conjunto de computadores interligados/internet que possibilita a “navegação” do internauta, se constituindo como local de convívio social e, portanto, passível de investigação, análise e interpretações.

Durante a pesquisa com as redes sociais, houve acompanhamento do dia a dia dos jovens na internet, observando como estes têm se mostrado na rede e para que utilizam esta ferramenta; suas interações sociais cotidianas, que dizem respeito a experiências individuais e coletivas; assim como o modo como estabelecem significação e constroem sua identidade entre si e com os ambientes nos quais se relacionam.

Fez-se um acompanhamento diário, durante oito meses, da página do Facebook CUCA Comunidade em Pauta, realizando observações das publicações dos membros e anotando em bom e inseparável diário de campo, como ensinado por Brandão (1982). O critério utilizado para escolha dos jovens observados foi o acesso regular à internet, para que fosse possível observar como eles se relacionavam com as tecnologias digitais. O olhar se direcionou no sentido de perceber quem eram os jovens que diariamente utilizavam

essa página virtual para postar suas experiências, notícias e encontros.

As primeiras reflexões foram sobre o sentido de “curtir”, “compartilhar” e “comentar”, que foram aprofundadas nas entrevistas. Em seguida, as observações se direcionaram para saber que conteúdo ou material os jovens postavam, quais os tipos de publicação, os comentários e os compartilhamentos, para que fosse possível fazer a análise. Durante o trajeto, foi observado que os jovens, ao utilizarem a rede social Facebook, registravam suas interações sociais cotidianas, que diziam respeito a experiências individuais e coletivas, assim como estabeleciam significação e construíam identidades entre si e com o ambiente no qual se relacionavam.

Do ponto de vista metodológico, há uma reflexão importante: estabelecer contato com esses jovens não foi tarefa fácil. Foi necessário pensar estratégias e encontrar alternativas para cercar os sujeitos. Com os nomes dos jovens da página CUCA Comunicade em Pauta em mãos, o processo de busca no Facebook foi o convencional: procura dos jovens e envio de convite em busca do aceite da “amizade” em suas páginas individuais no Facebook. Com os dois primeiros jovens, as conversas *on-line* foram iniciadas, falando de assuntos diversos, pensando em estabelecer, no primeiro momento, um laço de confiança.

Essa interação se deu a passos lentos, com as primeiras conversas, respostas curtas e, às vezes, os jovens demoravam para responder. Com o tempo, entretanto, percebeu-se que o diálogo fluía melhor, eles se mostravam abertos a conversar e falar sobre suas vidas, revelando seus contatos, como número do telefone celular e Whatsapp. Não resta dúvida de que realizar essa trajetória por meio da etnografia virtual requer, por parte do pesquisador, uma sensibilidade para seguir pistas que parecem interessantes (VASCONCELLOS, 2011).

Nesse cenário de descobertas, o “mergulho” naquele espaço foi um convite à pesquisa; as mensagens constantemente trocadas iam recheando a tela e desvelando um panorama, no qual o sentimento era de significativo envolvimento. Era como se as imagens reproduzidas no monitor tomassem o fôlego da pesquisa, a ponto de fazer enxergar somente ela (mensagem), ignorando tudo ao redor (sala, mesa, barulho dos carros e de vozes, choro de criança ou qualquer ruído externo). Naquele momento, somente as mensagens e imagens faziam sentido, permitindo viajar ou mesmo navegar nas profundezas daquele mundo. Embora esse instante se imbuísse de paixão, a atenção aos dados disponibilizados era a volta à razão de pesquisar. Enfim, a ideia era “extrair de seus discursos e práticas o que aparentemente estaria oculto, na tentativa de perceber as bifurcações, as divergências, os diferentes modos de

experimental, viver, sentir e inventar formas de vida, cultura, política, lazer, trabalho” (SALES, 2005, p.75).

Esse “jeito novo de caminhar”, utilizando o ciberespaço, proporcionou à pesquisa e às pesquisadoras grandes descobertas, encontros e desencontros. Durante o trajeto, a percepção foi de que as informações não estavam dadas facilmente, como se fossem “frutos em uma árvore” (DORNELLES, 2008). Pelo contrário, exigiam um trabalho minucioso, contínuo, sistemático, racional e criativo de modo que fosse possível apreender os diversos processos que aconteciam na realidade imersa. Por isso, essa metodologia exigiu pensar os jovens de modo mais amplo, para além da sua relação com as novas tecnologias.

3. Resultados e Discussões

Navegando na rede, observou-se um emaranhado de experiências e situações vividas pelos jovens. As redes sociais têm sido instrumento de divulgação, publicização dessas experiências; parece que as situações vividas no cotidiano só têm sentido se puderem ser compartilhadas com o grupo de amigos e com todos os que fazem parte da rede. Observando os meandros dos jovens a partir do uso das tecnologias digitais, percebeu-se que eles constroem o sentido do seu agir, experimentam as oportunidades e os limites da ação (MELUCCI, 2005, p. 29).

As experiências compartilhadas pelos jovens fazem parte de um conhecimento adquirido no dia a dia de suas relações, no entrosamento de sua teia de relações sociais, representada pelo grupo de amigos, pela escola, pelo gênero, pela orientação sexual, pelas preferências artísticas e pela cultura. Os jovens, ao utilizarem as tecnologias digitais, sobretudo a internet (rede social), registram suas interações sociais cotidianas, que dizem respeito a experiências individuais e coletivas, assim como o modo como estabelecem significação, e constroem sua identidade entre si e com os ambientes nos quais se relacionam.

As redes sociais parecem representar uma das principais consequências das tecnologias digitais. Nesses ambientes, é possível acompanhar um fervilhar de publicações, de curtidas e de compartilhamentos entre as experiências vivenciadas pelos jovens, como: no trabalho, na escola, no lazer, juntos com seus amigos. Para Recuero (2014, p. 60) “As redes sociais da internet representam um novo e complexo universo de fenômenos comunicativos, sociais e discursivos”.

Os jovens têm utilizado as redes sociais para expressar seus múltiplos sentimentos, traduzindo tristeza, alegria, raiva, euforia, medo, contestação, incertezas, entre outros, o que não deixa de ocorrer também na relação face a face. Contudo, no espaço virtual da internet eles parecem se sentir mais livres para demonstrar suas múltiplas formas de pertencimento,

conforme foi possível acompanhar na página do Facebook de um dos jovens:

Pensamentos perturbantes fazem de minha cabeça meu próprio hospício deve estar ficando louco, mas acredito que isso não seja tão ruim... Ruim seria viver igualmente aos normais, sim, pra mim os considero normais, meu pensamento é meu mundo, e dele faço, crio, estruturo e desconstruo o que quiser, no meu mundo, enquanto restar-me forças, mando eu... Um mundo meio que estranho no qual vivo como quero e nele quero estar sozinho com o barulho dos meus pensamentos, no qual me fazem a todo instante querer desistir de tudo, querer me isolar de tudo, e ao mesmo tempo me fazem querer lutar por tudo, me envolver com tudo e todos, já não entendo esses pensamentos, já não entendo como será se eu parar de pensar... Será loucura da minha cabeça pensar em mil coisas? Seráloucuraouadeprê!?! O que será, já não sei. (JOVEM, 20 ANOS. Arquivo pessoal da autora).

Esse jovem, ao utilizar esse suporte de linguagem e escrita para compartilhar seus sentimentos, também

demonstra que se sente livre, liberado de qualquer julgamento, o que talvez não fosse possível fora do ambiente virtual. Além do mais, aqui, ele revela sensibilidade e criatividade na medida em que consegue traduzir em versos e poesia seus pensamentos, demonstrando aspectos do seu eu e de sua identidade. Nesse desabafo, é possível identificar ainda um conflito existencial vivenciado pelo jovem, no qual seus pensamentos sinalizam para situações duais e paradoxais — “desistir e lutar”, “isolar de tudo, se envolver com tudo”. Nesse sentido, a rede social do jovem acaba se transformando ainda numa espécie de diário em que ele pode desabafar, contar sobre suas angústias, seus medos e incertezas.

As narrativas e expressões desse jovem compartilhadas no espaço virtual ecoam uma multiplicidade de vozes e discursos prosaicos, permitindo-nos pensar sobre a necessidade de pertencimento desse jovem, assim como de outros, a algum lugar, a alguma crença e a algum espaço no mundo. Um espaço que seja visualizado, público e que provoque alguma reação no outro ou, no mínimo, nos amigos que compartilham dessa rede. Nesse sentido, as redes sociais se constituem como ferramentas de representações dos atores sociais, “são espaços de interação, lugares de fala construídos pelos atores de forma a expressar elementos de sua personalidade ou individualidade” (RECUERO, 2009, pp. 25-26).

Essa necessidade de ser visto, de ser percebido pelo outro, constantemente evidenciada nas redes sociais, tem se constituído imprescindível, sobretudo entre os jovens. Essa necessidade é resultado da “intersecção entre o público e o privado, para ser uma consequência direta do fenômeno globalizante, que exacerba o individualismo. É preciso ser ‘visto’ para existir no ciberespaço” (RECUERO, 2009, p. 27).

Em relação às ferramentas curtir, comentar e compartilhar, a opção “curtir” representa uma forma de conversação, não sendo necessário elaborar uma resposta; quem utiliza esse botão pontua a participação e a visibilidade quanto ao assunto tratado. Nesse sentido, um dos jovens me disse: “eu não gosto muito de comentar, não, só curtir mesmo. É mais rápido e pode ser que a pessoa não goste do comentário, né?” (JOVEM, 17 ANOS).

Em recente artigo, Recuero aborda sobre esses três botões (curtir, comentar e compartilhar):

Curtir algo adquire uma série de contornos de sentido. Primeiro, seria uma forma menos comprometida de expor a face na situação, pois não há a elaboração de um enunciado para explicitar a participação do ator. Segundo, seria visto como uma forma de apoio e visibilidade, no sentido de mostrar para a rede que se está ali (RECUERO, 2014, p. 119).

De modo geral, os jovens não curtem e não compartilham assuntos que não despertam interesse neles nem para eles; “são bobagens que não me agregam valor, coisas que não condiz com meus princípios” (JOVEM 2, 17 ANOS. Arquivo pessoal da autora).

No caso específico estudado, os jovens revelaram certo desinteresse nas temáticas sobre política, religião, esportes e estilos musicais com letras de música que incitam a violência. Contrariamente a isso, os jovens curtem e compartilham tudo aquilo que expressa sentido em sua vida, conforme eles destacaram: música, dança, fotos, vídeos, frases, encontro com os amigos, poesia, pensamentos interessantes, livros, notícias de emprego, filmes.

Os jovens manifestaram comportamentos diferentes quanto ao tipo de informação. Se o compartilhamento for de uma notícia ou qualquer assunto de interesse do grupo, os(as) jovens se sentem mais livres para compartilhar em suas páginas, o que reflete no tipo de comentário postado pelos amigos. “O compartilhamento parece ser positivo, no sentido de apoiar uma determinada ideia, um manifesto ou uma mensagem” (RECUERO, 2014, p. 120). Contudo, o compartilhamento para a crítica também existe — e isso foi bem evidenciado na página CUCA Comunidade em Pauta — mas, nas páginas individuais dos jovens, essa ferramenta tem sido mais utilizada para reafirmar algo que seja valorizado

pela rede, uma vez que compartilhar uma publicação é tomar parte na difusão da conversação.

Quando o item analisado foi o “público e comentário”, observou-se que os jovens se mostraram mais cautelosos, principalmente em relação aos comentários das publicações dos amigos e ao tipo de comentário, dependendo da publicação. Eles foram questionados pela pesquisa se, em algum momento, eles tiveram vontade de se colocar diante de uma publicação, mas hesitaram por algum motivo. Todos responderam que sim, pois temiam a reação dos amigos, sobretudo se essa reação fosse negativa, o que vai refletir em sua relação face a face.

Nesse sentido, o comentário parece envolver maior exposição do ator com o que foi postado e certamente um maior risco, podendo causar harmonia, mas também desafetos, sobretudo se o comentário tiver a intenção de contrariar ou mesmo questionar a publicação postada pelo amigo. Por essa característica, muitos jovens desistem de comentar, uma vez que essas opiniões também podem comprometer sua relação face a face. Daí porque os jovens preferem apenas curtir a publicação. Segundo Recuero (2014), esse sentimento de estar se expondo e de risco é extremamente compreensível, devido às características da rede social Facebook. “Aquilo que é dito pode ser facilmente descontextualizado quando migrar para outras redes através

das ferramentas de compartilhamento, de curtida e mesmo de comentário” (RECUERO, 2014, p. 121).

Portanto, os comentários que são geradores de tensão e ameaçam a manutenção da amizade e da relação face a face acabam sendo evitados pelos jovens, embora esse botão aponte uma maior participação e contribuição à postagem original. Quando questionados sobre que tipo de postagem eles costumavam curtir, comentar e compartilhar, já que essas representam importantes ferramentas dessa rede social, os discursos dos entrevistados foram bem variados. Alguns relataram que não gostam muito de comentar nem de compartilhar, apenas curtem as publicações que são mais importantes, segundo seu julgamento e seus interesses.

De maneira geral, os jovens querem registrar suas vidas, seus momentos, sejam quais forem: tristes, alegres, com raiva. Não é à toa que muitas publicações vêm acompanhadas de frases do tipo: “se sentindo muito feliz”, “se sentindo abençoado”, “se sentindo amado”, “se sentindo triste” e muitas outras que expressam o sentimento de cada jovem naquele momento. Parece que a foto necessita de uma legenda para que o sentimento se confirme. O que se observa ainda é que os jovens não se contentam apenas em publicar suas vidas nas redes sociais, eles desejam também que suas vidas sejam compartilhadas por seus amigos, aumentando, assim, sua rede de amizade. Querem, ainda, que seus amigos

curtam suas postagens e, se possível, comentem e, de preferência, de forma positiva.

Para Lemos (2007), a ideia dos jovens não é de se exibirem na sociedade do espetáculo para o público, mas para a sua rede de amizade, mediante a circulação de suas publicações, curtidas e compartilhamentos. Nesse sentido, os jovens não precisam participar de um evento solene ou mesmo especial para terem suas experiências publicadas e compartilhadas nas redes sociais; para eles, o importante é marcar o momento presente, ainda que este seja banal.

As intenções estão mais próximas do captar a “magia” do presente e como desejo de expressão individual. Busca-se captar o imprevisível da banalidade do sujeito ou das relações cotidianas, ver, apagar, circular, conectar, lançar uma comunicação que se constitui mais pela forma (formante) do que pelo conteúdo. É por isso que a qualidade pouco importa (LEMOS, 2007, p. 35).

Ainda que essa interação ocorra por meio de uma tela de computador, em que seus corpos são deixados para trás, esses jovens demonstram que são capazes de amar, de sofrer, de contar piadas, de fofocar, de trocar ideias, de namorar, de flertar, de fazer e criar arte, de trocar conhecimento e

informação, de se solidarizar com seus amigos mediante o uso dessa ferramenta. Também não precisa de nenhum acontecimento especial, solene, para que eles sintam vontade e necessidade de registrar suas vidas nas redes sociais. Para eles, o importante é registrar, é publicar, é mostrar a vida como ela é na realidade, os momentos banais das experiências do dia a dia.

4. Considerações Finais

As considerações tecidas aqui servem mais como apontamentos e reflexões a serem desenvolvidas em outros trabalhos, uma vez que a própria escrita de um trabalho envolvendo a temática das tecnologias digitais acaba se constituindo em algo muito complexo devido à velocidade com que tudo ocorre, dificultando o próprio movimento do pensamento em acompanhar tantas modificações e com tanta intensidade em um curto período de tempo.

Para esses jovens, a internet é uma forma de pertencimento muito importante, não sendo possível perceber, em muitos momentos, fronteiras claras entre a vida *on-line* e a *off-line*; na verdade, essas duas esferas se misturam e se interpenetram, sobretudo, nesta época em que imperam as mídias móveis (celular, principalmente, e seus aplicativos). Com a proliferação das redes sociais, os sujeitos apresentam novas formas de narratividade, que implicam em certos

artifícios e performatividade das imagens de si que são projetadas, especialmente nos perfis criados por eles na página do Facebook.

A internet representa um espaço de múltiplas possibilidades, no qual os jovens podem realizar atividades ligadas ao lazer, ao trabalho e à própria sociabilidade, na medida em que estabelecem relação com os outros, constituindo-se ainda em um lugar de vida e de relações subjetivas. Podem também marcar seus encontros, compartilhar informações e, com isso, estender e fortalecer seus laços de amizade. As imagens, as fotos divulgadas nas redes sociais, as informações pessoais e as publicações disponibilizadas em seus perfis funcionam como verdadeiros cartões de visita que podem despertar interesse ou servir de afastamento aos futuros amigos.

Cotidianamente, os jovens transpõem e narram suas experiências de vida para uma tela de computador, especificamente para a rede social Facebook. Ao registrarem suas histórias, sua vida comum nesse suporte, os jovens sentem que podem ter essas experiências partilhadas e compartilhadas com seus amigos, ainda que cada um deles pertença a contextos sociais diferenciados, partilhem linguagens, valores, estilos, culturas e comportamentos diferentes. O trabalho também aponta que, mesmo os jovens que estão imersos nesse cenário das tecnologias digitais possuem diferentes maneiras de se relacionar com esse

artefato, uns mais, outros menos, uns mais encantados, outros mais desconfiados.

Referências

AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Lucina. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. Cadernos da Escola de Comunicação, Curitiba, v.1, n.6, pp. 1-12, 2008.

BORELLI, Silvia H. S; ROCHA, Rose de Melo; OLIVEIRA, Rita de Cássia Alves. Jovens na cena metropolitana: percepções, narrativas e modos de comunicação. São Paulo: Paulinas, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Diário de campo: a antropologia como alegoria. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARRANO, Paulo. Juventudes e cidades educadoras. Petrópolis: Vozes, 2003.

CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. Rev. Bras. Educ. [online]. 2003, n.24, pp. 40-52.

DORNELLES, Jonatas. Vida na rede: uma análise antropológica da virtualidade. 2008. 293f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

GROPPO, Luís Antonio. Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue. 2009. Disponível em: <<http://deriva.wikispaces.com/Manifesto+Ciborgue>>. Acesso em: 28 set. 2013.

LEMOS, André. Comunicação e práticas sociais no espaço urbano: as características dos dispositivos híbridos móveis de conexão multirredes (DHMCM). *In: Comunicação, mídia e consumo*. São Paulo, vol. 4. n. 10, pp. 23-40, jul. 2007.

LÉVY, Pierre. O que é virtual? São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. Ciberultura. Tradução de Carlos Irineu Costa. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010. (Coleção TRANS).

MARQUES, Ana Cesaltina Barbosa. A Praça Portugal como lugar: negociações de sentidos em encontros presenciais e mediados pelo computador. 2010. 116 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade

Federal do Ceará. Fortaleza, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/706/1/2010_Dis_AC%20Marques.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2015.

MELUCCI, Alberto. Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

PAIS, José Machado. Culturas juvenis. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003.

RECUERO. Raquel. Redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2009.

_____. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. Verso e Reverso, (Online), v. 28, n. 68, pp. 114-124, maio-agosto 2014. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2014.28.68.06/4187>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

SALES, Celecina de Maria Veras. Pesquisa qualitativa: cartografando novos percursos na produção de conhecimento. In: DAMASCENO, Maria Nobre; SALES, Celecina de Maria Veras (Org.). O caminho se faz ao caminhar: elementos teóricos e práticas na pesquisa qualitativa. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

SANTAELLA, Lucia. Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura. Coordenação de Valdir José de Castro. São Paulo: Paulus, 2003.

VASCONCELLOS, Marcelo Simão de. Usos da etnografia em mundos virtuais baseados na imagem. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, pp.75-85, 2011. Disponível em: <<http://www.reciis.cict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/496>>. Acesso em: 5 jun. 2012.

VIEIRA, Manuela do Corral. Os jovens flâneurs.com: a construção e a liquidez da identidade no espaço das redes sociais da internet. 2013. 219f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará. Belém, 2013.

**FRONTEIRAS DA CIDADE, FAVELA EM REDE?
PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO
E INDIVIDUAÇÃO JUVENIS
EM TERRITÓRIOS *ON E OFFLINE***

Juliana Batista dos REIS⁹¹

1. Introdução

“O centro do mundo está em todo lugar.
O mundo é o que se vê de onde se está”
Milton Santos

A experiência de morar em um território periférico, marcado por diversas desigualdades, pode ser encarada como busca de superação de um desafio, um teste, uma prova estrutural (*épreuve* - na obra original em francês), nos termos de Danilo Martuccelli (2007). É o próprio autor quem sugere que o espaço urbano pode ser vivenciado como um desafio para os cidadãos. De tal modo, neste texto busco compreensão sobre essa dimensão fundamental, na construção

⁹¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Docente da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Contato: jubtr@yahoo.com.br

dos jovens e das jovens como sujeitos, a condição de serem moradores de uma periferia urbana na cidade de Belo Horizonte, o Aglomerado da Serra.

Figura 1: Postagem da página “Sou Aglomerado da Serra”



Fonte: Facebook/souaglomeradoserra

Parto da ideia de que as desigualdades territoriais são “desafios históricos, socialmente produzidos, culturalmente representados, desigualmente distribuídos” (ARAÚJO; MARTUCCELLI, 2010, p. 83) que os indivíduos precisam enfrentar para construir seus modos de individuação. Na

pesquisa realizada entre 2012 e 2014⁹², foi possível perceber que, entre os jovens e as jovens que encontrei o lugar de residência que se configurava não apenas como referência geográfica, ou área circunscrita, mas representava um espaço vivido de socialização, que era constantemente apropriado e significado. A internet mostrou-se como ambiente ativo e basilar para as expressões e visibilidades afetivas desse território. As narrativas juvenis sobre o *Aglomerado* evidenciaram o entrelaçamento de fenômenos coletivos e experiências individuais, que permitiram as práticas singulares de cada indivíduo fabricar-se como sujeito e morador da Serra.

Assim, a emblemática afirmação do geógrafo brasileiro Milton Santos e a ideia que acompanha a imagem postada no facebook, que abrem esse texto, se conectam intimamente e anunciam o território como lugar da “experiência juvenil” (DUBET, 1994). A foto do ‘Aglomerado da Serra’ é uma de tantas outras imagens postadas em uma página criada para expor esse território nessa rede social digital. O apontamento na fotografia parece alertar para a existência de imagens negativas sobre o território Aglomerado, principalmente entre aqueles que o

⁹² Pesquisa de doutorado realizada na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. A tese defendida em 2014 é intitulada *Transversalidade nos modos de socialização e individuação: experiências juvenis em rede*. (REIS, 2014)

desconhecem. Afinal, quem “está lá” experimenta um ponto de vista “de dentro”, possibilitado pelas vivências do e no lugar. Perspectiva distante dos estereótipos e/ou julgamentos, que, em alguma medida estão tão presentes no imaginário social e nos meios de comunicação de massa tradicionais sobre essa região da periferia urbana da capital mineira. Castells (2013) define as plataformas da internet como redes horizontais que possibilitam a “autocomunicação de massas”. Tal configuração proporciona alguma autonomia dos sujeitos em relação às empresas de comunicação visto que os utilizadores se convertem em emissores e receptores de mensagens.

No amplo espaço de convivência da internet, os universos públicos e privados são (re) modelados, permutados, (re) construídos. O ambiente online, entendido como esfera pública pode ser percebido como um palco em que dramas privados são encenados, publicamente expostos e assistidos (BAUMAN, 2001, p.83). Por outro lado, o espaço público urbano, as cidades, os bairros e ruas estão não apenas digitalizados, mas marcam a socialização online. Por essa razão proponho considerar a internet na dimensão de esfera pública. A noção tem em vista a mídia, os lugares socioespaciais de interação pública, o repositório cultural e informacional de ideias que alimentam o debate público.. As redes de informação e comunicação, principalmente no ciberespaço, são palco para o encontro entre sujeitos e para as

reflexões sobre o urbano como espaço público. (CASTELLS, 2013a)

Percebi uma intensa relação entre as territorialidades da cidade e o ciberespaço. Além disso, os processos de individuação e socialização juvenis participam densamente da interface cidade e web. O ciberespaço é uma dobra da vida urbana. Muitas vezes, a experiência individual na urbe é narrada singularmente. Meus interlocutores na pesquisa explicitavam suas vivências e percepções na cidade e sobre a cidade no ciberespaço. Por isso faz-se necessário discernir, de antemão, que a internet para esses jovens não se configura como “não-lugar”, conceito de Marc Augé para definir espaços que se caracterizam pela ausência de aspectos identitários, históricos e relacionais (Augé, 1994, p.73).

Tomo de Manuel Castells a noção de que os “espaços de fluxos” das redes digitais redefinem as distâncias, mas não suprimem a geografia. O espaço dos fluxos não é deslocalizado, pois estabelece ligações com configurações territoriais (CASTELLS, 2004, p. 246). Não se trata de uma substituição das cidades de concreto, pela cidade digital. Existem, no entanto, reconfigurações densas. A “cidade-ciborgue” evidencia as conexões entre cidade física e eletrônica, o que não significa a desmaterialização ou mesmo uma substituição de esferas (LEMOS, 2004, p. 4). Os jovens e as jovens narraram digitalmente seus passos urbanos, pude perceber notadamente no Aglomerado da Serra. Seus

conteúdos (fotografias, textos, vídeos, mapas, etc.) são tomados como documentos do imaginário urbano, que registram os dramas da cidade, do que nela se perde e se transforma. (CANCLINI, 2008).

Assim, o percurso de pesquisa na web e na cidade foi guiado pela produção de alguns jovens moradores e moradora do Aglomerado da Serra. Busco, a partir do ponto de vista juvenil, compreender suas vivências urbanas, representações e narrativas sobre o espaço de moradia. Afinal, desafiada pela assertiva de Michel de Certeau, caminhei por espaços urbanos na internet, rastreando lugares digitais a partir de mapas de jovens que me guiaram por seus “espaços de enunciação” sobre esse território da periferia. (CERTEAU, 1994). Todavia, mais do que refletir sobre as enunciações juvenis procuro apreender o Aglomerado como espaço e processo de socialização e individuação. Assim, duas dimensões do olhar sobre os sujeitos se entrecruzam na articulação entre duas instâncias de socialização: o território de moradia e as mídias digitais.

Neste artigo, apresento o Aglomerado da Serra a partir da dupla experiência, na favela e na web, sempre intermediada por jovens que encontrei no trabalho de campo. O método etnográfico favoreceu o deslocamento entre os trânsitos *on* e *off-line* e a mirada da internet como lugar primordial para reflexões sobre as dinâmicas territoriais. Esse

tráfego se dispôs a partir das experiências individuais, narrativas digitais e entrevistas biográficas.

Problematizo as representações e discursos sobre a Serra na web e, conseqüentemente, interrogo as relações entre periferias e centros na rede mundial de computadores. Mostrou-se apropriada a aposta na etnografia *multiespacializada* para a análise do território de moradia, como contundente espaço/experiência/suporte de socialização e individuação que se estende no universo *online*. Assim, além da compreensão de que o Aglomerado da Serra é suporte para a construção subjetiva dos jovens, a internet e algumas plataformas de redes digitais mostram-se também como relevante suporte para a experiência juvenil de individuação. (MARTUCCELLI, 2007).

2. Fronteiras da cidade, periferias na rede?

O Aglomerado da Serra pode ser considerado, atualmente, como a maior “favela” ou “aglomerado subnormal” da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do estado de Minas Gerais⁹³. Oito vilas formam o Aglomerado

⁹³ Duas categorias são geralmente usadas para identificar o Aglomerado da Serra – *favela* e *aglomerado subnormal* – uma, bastante popular no imaginário social e outra utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde o Censo Demográfico de 1991.

reunindo 38.200 moradores, segundo o Censo 2010 do IBGE. Por isso, na classificação usada pelo Instituto, a Serra é identificada como um complexo que abriga as vilas: Nossa Senhora de Fátima, Marçola, Cafezal, Novo São Lucas, Nossa Senhora de Fátima, Fazendinha, Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora da Aparecida. “Aglomerado subnormal” é a categoria construída pelo IBGE para definir uma diversidade de assentamentos considerados irregulares no país (favelas, invasões, vilas, comunidades, palafitas entre outros). Nos termos do instituto, são “áreas ocupadas irregularmente por certo número de domicílios, caracterizada, em diversos graus, por limitada oferta de serviços urbanos e irregularidade no padrão urbanístico” (IBGE, 2011) ⁹⁴.

O Aglomerado da Serra não é uma periferia distante das áreas mais centrais e comerciais de Belo Horizonte. Pelo contrário, localiza-se na região Centro-Sul da cidade, muito próximo a bairros considerados de classe média e mesmo do centro comercial da capital mineira. Além disso, no imaginário social, há na cidade de Belo Horizonte duas “Serras” - o bairro e o Aglomerado. Concepções que têm

⁹⁴ Segundo o Censo de 2010, Belo Horizonte tem 13% da população vivendo em aglomerados subnormais. Em termos absolutos, a capital mineira, com uma população de 307.038 habitantes nessas áreas, é a 7ª do país, atrás do Rio de Janeiro (1.393.314), São Paulo (1.280.400), Salvador (882.204), Belém (758.524), Fortaleza (396.370) e Recife (349.920).

relação não apenas com as configurações urbanas, mas, sobretudo, com as representações sobre os territórios.

Ao longo do texto opto por usar os termos “periferia”, “favela” e “morro”. Reconheço e problematizo o fato de essas noções remeterem a divisões estanques entre “centro” e “periferia” ou mesmo de reforçarem estigmas sociais. Entretanto, essas são nomeações usuais entre os jovens do Aglomerado. O uso de tais palavras deve ser compreendido como forma de reconhecer certas semelhanças com outras periferias urbanas, mas, ao mesmo tempo, sem deslembrar as configurações plurais e heterogêneas dos territórios e seus moradores.

Era fundamental interrogar sobre esses limites, simbólicos ou físicos, dos territórios na Serra. O limite cria separação, mas também comunicação. Vi-me provocada com a atinada reflexão de Michel de Certeau sobre o paradoxo da fronteira: “criados por contatos, os pontos de diferenciação entre dois corpos são também pontos comuns. A junção e a disjunção são aí indissociáveis” (CERTEAU, 1994, p. 213). Para ele, os limites que definem fronteiras são traçados pelos pontos de encontro entre apropriações e deslocamentos, procedendo de um “trabalho de distinção a partir de encontros” (CERTEAU, 1994, p.213).

Problematizar as fronteiras entre centros e periferias no espaço das cidades nos remete a um vasto campo de estudos sobre o fenômeno urbano, já consolidado no Brasil.

Lícia Valladares (2005), em seu livro, com o sugestivo título *A invenção da favela: do mito de origem à favela* expõe as origens e os processos de consolidação de imaginários sobre a favela. A autora percorre historicamente e socialmente os sentidos do termo, revelando a sua solidificação como categoria analítica nas ciências sociais. Valladares apresenta um mito fundador ou mito de origem, datado no final do século XIX quando, no Rio de Janeiro, combatentes de Canudos teriam ocupado o Morro da Providência – que mais tarde foi nomeado Morro da *Favela*.

Contudo, a nomeação favela, que anteriormente identificava tal morro, tomou um sentido generalizante para identificar outras localidades no Rio de Janeiro, de semelhante constituição topográfica, até ganhar outros significados semânticos generalizando-se numa categoria de senso comum. Essa representação estava associada à ocupação ilegal e à precariedade das moradias, contribuindo para estabelecer uma oposição com o restante da cidade. Esse primeiro dogma que estabelece uma especificidade da favela é reforçado pelas categorias do recenseamento do IBGE, que cristalizam as diferenças entre cidade legal e ilegal. O “aglomerado subnormal” provoca uma oposição aos setores normais que constituem a cidade formal. (VALLADARES, 2005, p. 150).

Essas são dualidades muito recorrentes e que acabaram (re)produzindo o “dogma” de que a favela é distinta da cidade. Constituem-se oposições incorporadas na linguagem

acadêmica e cotidiana: cidade *versus* favela, centro *versus* periferia. Nomeações que se pautam pela questão das ilegalidades e irregularidades urbanas que configuram a participação das camadas pobres da população no espaço urbano. Há um risco em deixar escapar a complexidade das relações entre sujeitos e territórios, quando traçamos limites rígidos entre diferentes formas de produção e apropriação da cidade. Se, por um lado, a polarização dessas categorias nos ajuda a registrar as diferenças e desigualdades territoriais, por outro, reforça discursos midiáticos e representações do senso comum, avigorando imagens homogeneizantes e estereotipadas sobre as periferias urbanas, como “territórios do avesso” (ROSA, 2008, p. 28).

Além de questionar minhas próprias noções sobre os territórios e suas fronteiras, era preciso alcançar e compreender como se construía esse jogo de imagens e narrativas sobre a Serra, entre os jovens e no universo online. A foto que abre este texto explicita não apenas as relações de distanciamento dos não moradores, das vivências no Aglomerado, mas ainda, as enunciações negativas sobre o lugar.

As reflexões acerca das vivências juvenis em contextos *on* e *offline* trazem uma série de problematizações. Afinal, o universo online “reflete” as diferentes construções das relações e dimensões simbólicas entre *centro(s)* e *periferia(s)*? Tais polaridades aparecem no universo digital?

Em que medida há, no ambiente digital, distinções e limites entre o que é central e periférico? A internet se configura como espaço invisível de territorialidades onde há apagamento de distâncias geográficas e ou sociais? Como apreender relações de proximidade e distância na rede mundial de computadores? Onde está a *periferia* na rede? É possível pensar na ideia de uma *periferia na internet* ou *periferia da internet*? Como categorias usuais da antropologia e da sociologia urbana podem dialogar com a constituição do universo online? E, por fim, essa dupla dimensão da vida juvenil – web e morro – se entrecruzam como experiências de socialização?

De imediato, pode-se afirmar que, numa ligeira exploração na internet, é possível alcançar experiências do público do ciberespaço modeladas por questões das vivências nas cidades, suas cartografias e mapas, bem como as variadas desigualdades urbanas. Para algumas pessoas é comum pesquisar, antecipadamente, o percurso para chegar a um lugar a ser visitado, através do *Google Maps* ou, ainda, experimentar uma visita digital por meio das imagens fornecidas pelo *Google Street View*⁹⁵. Outras práticas dizem respeito às marcações digitais de lugares, a realização de

⁹⁵ Ferramenta do *Google Maps* que oferece imagens panorâmicas de uma grande variedade de lugares do mundo.

check-in e compartilhamento de localização com outras pessoas, via *facebook* ou *foursquare*.

Como em um jogo de espelhos, perambular, ora pelas plataformas digitais, ora pelas ruas, pode revelar encontros e dissonâncias entre a cidade vivida e representada em contextos *on* e *off-line*, constatação que reforça possibilidades de pesquisa sobre as intercessões entre vida urbana e digital. Trafegar pelo ciberespaço pode provocar uma leitura da vida urbana. E daí emergem questões, que trazem novos desafios aos estudos de sociologia e antropologia urbana, entre eles o de compreender o urbano, esse conjunto de forças em movimento nas cibercidades contemporâneas (LEFEBVRE, 2004; LEMOS, 2004).

Anteriormente ao início da realização desta pesquisa, não tinha qualquer familiaridade com o Aglomerado da Serra e, tendo como temática as vivências juvenis na internet, busquei informações sobre o lugar na web. Mesmo o desconhecendo pude visualizá-lo por recursos online, antes das minhas primeiras incursões à região. Além de consultar mapas disponibilizados na rede foi possível, com o *Google Street View* visualizar visitas a determinados lugares da Serra. Todavia, a partir desse exercício, mais tarde, circulando pelo Aglomerado, percebia algumas regiões ausentes dos mapas digitais.

Nem todos os becos e vielas estão identificados ou podem ser percebidos, tanto nos mapas, quanto no recurso que proporciona as vistas

panorâmicas. A situação faz emergir ponderações sobre as desigualdades, nas cartografias digitais das cidades. Em 2011, por exemplo, o *Google* confirmou que modificaria seus mapas do Rio de Janeiro, visto que havia uma “valorização” das favelas em detrimento de outros espaços da cidade. A própria administração municipal do Rio já havia reivindicado tais alterações. Com isso, como numa remoção virtual das favelas, a medida buscou dar destaque aos bairros e pontos turísticos⁹⁶.

Essas informações e percepções levaram ao questionamento: afinal, quais discursos digitais sobre o Aglomerado da Serra permeiam o universo online?

3. O ponto de vista juvenil - interfaces do Aglomerado na *web*

Tomei o ciberespaço como ambiente propício para o alcance de processos de socialização e individuação contemporâneos e de busca por enunciações sobre a Serra. Assumir o exercício de *etnografá-lo* foi surpreendente. Inventos e expressividades juvenis balizam a vida online. Uma geografia das identidades (MARTÍN-BARBERO, 2004)

⁹⁶ ANTUNES, Laura. Google modificará seus mapas sobre o Rio. [S.l.]: O Globo. Rio. 25 abr. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/google-modificara-seus-mapas-sobre-rio-2791639>>. Acesso em 10 mar. 2013.

é revelada por experiências e relatos dos jovens numa variedade de dispositivos online. A produção e apropriação do espaço urbano, os questionamentos sobre fronteiras, estereótipos e vivências no Aglomerado são habitualmente expostos.

É por isso que, diante de duas maneiras de compreender as culturas juvenis – por meio das socializações que as prescrevem ou das performances cotidianas – percebo os ambientes da internet como espaços lisos, lugares pouco prescritivos, ambientes de múltiplos enunciados, produções e emissões. (PAIS, 2006).

Reconheço as redes de poder e controle que limitam os usos e apropriações da web. Algumas empresas acumulam um controle excepcional da rede. Os “conglomerados globalizados de mídia” representam um número reduzido de empresas que dominam o campo multimídia global e a internet. (Cf. CASTELLS, 2013).

Assim como variados espaços territoriais são reinventados pelos jovens na cidade pode-se conceber que a internet e suas inúmeras possibilidades de reconfiguração nos levam a estabelecer outras formas de sociabilidade, um espaço liso de expressividades juvenis que se abre “ao caos, ao nomadismo, ao devir, ao performativo. É um espaço de *patchwork*: de novas sensibilidades e realidades.” (PAIS, 2006, p. 7). Ali, os jovens e as jovens tornavam visível para mim (leitora-pesquisadora) esse “movimento do social”

(LATOURE, 2012, p. 31). Vi no ciberespaço a oportunidade de perceber uma “condição social” - a vida em uma periferia – como:

algo que circula e não um mundo do além a ser descoberto pelo olhar desinteressado de um cientista ultralúcido, então cumpre transmiti-lo por meio de uma série de recursos adaptados à tarefa – inclusive textos, reportagens, relatos e circulares. Se o social é um traço, então pode ser retraçado, se é uma reunião, então pode ser reunido. (LATOURE, 2012, p. 187 – grifos do autor).

Conectada à rede, me via desafiada a navegar por territórios sobrepostos, lugares físicos e realidades virtuais. Não os considero como realidades paralelas, mas, realidades que estão “(na verdade, umas sobre as outras, umas dentro das outras, umas ocupando o mesmo lugar que as outras) [e] que ‘coabitam’ a geografia da cidade” (VIANNA, 2007, p. 10). É improvável compreender as experiências dos jovens e das jovens sem alcançar seus passos online. E reforço uma suposição já anunciada: os processos de socialização e individuação de jovens contemporâneos/as estão comprometidos com as dinâmicas *on* e *off-line*. As experiências digitais não estão à deriva da cidade. As vivências urbanas não escapam das postagens nas redes

sociais digitais. Os “circuitos dos jovens” (MAGNANI, 2007) se imbricam e se articulam em apropriações e circulação na web e nas ruas.

Assim, o ciberespaço foi tomado como unidade a ser etnografada. Diante de uma ampla (quicá infinita) paisagem a ser desvendada pela pesquisa, era preciso construir estratégias de aproximação na vasta internet. Se em um primeiro momento percebia facilidades em localizar conteúdos que se relacionavam ao Aglomerado da Serra, através de variados sistemas de busca das plataformas digitais⁹⁷, por outro, confirmava que a pesquisa só ocorreria pelos encontros e impossível na ausência de relação. A sobreposição das experiências juvenis *on* e *off-line* configura as vivências; por isso era fundamental que as relações de pesquisa também se construíssem nesse intermédio.

Mesmo tendo experimentado outras maneiras de encontrar jovens interlocutores avalio que não houve maneira mais pertinente de (re)conhecer sujeitos para a pesquisa do que pela própria internet. Partilho do argumento de Frúgoli Jr. e Graça Cordeiro a partir da obra de Michel Agier, de que “para compreender antropologicamente a cidade é preciso esquecer a cidade (...) conhecer as cidades a partir dos

⁹⁷ “Aglomerado da Serra” foi uma expressão continuamente procurada numa variedade de plataformas na internet. Assim, encontrei conteúdos nas redes sociais digitais, *Orkut*, *Youtube*, *Twitter*, *Instagram* e *Facebook*. Além disso, descobri blogs e sites sobre o Aglomerado.

cidadinos e de sua experiência cotidiana, de seus lugares de vida e situações concretas” (Frugóli, Cordeiro, 2011, p. 19). Assim, o início do estabelecimento de muitas das relações foi concretizado pelo contato online, via facebook; e algumas relações se deram exclusivamente nesse âmbito.

De tal modo, se há um maior registro de vivências dos jovens e das jovens nessa rede digital é porque essa era a plataforma mais utilizada por eles no momento da pesquisa. Ali encontrei grupos de discussão como “Moro no Aglomerado da Serra” e “Amigos do Planeta Aglomerado da Serra” e a *fanpage* “Sou Aglomerado da Serra”. Pedi para ser adicionada aos grupos e curti a página para acompanhá-los. Os grupos e a página funcionam como espaço de divulgação de diversas atividades, de debate sobre assuntos variados e de encontro virtual dos moradores.

Ao buscar pelo termo “Aglomerado da Serra” no Google os principais resultados que me apareceram foram notícias de portais online de jornais de grande circulação sobre situações de violência nas vilas e favelas que compõem a Serra. Localizei Lucas, justamente em função de uma postagem no facebook, bastante curtida e compartilhada, em que ele expressava a verificação e a repulsa pelas imagens negativas sobre a Serra tão recorrentes também na mídia digital. Em diálogo comigo, ele diz:

Aí de uma pesquisa que eu fiz da Serra, de curiosidade, eu descobri que você só encontra notícia de guerra, notícia de criminalidade, notícia de confronto policial, foram esse embates em tudo quanto é lugar. Aí eu peguei uma foto e escrevi uma carta aberta. Aquele texto lá. Falando da minha indignação e postei (...). Então tomei como rumo de fazer uma ocupação na Serra inteira, pra poder mudar essa visão que a mídia deixa da Serra. Porque lá tem muita, mais muita gente do eixo cultural daqui de Belo Horizonte, ou do lado de fora também né? Fora de BH tem muita gente. E eles não mostram esse tipo de coisa que tem lá dentro. Aí a minha intenção é mudar essa visão que as mídias deixaram do Aglomerado...(Entrevista. Arquivo pessoal da autora)

A constatação ainda o motivou a construir uma página no Facebook “Sou Aglomerado da Serra” onde, constantemente, posta fotografias do Aglomerado, divulga eventos, compartilha informações. O próprio título da página evidencia uma forte identidade individual com o lugar. Quem se vincula à página se considera Aglomerado, o sujeito é o território, corpo/cidade. A *fanpage* gerenciada pelo jovem

tinha, em janeiro de 2014, 1.308 curtidas, diversas fotografias e postagens, que são costumeiramente compartilhadas por outros sujeitos.

Convém compreender essas narrativas digitais como possibilidade de enunciação da cidade, apropriação e resignificação do Aglomerado. As postagens expressam imaginários e experiências que o território reproduz com encantamento. Analisando a variedade de imagens, montagens e textos da página veem-se, com frequência, apontamentos sobre a segregação socioespacial e a conservação de imagens homogêneas da Serra, como perigosa e, ou desordenada. A descrição da página explicita que a Serra, “apesar de localizado na ‘zona-sul’ de BH e de ser considerado um bairro de classe média alta, é um lugar de grande contraste social”. Os limites e fronteiras entre o Aglomerado e a cidade estão profundamente presentes nas narrativas juvenis, expressas nas entrevistas, conversas e postagens virtuais.

Porque o bairro Serra existe como bairro da zona Sul, mas com a fama é a favela. Eles perguntam primeiro da favela, pra depois perguntar do bairro. E a favela ficou com esse olhar de criminalidade e de estagnação social né. Acha que lá não tem desenvolvimento, que lá não tem nada. Só que é totalmente ao contrário.

(Entrevista Lucas. Arquivo pessoal da autora)

É... Tem violência sim. Como outros lugares têm. Então não vão frisar que só favela tem, sacou. Vão frisar que o mundo tem, sabe. E que, tipo assim, só aqui que tem a fama do olhar das pessoas pra favela, coisa que é muito preconceituosa, assim. (Entrevista Cláudia. Arquivo pessoal da autora)

Cabe destacar como muitos trabalhos de pesquisa com grupos juvenis apresentam o espaço público como uma dimensão socializadora para jovens. Nas cidades e nas ruas se extrapolam as figurações das relações dadas exclusivamente no abrigo do parentesco e da família. Podemos apontar estudos das dinâmicas socioculturais das cidades, realizados pela Escola de Chicago, a partir dos anos 1920. Sem dúvidas, para os estudos da juventude, *Sociedade de Esquina* de W. Foote Whyte (2005[1943]) é referência na apresentação das figurações de grupos juvenis nos territórios. Os jovens imigrantes italianos em *Corneville* cresceram nas esquinas de um bairro periférico. O espaço é condição fundante e intrínseca das relações entre aqueles rapazes.

Também os estudos da sociologia da juventude no Brasil mostram como os jovens se apropriam das ruas, combinando encontros, circulando em grupos, conversando (SPOSITO, 1993). Ao mesmo tempo, o espaço público é local de visibilidade, servindo como palco para que, eventualmente apresentem suas produções artísticas. Boa parte da produção de jovens do Aglomerado na *web* remete à dimensão das relações entre culturas juvenis e o território de moradia. Percebo como no universo online “a dimensão simbólica e expressiva tem sido cada vez mais utilizada como forma de comunicação e de um posicionamento diante de si mesmos e da sociedade” (DAYRELL, 2007, p. 1109). Um duplo palco se configura – rua/*web*.

Costumeiramente, o que é produzido no, ou sobre o Aglomerado (vídeos, fotografias, danças, músicas) é veiculado nas plataformas e redes sociais digitais. A rua se estende na rede, através da variedade de expressões das culturas juvenis. Músicas e videoclipes, danças nos becos, grafites e pichações pelas vielas, vozes que expressam e alimentam um sentimento de pertencimento através de projeções midiáticas.

Há em comum na produção digital desses e dessas jovens do Aglomerado da Serra um tipo de narrativa com marcas afetivas, consolidadas na solidariedade entre a vizinhança, fortes relações de amizade e que reafirmam um caráter admirável à região de moradia. O Aglomerado da

Serra não é apenas uma referência espacial, ou espaço funcional de residência, mas categoria social e simbólica, principalmente (DAYRELL, 2007).

A pesquisa etnográfica *online* mostrou que, em boa medida, o espaço de fluxos (CASTELLS, 2004) só faz sentido quando constituído de um sentido local. Os sujeitos mostraram possibilidades de evidenciar práticas e símbolos que conectam seus espaços, circuitos e relações em uma rede ampliada da esfera pública cibernética. As produções juvenis estão configuradas por um sentido comprometido pela localidade, são partilhadas as memórias e vivências cotidianas sobre um espaço social comum. Criatividade e imaginação parecem potencializadas na produção dos conteúdos sobre a cidade. Tais emissões individuais revelam esses e essas jovens como produtores de informação e me fazem interrogar sobre novas percepções a respeito do conceito de criação na sociedade contemporânea (ALMEIDA; PAIS, 2012).

O conjunto de tecnologias e processos comunicacionais parece facilitar a criação; vemos uma nova relação entre lugares e dispositivos eletrônicos (LE MOS, 2008). Assim, essas mídias se constituem como locativas e fomentam processos de criação de territórios comunicacionais, espaços híbridos entre o ciberespaço e favela (espaço físico). Um novo e incipiente urbano vem se configurando pela rede a partir das invenções e apropriações digitais. Há expansão de práticas e discursos, além da

visibilidade de experiências sobre outras vivências e estéticas, ou “outra cidade”.

Essas práticas juvenis no e do Aglomerado no ciberespaço, apresentadas neste texto, abarcam a evidência da Serra como fundamental espaço de socialização e, ao mesmo tempo, mostram-se como experiências singulares de enunciação dos/as jovens. Como aponta Martín-Barbero (2004), assistimos a emergência de novas sensibilidades juvenis enredadas na cultura tecnológica. Tais relações entre esfera midiática e espaço urbano mostram como a “tecnologia é, hoje, uma das metáforas mais potentes para compreender o tecido – redes e interfaces – de construção da subjetividade” (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 20). As redes de interconectividade que explicitam e ultrapassam os laços para além das proximidades da vizinhança e permitem criação na projeção de mapas afetivos com/sobre o Aglomerado.

Viver nesse território periférico é uma prova de que os jovens estão encarregados em dar respostas para se construir enquanto sujeitos, principalmente em um contexto que constantemente os nomeia como “excluídos”, “carentes” ou em “situação de risco”. Visto que a noção de prova é inseparável de uma dimensão narrativa – em outras palavras, para descrever os modos de respostas às provas é preciso encarar as histórias singulares (MARTUCCELLI, 2007) alcancei mobilizações juvenis caracterizadas pela forte apropriação do “território usado”, humano e habitado

(SANTOS, 2009) através de representações bastante afirmativas e positivadas sobre o espaço de moradia. Junto a outras instâncias e processos que viabilizam a singularidade desses jovens e dessas jovens, o Aglomerado da Serra é agente significativo, em suas sustentações como sujeitos.

Referências:

AGIER, Michel. Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2011.

ARAUJO, Kathya & Martuccelli, Danilo. La individuación y el trabajo de los individuos. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.36, n. especial, p. 077-091, 2010.

AUGÉ, Marc. Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994.

BAUMAN, Zygmunt Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001

CASTELLS, Manuel. O poder da comunicação. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

_____. A galáxia Internet: reflexões sobre Internet, negócios e sociedade. Lisboa: FCG, 2004.

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994

CORDEIRO; FRÚGOLI JR. “Prefácio”. In: AGIER, Michel. Antropologia da cidade:lugares, situações, movimentos. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2011. P. 9-30

DAYRELL, Juarez. “A escola ‘faz’ as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil”. In: Educação e Sociedade vol.28 N.100 Campinas Dec. 2007 p.1105-1128. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100.pdf>

DUBET, François. *Sociologia da Experiência*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

FOOTE WHYTE, William. *Sociedade de Esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LATOUR, Bruno. Reagregando o social: uma introdução à teoria Ator-Rede. Salvador-Bauru: EDUFBA-EDUSC, 2012.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2004.

LEMOS, A. “Cidade Ciborgue” In: Galáxia. Revista Transdisciplinar de Comunicação, Semiótica, Cultura., n. 8, outubro de 2004., PUC-SP, São Paulo, EDUC:Brasília, 2004.

MAGNANI, H. Introdução – Circuito de Jovens. In: MAGNANI, H.; SOUZA, B. (org) Jovens na Metrópole – etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas de comunicação na cultura. São Paulo: Loyola, 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. A mudança na percepção da juventude: sociabilidades, tecnicidades e subjetividades entre os jovens. In: BORELLI, Silvia; FREIRE FILHO, João (orgs.). Culturas juvenis no século XXI. São Paulo: EDUC, 2008, pp. 09-32.

MARTUCCELLI, Danilo. Cambio de rumbo: La sociedad a escala del individuo. Santiago: LOM Ediciones, 2007a

PAIS, J. “Buscas de si: expressividades e identidades juvenis”. In: ALMEIDA, M; EUGENIO, F. (org) Culturas Jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

ROSA, Thaís Troncon. Fronteiras em disputa na produção do espaço urbano: a trajetória do Gonzaga de favela à bairro de periferia. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

SANTOS, M. A natureza do espaço. 4º ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

SPOSITO, Marília P.A sociabilidade juvenil e a rua; novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social*. Revista Sociologia da USP. São Paulo, v.5 n. 1 e 2, p.161-178., 1993.

VALLADARES, Lícia do Prado. A invenção da favela. Do mito de origem da favela.com. São Paulo: FGV Editora, 2005.

VIANNA, H. Prefácio. In: MAGNANI, J; SOUZA, B. (org) Jovens na metrópole. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007.

**5. *Pesquisa com jovens
e sobre jovens***

REFLEXÕES SOBRE APRENDIZAGENS RECÍPROCAS NA PESQUISA COM JOVENS

Giuseppa Maria Daniel SPENILLO⁹⁸

1. Introdução

A pesquisa com jovens, para além de fornecer conteúdos analíticos e dados estatísticos capazes de fazer pensar e repensar as sociedades atuais, oferece a possibilidade de se formularem reflexões ativas sobre formas e instrumentos de investigação reveladores da presença e da (im)permanência das e dos jovens nestas sociedades. Como construir e desenvolver a pesquisa de modo a que sirva de instrumento para visibilidade das juventudes? Como dialogar com o universo jovem sem sacralizá-lo nem demonizá-lo? Como trazer estas e estes jovens para a pesquisa enquanto sujeitos da investigação? Antes ainda: Por que pesquisá-los? Por que torná-los visíveis? Por que a expectativa de que sejam sujeitos ativos nos processos sociais?

Nesse sentido, o modo como a pesquisa se apresenta, seus propósitos e métodos ganham centralidade na produção investigativa. O diferencial da pesquisa com jovens estaria,

⁹⁸ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Docente na Universidade Federal Rural de Pernambuco. Contato gspenillo@yahoo.com.br

então, em criar condições para aprendizagens recíprocas, em que a validade não esteja no status do enunciante (se jovem, se universitário, se trabalhador), mas nas dinâmicas cognitivas estabelecidas nas interações entre os agentes enunciantes, sejam pesquisadores, sejam pesquisados. Os caminhos epistemológicos, no campo das Ciências Sociais, são um vasto campo de debates conceituais e proposições empíricas e políticas, no qual é possível encontrar alicerces para uma pesquisa comprometida com as juventudes atuais.

Este trabalho pretende apresentar reflexões sobre aprendizagens recíprocas em estudos com jovens, pesquisadores e pesquisados. Propõe-se uma discussão assentada em parâmetros etnográficos para uma atividade investigativa compromissada com a presença dos investigados e dos investigadores. Como ponto de partida empírico, estão experiências de pesquisa e extensão universitárias vividas pelo Grupo de Pesquisa em Comunicação, Direitos, Cidadania e Mudanças Sociais – COMUDI/UFRPE em oficinas de comunicação comunitária e inclusão digital e em sessões de cinema, realizadas entre 2010 e 2014 em quatro distintos locais do semiárido pernambucano, com aproximadamente 100 jovens. Procedeu-se a registros etnográficos através da técnica do diário de campo. Os diários de campo de oito jovens pesquisadores universitários escritos em 2014, durante uma das fases de trabalho, servem de material ilustrativo para as questões tratadas aqui. Como pontos de partida teóricos,

norteiam estas reflexões a noção/ruptura de configuração social, de Norbert Elias (1970, 1994), a noção/posição de estranhamento, de Clifford Geertz (2001) e a noção/proposição da co-presença, de Boaventura de Sousa Santos (2010).

2. Etnografia com jovens para que?

As juventudes – sejam uma palavra (BOURDIEU, 1983), um grupo social ao qual aplicam-se políticas públicas compensatórias (SOUZA, 2004) ou no qual veem-se problemas e perigos (CASTRO, ABRAMOVAY, DE LEON, 2007) – refletem as mudanças, em velocidade e densidade, por que vem passando a vida contemporânea a partir da informatização, da urbanização e da mundialização dos códigos culturais, políticos e sociais.

O digital, as plataformas virtuais e as tecnologias multimídias reconfiguram as lógicas, os atos e procedimentos, as vontades e necessidades. Com a rapidez de algumas poucas décadas, o mundo se informatizou e se conectou em redes e aparelhos eletrônicos; transformou a linguagem escrita em códigos cibernéticos; mudou-se de territórios para interfaces; reorganizaram-se tempos, distâncias, abordagens, identidades.

Tais processos geram expectativas nas e nos jovens brasileiros. A pesquisa social sobre juventudes poderá vir a desvendar relações e interdependências que se constroem e

que configuram os grupos sociais contemporâneos. Diferenciações de poder, temporalidades e invisibilidades das microrrelações (ELIAS, 2000) fazem-se localmente e refletem macrorrelações como as pós-coloniais (SANTOS, 2015), ou seja, aquelas herdadas da colonização e permanentes como traço cultural e identitário, particularmente no âmbito geracional.

Para enfrentar tais problemáticas e outras que se desdobram delas, propõe-se a construção de um quadro de referência conceitual (Quadro 1) com base nas contribuições de Norbert Elias, Boaventura de Sousa Santos e Clifford Geertz. Os três autores, guardadas as distâncias temporais, geográficas e autorais, oferecem elementos para o desenvolvimento de reflexões ativas sobre a pesquisa com jovens. A abordagem configuracional de Elias, a proposição cognitiva da co-presença de Santos e a posição metodológica do estranhamento em Geertz permitem adensar a arte da pesquisa para a produção de estudos etnográficos mais profundos e comprometidos com as juventudes. Assim, apresentam-se em quatro níveis de reflexões sobre aprendizagens recíprocas – o da epistemologia, o da proposta, o do enfrentamento e o da pesquisa – possibilidades para uma etnografia com jovens.

Quadro1 – Recorte conceitual para uma etnografia com jovens

Autores Níveis	NORBERT ELIAS	BOAVENTURA S. SANTOS	CLIFFORD GEERTZ
Epistemologia	CONFIGURAÇÃO	CO-PRESENÇA	ESTRANHAMENTO
Proposta	Indivíduo em sociedade	Pós-abissal	Anti antirelativismo
Enfrentamento	Estigmas estereótipos e Autoimagens	Patriarcalismo Linhas abissais	Diversidade odiosa Olhar distanciado
Pesquisa	Destruir mitos	Tradução intercultural	Pensar para quê?

A abordagem configuracional de Norbert Elias serve como alicerce epistemológico à pesquisa com jovens, uma vez que permite trazer as e os jovens enquanto indivíduos pertencentes a grupos sociais, enraizados em coletivos culturais, forjados em seus habitus individuais como desdobramentos de habitus sociais experimentados, incorporados, vivenciados. O estudo configuracional pode ampliar os alcances de interpretação de uma formação social – sua figuração – de maneira que o pesquisador e a pesquisadora consigam relativizar padrões, valores, normas, funções e papéis, expectativas, formas de organização.

Elias (2000, p. 38) destaca nessa constituição das configurações sociais a dimensão temporal ou histórica, considerando o “papel decisivo que a dimensão temporal ou, em outras palavras, o desenvolvimento de um grupo,

desempenha como determinante de sua estrutura e suas características.”. O autor considera, conforme ele próprio destaca em *Sobre o tempo*, questões de ordem macro, como os processos civilizatórios ocidentais, a constituição do tempo, a relação entre engajamento e distanciamento de indivíduos nos grupos.

No entanto, nas interpretações sobre a formação do habitus social ou “o que é socialmente adquirido” (ELIAS, 1998, p. 109), o autor oferece tributos para se pensar as microinstâncias, em que as relações se fazem na interpessoalidade, carregadas de subjetividades. Para tal, coloca o problema social como um “problema do equilíbrio entre autodisciplina individual e restrição social externa” (ELIAS, 1998, p. 30). O indivíduo em Elias (1970; 2000) é um Homo em redes, cuja autonomia relativa e flexível é dada nas dinâmicas de aprendizagem e no exercício do autocontrole e da formação da opinião grupal.

Os modos de vida de uma comunidade, portanto, seriam estruturais e estruturantes da personalidade dos membros daquela comunidade. Eles compõem processos sociais não planejados, mas que levam os grupos sociais para determinadas direções, por suas próprias dinâmicas e escolhas. Elias (2000, p. 37-8) propõe a reconstrução das identidades sociais e culturais no terreno da percepção e da interdependência, ao perguntar “como e por que os indivíduos

percebem uns aos outros como pertencentes a um mesmo grupo e se incluem mutuamente dentro das fronteiras”.

Para a pesquisa social, esta abordagem facilita uma visão alargada dos fenômenos relacionados às juventudes quando se tomam as condições de vida, as limitações materiais, mentais e simbólicas, os lugares sociais das jovens e dos jovens enquanto conjuntos culturais que se formam em longos períodos e se consolidam em configurações que vão se estabilizar por algum tempo já contendo em suas próprias dinâmicas as direções das mudanças.

Na formação das sociedades estariam como plano de fundo, portanto, as identidades, os habitus, os estigmas e os estereótipos, que demonstram, contra o ideal iluminista da racionalidade da humanidade, as fantasias grupais de grandeza (ELIAS, 2000, p. 37). Para o autor “as experiências afetivas e as fantasias dos indivíduos não são arbitrarias”, portanto é preciso reconhecer “que têm uma estrutura e dinâmicas próprias”. Este ponto abre um nível de pesquisa para os estudos sobre juventudes em que a questão das relações entre jovens e adultos pode ser tensionada na perspectiva de desvendar as dominações simbólicas mantidas por fantasias grupais dos adultos sobre sua autoproclamada predominância cognitiva, moral ou de respeitabilidade.

O legado da abordagem configuracional para a pesquisa com jovens, a partir de Elias (1970; 1998; 2000), centra-se na vigilância do sociólogo como um destruidor de

mitos, sejam aqueles surgidos na vida comum, como as idealizações e os estigmas, sejam aqueles construídos pela ciência, com suas certezas quantificáveis, que oferecem aparente caráter conclusivo. Elias (2000, p. 56-8) propõe a “análise e sinopse das configurações” em que “o movimento dialético entre análise e síntese não tem começo nem fim.”. Questiona-se, assim, o fazer estático das ciências, que se orientam por um tempo linear em que os saberes apenas se acumulam e crescem. Na abordagem configuracional, os saberes, seja a ciência, seja o senso comum, são confrontados pelas diversidades, evidenciadas no estudo das configurações sociais.

Do mesmo modo, Boaventura S. Santos interroga as estruturas da dominação, assentadas nas formas de poder manifestas no capitalismo, no patriarcalismo e no colonialismo. Na “Introdução” de *Epistemologias do Sul*, Santos e Meneses (2010, p. 10) problematizam a divisão abissal entre sujeitos dominadores e dominados e formulam três questões que sintetizam o que chamam de justiça cognitiva: “Por que razão, nos últimos séculos, dominou uma epistemologia que eliminou da reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento?”; “Quais foram as consequências de uma tal descontextualização?”; “Haverá epistemologias alternativas?”.

O enfrentamento a tais questões leva a ressignificações da abordagem nos estudos com jovens, uma vez que propõe

desfazer as linhas abissais que separam e dividem os indivíduos em adultos de um lado e jovens de outro. Santos (2010, p. 24) ressalta a construção histórica ocidental de um saber dominante, sua institucionalização e mercantilização, que resultam num poder político concentrado nas mãos de elites que reproduzem e provocam a reprodução de pensamentos únicos e de padrões de aceitabilidade. “A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha.”, denuncia o autor ao referir-se à perda da percepção das diversidades. O autor propõe a co-presença e a tradução intercultural como resistências a tal modelo.

O reconhecimento da persistência do pensamento abissal é, assim, a *conditio sine qua non* para começar a pensar e a agir para além dele. Sem este reconhecimento, o pensamento crítico permanecerá um pensamento derivativo que continuará a reproduzir as linhas abissais, por mais anti-abissal que se autoproclame. (SANTOS, 2010, p. 44).

Um pensamento pós-abissal para as juventudes propõe-se ao exercício da co-presença, ao enfrentar as forças patriarcais que separam as e os jovens para o outro lado da linha, seja como sujeitos incompletos, sujeitos irresponsáveis,

sujeitos extrativistas (SPENILLO, 2015), negando-lhes a plenitude de ideias, de vontades, de expectativas, de necessidades. “A co-presença radical significa que práticas e agentes de ambos os lados da linha são contemporâneos em termos igualitários.” (SANTOS, 2010, p. 45). Isto implicará assumir lugares e papéis para jovens e para adultos, desempoderados de status prévios dados por títulos ou condições específicas de vida, méritos ou benefícios internos ou externos, materiais ou simbólicos.

Para a pesquisa com jovens, a co-presença coloca a possibilidade de se romper com a tradição de falar sobre e dos pesquisados, na qual são interpretados à luz das certezas de quem pesquisa e de evidenciar os comportamentos e depoimentos que fazem sentido para o pesquisador ou para determinada corrente teórica. Na proposição da co-presença, pesquisados e pesquisadores assumem um pensamento que se caracteriza enquanto uma ecologia de saberes. “Como ecologia de saberes, o pensamento pós-abissal tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico.” (SANTOS, 2010, p. 45).

A ecologia de saberes permite, então, a passagem para uma investigação com jovens, em que se buscará o interconhecimento, ou um conhecimento que se faz nas interrelações estabelecidas nas dinâmicas da pesquisa. Para o

interconhecimento não há apriorismos, não há verdades anteriores ou incontestáveis. Há verdades negociáveis, conhecimentos que se aglutinam e somam na construção de leituras agregadas e coletivas de mundo, em que o saber científico, metódico, pode agregar-se a saberes do senso comum, vivenciais. Um atributo da ecologia de saberes será a tradução intercultural. Diferentes conhecimentos, ignorâncias, linguagens, símbolos, matrizes de pensamento, habitus culturais encontram-se e complementam-se sem valores prévios, pesos e medidas que possam classificar e separar. O objetivo é construir coletivamente e valorizar a diversidade de possibilidades de caminhos para uma ação inclusiva e inovadora.

Em Geertz (GEERTZ, 1997, p. 226), o pensamento pode ser entendido como um “universo de significados” que pede para ser traduzido entre os grupos culturais. É, nesse sentido, também compromisso entre os distintos universos de significados que se abrem uns aos outros. A interpretação se dá em todos os momentos do estudo: na leitura da sociedade pelo pesquisador, na escritura do texto do pesquisador, na leitura do texto pela sociedade. Conforme Geertz (2001), a pesquisa etnográfica faz pensar. A pesquisa etnográfica com jovens leva a comprometer o pensamento com a presença, a voz e as vontades de sujeitos jovens.

[...] o fato de que o pensamento é espetacularmente múltiplo como um produto, e maravilhosamente singular como um processo, tornou-se um paradoxo vivo e cada vez mais poderoso nas ciências sociais, conduzindo a teoria nas direções mais inesperadas – algumas até razoáveis. Mas isso não é tudo. A natureza desse paradoxo foi sendo cada vez mais associada aos enigmas da tradução, ou seja, à forma pela qual um determinado significado em um sistema de expressão é expresso em outro sistema – hermenêutica cultural, não mecânica conceitual. Nesse novo invólucro, o problema não é necessariamente mais maleável do que era antes; mas pelo menos torna-se mais fácil defendê-lo, pois o enigma de como um seguidor de Copérnico entende um seguidor de Ptolomeu, ou um francês da Quinta República, outro francês do *ancien régime*, ou um poeta, um pintor passa a ser idêntico ao enigma de como um cristão entende um muçulmano, um europeu, um asiático, um antropólogo, um aborígine, ou vice-versa. Agora somos todos nativos, e os que não estejam por

perto são exóticos. Aquilo que antes parecia ser uma questão de descobrir se selvagens eram capazes de distinguir fatos de fantasias, hoje parece ser uma questão de descobrir como é que os outros, além-mar ou do outro lado do corredor, organizam seu universo de significados. (GEERTZ, 1997, p. 226).

O estudo etnográfico seria a aplicação de um estranhamento singular entre diferentes de modo saudável e valioso – quando o pesquisador reconhece o que não conhece e se coloca aberto para conhecer – ou, como aponta Geertz (GEERTZ, 2001, p. 81), “um contato operacional com uma subjetividade variante”. Na perspectiva proposta por Geertz (GEERTZ, 2001, p. 74) de uma etnografia que permita estar à vontade com o desconhecido, diverso ou diferente, busca-se aprender e apreender intersubjetividades formadoras de comunidades, ou seja, das singularidades das estruturas de vida em coletividade, para estranharem-se genuinamente os saberes locais como produções de outros que podem fazer balançar as certezas e convicções de quem pesquisa.

“Os usos da etnografia são sobretudo auxiliares, mas, ainda assim, são reais” (GEERTZ, 2001, p. 81). Para tal, é necessário superar o etnocentrismo, tanto em seu vicioso “olhar distanciado” sugerido por Lévi-Strauss, como nas “distinções odiosas” de Richard Rorty (GEERTZ, 2001, p. 71-

2), uma vez que “ele nos impede de descobrir em que tipo de ângulo (...) nos situamos em relação ao mundo”. Nesta discussão destacam-se, particularmente, as relações entre diferentes, forjadas em conceitos binários formados a partir das oposições ou negações, como jovem e adulto, e sobre os quais se forjam as identidades reunidas no que se compreende por nós e no que se compreende por eles. Como modo de enfrentar este mundo de bases binárias no fazer pesquisa com jovens, tem-se o trabalho de campo etnográfico, para o qual Geertz (2001) propõe uma posição de estranhamento. O estranhamento seria buscar a percepção dos fatos em sua expansão e multiplicação, na diversidade de existências e de estruturas e organizações para tais existências culturalmente.

O trabalho da etnografia, ou pelo menos um deles, é realmente proporcionar, como a arte e a história, narrativas e enredos para redirecionar nossa atenção, mas não do tipo que nos torne aceitáveis a nós mesmos, representando os outros como reunidos em mundos a que não queremos nem podemos chegar, mas narrativas e enredos que nos tornem visíveis para nós mesmos, representando-nos e a todos os outros como jogados no meio de um mundo repleto de estranhezas

irremovíveis, que não temos como evitar. (GEERTZ, 2001, p. 82).

Na perspectiva da estranheza e de sua inevitabilidade, portanto, o estudo etnográfico apresenta-se com objetivos de escrever, de grafar as vidas de jovens em suas configurações atuais, com expectativas, necessidades, limites e potencialidades. Da abordagem configuracional ao propósito da co-presença entre pesquisadores e pesquisados, a etnografia coloca-se como um instrumento para aprendizagens recíprocas, percepções, traduções e interpretações.

3. Etnografia com jovens: da configuração à co-presença

A juventude ganha significado como questão social e como sujeito portador de direitos quando se forma, recentemente, uma nova geração de direitos, vinda em resposta a mudanças nas condições de vida, nas perspectivas ampliadas da existência em sociedades complexas, tecnológicas, direcionadas para e pelo consumo, seja de objetos seja de símbolos. Todas estas mudanças atingem o mundo em níveis globais e reconfiguram as vidas de indivíduos e de comunidade. Reformulam-se laços afetivos, identidades, expectativas e necessidades. O ser jovem recebe novos atributos e exigências, mas não se desfazem as divisões etárias no acesso aos bens sociais, econômicos e culturais.

Estas constatações levam à formulação da pesquisa social enquanto um instrumento político empenhado em desvendar os mecanismos que sustentam tais estruturas sociais – o patriarcalismo, o colonialismo e o capitalismo, que desde o século XVII produzem linhas abissais (SANTOS, 2010) que dividem, separam e excluem os conhecimentos válidos, os sujeitos válidos, as práticas válidas, os tempos e espaços válidos. Particularmente, as questões colocadas propõem que se olhe para as e os jovens de hoje na procura por compreender e revelar as incidências do capitalismo, do patriarcalismo e do colonialismo na conformação de seus modos de vida e em como são forjadas suas necessidades e expectativas diante do mundo.

Nos estudos etnográficos aqui analisados, evidenciaram-se as relações entre jovens locais do semiárido pernambucano e jovens extensionistas universitários da capital. O objetivo foi estranhá-los diante dos formatos de organização social abissais, estigmatizantes e paralisantes, no sentido de produzir trocas de saberes e vivências em que se evidenciem a presença, as vozes e as vontades de sujeitos jovens. Este o sentido da pesquisa social com jovens: fazer perceber a pesquisadores e pesquisados as diversidades do ser jovem, em que expectativas e necessidades ultrapassam os estigmas e os simbolismos que outros grupos e instituições sociais criam para as e os jovens. A seguir, apresenta-se um exercício de ilustração das discussões teórico-conceituais

trazidas até aqui, com o auxílio de trechos de diários de campo de oito jovens pesquisadores em atividades de pesquisa e extensão universitárias.

Enquanto o questionário, o formulário e a entrevista são instrumentos de objetivação, o diário de campo é um instrumento intuitivo, que permite uma análise qualitativa significativa, trazendo novos e surpreendentes elementos, que muitas vezes estão no patamar das intersubjetividades. Ou seja, há na atividade de pesquisa social um conjunto de dados que provêm do acontecimento mesmo da pesquisa, dados que se constroem nas interações no campo, entre pesquisados, entre pesquisadores e entre uns e outros.

O olhar de um entrevistado, a reação do padraço do jovem a uma pergunta durante a entrevista, os silêncios ou a recepção aos entrevistadores na casa e aos oficineiros na escola são situações de pesquisa que guardam informações e extrapolam as previsões de coleta de dados pelas técnicas já mencionadas da entrevista, do questionário e do formulário e dão significados outros aos dados objetivos. Mais do que o convite para almoçar, importa registrar como se dá esse almoço, com qual formalidade, em que companhias, quem está autorizado localmente a sentar para almoçar com quem vem de fora. São estes momentos do campo que se recuperam nos diários e que servem ao investigador tanto no campo, como um extravazador das emoções contidas nas dinâmicas da pesquisa social, quanto funciona no pós-campo, como um

recuperador de tais emoções e seus significados, que podem orientar a interpretação mais profunda dos dados objetivos.

Para escrever o diário de campo, há poucas regras básicas. Observar e anotar o máximo de elementos possíveis no ambiente – sejam percepções de nível material, emocional, relacional – e fazê-lo o mais imediatamente possível depois da visita. Os trechos de diários aqui tratados foram trabalhados segundo a prática da escrita narrativa, em que cada um escrevia sobre o que viu, ouviu, sentiu e percebeu. Orientou-se para que na narrativa fossem contempladas as categorias de pesquisa definidas previamente, de modo a que cada registro estivesse em acordo com os interesses da pesquisa. Finalizada a investigação de campo ou etapas desta, os diários foram revisitados em leituras coletivas, de modo a que colaborassem na construção e interpretação de cada um a partir dos elementos subjetivos compartilhados. A partir dos diários de campo, foram alimentadas problematizações, confirmações e negações teóricas, pistas investigativas, novas temáticas de estudo, que aparecem sinteticamente a seguir.

Tem-se, então, uma aproximação teoria e empiria que faz refletir. A abordagem configuracional, conforme proposta por Norbert Elias (1970, 2000) aguça o olhar de quem pesquisa, destacando informações que passariam despercebidas. Quando há o esforço para ultrapassar a coleta de “certezas quantificáveis”, conforme os trechos dos

pesquisadores 1 (P1), 3 (P3) e 5 (P5), revelam-se riquezas de subjetividades sobre a vida das e dos jovens na comunidade.

... em quase todas as casas se veem máquinas de costuras, até fábricas improvisadas, todos carregam grandes quantidades de tecido, em motos, em carros, triciclos motorizados, e em todo tipo de transporte, o fato é que a economia do lugar está diretamente vinculada ao tecido, e isso rompe as barreiras de gênero e de idade... (P1, janeiro 2014).

Em primeira análise diria que eles (os jovens) se conhecem demais; estão sempre em contato permanente em todos os ambientes de sociabilidade, desde a própria casa (família) – muitos deles parecem ter algum tipo de parentesco – até ambientes de lazer, clube ou igreja, passando pela escola e ambiente de trabalho. (P3, fevereiro 2014).

Ao final a assistente social (...) após os jovens irem embora nos perguntou se percebemos que para os jovens ‘o mundo se resume à localidade e ao município’. E

se entramos em debates a respeito de 'direitos dos jovens, pois eles têm uma maior noção de seus deveres, mas dos direitos nem tanto'. E da 'obrigação de ir à escola por causa do bolsa família, pois veem em casa que seus pais e parentes não tiveram estudo, ou tiveram pouco e não são incentivados por pensarem que vão acabar ali na confecção'. (P5, abril 2014).

Neste último trecho, do pesquisador P5, observa-se também a presença de estigmas e estereótipos que conformam as identidades locais dos jovens, assim como de suas famílias. É uma presença no discurso que mostra o pensamento abissal que divide o ser jovem em um interior semiárido nordestino separando-os de outras possibilidades de ser jovem. O diário de campo permite registrar a impressão sobre um diálogo informal que guarda em si as concepções locais enquanto estigmas que significam e restringem a vida dessas e desses jovens. Os estigmas aparecem também na contramão, em relação aos pesquisadores: *“Ao chegarmos na Escola [...] fomos muito bem recebidos e olhados como esperança...”* (P1, janeiro 2014). E, ainda, *“Não sei ainda como estamos sendo identificados pelos locais, mas certamente toda a comunidade já nos conhece, desde as primeiras visitas.”* (P3, fevereiro 2014).

Estas observações, assim como as seguintes, carregam estereótipos sobre quem vem de fora para a comunidade e de quem vem de fora sobre a comunidade. “[...] *é bem natural que como forasteiros sejamos estranhos[...]*” (P1, janeiro 2014) e “*Estava ansioso para a primeira viagem de extensão pela faculdade.*” (P2, fevereiro 2014) são interpretações e expectativas características de quem estranha e espera-se estranhado, por conta da história de concepções binárias sobre as identidades, que dividem os indivíduos e grupos em rurais e urbanos, modernos e atrasados, ricos e pobres, intelectuais e ignorantes, assim como em jovens e adultos. Este tipo de pensamento, abissal, precisa ser identificado na pesquisa para que se desenvolvam formas de superá-lo, porque retirar do grupo aquele que traz um pensamento abissal é reforçar a prática da divisão.

A proposta de tradução, apresentada por Geertz (1997; 2001), enquanto questão de significados organizados e compreensíveis, e também por Santos (2010), na perspectiva da interculturalidade, pode preencher metodologicamente os desafios de construir com as e os jovens pesquisados um pensamento pós-abissal, em contínuos processos de co-presença. Nesse sentido, o cine debate mostra-se um instrumento versátil e rico, porque tanto une e iguala os indivíduos como os diferencia nas preferências e interpretações. Cria-se um ambiente de descontração e de aproximação entre os envolvidos, uma vez que o

protagonismo, momentaneamente, passa para o filme em exibição. “*Um leque de encantamento, sorrisos, olhinhos brilhando e gargalhadas. Filmes com música clássica, descoberta de histórias, livros voadores, bonecas sugadoras de almas, amizades sinceras, enfim foram muitos filmes e um público significativo.*” (P5, abril 2014). Pesquisadores e pesquisados relaxam e se mostram com menos amarras, as subjetividades aparecem, a vida coletiva se revela, como mostra o relato do mesmo pesquisador (P5):

Andamos pelo distrito em busca de um lugar para montar o cine debate, mas como não encontramos, após o jantar montamos os equipamentos na frente da casa mesmo e foi um sucesso. [...] chegaram mais perto para assistir as animações, no final pediram ‘mais um mais um’ entre aplausos, gritos e muita pose para as fotos. Não houve debate, mas houve um público bacana que parou para assistir o cine [...]. Famílias, jovens, crianças e adultos. Todos envolvidos numa mistura de curiosidade e encantamento. (P5, março 2014).

O cine debate se coloca como uma novidade, suscitando a co-presença a partir de um elemento que se faz

comum naquele momento – mesmo considerado o fato de que são os *forasteiros* que levam os equipamentos e os filmes, os moradores escolhem o que querem assistir, dão sugestões para a próxima sessão e facilitam ou não a definição do lugar público onde será realizado o cine debate, e inclusive se há debate. Nem em todas as tentativas e nem em todas as comunidades é possível fazer uma sessão de cine debate. Há adversidades burocráticas, como para o uso do espaço público, mas há também adversidades inesperadas, como a preferência por um bar com música eletrônica no lugar do cinema que vem oferecido por alguém de fora da localidade. Isto remete à importância do estudo configuracional, que considera que “o movimento dialético entre análise e síntese não tem começo nem fim” (ELIAS, 2000, p. 58), retirando da pesquisa qualquer caráter conclusivo.

Da mesma forma, as tradições, conforme Geertz (1997) devem ser compreendidas no sentido de uma maior particularização e não de sua uniformidade. No próximo depoimento de um jovem pesquisador pela primeira vez em campo, sobre a quadrilha junina, tem-se a medida do que Geertz chama de gerenciamento, e não eliminação, das diferenças. “*Foi uma aula prática e inesperada àquela hora. Eu ainda vendo todo esse costume como comum e igual, vi que era também algo que entra na pesquisa e tinha características específicas que valiam para ela [a pesquisa].*” (P2, fev. 2014).

Geertz (1997) alerta para o fato de que diferenças concretas são transformadas em semelhanças abstratas enquanto fenômenos idênticos são nomeados de modos diferentes. Tais equívocos na produção científica estão condicionados por ciladas do pensamento, que, ainda conforme Geertz (2001), podem levar tanto a um “olhar distanciado” como a “distinções odiosas”. O autor propõe que os grupos sociais sejam lidos como textos, reconhecendo uma intertextualidade imanente à interpretação das realidades culturais. O desafio é conhecer a diversidade de jovens e juventudes, para além do rótulo que o nome e a classificação com base etária comportam, como ressaltam os trechos seguintes, em que o pesquisador percebe a singularidade de um grupo a partir de outros grupos já estudados, registrando no diário de campo alusões a outros momentos da pesquisa.

Percebi uma juventude diferente das outras por nós pesquisadas, esses jovens têm uma vivência do trabalho, responsabilidade muito latente. Possivelmente as conversas, as dispersões e sua euforia nas oficinas sejam um extravasar da energia que todo jovem tem. Eles veem oficinairos/professores que fogem completamente do que eles têm de segunda a sexta, eles estão diante de atividades diferentes que precisam deles e

que só poucos deles ainda internalizaram isso. (P5, março 2014).

... dia ensolarado, contagiante, e com, acreditem, silêncio dos jovens, atenção redobrada, debate e exposições de ideias e posicionamentos a cada imagem. Realmente fascinante (se Amanda estivesse lá teria presenciado um prato cheio para a temática a respeito de política). (...) De volta à escola, antes de se organizarem para apresentar suas fotos os jovens se apossaram do microfone, cantaram, dançaram e aplaudiram. (P5, abril 2014).

A interpretação se dá em todos os momentos do estudo: na leitura do grupo social pelo pesquisador, na escritura do texto do pesquisador e na leitura do texto pela sociedade. Mais do que isto, os grupos sociais leem a pesquisa empírica e os pesquisadores, interpretando-os enquanto estes os interpretam. A noção de configuração, mais uma vez, complementa a instrumentação do olhar no campo, conforme demonstra o relato a seguir:

[...] fizemos algumas compras para o jantar em mercadinhos e mercearias

locais, o que nos fez circular pelo distrito e perceber o quanto atividades muitas vezes corriqueiras nos colocam na história cotidiana da localidade, enriquecendo ainda mais a pesquisa, obtendo percepções que dentro de casa jamais teríamos. Assim, também percebi que levamos a cabo o método configuracional de se realizar pesquisa social proposto por Elias, considerando pequenas redes e processos de sociabilidade, que mostram bastante da localidade estudada. (P3, fevereiro 2014).

Propõe-se, então, em decorrência das situações empíricas vividas, uma “análise e sinopse das configurações” (ELIAS, 2000, p. 56), na perspectiva da co-presença (SANTOS, 2010). A co-presença, sentida e investida nas experiências de pesquisa com jovens, se forma nas atividades de maior proximidade e dinamicidade, como oficinas de comunicação comunitária e cine debate, uma vez que o estranhamento existente é necessário, conforme Geertz (2001), ganha contornos suaves e compreensíveis, uma vez que estas atividades assumem a função de instrumentos de tradução intercultural, de trocas e vivências.

[...] em uma das atividades surgiu a possibilidade de fazerem gravações, dois jovens gravaram as falas de nós oficinairos e deles sobre suas mães – essa foi uma sugestão deles, uma vez que estávamos na véspera do Dia das Mães. Notamos mais uma vez a vergonha deles em frente à câmera, o que não acontece quando são eles por trás da câmera. (P7, maio 2014).

Ficará na lembrança a imagem de jovens sedentos e cheios de energia em busca de novos conhecimentos e expectativas de um futuro melhor, de mudanças na comunidade, principalmente na escola, uma experiência única, posso dizer tanto física quanto mentalmente, porém gratificante. (P6, abril 2014).

Do mesmo modo, os relatos seguintes revelam a centralidade dessa tradução e da co-presença para a construção de aprendizagens recíprocas com jovens. Neles se mostram as lacunas nas interações, sentidas após um intervalo de quatro meses sem visitas à comunidade. *“[...] caminhamos até o limite da cidade, batendo em portas e procurando por nomes que, ou eram desconhecidos ou por motivos que não sabemos quais, nos eram negados.” (P8, novembro 2014).* E,

ainda: “*Houve dificuldade tanto de achar os jovens quanto de obter informações dos mesmos, pois as pessoas pareciam receosas de passar qualquer informação. Com certa dificuldade e por puro acaso, conseguimos encontrar três deles [...]*” (P4, novembro 2014). O sentimento de negação e de dificuldade retrata o estranhamento que retorna com a distância, com a falta de vivências em comum, uma vez que a reciprocidade se constrói continuamente, seja na presença ou na ausência. A co-presença, portanto, não será algo pronto, finalizado para o pesquisador recolher junto com os dados, assim como as configurações sociais, fluídas e mutante, a exigir um rever-se ou reestranhar-se constante dos pesquisadores.

4. Considerações finais

As reflexões aqui apresentadas procuram abrir frentes para o debate sobre a pesquisa com jovens. Uma pesquisa que quer trazer as e os jovens como sujeitos do processo de pesquisa, seja como pesquisadores, seja como pesquisados. Este tipo de pesquisa visa ultrapassar as linhas abissais estabelecidas nos processos de investigação científica e desenhar um novo cenário sem divisões advindas de estigmas e estereótipos. Os referenciais destacados de Norbert Elias, Boaventura S. Santos e Clifford Geertz permitem construir não apenas pensamentos, mas também práticas pós-abissais,

em que os conhecimentos, vontades, competências e expectativas de jovens são tão válidos quanto aqueles dos adultos envolvidos na pesquisa, e podem orientar os instrumentos, os tempos e os espaços das atividades de pesquisa. Nas experiências que servem de referencial empírico para as presentes reflexões, usou-se a simultaneidade entre atividades de pesquisa e atividades de extensão, como oficinas de comunicação comunitária e cine debate, o que pode ser considerado um facilitador para trazer a e o jovem local e a e o jovem universitário como participantes ativos dos processos de estranhamento, significação, tradução intercultural e reciprocidade na perspectiva da co-presença.

Referências

BOURDIEU, Pierre. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro, Marco Zero. “A juventude é apenas uma palavra”. Entrevista a Anne-Marie Métaillé, p. 112-121, 1983.

CASTRO, Mary Garcia, ABRAMOVAY, Miriam, DE LEON, Alessandro. Juventude: tempo presente ou tempo futuro? São Paulo, GIFE, 2007.

ELIAS, Norbert. Introdução à Sociologia. Lisboa, Editorial 70, 1970.

- ELIAS, Norbert. Sobre o tempo. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.
- ELIAS, Norbert. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.
- GEERTZ, Clifford. O saber local. Petrópolis, Vozes, 1997.
- GEERTZ, Clifford. Nova luz sobre a Antropologia. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”. SANTOS, Boaventura de S., MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul. Coimbra, Edições Almedina, , p. 23-71, 2ª edição, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula. “Introdução”. SANTOS, Boaventura de S., MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul. Coimbra, Edições Almedina, p. 9-20, 2ª edição, 2010.
- SOUZA, Carmem Zeli. “Juventude e contemporaneidade: possibilidades e limites”. Última Década. N. 20, CIDPA, Viña Del Mar, jun 2004, p. 47-69.
- SPENILLO, Giuseppa. “Juventudes, tecnologias, informação e conhecimento: discutindo caminhos epistemológicos”. Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE, Dossiê Juventudes, p. 9-27. Julho-Dezembro 2015.

EPÍLOGO
JOVENS DE ONTEM, JOVENS DE HOJE:
PERSPECTIVAS DE FUTURO.

Mirlene Simões Severo⁹⁹

As pesquisas apresentadas pelos autores nessa coletânea traduziram a realidade atual da juventude: multicultural, criativa, solidária, mas ainda ausente de direitos sociais básicos como educação, trabalho, segurança e cultura. Afora o ensaio “Heterogeneidad juvenil em Cuba”, que traduz uma realidade diferente da vivida no Brasil, temos em nosso país uma geração que sabidamente Novaes (2014) alertou: não é a geração “nem, nem”, mas sim a geração “sem, sem”.

Os jovens brasileiros guardam em si a noção de presente, mas pouco do passado, suas origens, tradições e histórias e menos ainda a de futuro, seus sonhos e anseios. Viu-se que os jovens são principalmente, embora sejam também autores, vítimas da violência urbana que fere a sociedade brasileira: em 2015 a cada nove minutos uma

⁹⁹ Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Campus Araraquara. Docente do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. Contato: mirlene.severo@belasartes.br

pessoa foi morta de forma violenta no Brasil, dessas mais da metade, 54%, são jovens de 15 a 24 anos. Desse universo mais de 70% são jovens pretos e pardos (FBSP, 2016).

Somado a isso, entre 2015 e 2016 dobrou o número de jovens que cumprem medidas socioeducativas, passando de 96 mil em novembro de 2015, para 192 mil em novembro de 2016 (CNJ/SNJ, 2016). O Estado de São Paulo é o recordista em aplicar medidas socioeducativas, com 74,7 mil guias judiciais expedidas nesse mesmo período. Verificou-se, também, que 63,5% dos jovens entre 15 e 29 anos não frequentavam escolas (IBGE, 2016), pelo que se pode, assim, associar que as políticas educacionais foram limitadas aos já integrados, ficando aquém da situação concreta juvenil brasileira.

A realidade atual ainda é mais perversa com os jovens brasileiros: em 2015, 22,5% de jovens de 15 a 29 anos não estudavam e também não trabalhavam, comparativamente a 2014, um aumento de 2,5 pontos (IBGE, 2016). E quando a crise econômica se instaura, os jovens são os primeiros a sofrerem os reflexos da economia desajustada e os que mais demoram em se inserir novamente no mundo do trabalho.

Esse breve cenário demonstra, assim como nos ensaios apresentados nesta coletânea, que transformar as condições de vida dos jovens brasileiros é urgente. Vive-se, tanto por parte dos governos quanto por parte das instituições do Estado e do mercado, que inserem o jovem apenas pelo consumo na

sociedade, uma completa ausência de projetos voltados para o futuro, produzindo e reproduzindo equívocos, que ao final também contribuem para um verdadeiro extermínio dos jovens brasileiros.

Sabemos que os jovens podem transformar situações locais e regionais, mas para isso são peças chave de projetos e programas que os façam participar dessa transformação, para que a perspectiva de futuro possa ser vislumbrada. Nesse sentido, conhecer a diversidade da juventude e com ela propor novos caminhos para o desenvolvimento do país são desafios fundamentais a serem assumidos, para que a violência possa ser substituída pela segurança, o desconhecimento pela educação e a miséria pelo emprego.

Referências

CNJ/SNJ. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Secretaria Nacional de Justiça. Crimes cometidos por adolescentes no Brasil. 2016. Versão pdf.

FBSP. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016. Coordenação Geral: Renato Sérgio de Lima. Ano 10. São Paulo. 2016. Versão em pdf.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de Indicadores Sociais. Número de Jovens que não estudam e não trabalham. 2016. Versão pdf.

NOVAES, R. Mal estar, medo e mortes entre Jovens das favelas e periferias. Interesse Nacional, v. 7, p. 55-62, 2014

O presente livro é fruto das discussões provenientes do Grupo de Trabalho “Sociologia e Juventude: Questões e estudos contemporâneos” da Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS, coordenado no período de 2015-2016 pelos professores Augusto Caccia-Bava e Mirlene Simões Severo.

